

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



Dissertação

**O FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO:
QUEM QUER ABRIR MÃO DA HISTÓRIA DA CAPOEIRA?**

MARCOS CORDEIRO BUENO (CANGURU)

Pelotas, 2012

MARCOS CORDEIRO BUENO (CANGURU)

**O FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO:
QUEM QUER ABRIR MÃO DA HISTÓRIA DA CAPOEIRA?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Camargo Veronez

Pelotas/RS, 2012.

Dados de catalogação Internacional na fonte:

Bibliotecaria Responsável Patricia de Borba Pereira
CRB10/1487

B862f Bueno, Marcos Cordeiro

O fetiche da capoeira patrimônio : quem quer abrir mão da história da capoeira? / Marcos Cordeiro Bueno; Luiz Fernando Camargo Veronez orientador. – Pelotas : ESEF : UFPel, 2012.

274 p. : il.

Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Escola Superior de Educação Física. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012.

1 Capoeira 2 Projeto Histórico 3 Bem cultural I. Título II Veronez, Luiz Fernando Camargo

CDD 796.82

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Fernando Camargo Veronez (presidente)

Prof. Dr. José Luiz Cirqueira Falcão (FEF/UFG)

Prof^a Dr^a. Celi Neuza Zulke Taffarel (FACED/UFBA)

Prof. Dr. Paulo José Germany Gaiger (UFPEL)

Prof^a Dr^a. Maristela da Silva Souza (SUPLENTE)

A minha Avó (Bizinha) em memória, matriarca da família Cordeiro, que mesmo viúva deu conta de produzir na vida de cada um de seus filhos, além do pão e leite, muito amor e responsabilidade, garantindo assim que eu, seu neto, chegasse até aqui.

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras que constroem esse país de sol a sol, mas em especial aos Capoeiras. Que não se bastam a sua condição proletária, mas se reconhecem na mesma e assim, permanentemente, ganhando lutas, perdendo outras, constroem a revolução socialista.

AGRADECIMENTOS

É sempre bom refletir sobre nossa jornada e lembrar dos grandes companheiros e companheiras que foram imprescindíveis para o resultado deste trabalho que aqui se expõe. Mas o preço do papel da impressão e a falta de incentivo por parte da Capes nos obriga a justificarmos nossos agradecimentos apenas às pessoas mais próximas de nosso cotidiano e principalmente aos organismos da classe trabalhadora.

Nesse sentido, meu primeiro agradecimento vai para minha mãe, a qual sempre ralou para criar a filharada, com muito amor e bravura! Te amo MÃE!!!!

A toda minha família que, mesmo distante, sempre me manteve amparado... Meus irmãos e irmãs Kiko, Tia Lídia, Tia Lissinha, Tia Dedê, Tio Dani e de maneira singular, Eduardo e Gisele Bueno, enfim Família!

Ao meu Pai que embora distante em quilometragem e mais ainda no campo das idéias, mas que sempre mantém seu afeto nos momentos em que fico ao seu lado. Te Amo Pai!

A meu primo Marcelo Bueno Cordeiro e sua família, Elaine, Mateus, Gabriel e Marcelinho que seguraram a onda comigo num dos momentos mais difíceis de minha vida em Rio Grande – RS. Nos encontraremos de novo minha família! Valeu Mesmo!!!

Ao meu Imprescindível Orientador Veronez (BOLINHA), por sua paciência e responsabilidade em me apontar o caminho. Do objeto de estudo a linha metodológica, mais do que me “centralizar” você meu amigo, sendo franco e acreditando em mim. Se a luta cansa, é porque as vitórias fazem parte de um processo histórico imerso de contradições recuos e avanços. Mas a luta tem que continuar. Se o produtivismo apregoado pela capes nos coloca a margem do acesso a pós-graduação, tenha certeza que suas contribuições ao longo da vida acadêmica na ESEF, bem como da militância nos sindicatos e no partido são mais do que suficientes para calar a boca de qualquer psicopata vampiro intelectual. Ao mesmo tempo em que tenho clareza das limitações desse trabalho, sei que você fez o seu máximo para ajudar. A pena é pelas condições objetivas que me impediram de te “sugar” um pouco mais. Mas saiba que você é para mim um grande exemplo!! Obrigado mesmo!!

Ao meu irmão e também colega de trabalho... Minha Puta!!!! Meu velho, como dizem que a imitação é a melhor forma de elogio... “hoje me encontro tão, satisfeito em saudar, ao amigo de ação, e amizade secular....” Você é mais que um amigo, um companheiro, um irmão. Você é meu companheiro de luta! Na certeza que estaremos sempre juntos na luta, fica aqui meu agradecimento.

As contundentes sistematizações de Bené e Falcão. Obrigado “Mestres” pelas sábias lições sistematizadas! Obrigado especial para o Falcão por suas contribuições em minha qualificação. Valeu mesmo!

Aos colegas de mestrado, em especial ao Jacob (intelectual pró-militante), a Gabriela e a Márcia... Meninas, sua ajuda em todos os momentos foi fundamental. Até os 45 minutos do segundo tempo vocês ainda tem paciência para me ajudar... Serei eternamente grato e na certeza que nos encontraremos do mesmo lado da trincheira contra o capital. Valeu!!!

Agradeço de forma singular ao FABÃO! Camarada, muito obrigado pelos documentos, pelos toques, pelas conversas, pela carta, por tudo! Seu apoio foi fundamental! Obrigado mesmo!

Obrigado família Roda Livre!! Pela responsabilidade dessa jornada no antro da capoeiragem. Meu Mestre Mineiro, senhor da sabedoria, da tranqüilidade, da cumplicidade, da amizade, Família, incluindo agora Ana Maria e João Pedro! Te Amo Jaguará! Aos meus irmãos de jornada: Papagaio (que saudade), Batatão, Gajé (distante...), Maizena, Dênis, Nei (jaguara), Sonic, Mana, Lilica, Bárbara, enfim... FAMÍLIA!!!! Pra sempre RODA LIVRE!

Aos eternos companheiros do MEEF, o meu signo para a militância. Continuemos em luta, Vaca, Vivi, Gica, Shin, Alemão, Mel, e tantos outros que foram/são/serão minhas referências.

Aos companheiros do MNCR, em especial a Vanessa e Vilmar, mais do que companheiros de luta, orientadores e cúmplices dessa pitoresca apreensão do real que aqui se apresenta sobre capoeira. Obrigado Mesmo! Aos companheiros Mineirim, Ciça, e meu companheiro contemporâneo de luta Gasparito! Meu agradecimento a todos!

Gosto sempre de deixar o último para o final. A constituição de uma família que tenta resistir aos valores burgueses, mas que me permite ser quem eu sou, e mais do que isso, me dá amor, carinho, colo, almoço e roupa lavada (hehe), enfim, projeto de vida. Débora, ainda não foi inventada uma palavra para expressar o tamanho do amor que eu sinto por você, mas mesmo assim eu vou arriscar: Some o carinho do Bruninho a força do beijo do Marquinhos, multiplique cinqüenta vezes pela sua brabeza mais a malandragem dos dois. Leve ao forno e conte quantas vezes nós já brigamos e fizemos as pazes, mais quantas vezes você foi imprescindível para mim, menos as vezes que eu pisei na bola contigo. O resultado é uma equação de terceiro grau que em poucos momentos manifesta a essência de nosso amor, mas que me dá certeza que podemos muito mais. Você, o Marquinhos e o Bruninho, constituem os pilares desse mala sem alça que vive suprindo sua patológica carência com vocês. Agora só falta a revolução...

*O capoeira sempre bateu ponto no tronco!
Primeiro quando teve sua prática criminalizada
Em conjunto com isso, sua organização favelada
Malts, malandros, vadios levando pedrada.*

*Até que teve um cara,
Bimba o “educador” da rapaziada
O Vadio agora era o Mestre,
E a seqüência de ensino estava organizada,
Mal sabia ele que tudo isso era só mais uma jogada
Dos dominadores que controlaram toda a parada,*

*Mais outros mestres surgiram
E em resistência criticaram o processo
A capoeira se dividiu
E o capital assinou mais um regresso.*

*A cultura perde quanto mais o capital avança
Acumulando e explorando
Sociometabolizando uma prática de herança*

*Herança ancestral
Afro-Brasileira
De Resistência por excelência
Mas que a história já aponta sua subserviência*

*Capoeira Mercadoria
Corpo, aplauso, acrobacia
Ou como angola
Que vende ao capital até sua poesia,*

*A capoeira ganha o mundo
De crime vira esporte,
Conteúdo escolar,
Que bom afirmam os capoeiras
Que ótimo legitima o capital
Mais tudo que vai volta
E nem sempre tem um bom final
Com isso a capoeira leva mais uma rasteira,
Sendo “tombada” como patrimônio cultural...*

*Pró-Capoeira, Pontos de Cultura
Viva meu Mestre, perspectivas futuras,
Enquanto os documentos,
Com muitos fundamentos,
Acomodam-na em uma nova escritura*

*Agora capoeira é lei
Lei do capital,
Só falta agora regulamentá-la
E atestar assim esse ritual*

*Tu que é moleque,
Moleque é tu,
Dizíamos tempos atrás
Hoje nos iludimos com migalhas
E nem sequer questionamos mais*

*Mais a luta continua,
Seja na praça, na academia ou na rua,
Seja no tapetão
E com política a altura.*

*Mas com conhecimento!
Sem neutralidade!
Apontando que a capoeira tem fundamento
E deve legitimar outro projeto de Sociedade!!*

*Salvem os mestres
Viva a cultura Brasileira!
Façamos como Zumbi
E não esqueçamos de nossa herança Guerreira!*

Axé!

O Autor. Rio Grande – RS, 29 de Novembro de 2010.

Senzala

*O Negro de hoje em dia
Vem na roda, seu doutor.
É o mesmo que sofria.
Os maus tratos do feitor*

*O canto é da senzala.
E quem cantou pra não chorar.
A luta é gingada
E nasceu pra libertar.*

*A cabaça, o arame e aquele pau
O seu instrumento berimbau
Avisando que é hora de lutar
Ê, ê, ê, camará!*

*Aruanda, aruanda, aruandê
Ê, ê, ê, camará!*

*Olha joga menino Que eu quero ver
Ê, ê, ê, camará!*

*Antes que esfrie
Meu corpo morto
Em algum lugar
Meus ossos se retirem
Façam armas pra lutar*

*Buscando a liberdade
E o direito de viver
Mesmo que a realidade
Só os filhos venham ter
A farinha, a pimenta e o feijão
Tão poucos afirmam que está bom
Enquanto eles comem caviar
Ê, ê, ê, camará!*

*Aruanda, aruanda, aruandê
Ê, ê, ê, camará!
Olha joga menino Que eu quero ver
Ê, ê, ê, camará!*

(Mestre Bradesco – Grupo Porto da Barra)

RESUMO

Bueno, Marcos Cordeiro. **O Fetiche da Capoeira Patrimônio**: Quem quer abrir mão da história da capoeira? 2012. 272f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Esta pesquisa buscou apreender os pressupostos do processo de patrimonialização da capoeira. Para tanto, esse bem cultural foi analisado historicamente, elencando-se os principais momentos que a metamorfosearam, desde seus primeiros registros ainda existentes, sua criminalização e descriminalização, sua subsunção ao capital até seu estágio evolutivo mais avançado como Patrimônio Cultural do Brasil. Em decorrência desse processo, foi analisado os discursos contidos dos documentos que a oficializam em sua forma patrimônio, bem como as políticas públicas implementadas para a capoeira até o presente momento. Referendada pelo Materialismo Histórico e Dialético, essa pesquisa constatou que a capoeira, ao ser reconhecida pelo Estado brasileiro como patrimônio cultural, está perpetrada pelo fetiche da mercadoria, de modo que seus produtores – Mestres e Professores – e seus praticantes necessitam atentar-se para a exploração inerente das relações de trabalho para produção da capoeira nesse estágio de mercadorização. Foi evidenciado que a forma em que o Estado brasileiro tem se proposto a incentivar a capoeira, estão implícitas duas tendências cruciais para o futuro desse bem cultural: A primeira é pela negação de sua história, reduzindo seu caráter de “resistência” ao modo de produção capitalista a instrumento de “paz no mundo”; a segunda manifestou-se no sentido de propor, em resposta a ânsia da comunidade capoeirana por melhorias de sua condição de classe, a regulamentação da profissão da capoeira. Com isso, o discurso oficial tende a repetir a história tal qual vem ocorrendo no campo da educação física, a qual após ser regulamentada nada tem a comemorar. Conclui-se que a comunidade capoeirana refere a capoeira como “bem cultural” – alicerçada no projeto histórico da classe trabalhadora que está para além do capital – e não “patrimônio”, pois o mesmo representa uma “vitrinização” da capoeira pelo Estado Brasileiro para o mundo, que em troca não garante a permanência e atualização de sua existência, decompondo-a de suas características históricas. Ao mesmo tempo, sugere-se que o Estado cumpra sua função e efetivamente execute políticas culturais para a capoeira sem aparelhá-la a ideologia burguesa, mas garantindo o incentivo a todos os mestres que detém seu legado, sem distinção de idade, nem quantidade de beneficiados. Políticas que devem por em prática o auxílio na organização dos capoeiras de maneira democrática e transparente, diferentemente do que evidenciamos com relação as ingerências do Ministério da Cultura via Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Grupo de trabalho Pró-Capoeira.

Palavras-chave: Capoeira, Projeto Histórico, Bem Cultural, Fetiche da Mercadoria, Patrimônio.

Abstract

Bueno, Marcos Cordeiro. **The Fetish of Capoeira Patrimony: Who wants to give the history of capoeira?** 2012. 272f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

This research sought to identify the assumptions of the process of the capoeira patrimony. For Both, this cultural well was historically considered, listing the main moments that metamorphosed from its early records still exist, its criminalization and decriminalization, its subsumption to capital to its most advanced stage of evolution as a Cultural Patrimony of Brazil. As a result of this process was analyzed from the discourses contained in documents that formalize their patrimony as well as the public policies implemented to capoeira to date. Countersigned by historical and dialectical materialism, this research found that the capoeira to be recognized by the Brazilian State, is perpetrated by the commodity fetish, so that its producers - Masters and Teachers - and its practitioners need to pay attention to the exploitation of the inherent labor relations for the production of capoeira at this stage of commodification. It was shown that the way in which the Brazilian government has proposed to encourage capoeira, two trends are implicit crucial to the future of cultural well: The first is the denial of its history, reducing its character of "resistance" to the mode of production capitalist in instrument of "world peace", the latter manifests itself to propose, in response to community desire for improved capoeirana of their class status, the regulation of the profession of capoeira. With this, the official tandem repeat history as it is happening in the field of physical education, which after being regulated has nothing to celebrate. It is concluded that the community capoeirana reference the capoeira as "cultural well" - founded the historical project of the working class that is beyond the capital - and not "patrimony", because it represents a "showcase" by the Brazilian capoeira to the world, which in turn does not guarantee the permanence and update of its existence, separating it from its historical characteristics. At the same time that the state fulfills its function effectively and perform cultural policies for the capoeira unit without her bourgeois ideology, but given the incentive to all teachers who owns his legacy, regardless of age or amount of benefit. Policies that are put into practice the help of barns in the organization of a democratic and transparent, unlike the evidence regarding the interference of the MinC / IPHAN / GTPC.

Keywords: Capoeira, Historical Project, Cultural Well, Commodity Fetishism, Patrimony.

LISTA DE SIGLAS

ABEM – Associação Brasileira de Educação Musical
BM – Banco Mundial
CBC – Confederação Brasileira de Capoeira
CBP – Confederação Brasileira de Pugilismo
CNC – Cadastro Nacional da Capoeira
CNFCP - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
CNPC – Conselho Nacional de Política Cultural
COB – Comitê Olímpico Brasileiro
CONFED – Conselho Federal de Educação Física
CREFs – Conselhos Regionais de Educação Física
DOU – Diário Oficial da União
EAD – Ensino a Distância
EF – Educação Física
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ExNEEF – Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física
FGM – Fundação Gregório de Matos
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FPC – Federação Paulista de Capoeira
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUJB – Fundação Universitária José Bonifácio
GTPC – Grupo de Trabalho Pró Capoeira
GTs – Grupos de Trabalhos
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Instituições de Ensino Superior
INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LACED – Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEEF – Movimento Estudantil de Educação Física
MinC – Ministério da Cultura
ME – Ministério do Esporte
MNCR – Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional da Educação Física
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NE – Região Nordeste
OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PL – Projeto de Lei
PT – Partido dos Trabalhadores
PCB – Patrimônio Cultural do Brasil
PCV – Programa Capoeira Viva
PELC – Programa de Esporte e Lazer na Cidade
PNC – Plano Nacional de Cultura
PRONSIC – Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira
RDH – Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SFC – Sistema Federal de Cultura

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNCTAD - XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Gravura de Rugendas, 1835. _____ 36

Figura 2. Orçamento Geral da União – 2009 _____ 98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Síntese das Características das Categorias _____ 15.

Quadro 2. Forma Geral de Valor _____ 203.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
METODOLOGIA.....	6
JUSTIFICATIVA.....	19
Capítulo 1	22
Da História da Capoeira Como Crime de Vadiagem para o	
Regramento Submisso ao Capital.....	22
1.1 Chamando pro Jogo: Dos Primeiros Registros da História da Capoeira.....	24
1.1.1 A Capoeira e a Escravidão: Aliviando Tensões.....	25
1.1.2 Capoeira Não Pode! O Código Penal sobre os Vadios e Capoeiras.....	39
1.2 A Capoeira na Ordem do Capital: Primeiros Passos de um Namoro (in)feliz Aonde	
Tudo que Vai, Volta.....	48
1.3 Capoeira e Capital: Casando com a Viúva Negra (1960-1985).....	66
Capítulo 2.....	79
O Início do Processo de Patrimonialização da Capoeira pelo Estado	
Brasileiro (1985-2008)	79
2.1. Dialo(jo)gando com a Cultura para Explicar as Recentes Políticas Culturais para a	
Capoeira.....	83
2.1.1 A Cultura como Política Pública	85
2.1.2 Política cultural brasileira: O Caso da Capoeira.....	92
2.1.2.1 Dos Pontos de Cultura.	95
2.1.2.2 Capoeira Viva?.....	102
2.1.3 Do Documento Técnico para os Registros Públicos e o Parecer 031/08.....	110
2.1.3.1 Sobre o Dossiê: Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como PCB.	
.....	110
2.1.3.2 Capoeira para quem e para quê? Sobre o Parecer do IPHAN 031/08 e os	
Registros da Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira.....	122
Capítulo 3.....	130
A Capoeira em seu Estágio Evolutivo Mais Avançado Como	
Patrimônio Cultural do Brasil (2008-2011): Discurso e Práticas....	130
3.1 Sobre a criação do Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC) e o Programa Pró-	
Capoeira: Discurso e Práticas.....	131
3.1.1 Sobre o Grupo de Trabalho – Capoeira, Identidades e Diversidade.....	135
3.1.2 Sobre o Grupo de Trabalho – Capoeira na Educação.....	138
3.1.3 Sobre o Grupo de Trabalho – Capoeira, Esporte e Lazer.....	146
3.1.4 Sobre o Grupo de Trabalho – Capoeira, Profissionalização, Organização Social e	
Internacionalização.....	156
3.1.5 Sobre o Grupo de Trabalho – Capoeira e Políticas de Fomento.....	161
3.1.6 Sobre o Grupo de Trabalho – Capoeira e Política de Desenvolvimento Sustentável.	
.....	164
3.1.7 Do ‘Texto Referencial’ de Esclarecimentos Sobre a Questão Previdenciária.	170

3.2 Sobre o Prêmio Viva Meu Mestre: Última gota da Torneira do Programa Pró-Capoeira.....	172
Capítulo 4.....	181
A Capoeira como “Patrimônio Cultural do Brasil” ou Só Mais uma Manifestação Cultural Fetichizada?.....	181
4.1 A Capoeira como Produção Não Material e Material.....	184
4.2 A Forma Capoeira-PCB como mais uma Manifestação Cultural Fetichizada.	191
4.3 Da Simplificação da Capoeira-PCB à Difícil Apreensão de suas Categorias Subordinadas.....	198
Capítulo 5.....	207
Conclusão – Um Canto de Despedida, mas a Roda Continua...	207
<i>REFERÊNCIAS</i>	214
ANEXOS.....	233
<i>ANEXO 1 – Textos Referenciais para os Encontros Pró-Capoeira.....</i>	<i>234</i>
<i>Anexo 2 – DOU nº 66 de 06 de Abril de 2011.....</i>	<i>249</i>
<i>Anexo 3 - DOU - Resultado provisório 1</i>	<i>252</i>
<i>Anexo 4 - DOU - Resultado provisório 2</i>	<i>254</i>
<i>Anexo 5 – Manifesto da Bahia.....</i>	<i>256</i>

INTRODUÇÃO

Hoje, os negros continuam aprisionados, vivendo nas favelas, não tem empregos. Hoje em dia eles não são escravos que possuem um dono, eles são escravos do sistema. O modo de produção mudou, agora é muito mais sofisticado, o chicote é quase invisível, mas ainda é grande. (Marilene Rosa Nogueira da Silva – Descendente de Escravos)

Desde os momentos finais do Brasil Império e seu início como república pré-capitalista há registros diversos sobre a prática da “Capoeiragem”. Registros estes tanto de artistas da época¹ e cronistas², curiosos sobre essa manifestação, como de departamentos policiais apontando os praticantes da capoeira como vadios e criminosos³.

Mas sua origem diversa e imprecisa acaba por caracterizá-la como instrumento de resistência⁴ à recente República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, sendo assim perseguida e proibida a ponto de ser inserida no Código Penal da época na condição de crime⁵. Esse processo de registro policial e a conseqüente criminalização constitui nosso primeiro antecedente para entender por onde caminhará nosso trabalho.

No início do século XX têm-se os registros de suas primeiras “transformações” sistematizadas, passando de crime contra o Estado à “Ginástica Brasileira” e, tendo, em 1937, sua prática permitida em recintos fechados e com o devido registro fornecido pelo Estado, apontando assim o seu controle social (ABREU, 1999). Ora, a recente República de 1889 tornava-se, a partir do Governo Vargas, uma ditadura burguesa que tinha como meta, retirar do país a condição de mero produtor agrícola, para tornar-se uma potência industrial (SODRÉ, 2003; FERNANDES, 1981; COUTINHO, 2006).

De lá pra cá, a capoeira vem passando por diversas metamorfoses advindas da luta de seus praticantes pela sobrevivência dessa manifestação como bem cultural e determinada conforme as necessidades da formação social do capital de manter sua hegemonia.

Se foi a formação social do capital que determinou as nuances do regime político brasileiro do recente “Estado Novo”, na capoeira foi o seu processo de desenvolvimento

¹ Rugendas e Debret são os artistas que mais registraram em imagens a prática da capoeira durante suas pesquisas pelo Brasil colônia. Ver mais em Araújo (1997); Capoeira (2000); Falcão (2004).

² Plácido de Abreu e Alexandre Mello Moraes Filho destacaram suas produções literárias no período de 1885 a 1909 sobre os Capoeiras. Ver mais em Faustino (2008).

³ Ver mais em Soares (2001); Abreu (2005); Dossiê (2007).

⁴ A categoria de resistência é uma das categorias de conteúdo que abordaremos em todo nosso trabalho, dada sua importância como elemento singular para consciência de classe. No decorrer da exposição ela tornará a aparecer.

⁵ Consultar o Código penal da República dos Estados Unidos do Brasil; decreto 847 de 11 de Outubro de 1890; Capítulo 13, dos Vadios e Capoeiras, artigo 402, em REGO (1968).

histórico que a retirou da condição de marginal, criminosa para a condição de regramento submetido ao capital. Condição esta que se aprofundou com a criação por Manoel dos Reis Machado, o Mestre Bimba, da denominada Capoeira Regional⁶.

Instaurava-se com o advento da “Regional”, um processo tanto de luta por legitimação dessa capoeira⁷, ao mesmo tempo em que, do outro lado da corda, mas almejando também seu reconhecimento como mercadoria a ser vendida, encontrava-se os capoeiristas que passaram a denominar sua prática de “Capoeira Angola⁸”. Sua prática é retirada do código penal em 1940, a partir do decreto 2848/40 que institui o novo código penal do Brasil, no qual não mais consta o crime de capoeira (BRASIL, 1940). Com isso, a capoeira passa a ser ‘controlada’ pelo “Departamento Nacional de Luta Brasileira (Capoeiragem) que na época era orgânico da Confederação Brasileira de Pugilismo – CBP, o qual englobava todas as Federações Estaduais da modalidade” (BRASIL, 2011).

Na década de 1960, com o desenvolvimentismo industrial no Brasil e os governos populares de Juscelino Kubtschek, Jânio Quadros e João Goulart, a capoeira começa a ganhar força como mercadoria⁹ e se mantém em expansão mesmo após a contra-revolução de 1964 (FERNANDES, 1981) e a instauração da Ditadura Militar no Brasil. O que vinha até o período sendo disputado entre Capoeira Angola e Regional passa a ter um novo modelo mais adequado à modernidade¹⁰ e princípios norte-americanos, que passou a ser conhecido como “Regional-Senzala” (CAPOEIRA, 2000). Isto porque é a partir deste período que ganha força não apenas a figura do mestre de capoeira, detentor do conhecimento, mas principalmente, com a instauração dos grupos de capoeira e, pelo viés esportivista/nacionalista, formas de

⁶ Em nossos estudos não encontramos o momento em que Bimba reconhece sua luta nomeadamente como “Capoeira Regional”. Isto porque o que ele criou em 1928 foi a “Luta Regional Baiana”. No entanto o próprio Bimba diz que “Em 1928 eu criei, completa, a Regional, que é o batuque misturado com a angola, com mais golpes, uma verdadeira luta, boa para o físico e para a mente” (BIMBA apud ALMEIDA, 1994, p. 17) [grifos nossos]. Mas há contradições entre os historiadores. Vieira (1998) diz que a primeira academia de capoeira foi criada por Mestre Bimba (o que concordamos) em 1932, com o nome de “Centro de Cultura Física e Capoeira Regional da Bahia” (p. 138). Ele não aponta a referência para tal afirmativa, no entanto encontramos a mesma argumentação na obra de Rego (1968), o qual cita o mesmo nome, apenas sem o termo “da Bahia” (p. 282). Já outros historiadores apontam que a academia foi fundada em 1937, tais como Pires (2001) e Santos (1990). O que nos parece mais plausível é a teoria de que a academia foi fundada em 1932, com base nas fontes de Rego (1968) que entrevistou o próprio Bimba e que a mesma só obteve o registro oficial para funcionar como tal a partir de 1937, a partir dos dados de Santos (1990) e do Dossiê (2007) esclarecendo, dessa forma, o porquê de tanta confusão com as datas de início da fundação da academia do Mestre Bimba.

⁷ A Capoeira Regional se colocava como esporte e tinha como foco de mercado a concorrência com outras modalidades esportivas da época, principalmente no campo das artes marciais, em geral. No capítulo 1 abordaremos esse assunto em específico.

⁸ No Primeiro Capítulo de nossa pesquisa aprofundaremos melhor essa temática. Aqui a intenção é apresentar os antecedentes da capoeira até os nossos dias.

⁹ Veremos isso no decorrer do trabalho, em específico no capítulo 1 e no capítulo 4.

¹⁰ Sodré (2003,) aponta como problemática a influência do modernismo na produção cultural do Brasil, pois o mesmo “[...] representou considerável avanço, mais pelo que destruiu e pelas perspectivas que rasgou do que pelo patrimônio levantado pelos seus pioneiros”.

institucionalizadas para sua prática. Trata-se do reconhecimento da capoeira **como desporto nacional** pela Confederação Brasileira de Pugilismo (CBP), em 1972 (SANTOS, 1990) e a criação, em 1974, da primeira federação de capoeira no Brasil, a Federação Paulista de Capoeira (FPC)¹¹.

Com o processo de re-democratização do Brasil no início da década de 1980 e a promulgação da Constituição em 1988, têm-se legitimidade a política para que o Estado passe a incentivar e apoiar as diversas manifestações da cultura, entre elas a própria capoeira.

Art. 215. O estado garantirá **a todos o pleno exercício** dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado **protegerá as manifestações das culturas populares**, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988, p.121) [grifos nossos].

Se esta lei fosse cumprida de modo efetivo, provavelmente o modo de produção capitalista estaria superado, uma vez que não enxergamos que o Estado capitalista e a sociedade sobre os seus ditames tenham condições objetivas para tal ‘façanha legal’. Isto porque, em conjunto com a re-democratização do Brasil, os presidentes eleitos de forma direta ao longo de toda a década de 1990 carregam em “baixo do braço” a cartilha neoliberal, privatizando ao máximo as empresas estatais mais produtivas, retirando direitos dos trabalhadores e restringindo recursos da área social ao mesmo tempo em que rapidamente instauravam um processo de privatização do público¹². Com isso, ao mesmo tempo em que a capoeira mantém sua expansão na forma de academias, da constituição de “megagrupos” (CAPOEIRA, 2000) e a criação da Confederação Brasileira de Capoeira (CBC) em 1992, o apoio do Estado à manifestação cultural em questão permanece restrito, mesmo que descumprindo a Constituição de 1988 em seu artigo referente à cultura.

É somente após a chegada do Governo Lula ao poder, em 2003, que o neoliberalismo ganha uma forma mais acentuada, embora oculta, de atuar frente às demandas de regulação e incentivo público a partir das orientações de órgãos multilaterais tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), e etc.¹³ E é deste período que se tem a última expressão das metamorfoses do movimento da capoeira: Trata-se do reconhecimento da capoeira como Patrimônio Cultural

¹¹ Ver mais em Frigerio, 1989.

¹² Uma excelente contribuição para o entendimento do neoliberalismo pode ser encontrada em Consulta Popular, 1993.

¹³ Há uma vasta literatura sobre essa temática, contudo as que destacamos em nossa exposição são: UNESCO (2003), Gonçalves (2003), Hartog (2006), Veloso (2006), Rubim (2007), Vassalo (2008) e Alves (2006; 2010).

do Brasil (PCB) a partir do PARECER do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 031/08, bem como do Dossiê (2007) e dos registros da “Roda de Capoeira” no Livro das “formas de expressão” e do “Ofício de Mestre de Capoeira” no livro de “registro dos saberes” (IPHAN, 2008b, 2008c).

Este último antecedente reconhece a capoeira de maneira oficial, ao passo que, para explicarmos o que isso significa, apresentamos a seguir nosso problema de pesquisa: **O que pressupõe o processo de patrimonialização da capoeira pelo Estado Brasileiro?**

A partir do momento que esse Estado reconhece a capoeira como PCB, passamos a questionar esse processo de modo que: O que pressupõe o desenvolvimento histórico da capoeira como organismo social? Desde seus primeiros registros, como a capoeira se desenvolveu até sua forma de PCB? Como ela tornou-se PCB? Quais são os interesses que a legitimam como Patrimônio Cultural? Qual é o conceito de cultura e de Patrimônio que perpassa o processo de patrimonialização da capoeira estabelecido pelo Estado? Como o Estado incide na forma de política cultural para a capoeira, antes e depois de seu reconhecimento como PCB? Que tendências estão implícitas e explícitas no desenvolvimento da capoeira já reconhecida como PCB?

Vale ressaltarmos que no Parecer 031/08 do IPHAN consta que o reconhecimento da capoeira como PCB faz parte de um processo amplo de patrimonialização da cultura. Os exemplos constantes no parecer apontam para outras políticas sociais tais como a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR); A criação da Lei 10639/03, que institui o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica; a criação da Fundação Cultural Palmares e o reconhecimento das comunidades quilombolas; e a assinatura de diversas convenções e resoluções internacionais em prol da igualdade racial e a possível criação de um Estatuto da Igualdade Racial (IPHAN, 2008, p.03)¹⁴. Além disso, anterior ao registro da capoeira já constam como patrimônio cultural: “o Ofício da Baiana de Acarajé, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano (titulado também como Patrimônio da Humanidade pela Unesco), o Jongo do Sudeste, as matrizes do Samba no Rio de Janeiro, o Tambor de Crioula do Maranhão, além do Frevo, que, a despeito de possuir também outras matrizes culturais, também se insere neste conjunto” (IPHAN, 2008, p.04). Percebe-se desta forma, que o processo de patrimonialização da capoeira não é um fenômeno isolado, mas encontra-se imerso de um processo de ‘apoio’ a cultura mais amplo, que atinge

¹⁴ O Estatuto foi criado e instituído a partir da Lei nº 12.288 de 20 de Julho de 2010.

uma dimensão global, mas que não necessariamente atende as reais necessidades dos seus produtores e produtoras, como veremos adiante.

Partindo dos questionamentos supracitados, bem como do que já nos apresenta as primeiras políticas culturais e, ancorados no Materialismo Histórico e Dialético (TRIVIÑOS, 1987; CHEPTULIN, 1982), nos propusemos a analisar de que modo a capoeira é operacionalizada como patrimônio cultural, para seus trabalhadores e trabalhadoras na atual conjuntura brasileira e mundial.

Como objetivo geral de pesquisa nos propomos a analisar o processo histórico de patrimonialização da capoeira. Para os objetivos específicos, o foco foi: na análise histórica dos momentos que metamorfosearam a capoeira desde sua marginalização até o desenvolvimento de suas formas de Capoeira Regional, Capoeira Angola, Capoeira Contemporânea, explicitando quais propriedades foram fundamentais para seu desenvolvimento, bem como sua mercadorização; na análise dos discursos contidos nos documentos que oficializam o reconhecimento da capoeira como PCB; nos impactos das políticas sociais engendradas pelo Estado brasileiro para a capoeira; e na relação entre as categorias do materialismo histórico e dialético – dentre estas, o Fetiche da Mercadoria – com as categorias de conteúdo de nosso objeto (capoeira);

Com base nestes objetivos de pesquisa nós construímos a maior parte de nosso “método de pesquisa”. O desenvolvimento do mesmo permitiu que retornássemos aos dados descritos no método e assim categorizássemos de maneira mais inferencial toda a pesquisa para então a expormos nesse momento como “método de exposição” (MARX, 1985, 2008; TRIVIÑOS, 2006).

Se os antecedentes da constituição histórica da capoeira já dão pistas de como a mesma se expressa atualmente na forma de PCB, a seguir apresentaremos a metodologia utilizada para nossa pesquisa, bem como as conseqüências do processo de patrimonialização da capoeira. Por fim estão expostas quais as perdas e possíveis alternativas de resistência decorrentes desse processo.

METODOLOGIA

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento do real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori (MARX, 1985, p.20).

A epígrafe acima nos serve de horizonte de referência para pesquisar e explicar o estudo da cultura da capoeira em questão. Isto significa dizermos que a lente utilizada para nossa análise será pelo viés marxista o qual entendemos:

a) como uma filosofia a mais, isto é, como interpretação do mundo entre outras, ou uma filosofia na qual o individualismo foi invertido para por de pé o materialismo, ainda que tentando salvar com essa inversão a dialética que se apresentava de forma mistificada; b) como uma filosofia da ação transformadora e revolucionária, na qual a atividade em sua forma abstrata, idealista, foi invertida para pôr de pé a atividade prática, real, objetiva do homem como ser concreto e real, isto é, como ser histórico-social. (VAZQUEZ, 2007, p. 56)

Esta lente, explicada metodologicamente como Materialismo Histórico e Dialético, em nosso entendimento, mais do que nos auxiliar a interpretar os discursos oficiais sobre as políticas culturais de salvaguarda da capoeira, nos possibilitará apontar caminhos para a transformação social. Caminhos que não serão inventados, mas captados do movimento do real.

No caso da capoeira, faz-se necessário a sua ‘desconstituição histórica’, ou seja, a partir do desenvolvimento das forças produtivas¹⁵ inerentes ao seu processo de produção, buscaremos ‘recompô-la’ a luz do fetichismo da mercadoria postulado por Marx (1985), o qual acompanha o desenvolvimento das sociedades em geral, e a brasileira de modo singular. A capoeira nesse contexto é a particularidade por nós estudada para expor o caráter fetichizado de todas as mercadorias recentemente apropriadas pelos Estados Burgueses em geral, como Patrimônios Culturais.

¹⁵ “Do desenvolvimento das forças produtivas *dependem* as relações em que se colocam os homens entre si no processo de produção dos objetos indispensáveis a satisfação das necessidades humanas. E nestas relações está a *chave* que permite explicar todos os fenômenos da vida social, os anéis do homem, suas idéias e suas leis” (LENINE, 1973, p. 287) [grifos do autor]. Com base nessa assertiva que analisamos as fantasmagorias presentes na constituição da prática social da capoeira.

Não no que concerne diretamente a essas políticas, mas sim no intuito de ampliar nossos horizontes para a construção de uma cultura contra-hegemônica (GRAMSCI, 1999); não apenas para a especificidade desta prática, mas para um olhar crítico de como nossa sociedade vem sendo determinada pelos ditames do capital. A proposição é que esta pesquisa tem como princípio aproximar os construtores dos bens culturais como a capoeira das trincheiras de resistência ao modo de produção capitalista, a partir da análise de como o Estado se coloca frente a esse valor de uso (bem) cultural.

Como nos colocamos na condição de pesquisadores comprometidos social e politicamente com a capoeira e para além dela, levamos a sério a crítica de que nossa pesquisa pode ‘não ser considerada científica’ de acordo com a altura do mirante de onde vem esta crítica e, por essa razão, apresentamos nossas opções metodológicas: Ao apontarmos que o **materialismo** é a filosofia do marxismo (LENIN, 2003) justificamos que analisaremos a capoeira e sua patrimonialização a partir das condições materiais em que se constrói e se legitima o discurso de reconhecimento da mesma. Ao entendermos a **dialética** como doutrina da relatividade do conhecimento do homem, que reflete a matéria em perpétuo desenvolvimento (LENIN, 2003), nossa análise terá o cuidado de não cair em determinismos simplórios que defendem ou divergem sobre a capoeira tanto em sua forma mais avançada (PCB), como do desenvolvimento de seus matizes antecedentes (demais categorias de capoeira) que foram simplificados na forma capoeira-PCB. Isto significa dizer que, por intermédio do método, assinalaremos as causas e as conseqüências do por que a capoeira passou de crime a patrimônio (e por que não dizer, fetiche?), com suas contradições, suas relações, suas qualidades e dimensões quantitativas, através do comprometimento com um processo de transformação da realidade (TRIVIÑOS, 1987). E por fim, mas não menos importante, justificamos a **história** como possibilidade de superação da contradição primeira em nossa sociedade, ou seja, a luta de classes (MARX e ENGELS, 1987). A análise histórica nos permitirá não somente entender a evolução da capoeira (de suas categorias inferiores para a superior), mas também apontar ou antecipar suas possíveis perdas e ganhos ao passo de sua adequação a formação social do capital.

Como já citado anteriormente, para investigarmos como a capoeira vem se construindo ao longo da história, partiremos da análise do desenvolvimento das forças produtivas. Faz-se necessário esclarecer que a categoria metodológica força produtiva pressupõe:

[...] o **resultado da energia prática dos homens** [práxis], mas esta mesma energia se acha determinada pelas condições em que os homens se

encontram colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior a eles, que eles não criaram e que é produto da geração anterior (MARX, 1973, p. 288) [grifo nosso].

Nossa análise, em concordância com Marx (1973), não se limita ao isolamento fenomenológico e/ou pós-estruturalista/modernista da cultura, como o vem fazendo grande parte dos intelectuais dos estudos culturais (EAGLETON, 2010); mas parte do princípio que “a história individual dos homens jamais ultrapassa a história de seu desenvolvimento individual, tenham ou não, eles mesmos, consciência disso. Suas relações materiais formam a BASE de todas as suas relações [...]” (MARX, 1973, p. 289) [grifos do autor]. E desse mirante macro, buscando a supressão básica da contradição entre burgueses e proletários¹⁶ é que adentramos na especificidade dos estudos culturais e em específico, a capoeira.

A nossa escolha pelo materialismo histórico e dialético justifica-se por nosso comprometimento político-científico que busca aprofundar os conhecimentos acerca da história da capoeira e seu processo de patrimonialização, perspectivando não apenas entender esse processo, mas efetivamente produzir ferramentas para transformá-lo, pois a história é dinâmica e contraditória. Nesse sentido, o movimento do real será aqui analisado a partir dessa referência.

Não obstante, ressaltamos que nos utilizaremos das categorias metodológicas como suporte de análise (pesquisador-objeto) ao longo de todo nosso trabalho de modo que ao elencarmos as categorias de conteúdo mantenhamos nossa coerência com a **totalidade** (KUENZER, 2011).

[...] iluminado por esta categoria [totalidade] o trabalho desenvolver-se-á não como acrescentamento linear de fatos desde um ponto de partida, mas através de **idas e vindas, sempre crescentes em amplitude e profundidade**; assim cada fenômeno, ao revelar a si mesmo e ao todo, deverá ser compreendido como um momento do todo, que ao mesmo tempo o explicita e o esconde (KUENZER, 2001, p.64-65) [grifos nossos].

Dessa forma, e coadunando com a autora, entendemos que nossa metodologia se define pela “expressão das leis universais” (categorias metodológicas) e suas determinações no particular (que nesse caso serão as categorias de conteúdo da prática social da capoeira a partir de nossos objetivos de pesquisa) (KUENZER, 2011).

¹⁶ “Por burguesia, entendemos a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores do trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos operários assalariados modernos que, não possuindo meios próprios de produção, reduzem-se a vender a força de trabalho para poderem viver” (MARX e ENGELS, 2006, p. 23).

Nessa busca, já sistematizada em nossos primeiros estudos (BUENO, 2009), apontamos que a capoeira nasceu engendrada como resistência e ao mesmo tempo conformismo/consolação¹⁷ frente à dominação do modo de produção escravista e pré-capitalista e que, por essa razão, ao compreendermos que a concepção materialista histórica e dialética “[...] não só tem como base de seus princípios a matéria, a dialética e a prática social, mas também aspira ser a teoria orientadora da revolução do proletariado” (TRIVIÑOS, 1987, p.51), entendemos que a capoeira como possível instrumento de resistência cultural deve ser analisada, construída e reproduzida partindo dessa compreensão de mundo, ou seja, da opção objetiva a favor da classe trabalhadora¹⁸.

No que diz respeito ao nosso referencial teórico e bibliográfico sobre a capoeira, buscaremos construir nossa base de entendimento na mesma linha em que Saviani (2011) constrói seu entendimento sobre a educação, ao afirmar que:

Nunca estudei os autores pelos autores. Recorro a eles para poder compreender melhor a realidade e responder aos problemas enfrentados. Assim, aqueles que se dedicam a esmiuçar os textos dos nossos autores de referência, se o fazem seriamente e no espírito da concepção dos referidos autores, são bem-vindos e vou agradecer a eles se me ajudarem a entender melhor os textos chaves e, mesmo, corrigir eventuais falhas de minha leitura. (p.3)

Essa reflexão se justifica porque poucos são os autores do campo do marxismo que estudam a capoeira. Disso decorre que nossa pesquisa buscou aproveitar as contribuições de vários pesquisadores da capoeira inferindo de críticas as suas limitações e/ou divergências epistemológicas, para assim mantermos uma coerência com o método ao mesmo tempo em que avançaremos no entendimento de nosso objeto. Vale lembrar também que os atuais documentos oficiais (DOSSIÊ, 2007; Parecer 031/08 – IPHAN, 2008) concentram uma vasta bibliografia sobre a temática que nos deu subsidio para ampliarmos nosso referencial, apesar de não visualizarmos, nesses documentos, estudos marxistas¹⁹ como referência, o que por si, já expõe a lógica ditada sobre os mesmos e para a comunidade capoeirana em geral.

¹⁷ Sobre o conformismo e resistência, nos utilizamos das contribuições de Chauí (1986). A contribuição de Bosi (1981) também nos foi de fundamental importância, tanto para dar corpo as nossas categorias de conteúdo, como para auxiliar no entendimento do que sejam essas categorias de Resistência e Consolação.

¹⁸ Usamos este termo como sinônimo de Proletariado (MARX e ENGELS, 2006, p. 23).

¹⁹ Destaque para o Inventário (DOSSIÊ, 2007) o qual possui duas referências a Falcão (1991; 1994) que fazem parte de seu processo de ‘intelectualização’ e não contemplam, em nosso modo de ver, aspectos principais de sua maior obra (FALCÃO, 2004) referenciada pelo viés marxista, bem como as ulteriores. O parecer 031/08 do IPHAN possui algumas citações gerais em seu corpo, mas não tem bibliografia.

Em nosso método de pesquisa²⁰ buscamos explicar ‘como’ que somente no século XXI a capoeira vem a ser reconhecida pelo Estado brasileiro. Isto porque o método pressupõe a história como matriz científica (TAFFAREL e DANTAS JUNIOR, 2007). No caso da história singular da capoeira, partimos dos pressupostos de comparação dos momentos pelos quais ela se transfigurou, não numa perspectiva de ‘coisificá-la’, negando seus aspectos materiais, mas pelo contrário, confrontando os fatos materiais que a produziram até o presente momento e retornando a exposição de sua história evidenciando o caráter fetichista presente em seus mais vários estágios evolutivos.

Isto significa que, analisar o processo de constituição da capoeira, do período de seus primeiros registros à sua criminalização, e posteriormente até o momento atual, tem como intuito o de avançarmos de uma visão aparente (caótica) sobre o fenômeno social de nosso estudo até as suas determinações mais simples. Dessas determinações é que regressaremos à Capoeira com uma visão de totalidade (concreto no pensamento), com suas múltiplas determinações e relações, e integrada a outras totalidades sociais com as quais porventura incorra de similaridades (ARAÚJO, 2008; BRANCO, 2008). Com isso, almejamos ter elementos suficientes não apenas para responder o nosso problema de pesquisa, mas sim, constituir e captar alternativas superadoras para o entendimento da capoeira frente ao capital.

Pelo viés de nosso método, abordamos, em um primeiro momento, a história da capoeira por meio de uma periodização correspondente tanto no que diz respeito aos momentos ‘ímpares’ na constituição dessa prática cultural, como também levamos em consideração os momentos mais marcantes da história do Brasil ao longo desse processo. Essa periodização da história do Brasil para o entendimento da capoeira justifica-se por seus antecedentes já apresentados anteriormente. O foco principal é apontar a evolução²¹ da capoeira, com suas contradições e adequações a ordem vigente.

Nessa análise histórica, será exposta, a luz da elaboração de categorias captadas do campo empírico – com diferentes estágios de desenvolvimento – o fetichismo da mercadoria que perpassa o desenvolvimento da capoeira em suas mais variadas formas de manifestação imersas na totalidade social. Isso será exposto não apenas no primeiro momento, mas em todo conjunto de nossa pesquisa.

²⁰ Entendemos a questão do método de pesquisa, como elemento fundante do primeiro momento do desenvolvimento de uma pesquisa, artigo, dissertação, etc. (TRIVIÑOS, 2006) referenciado no método dialético materialista (MARX, 1985).

²¹ O Marxismo entende a história a partir de suas contradições, ao mesmo tempo em que, superando a lógica formal pela dialética, acentua a evolução da própria história em geral da humanidade e dos seus fenômenos em particular. (VAZQUEZ, 2007; LÉNINE, 1982)

Num segundo e terceiro momentos de nossa pesquisa, buscamos analisar os documentos que tratam especificamente do processo de seu reconhecimento. Trata-se de analisar o discurso oficial não apenas no que concerne à capoeira, mas para além dela, numa perspectiva de explorarmos os documentos que antecedem o processo de patrimonialização da cultura em geral, no Brasil, e que remontam um ‘quebra-cabeças’ amplo, na totalidade das produções fetichizadas a partir das exigências dos organismos multilaterais, como a UNESCO, para todo o mundo. Na exposição da análise desses discursos oficiais, nos apropriaremos das contribuições do campo marxista sobre a cultura para, numa perspectiva de confronto, explicarmos o entendimento do Estado sobre a cultura que subjaz a capoeira como PCB e assim estabelecer seus limites e avanços.

A complexidade desta pesquisa carece de um cuidado que em nosso julgamento é de extrema importância: Segundo Teixeira e Dias (2010, p. 121) “pensar a cultura desatrelada de um projeto histórico emancipador tem sido a regra, sob hegemonia ideológica do capital, preocupando-se cada vez mais com as diferenças existentes entre os seres humanos do que com suas semelhanças”. Essa denúncia é nossa premissa para não incorreremos no mesmo erro, pois, na mesma linha de pensamento, Eagleton nos aponta que “o socialismo perdeu lugar para o sadomasoquismo. Entre estudantes da cultura, o corpo é um tópico imensamente chique, na moda, mas é, em geral, o corpo erótico, não o esfomeado” (2010, p. 15). Ao nos colocarmos como pesquisadores da cultura, em particular da capoeira, buscamos metodologicamente explicar o quanto esse processo de patrimonialização da capoeira se aproxima ou se distancia dessas denúncias.

A categoria que emergiu desse contexto é elencada em nosso quarto momento da análise. Trata-se da questão do “patrimônio” conceito chave que sintetiza, dada à formação social do capital, a apropriação privada do Estado brasileiro por sobre as manifestações culturais e dentre estas, a capoeira. Autores das mais várias frentes da antropologia, sociologia, educação e educação física foram confrontados com o que captamos do movimento do real de maneira singular no processo de patrimonialização da capoeira. Com isso, fundamentamos as categorias expressas na prática social da capoeira em seu estágio mais avançado (PCB) bem como, de maneira concreta, o que foi “aplicado” pelo Estado brasileiro, do ponto de vista econômico, e o que se evidencia nesse processo, com suas tendências e a simplificação da capoeira sob o manto de um falso pluralismo e respeito à diversidade cultural.

Trata-se, portanto, de nossa busca para entender e explicar de que maneira a formação social do capital vem ingerindo na produção sobre cultura (patrimonializando-a) que vem cada

vez mais se distanciando da análise de totalidade – macro – e referenciando apenas o imediato – micro – não perspectivando qualquer possibilidade de teorizar teleologicamente (TAFFAREL, 2010) e consolidando o processo de fetichização das manifestações culturais.

A categoria totalidade, no que concerne ao entendimento de cultura será aqui sistematizada em contraponto as teorias que se colocam como estando à frente da modernidade. Recorrendo a Bosi (1992), entendemos que recusar a totalidade, ao estudar a cultura, não significa “dar-se ares de modéstia epistemológica” (p.357), mas sim que “... a longo prazo, quem a sustenta [quem se referencia da concepção pós-moderna] como programa de pensamento e ação irá perdendo todo o critério de valor, e se verá cúmplice das forças de desintegração e da morte. Diz o povo que o peixe fora d’água começa a apodrecer pela cabeça” (BOSI, 1992, p.358) [grifo nosso].

De maneira específica, no que concerne a disciplina de estudo que ancoramos no método da economia política, apresentamos nosso planejamento tático, levando em consideração a necessidade de: Entendermos o método da economia política exposto por Marx em sua época; atualizarmos este entendimento a partir das produções tanto clássicas do conjunto de marxistas, quanto atuais e mais próximas da realidade brasileira; Reconhecer as contribuições dos autores da abordagem dos estudos críticos do discurso²², tendo como foco a utilização de suas técnicas em consonância com a objetiva defesa do projeto histórico socialista.

Os estudos críticos do discurso²³ referem-se a:

[...] um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. Com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social (DIJK, 2008, p.113).

²² Em nossa aproximação com essa abordagem, optamos por referendar a contribuição de Dijk (2008) e Fairclough (2001), pois percebemos o quanto suas técnicas de análise podem ser interessantes para nossa pesquisa. No entanto, nenhum dos dois apresenta de forma objetiva qual o projeto de sociedade que orienta suas respectivas linhas de produção do conhecimento. Enquanto Dijk (2008) expõe a necessidade de produzir cientificamente com comprometimento político e a favor da conscientização dos “grupos dominados” pelo discurso oficial, Fairclough (2001) expõe uma “teoria social” orientada em princípios de mudança social. Os dois autores, pelo que pudemos perceber, trabalham com as categorias de ideologia e hegemonia gramsciana, mas não mantêm uma coerência marxista por não exporem quais são seus pressupostos epistemológicos. A partir desta reflexão nos apropriaremos das suas técnicas, mas buscando um salto qualitativo de modo a manter a coerência com o nosso método e objeto, principalmente no que concerne a totalidade social.

²³ Teun A. Van Dijk utiliza o termo “estudos críticos do discurso” de forma a ampliar a “análise crítica do discurso”. Para tanto quando utilizarmos o termo “estudos” estaremos nos remetendo a metodologia de nossa pesquisa e quando utilizarmos o conceito de “análise” estaremos nos referindo ao tipo de investigação do discurso (DIJK, 2008)

Esse tipo de investigação analítica servirá como base para: a aglutinação dos materiais fornecidos pelos sítios eletrônicos do IPHAN e do MINC²⁴, além do sítio específico organizado por estas instituições para o Programa Pró-Capoeira²⁵, bem como o Parecer 031/08 do IPHAN.

Estes documentos nos serviram como ponto de partida para a análise da prática social²⁶ da capoeira. A busca por mais documentos que precedem os supracitados em foco ocorreu até que em nosso julgamento constatamos o princípio das idéias, que solidificaram a investidura do discurso oficial para a patrimonialização da capoeira.

Destacamos que os textos base de “Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como PCB” (DOSSIÊ, 2007) e o Parecer 031/08 que registram a capoeira como PCB será/foi o nosso ponto de partida para a análise, ao mesmo tempo em que também o ponto de chegada. O ponto de chegada não de maneira sincrética, mas sim de síntese, o qual consolidou o trabalho que expomos nesse momento.

Nessa linha de pensamento, destacamos que nossa pesquisa buscou fundamentar-se na premissa que, “...los significados del discurso son como icebergs de los cuales se expresan explícitamente sólo parte de los significados no dados por supuestos.”²⁷ (DIJK, 2005, p. 17).

Para o mesmo autor,

Esta teoría también permite que dadas las condiciones contextuales específicas, los hablantes puedan, por supuesto, esconder o disimular sus opiniones ideológicas. De hecho, los feministas, los antirracistas o los pacifistas no siempre muestran sus opiniones, incluso en situaciones cuando sería relevante y apropiado. Es decir, el discurso no siempre es ideológicamente transparente, y el análisis del discurso no siempre nos permite inferir cuáles son las creencias ideológicas de las personas. Esto siempre depende de la definición que los participantes hagan de la situación comunicativa, esto es, depende del contexto. En otros términos, nuestro concepto de ideología no es determinista: los miembros no siempre ni

²⁴ Trata-se dos documentos de “Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil” (IPHAN, 2008); da Certidão da Roda de Capoeira no Livro de Registros das Formas de Expressão numero 07 (IPHAN, 2000-2008); da Certidão do Ofício dos Mestres de Capoeira no mesmo livro sob número 05 (Ibid); e dos textos sugeridos para debate durante os encontros do Programa Pró-Capoeira. Os textos sugeridos no sítio eletrônico <http://www.encontrosprocapoeira.org.br> referem-se aos grupos de trabalhos que foram separados nos seguintes temas: “Capoeira, Profissionalização, Organização Social e Internacionalização”; “Capoeira, Identidades e Diversidade”; “Capoeira, Esporte e Lazer”; “Capoeira na Educação”; “Capoeira e Política de Desenvolvimento Sustentável”; e “Capoeira e Políticas de Fomento”.

²⁵ A explicação dessa política cultural será exposta no capítulo 3 de nosso trabalho.

²⁶ Fairclough (2001) nos aponta que “qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (p.22). Quando o autor se refere ao ‘texto’ significa a especificidade da análise textual (lingüística); A ‘prática discursiva’ seria a interação entre o texto e o processo de sua produção e interpretação; E a prática social “cuida das questões de interesse da análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo” (2001, p.22).

²⁷ “Os significados do discurso são como icebergs dos quais se expressam, de maneira explícita, somente parte dos significados não dados supostamente” [Tradução Nossa].

necesariamente expresan o manifiestan las creencias de los grupos con los cuales se identifican²⁸. (DIJK, 2005, p.11)

Esta reflexão, em nosso julgamento, é de extrema importância, pois dialogando²⁹ com Dijk (2008), a **ideologia** é uma categoria metodológica fundamental para a nossa pesquisa. Ela possui diferentes entendimentos conforme a própria **ideologia** de quem faz a análise (DIJK, 2008; IASI, 2007, p.77). Dijk (2005, p.10), quando nos diz que a ideologia é basicamente um sistema de crenças, aponta que:

[...] las ideologías consisten en representaciones sociales que definen la identidad social de un grupo, es decir, sus creencias compartidas acerca de sus condiciones fundamentales y sus modos de existencia y reproducción. Los diferentes tipos de ideologías son definidos por el tipo de grupos que 'tienen' una ideología, tales como los movimientos sociales, los partidos políticos, las profesiones, o las iglesias, entre otros³⁰.

Mas é importante frisarmos que o método da economia política, que vai do empírico ao concreto pela mediação do abstrato, não se limita ao conceito de ideologia, mas que, sob o estudo do modo da produção capitalista, expõe e conceitua o fetichismo da mercadoria, o qual em nosso ver é a manifestação ideológica burguesa.

Sendo apresentadas as devidas contextualizações do método e disciplina de estudo, os passos para nossa pesquisa, seguindo a proposta da análise crítica do discurso, se centrarão em dois pontos fundamentais: O primeiro diz respeito ao que Dijk (2008) denominou de “controle de contexto”. Nas palavras do autor, “o primeiro passo para o controle do discurso é controlar seus contextos” (p.18). A partir deste controle de contexto é que adentramos no “controle de discurso” (DIJK, 2008, p. 18), no qual investigaremos, nos documentos pesquisados, como os mesmos se constituíram a partir dos seguintes parâmetros de controle:

²⁸ “Esta teoria também permite que, dado o contexto condicional específico, os agentes possam, supostamente, esconder ou dissimular suas opiniões ideológicas. Com efeito, os feministas, os anti-racistas ou os pacifistas nem sempre demonstram suas opiniões, inclusive em situações que seriam relevantes e apropriadas. Ou seja, o discurso nem sempre é ideologicamente transparente, e a análise do discurso nem sempre nos permite inferir quais são as crenças ideológicas das pessoas. Isto sempre depende da definição que os participantes façam da situação comunicativa, isto é, depende do contexto. Em outras palavras, nosso conceito de ideologia não é determinista: As pessoas nem sempre, nem necessariamente expressam ou manifestam as crenças dos grupos com os quais se identificam” [tradução nossa].

²⁹ Este termo foi criado por Silva (2006), ao analisar as representações sociais dos mestres de capoeira da cidade do Recife, Pernambuco. Ao longo de nossa pesquisa voltaremos a utilizá-lo entendendo a capacidade de síntese do termo ao tratar o jogo da capoeira como sendo ou devendo ser um diálogo.

³⁰ “[...] as ideologias consistem sempre em representações sociais que definem a identidade social de um grupo, ou seja, suas crenças compartilhadas acerca de suas condições fundamentais e seus modos de existência e reprodução. Os diferentes tipos de ideologias são definidos pelo tipo dos grupos que ‘tem’ uma ideologia, tais como os movimentos sociais, os partidos políticos, as profissões ou as igrejas, etc.” [tradução nossa].

- **O quê** pode ou deve ser reproduzido a partir do reconhecimento da capoeira como PCB;
- **Como** isso pode ou deve ser formulado;
- **E quais atos comunicativos** devem ou podem ser realizados por tais formas e significados discursivos (DIJK, 2008).

Destes passos, conseguimos captar as categorias que perpassam o processo de patrimonialização da capoeira. Ou seja, desde seu antecedente criminal até seu ápice atual como PCB a capoeira engendra um conjunto de fenômenos que, na busca pela manutenção de sua existência, ora resistindo ao modo de produção, ora sendo por ele metabolizada, expressam categorias que desenvolvem, num primeiro momento de forma mais embrionária e atualmente evoluída, o que chamamos de fetichismo da mercadoria capoeira.

A seguir, faz-se necessário expô-las metodologicamente respeitando sua ordem de aparição na exposição de nosso trabalho, bem como que de maneira sintética, apresentar algumas de suas propriedades. Ressaltando que essa categorização deu-se inspirada na elaboração das categorias de “mestres” de capoeira, outrora expostas por Silva (2006). Se nos distanciamos desse autor pelo nosso método, no sentido tático, reconhecemos sua aproximação em sentido estratégico, na defesa do mesmo projeto histórico. O quadro I expõe essas categorias:

Categorias	Síntese das características
<p><u>FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA</u></p>	<p>Está presente desde os primeiros registros sobre a capoeira sendo constituída, por características de negação da condição de escravidão e de resistência aos modos de produção. A utilização do “fetiche” como apêndice dessa categoria nos custou caro, uma vez que é no desenvolvimento da capoeira que a mesma torna-se um fetiche, reduzindo com isso as ‘qualidades’ dessa categoria. Ao mesmo tempo, essa categoria nos permitiu retomarmos a defesa das características de resistência da capoeira como ponto chave para o seu</p>

	processo de desfeticização como mercadoria.
<u>FETICHE DA CAPOEIRA LUTA</u>	Emerge no período em que a população negra conquista seus primeiros direitos legais, com seu auge periodizado entre 1880 e 1930. Engendra em seu bojo características de combate corporal, tais como agilidade, força, astúcia, arma, ora resistindo a formação social do capital, ora vendendo suas qualidades para diversos setores da classe dominante da época.
<u>FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO</u>	Destacamos essa categoria com base no entendimento de Bosi (1981) acerca das estruturas de consolação que a formação social do capital produz para manter sua hegemonia.
<u>FETICHE DA CAPOEIRA REGIONAL</u>	Com a criação da Capoeira Regional por Mestre Bimba, em 1928, a capoeira começa e se caracterizar como forma-capital, dando margem para criação de três outras categorias, duas em ‘adendo’ a esta e uma em oposição.
<u>FETICHE DA CAPOEIRA EDUCATIVA</u>	Categoria manifestada a partir da criação da Capoeira Regional e constituída pela academização da capoeira, sendo primeiramente praticada em recintos fechados, estruturada a partir de métodos de ensino e transmissão de conhecimentos. A mesma ganha vida própria conforme o desenvolvimento da capoeira.
<u>FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA</u>	Em oposição a criação da Capoeira Regional de Bimba, essa categoria se constitui sob a alegação de ser, a Capoeira Angola, a verdadeira, que

	<p>respeita a tradição, portanto, a “capoeira mãe”. Esta categoria guarda a defesa da herança mais característica da capoeira, sendo pouco desenvolvida até a década de 1980. É a partir de sua história mais recente que a mesma vem se desenvolvendo e se expandindo no mercado internacional.</p>
<p><u>FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE</u></p>	<p>Representa, ainda que contraditoriamente, a simplificação das categorias desenvolvidas até o momento de sua primeira manifestação na década de 1930. Mas contém em sua gênese o maior potencial de metabolização para sua auto-valorização como mercadoria e conseqüente produção de capital, tal como apresentaremos no decorrer de nossa exposição.</p>
<p><u>FETICHE DA CAPOEIRA CONTEMPORÂNEA</u></p>	<p>Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a intervenção militar na metade do século XX, a capoeira se expande mercadologicamente e começa a deixar de ter seu conhecimento atribuído ao mestre de capoeira, o que instaura novos contornos e sínteses simplificando algumas das categorias anteriores e auxiliando no desenvolvimento de outras categorias. Sua principal característica se manifesta pela constituição dos “mega-grupos” de capoeira e suas franquias internacionais.</p>
<p><u>FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO</u></p>	<p>Principal e mais desenvolvida categoria que motivou a realização desta pesquisa, pois contém todos os elementos das categorias inferiores, constituindo-se como o estágio mais desenvolvido da</p>

Essas categorias serão destacadas como conteúdo analisado ao longo de nosso método de exposição desde a análise lógica e histórica da capoeira até a investidura do Estado sobre a mesma a partir do século XXI, sendo, contudo, apresentado suas análises em nosso último momento da pesquisa. Trata-se, portanto, de justificarmos que nosso conhecimento da realidade concreta se deu a medida que elaboramos essas categorias no campo das idéias (concreto no pensamento) (KOSIK, 1976).

O termo “Fetiche” aparece como apêndice de todas as nossas categorias, tanto pela sua definição etimológica “que advém do francês *fétiche*, ou do português feitiço, cuja origem é o latim *facticius*, ou seja, “artificial”, ou “fictício”” (MORENO, 2011, p.44) – que bem se encaixa na representação dos “mitos e controvérsias” da capoeira em um sentido de alienação feuerbachiana (VAZQUEZ, 2007); quanto e principalmente, a partir do momento em que se alavanca o processo de mercadorização da capoeira, permanecendo **oculta** “a exploração nas relações de trabalho” para sua produção (SILVA, 2011, p.02), ou seja, do primado da teoria de Marx (1985) sobre o “fetice da mercadoria”. Isto significa dizer, portanto, que o fetice da mercadoria desenvolve-se na capoeira a partir de sua metabolização pelo capital, mas que as condições objetivas para essa absorção estão germinadas na capoeira desde sua origem no seio da cultura escrava e, posteriormente, classe trabalhadora.

A idéia na utilização tanto do termo fetice, quanto das categorias em geral que se manifestam de forma complexa e irregular na capoeira, deu-se no sentido de ampliar o velho discurso fragmentado da capoeira – regional, luta, angola, folclore, contemporânea. Para além desse senso comum, buscamos tornar mais simplificado o entendimento sobre o processo de mercadorização da capoeira, sem com isso, perder a profundidade teórica necessária, bem como o compromisso político-científico.

Com isso destacamos a reflexão de Kuenzer (2011, p.60) quando nos diz que,

...o problema da nossa produção não reside nas opções de trabalhar com categorias macro ou microeconômicas, com análises teóricas ou empíricas, mas sim no insuficiente domínio do método da economia política, do que tem resultado insuficientes formas de articulação entre parte e totalidade, concreto e abstrato, objeto e sujeito, histórico e lógico, conteúdo e forma, pensamento e realidade.

Isto posto, é válido desde já reconhecermos as limitações de nossa pesquisa, bem como de elaborações, incorridas de equívocos, ou mal elaboradas. Esse reconhecimento convém da

dificuldade que encontramos em articular de maneira coerente as categorias metodológicas com as categorias de conteúdo do nosso objeto.

Quanto mais avançávamos em nosso método de pesquisa, mas aguçávamos nossa curiosidade em aprofundar o método, o que por vezes, nos colocou em contradição, pois equivocadamente hierarquizávamos a busca pelo entendimento do método sobre o estudo da prática social da capoeira. Contudo, dadas nossas condições objetivas (tempo para dissertação, trabalho profissional, família, militância, etc.) buscamos manter a idéia na qual “não há entrada já aberta para a ciência [incluindo-se estudos sobre a capoeira] e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos” (MARX, 1985, p.23). E com base nesse horizonte teleológico apresentamos nosso trabalho.

JUSTIFICATIVA

Desde que o socialismo se converteu em ciência, exige-se que se o trate como tal (ENGELS, s/d).

Para analisarmos esse processo histórico e quais os ‘por quês’ levaram a capoeira até o status de PCB, partimos de uma premissa na qual o praticante capoeira não deve se bastar à prática por ela mesma, mas sim buscar entendê-la a fundo, de modo a legitimá-la com argumento, conhecimento e crítica. “A medida que tal crítica representa, além disso, uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes – o proletariado” (MARX, 1985, p.18).

Nesse sentido e em se tratando do fato de o capoeira ser pesquisador de sua própria prática cultural, apontamos que o mesmo deve refletir no seguinte sentido:

A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtidos através do esforço individual concreto, e não como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares: daí, portanto, a obrigação da disciplina interior, e não apenas da disciplina externa e mecânica. Se devem existir polêmicas e cisões, é necessário não se ter medo de enfrentá-las e superá-las: elas são inevitáveis nesses processos de desenvolvimento, e evitá-las significa tão somente adiá-las para quando elas já forem perigosas ou mesmo catastróficas (GRAMSCI, 1984, p. 153)

Esta reflexão nos serve como justificativa, por entendermos que nosso posicionamento crítico porventura gerará polêmicas na comunidade capoeirana a qual também fazemos parte, mas nossa pesquisa almeja sistematizar a crítica do para onde a capoeira caminha/caminhará sendo legitimada pelo Estado brasileiro e conseqüentemente ampliando suas possibilidades de sociometabolização pelo capital como manifestação cultural fetichizada.

O nosso vínculo com a prática da capoeira desde 1997, acompanhando organicamente sua história mais recente, num primeiro momento de nossa formação, levou-nos a construir uma primeira sistematização dessa prática em 2009, não apenas como requisito parcial para formação em Educação Física, mas principalmente, para nos debruçarmos de maneira crítica sobre a capoeira e sobre nossa própria prática social. Esta primeira sistematização de nosso entendimento sobre a capoeira é encharcada explicitamente por nossa concepção de mundo, ampliada em nossa formação, tanto nas rodas de capoeira, nos laços de amizade com educadores de capoeira, como em sala de aula, nas disciplinas universitárias; mas principalmente nos espaços de organização e luta do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF). E foram destas determinações históricas, em confronto com nossas escolhas político-pedagógicas, que nosso objeto de prática cotidiana passou a ser também objeto de estudo, fundamento necessário para entendermos as leis de transformação desse fenômeno, perspectivando não apenas “melhorar” ou mesmo preservar a cultura da capoeira, mas principalmente responder aos anseios que emergem de sua história até o momento como PCB.

Do ponto de vista da história, não temos dúvida que o reconhecimento da capoeira como PCB representa um avanço para a comunidade capoeirana, se levarmos em consideração que até o início do século vinte éramos presos por jogar capoeira e atualmente recebemos incentivos econômicos do Estado de maneira legalizada. Ou seja, o registro da capoeira como PCB dá margem não mais para apenas uma política de governo, mas uma política de Estado. Basta também considerarmos os diferentes livros na qual a capoeira é registrada: antigamente no Código Penal brasileiro e atualmente no livro de Registro dos Saberes do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil (IPHAN, 2008).

Marx (2008) também situava que o capitalismo do ponto de vista da história representava um avanço frente ao antigo regime feudal (no caso do Brasil, escravocrata). Mas nem ele e nem nós nos bastamos à análise primeira de reconhecimento de avanço. Desde o primeiro momento em que nos propusemos a construção desta pesquisa já partimos do ponto de vista do questionamento, ou seja, da atitude crítica (CHAUÍ, 1995), de não nos bastarmos à aparência do fenômeno pesquisado, mas buscarmos suas conexões com o movimento do real

concreto, por intermédio da análise de suas contradições presentes no discurso oficial acerca da capoeira.

Como partimos das leis da dialética para não apenas entender o que vem acontecendo com a capoeira, mas também propor alternativas para seus trabalhadores, justificamos a nossa pesquisa a partir da lei central da dialética que se traduz pela unidade e luta dos contrários (TRIVIÑOS, 1987; CHEPTULIN, 1982). Isto significa dizer que a capoeira e seu processo de patrimonialização são os produtos da consciência, ou seja, “...que seu conteúdo é emprestado da realidade objetiva, que elas são cópias, fotografias de certos aspectos e ligações do mundo exterior” (CHEPTULIN, 1982, p. 56). Aspectos esses que têm impactos materiais na vida daqueles que praticam ou mesmo sobrevivem da venda de sua força de trabalho dando aulas de capoeira.

Nós não estamos nem um pouco satisfeitos com a forma que a capoeira vem sendo degenerada de seus valores historicamente produzidos; nem um pouco satisfeitos com o trato hegemônico que a mesma vem recebendo pelo Estado; muito menos contentes com o sistema desumano em que vivemos e que tem determinado a produção da vida da sociedade brasileira e do mundo: o capitalismo. Por tudo isso e muito mais, justificamos nosso trabalho no sentido de, primeiro: avançarmos no âmbito do entendimento da capoeira voltada para a construção de alternativas superadoras de modo a confrontar sua prática com a ordem vigente e não apenas se subsumir (de maneira fetichizada) a esta; e segundo, termos nessa produção – dissertação – mais uma ferramenta escrita servindo como “arma” ideológica para a revolução (PISTRAK, 2003).

Capítulo 1

Do Crime de Vadição para o Regramento Submisso ao Capital

Sou negro forte, da periferia... Meu tataravô foi escravo e eu sou escravo hoje em dia (Mestre Toni Vargas).

Este capítulo aborda alguns aspectos históricos da capoeira de forma a situá-la na atual condição de PCB. Tenta responder, em parte, a questão sobre como a capoeira passou de cultura marginal, reprimida e criminalizada em suas origens – assim representada em seus primeiros registros no Século XIX, para o status de Patrimônio Cultural do Brasil, no Século XXI.

Trata-se aqui de realizarmos um “passeio”³¹ pela história da capoeira, desvendando as suas relações – de seus praticantes e de seus mestres – com a totalidade social na qual se insere e esteve inserida, no decorrer do processo histórico que a forjou não só como um elemento cultural, mas também e, sobretudo, social e econômico.

Ao nos debruçarmos sobre esse processo histórico, para quem é praticante-pesquisador de capoeira, nos deparamos com uma gama de versões diversas, desde as mais míticas³² até as pesquisas de cunho científico que dialogam nos campos da História, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Educação e Educação Física³³, além do próprio referencial exposto nos documentos oficiais, dos quais trataremos de expor neste capítulo.

Quem tem ou teve a oportunidade de praticar capoeira, por menor que tenha sido seu tempo de prática, vivenciou ou mesmo teve acesso a vários elementos da história da escravidão no Brasil. No entanto, muitas vezes, a história da capoeira vem aliada à história da escravidão de maneira mítica e que não ultrapassa o nível do senso comum. A partir desta afirmativa, apontamos que este capítulo tem como objetivo auxiliar no entendimento que a

³¹ O termo passeio é ilustrativo e se aproxima do que Triviños (2006) denominou de “método da pesquisa”.

³² Sobre esse aspecto, destacamos o conhecido livro “O que é Capoeira” de Almir das Areias, publicado em 1989 pela coleção primeiros passos, sendo este um dos livros mais veiculados na comunidade capoeirana. Além deste, também é de nosso conhecimento outras obras, tais como Caribé (1955), Pastinha (1964), além das mais diversas verdades míticas apresentadas na Internet, a partir dos ideais de muitos “grupos” de capoeira.

³³ Ver mais em Falcão (2004).

capoeira não “nasceu como arma para acabar com a escravidão”. O equívoco de muitos mestres e professores de capoeira está na periodização de sua história. É somente com o avanço do capitalismo no Brasil que a população negra deixa de ser escravizada, mas não perde prontamente sua condição de miséria. Ou seja, são os negros libertos, a classe trabalhadora mais miserável do recente Brasil República que se utilizam da capoeira como luta física beligerante. Se houberam muitas lutas contra a escravidão por parte da população negra no Brasil, isto não dá o direito de nós capoeiristas afirmarmos que eles se utilizavam do que nós conhecemos hoje como capoeira para se libertar dessa condição. Isto porque o tráfico de negros da África para o Brasil é muito anterior a 1789³⁴ (ARAÚJO, 2008), quando se tem o primeiro registro sobre a prática da capoeira.

Sua história foi, durante muito tempo, transmitida por meio da oralidade, ou mesmo de “oitiva³⁵”, por isso a razão de tanta mitificação sobre sua origem. No entanto hoje ela já é contada nos mais diversos espaços do mundo e não apenas no Brasil, seja pela prática - da capoeira durante as aulas, rodas, músicas - seja pela pesquisa acadêmica.

Pela perspectiva do materialismo histórico e dialético, a história é uma ciência e como tal, é peça chave para o entendimento de qualquer fenômeno social. Nesse sentido, a capoeira como cultura, ou seja, “enquanto produção material humana e, por seu termo, a cultura corporal, não tem como ser entendida, explicada e transformada fora da referência da história” (TAFFAREL e DANTAS JÚNIOR, 2007, p. 02). Esta reflexão nos serve de apoio para o que nos propomos a expor no decorrer deste capítulo, com o intuito de avançarmos em busca de uma apropriação da capoeira como bem cultural, apresentando a manifestação de categorias que elencamos no conteúdo, e tendo como ponto de chegada a referência de um projeto histórico que está para além do capital.

A nossa análise parte do princípio do porque da capoeira, como prática materializada no ambiente escravocrata e considerada crime até os anos trinta do século passado, passou por diversas metamorfoses e só recentemente (em 2008) obteve o status de PCB.

³⁴ Trazendo o contexto apresentado pelo autor: “A primeira menção oficial à prática de capoeira data de 25 de Abril de 1789. Nesse contexto, a capoeira era vista como prática criminal, de acordo com Nireu Cavalcanti. O registro policial cita a prisão de Adão: pardo, escravo, acusado de ser capoeira (“O Capoeira”, *Jornal do Brasil*, 15/11/1789, citando o código 24, *Tribunal da Relação*, livro 10, *Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro)” (ARAÚJO, 2008, p. 23). O Dossiê (2007, p. 14) também confirma esse dado.

³⁵ Termo utilizado pela comunidade capoeirana para o aprendizado pela observação em roda. Ver mais em Pires (2001). De acordo com Abreu (2003) a oitiva acontecia “... na roda, sem a interrupção do seu curso que se dava à iniciação, com o mestre pegando nas mãos do aluno para dar uma volta com ele. Diferentemente de hoje em dia, quando é mais freqüente iniciar o aprendizado através de séries repetitivas de golpes e movimentos, antigamente o lance inicial poderia surgir de uma situação inesperada, própria do jogo: um balão boca de calça, por exemplo. A partir dele se desdobravam outras situações inerentes ao jogo, que o aprendiz vivenciava orientado pelos “toques” do mestre [...]” (p.20).

1.1 Chamando pro Jogo: Dos Primeiros Registros da História da Capoeira

*Olha o negro que veio pro Brasil...
Que veio sofrer como um cão...
Que veio trabalhar na terra, também na colheita e na
plantação (GRUPO CAPOEIRA GERAIS).*

A data de 1789 representa para nós, o marco inicial sobre a prática da capoeira como registro fidedigno de sua existência (ARAÚJO, 2008). De maneira irônica, mas muito importante esta mesma data é o marco da frente capitalista no ocidente, a partir da primeira grande revolução burguesa, ocorrida na França neste mesmo ano³⁶.

Essa relação inicial é apenas ilustrativa, porém necessária, pois, “a capoeira é uma manifestação humana e, como expressão das ações do homem na era moderna, encontra-se submetida à lógica das leis sociais do modo de produção que estrutura a modernidade, o modo de produção capitalista” (ARAÚJO, 2008, p.15). Sendo assim, independente da velocidade com que a formação social do capital avançava mundialmente, a produção de valores de uso foi gradualmente sendo apropriada pelo capital e expropriada de seus produtores.

A capoeira nesse contexto, ainda era ‘carta fora do baralho’, pois o Brasil encontrava-se nesse período – 1789 – na condição de colônia portuguesa (portanto controlado pela formação social feudal/escravista). Porém, de forma gradual já instaurava sua própria produção cultural, mesmo que transplantada de outras culturas. Segundo Sodré (2003) deste período sobrepõe-se duas áreas culturais no Brasil: Uma da cultura indígena com predomínio das relações feudais; e outra com “supremacia da cultura transplantada, economicamente principal, com predomínio das relações escravistas” (p.12). E é nesse meio que se tem o primeiro registro da capoeira na forma de síntese das culturas transplantadas.

A menção oficial a prática da capoeira não significa que a mesma teve início naquele momento, mas é um dado histórico que nos auxilia a montar nossa primeira “roda” da história da capoeira. Roda esta que não entende a história como conjunto de acontecimentos sobre determinado fenômeno, mas que busca, por meio das categorias de contradição e luta de classes (MARX e ENGELS, 2006; CHEPTULIN, 1982; TRIVIÑOS, 1987), a explicação da forma como a sociedade vem se organizando e assim constituindo e institucionalizando práticas, como é o caso da capoeira, subsumidas ao modo de produção capitalista – fetichizadas.

³⁶ Ver mais em Marx, 1851/1852.

História que pode ter se iniciado antes do capitalismo se firmar no Brasil, mas que por motivo torpe, perdeu uma grande quantidade de registros sobre o período anterior a 1888, conforme veremos a seguir. Registros estes, tanto de artistas da época e cronistas³⁷, curiosos dessa manifestação, como de departamentos policiais apontando os praticantes da capoeira como vadios e criminosos.

Mas sua origem diversa e imprecisa acaba por caracterizá-la como instrumento de resistência à recente República Federativa dos Estados Unidos do Brasil sendo assim perseguida e proibida a ponto de ser inserida no Código Penal da época como crime.

Para entendermos um pouco melhor este processo de forma coerente com nosso referencial teórico-metodológico, faremos alguns recortes de alguns períodos históricos buscando dialeticamente constituirmos uma seqüência tanto do avanço do capital frente à prática da capoeira, quanto do próprio desenvolvimento da capoeira até os nossos dias, em relação direta com o desenvolvimento das forças produtivas.

1.1.1 A Capoeira e a Escravidão: Aliviando Tensões

Meu bisavô me falou, que no tempo da escravidão... Era dor, tanta dor, tanta dor, que morriam de dor os negros meus irmãos (Mestre Toni Vargas).

O período da escravidão no Brasil é bastante extenso e por essa razão nos ateremos ao que ficou de registro sobre as práticas corporais dos negros da época que nos trazem os primeiros indícios de uma prática que hoje chamamos de capoeira. Não é de nosso intuito descobrir a data do começo da capoeira, mas sim explicarmos como, a partir de seus primeiros registros, origina-se, ainda que em caráter embrionário seu processo de patrimonialização.

Falcão (2004), em seus estudos, nos aponta três aspectos do desenvolvimento da capoeira: a “plurietnia”, a “resistência” e a “transnacionalidade”. Desses três aspectos, levaremos o primeiro em consideração à constituição e origem da capoeira, o segundo como categoria de conteúdo para nossa análise e o terceiro será melhor contextualizado nos próximos capítulos.

Nós partilhamos da tese de que a capoeira começou com os negros escravizados no Brasil, mas a pouca quantidade de registros sobre sua prática, ou mesmo a falta de sistematização do conhecimento da capoeira por parte de seus praticantes não nos dá o direito

³⁷ Plácido de Abreu e Alexandre Mello Morais Filho destacaram suas produções literárias no período de 1885 a 1909 sobre os Capoeiras. Ver mais em FAUSTINO (2008).

de excluir desse processo às demais comunidades que viviam no Brasil, como os indígenas, os portugueses etc.

O mesmo autor nos traz dados que remontam um passado “pluriétnico” com maior expressão no último período do século XIX (após 1850) quando uma grande quantidade de portugueses, italianos, argentinos, franceses, alemães e espanhóis migrou para o Brasil na expectativa de se dar bem no suposto “paraíso tropical”. Amontoados nas periferias da cidade do Rio de Janeiro, os mesmos em conjunto com os “negros rebeldes e ex-escravos construía, num ambiente extremamente hostil e conflituoso, laços de solidariedade para enfrentar o infortúnio e a miséria comum aos forasteiros, desamparados e estranhos que chegavam ao ‘Novo Mundo’ [...]” (FALCÃO, 2004, p.18).

A questão da pluriétnia na origem do processo histórico, que criou a capoeira, é de interesse para nossa pesquisa, não no sentido de focarmos em aspectos antropológicos da constituição cultural da capoeira e assim, de maneira ingênua dissolvermos a categoria de luta de classes, mas sim pelos seguintes entendimentos: por entendermos que o Brasil era determinado pelo modo de produção escravista quando a capoeira inicia sua jornada de construção e que se constituiu num período em que os negros ainda não eram reconhecidos como ‘cidadãos’, mas sim como escravos; porque a pluriétnia concentrada nas periferias das grandes cidades do decadente Brasil Colônia e ascendente Brasil Império já nos antecipa as condições de vida a que estes trabalhadores eram obrigados a viver em dado modo de produção; e pela propriedade privada dos meios de produção que é o pilar tanto no modo de produção escravista, como no capitalismo e, conseqüentemente, determinante na divisão da sociedade em classes.

Toda a história da humanidade que se tem registro é a história da luta de classes (MARX e ENGELS, 2006), de modo que um mito ganha status de verdade ao ser convencionalizado por determinado grupo social. No caso da capoeira essa convenção se dá pela transmissão de sua história por intermédio da oralidade, das músicas, enfim, do senso comum. Isto significa que ao mesmo tempo em que o mito dá margem para a abstração do sentido de resistência do negro escravo frente ao feitor, também o conforma a aceitar sua condição e sobreviver como escravo.

Apoiando-se em teorias criacionistas de seu folclore, muitos negros acreditavam nas capacidades de sua força (física e cultural) e com isso, tentavam resistir ao modo de produção que sequer os reconhecia como seres humanos. Alguns exemplos são os Quilombos, as fugas em massa das senzalas etc. Por outro lado, os mitos também serviam para conformar aquela

situação de existência precária dos negros escravizados, que na impotência de construírem e manterem qualquer perspectiva de liberdade findavam por aceitar a escravidão depositando suas esperanças não na capacidade de sua organização como classe, mas em imagens divinas tanto de sua herança cultural, como da absorção sincrética da cultura de seus opressores.

Como o mito tem bastante expressão no Brasil até nossos dias, a própria origem da capoeira mantém essa lógica. Obviamente que são as condições materiais e seus respectivos registros que nos possibilitam desvendar “o mito” de sua origem, mas dadas essas próprias condições, tanto durante a escravidão, quanto no período de sua recente abolição, torna-se impossível assegurar a origem da capoeira. Nestor Capoeira³⁸ (2000), ao entrevistar Muniz Sodré³⁹ registra sua fala, ao afirmar que:

[...] a questão do começo é um falso problema – na capoeira e em geral. O importante não é o começo – a data histórica não tem tanto interesse assim -, mas sim o princípio: **quais as condições que a geraram e o que a mantém em expansão**. Isto é: o conjunto de condições e circunstâncias históricas e culturais para que aquele jogo tenha expandido. No caso da capoeira, o começo é brasileiro, mas o princípio – tanto o fundamento, a historicidade, quanto o mito – é africano (CAPOEIRA, 2000, p.17) [grifo nosso].

Não entendemos que o começo seja um “falso problema”, pois se houvessem registros na história, específicos sobre sua origem, haveria muito mais condição para a analisarmos, bem como captarmos suas nuances e o porquê de sua similaridade com outras culturas⁴⁰. No entanto, por falta de registro sobre sua origem, nosso entendimento avança na perspectiva do esclarecimento da permanência da capoeira durante o brutal período do Brasil Colônia e Império, o qual possibilitou as condições para sua criação.

Mas para trazermos mais elementos da história da capoeira nesse período, faz-se necessário darmos um salto mortal na história até o ano de 1889, para depois continuarmos nossa exposição.

Com a Abolição da Escravidão e principalmente, do ponto de vista do modo de produção do capital, com a Proclamação da República em 1889, ocorrem fatos que

³⁸ Nestor Capoeira é um grande ícone perante a comunidade capoeirana e um dos primeiros capoeiristas a “ganharem” a vida no exterior com a prática da capoeiragem. O mesmo é autor de importantes livros sobre a capoeiragem, tais como “Os Fundamentos da Malícia” (2000) “O Pequeno Manual do Jogador de Capoeira” (1981). Todas estas publicações são fonte de conhecimentos históricos sobre a capoeira, no entanto o mesmo autor não esclarece para seus leitores quais as suas bases epistemológicas para a produção do conhecimento de capoeira. Por essa razão, aproveitamos o que julgamos como pertinente para nossa análise, entendendo seu distanciamento epistemológico e suas possíveis limitações.

³⁹ Historiador e aluno de Mestre Bimba conhecido nas rodas de capoeira como “Americano”.

⁴⁰ Stotz (2010) apresenta uma grande quantidade de registros atuais de manifestações culturais diversas em várias partes do mundo que contém elementos similares a prática da capoeiragem.

determinam à falta de registros não apenas sobre a prática social da capoeira, mas de toda a história da escravidão no Brasil.

A lei de abolição da escravatura surge em 13 de Maio de 1888 e, cerca de dois anos após esta, Rui Barbosa com o intuito apresentado de limpar a sujeira que foi a escravidão, queima a grande parte dos documentos que a retratavam e que conseqüentemente tinham dados importantíssimos para elucidarmos as origens da capoeira. Vianna⁴¹, citado por Rego (1968), ao debater sobre este acontecido no traz documentos que comprovam este crime que foi a queima dos registros e, por essa razão julgamos por necessário apresentar aqui o trecho de sua obra, a qual relata o fato:

Infelizmente o conselheiro Rui Barbosa, por isso ou por aquilo, nos prestou um mau serviço, mandando queimar toda documentação referente à escravidão negra no Brasil, quando Ministro da Fazenda, no governo discricionário do generalíssimo Deodoro da Fonseca, por uma resolução que tem o seguinte teor:

Considerando que a nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão – a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral;

Considerando que a República está obrigada a destruir êsses vertígios por honra da pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira;

Resolve:

1.º - Serão requisitados de tôdas as tesourarias da Fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula de escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na recebedoria.

2.º - Uma comissão composta dos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da confederação abolicionista, e do administrador da recebedoria desta capital, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papéis e procederá à queima e destruição imediata dêles, o que se fará na casa de máquina da alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer a comissão.

Capital Federal, 15 de Dezembro de 1890. – Rui Barbosa. (REGO, 1968, p. 09-10) [grifos do autor].

Rego (1968) ainda especula acerca dos reais por quês Rui Barbosa teria queimado estes documentos. No entanto, dentro de nossas condições objetivas para a pesquisa, buscamos ampliar essa especulação e encontramos um importante artigo de Slenes (1985) que desconstrói um pouco esse acontecido, pois esclarece que:

⁴¹ REGO (1968, p.10) aponta que este documento foi retirado por VIANNA (1957), na obra intitulada “O Negro no Museu Histórico Nacional. in: Anais do Museu Histórico Nacional, vol. VIII, 1957, págs. 84-87.”

...a portaria de Rui visava apenas **documentos da Fazenda**. Não almejava os “arquivos da escravidão” de um modo geral, como foi **dito metaforicamente por jornais da época**, e **literalmente por alguns cientistas sociais** de renome – e como crêem ainda hoje **muitas pessoas que não sejam especialistas no assunto** (SLENES 1985, p. 167) [grifos nossos]

Slenes (1985) em sua pesquisa faz uma interessante inferência sobre os motivos que levaram Rui Barbosa a queima desses arquivos, mas explicita a contradição nesse processo que justifica uma grande quantidade de arquivos que ainda existem.

De 1872 em diante, as matrículas e o registro de mudança na população constituíam a única base legal para a propriedade em escravos. Foi provavelmente por causa disso que Rui Barbosa mandou destruir as cópias desses documentos guardadas nas coletorias; com esta medida teria dificultado a prova de posse anterior de escravos, e assim sustado qualquer movimento que reivindicasse, perante o governo, a indenização da propriedade perdida com a abolição. Entretanto a própria lei que provocou a ação de Rui Barbosa também garantiu a sobrevivência, nos cartórios, de outras cópias dos mesmos manuscritos (SLENES, 1985, p. 169).

A idéia de que Rui Barbosa queimou os arquivos do Ministério da Fazenda, para desonerar o Estado de ter que pagar indenização para a pequena-burguesia brasileira expressa, na verdade, não apenas a preocupação com esses gastos, mas principalmente para com a recém ampliada classe trabalhadora. Se estes registros do Ministério da Fazenda não fossem queimados, haveria uma luta muito maior entre as classes, pois o Estado, além de atender aos interesses da burguesia, se defrontaria com a classe trabalhadora que certamente reivindicaria a posse, ou a repartição das terras em que viveu por toda vida como escravo. É evidente que nossa especulação parte do princípio que a ‘dor de cabeça’ do Estado seria tamanha, ao ponto da população negra, como classe, reivindicaria indenização por sua ex-condição de escravizada, ou do antigo proprietário, ou mesmo do próprio Estado que, se teve poder de Abolir, também de certa forma, tinha a propriedade dessa população.

A contradição presente centra-se no fato que, apesar desse horror promovido para comunidade negra sob o ponto de vista econômico e social, reduziu a queima de arquivos apenas as secretarias da Fazenda, ou seja, a maior parte dos arquivos sobre a escravidão encontra-se (até o momento da pesquisa de Slenes (1985)) guardadas nos cartórios dos mais diversos cantos do país. Percebe-se, pois que muito do que temos notícia – ao nível de senso comum – facilmente se desconstroi com uma pesquisa mais comprometida com a realidade.

O historicista em questão tem como objetivo chamar a atenção dos historiadores em geral para não permitir que estes arquivos se percam e sejam realmente destruídos, não por obra de Rui Barbosa, mas pelo descaso do então governo⁴² em vias de democratização que tem como bandeira a redução dos arquivos públicos sob o julgo da desburocratização do país (SLENES, 1985).

Para justificar a preservação desse “patrimônio histórico” – palavras do próprio autor – ele expõe três registros, do montante pesquisado de seu campo empírico de estudo, que servem de ilustração sobre “tamanho riqueza ‘qualitativa’ presente nos mesmos. Seus dados foram coletados nos cartórios das cidades de Vassouras-RJ e Campinas-SP. Destas ilustrações, uma expressa o caráter de resistência do escravo em questão frente a sua condição e conseqüentemente ao modo de produção.

Trata-se da solicitação de uma proprietária de escravos (Dona Francisca Soares de Camargo) que faz uma petição no cartório de Campinas, no ano de 1875. Ela solicita que a justiça permita a venda de um de seus escravos (Ignácio) “que lhe foi doado incondicionalmente” (SLENES, 1985, p.76). Esse escravo, segundo a proprietária costuma embriagar-se e causar diversos problemas em sua propriedade. Com isso o autor conclui, e nós concordamos com o mesmo, que “o que Ignácio faz nesta história é lançar mão de seu preço de mercado como arma na luta contra sua senhora” (SLENES, 1985, p. 76). O autor ainda opina sobre esse fato, expressando a amplitude de impacto que esse movimento registrado sobre a resistência de Ignácio tinha naquele período:

A meu ver, seria lícito extrapolar deste exemplo, pelo menos provisoriamente, não no sentido de tirar conclusões sobre a frequência com que os escravos utilizavam a **arma de seu preço com eficácia**, mas para argumentar que esse **recurso de luta existia para todos os companheiros de Ignácio**, pelas próprias estruturas da escravidão. Mas não precisamos nos arriscar nem esse tanto; há outra documentação nos cartórios, especialmente nos inventários, que confirma **a enorme preocupação dos senhores com a rentabilidade de sua propriedade em geral, e de seus escravos em particular, o que garante que a maioria dos escravos fossem Ignácios em potencial** (SLENES, 1985, p. 177) [grifos nossos].

Sendo assim, é evidente que há focos de resistência por toda escravidão e, talvez, essa história de resistência ainda seja contada em nossos dias por meio dos ensinamentos e cantigas de capoeira. Pena, porém, que o caráter de resistência presente na história da escravidão e, portanto, na história da capoeira, tenha ficado apenas no passado e não necessariamente essa

⁴² O artigo do autor foi publicado em 1985, mas trata-se na verdade de um “Trabalho apresentado no 5º congresso brasileiro de Arquivologia em outubro de 1982” (SLENES, 1985, p.166).

prática de resistência se manifeste com o mesmo ‘potencial’ revolucionário em nossos dias, como apresentaremos mais a frente nos demais capítulos.

Não conseguimos ampliar nosso alcance de acesso à esses arquivos em específico, mas certamente há que se ampliar a análise sobre esses registros, que esperamos ainda existir nos cantos mofados dos cartórios de nosso país. Mas, por nos faltarem elementos para qualificar esta discussão, voltaremos agora ao que ficou como registro sobre a capoeira nos mais variados contextos (Policial, Artístico, literário etc.) citados pela literatura pesquisada.

Com a vinda de Dom João VI para o Brasil no início do século XIX, ocorre um impulso à cultura no país. Isso acontece pela iniciativa do rei de trazer a “missão artística francesa, encabeçada por J. Lebreton, constituída pelos pintores J.-B. Debret e Nicolau Antonio Tanay [...] e outros, inclusive mestres de ofícios” (SODRÉ, 2003, p.42). Além destes artistas, o alemão Rugendas, também nos deixou alguns registros valiosos acerca de como se dava à organização dos escravos, sua tradição cultural e dentre elas, os primeiros registros em pinturas do que viríamos a chamar de capoeira (CAPOEIRA, 2000; Dossiê, 2007).

Capoeira (2000), em um diálogo informal com Muniz Sodré, explica que no período anterior a meados de 1810-1830, os donos dos engenhos e fazendas permitiam a prática de manifestações culturais negras, com o objetivo implícito de que as mesmas serviriam de “válvula de escape para as tensões inerentes à escravidão” (p. 28) e principalmente para acentuar as rivalidades tribais. Ou seja, a política era de dividir para reinar.

O mesmo autor ainda nos coloca a dificuldade de acesso por parte da comunidade negra para uma possível revolta armada. Ele chama este período (1810-1830) de “a guinada histórica”, quando os negros diante da impossibilidade de uma revolta armada (bélica), “voltam-se para o lado ‘cultural’, que se torna fundamental: o cultural se torna **arma**” (CAPOEIRA, 2000, p.28) [grifo nosso]. Mas após esta afirmação nos questionamos sobre em que aspecto a cultura se torna arma: social, político ou econômico? abstrato ou concreto?

Ao trazermos para a nossa análise a questão do “cultural” como arma, iniciamos a explicação do segundo aspecto do desenvolvimento da capoeira que tanto é defendido até hoje entre os capoeiras, como também consta na Parecer do IPHAN nº 031/08 que reconhece a capoeira como PCB e que acabamos de citar acima: A “resistência”. Dada à importância desse elemento, não apenas para a história da capoeira, mas como instrumento de constituição dessa

prática para o presente e para o futuro, trataremos agora do que elencamos como categoria de conteúdo, ou seja, o **FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA**⁴³.

Ao tratar acerca do processo de constituição da capoeira no período escravista, o discurso oficial nos contempla com a seguinte reflexão:

A dimensão de **resistência cultural** negra na capoeira se dá, assim, mais do que no conflito aberto com a ordem (como luta), na manutenção de valores, de formas de ser e estar no mundo, fundados na sociabilidade afro-brasileira vigente no mundo das ruas – valores estes plasmados no próprio corpo do capoeira, através do movimento fundamental, a ginga, que tão bem **sintetiza a ambigüidade e a “malandragem” do capoeira**, na roda do jogo **como na da vida**. (IPHAN, 2008, p.7-8) [grifo nosso]

Do nosso ponto de vista dialético, a luta de classes é a categoria central do movimento da história. E para o entendimento do momento histórico em que se passava à escravidão no Brasil e o surgimento da capoeira frente a esse processo, vemos como necessário o esclarecimento sobre o modo de produção que determinava a sociedade nesta época. Tratava-se do modo de produção escravista, o qual se constituía pela combinação da propriedade coletiva da terra (florestas, pastagens) com a posse de uma parcela particular de um indivíduo (COLAO, 2006), sendo estas terras como campo de trabalho escravo, de modo a garantir apenas para o reino e para o proprietário o produto deste trabalho.

No entanto, a vida dos negros escravizados no Brasil obrigava-os a resistir frente a este modo de produção imposto para suas vidas, ou seja, esta era a contradição fundamental. Enquanto a população da colônia lutava por sua emancipação territorial, também determinada frente ao modo de produção, os escravos lutavam para não morrerem como escravos, e esta luta caracterizava-se tanto com relação a sua matriz cultural, quanto e principalmente pela manutenção de suas vidas (FALCÃO, 2004; ARAÚJO, 2008).

O discurso oficial, ao afirmar que “a dimensão de **resistência cultural** negra na capoeira se dá, assim, mais do que no conflito aberto com **a ordem** [como luta social], na manutenção de valores, de formas de ser e estar no mundo, fundados na sociabilidade afro-brasileira vigente [...]” (IPHAN, 2008, p.7-8), retira o foco do leitor sobre a categoria fundamental (luta de classes). Esta categoria nada mais é, do que a contradição básica entre o capitalismo e seu projeto histórico antagônico – socialismo (TRIVIÑOS, 1987, p.71). Dito isso afirmamos que luta de classes é a categoria mais importante, essencial, se pretendemos apreender a prática social da capoeira na totalidade social. Ou seja, é a luta de classes que

⁴³ No próximo capítulo voltaremos a expor as características e o desenvolvimento dessa categoria, pela quantidade de vezes que aparece no documento de inventário (DOSSIÊ, 2007), bem como do Parecer do IPHAN 031/08.

determina a **resistência** que aqui expomos, ela (luta de classes) é a categoria básica que contem no seu bojo e como reflexo interno e externo, o conjunto das categorias secundárias sendo estas, portanto, conseqüências da primeira e não o seu contrário como é defendido pelo discurso oficial.

Este entendimento implica na subjetividade de quem vir a se apropriar deste conteúdo, a fortalecer a idéia da conciliação das classes, ou mesmo da possível humanização do capital, atirando para longe as possibilidades de um processo de consciência efetivamente de resistência ao modo de produção capitalista. Ao valorizar de forma hierarquizada apenas os “valores e as formas de ser estar no mundo” de forma desconectada às tensões reais que deram/dão movimento à práxis da capoeira, o conceito de resistência cai na armadilha pós-moderna de abstração, referenciando-se na perda de referências (TAFFAREL, 2010; EAGLETON, 2010). Trata-se, portanto da propriedade que começa a desenvolver o que denominamos ao nível de categoria de conteúdo, o **FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA**, a qual se desenvolverá até a atualidade de maneira singular e com grande potencial agregador de valor, por ser “exótico” e diferente do normal. Com esta categoria, a capoeira na sociedade do capital se diferencia enquanto mercadoria atribuindo-se um valor de uso particular que serve de “vitrine” para chamar a atenção dos seus potenciais consumidores.

Falcão (2004, p.25) nos serve como síntese para justificarmos a presença dessa distorção da categoria de resistência:

A capoeira tem sido palco de **tensão, resistência e afirmação de indivíduos e categorias** de várias origens, explorados e expropriados em sua força de trabalho, e não, como é bastante difundido pela tradição oral, uma prática de luta criada no Brasil pelo negro “oprimido”, **com o exclusivo objetivo de lutar contra o branco “opressor”**. Discursos como este servem para **alimentar o imaginário “mitológico”** dos capoeiras [grifos nossos].

Este conceito de resistência, acompanhado de outras categorias de análise, será foco ao longo de todo o nosso trabalho, nos permitindo que fechemos este “parêntese” para continuarmos com o processo histórico da capoeira.

Sobre seu surgimento, existe entre os capoeiras uma “falsa polêmica” no sentido de sua origem ter ocorrido no “campo” ou na “cidade”. Ao falar sobre isso, Capoeira (2000, p.20) afirma que:

É comum imaginar-se a capoeira nascendo e crescendo no ambiente rural, mas talvez tenha sido nas cidades, onde circulava livremente um grande

número de libertos e ‘negros de ganho’ – escravos que por conta própria exerciam alguma atividade e que ao fim do dia tinham de entregar alguma quantia prefixada a seu proprietário -, que esse processo de crescimento e transformação foi mais expressivo.

A citação acima nos dá uma perspectiva mais concreta sobre um local mais propício para o surgimento da capoeira, ou seja, em meio às periferias das grandes cidades. Sustentamos esta hipótese alicerçada na idéia de plurietnia em sua constituição, mas também por dois outros motivos: O primeiro diz respeito às míticas idéias de que a capoeira teria surgido nas senzalas, como forma de luta para libertar o povo negro da escravidão⁴⁴, ou ainda que a capoeira já viesse “pronta” da África e começou no Brasil sendo praticada nas Senzalas e principalmente nos Quilombos⁴⁵; O segundo motivo expõe a ingenuidade do primeiro, pois se centra no debate que alguns autores vêm pautando acerca do processo histórico da capoeira que, do ponto de vista dialético⁴⁶, são os aspectos sociais e econômicos que determinaram a evolução da capoeira a partir dos ambientes urbanizados, onde havia o controle do capital e acumulava-se a troca das mercadorias.

Dado o desenvolvimento das forças produtivas em todo o período que antecede 1930, os centros urbanos no Brasil eram tomados por regiões rurais no seu entorno e o país, até esse período, havia evoluído no máximo para condição de Pré-Industrializado (SODRÉ, 2003; COUTINHO, 2006). Evidencia-se com isso que se trata de uma falsa polêmica. Em outras palavras, sustentamos a idéia do surgimento da capoeira no ambiente urbano, mas encharcada de características do ambiente rural.

Mas vamos refletir sobre a seguinte situação: Como pode, em uma condição adversa de manutenção da vida; vivendo em um lugar insalubre, trabalhando até morrer; convivendo com semelhantes de outras etnias que muitas vezes sequer conseguiam se comunicar por terem dialetos diferentes; vivendo em extrema miséria, inclusive sem perspectiva por terem sido roubados de sua terra natal; com uma quantidade de comida que sequer era suficiente para mantê-lo trabalhando, quiçá dar conta de suas necessidades biológicas; é possível nesse

⁴⁴ São vários os autores no campo da capoeira que defendem esta idéia, mas os que tiveram suas obras mais difundidas foram Areias (1989), e Caribé (1955).

⁴⁵ O Dossiê (2007, p.11) também expõe essa hipótese em nível de questionamento. Mas ainda apresenta uma terceira hipótese que a capoeira teria sido “criação dos índios, daí a origem do vocábulo que nomeia o jogo”. Não obstante, mais a frente é exposto que essa hipótese é a menos provável, dado o conjunto de características da capoeira serem predominantemente similares aos símbolos e práticas da cultura negra no Brasil. Por essa razão não julgamos pertinente elencar essa hipótese, buscando o esclarecimento das demais supracitadas.

⁴⁶ Os principais autores que se debruçaram sobre a capoeira defendendo uma perspectiva dialética foram Falcão (2004); Silva, (2001); Silva (2006); e Araújo (2008).

ambiente criar (projetar no pensamento) uma luta de combate corporal, tal como defendem os idealistas da capoeira? Silva (2006, p.34-35) nos conta que:

Conforme Silva e Lima Júnior (1993; 1997), nos primeiros cinquenta anos de escravidão os negros tinham uma expectativa de vida de sete a dez anos, isto devido ao regime em que viviam trabalhando quinze horas e comendo apenas uma ração por dia. Portanto, seria muito difícil que estes se organizassem para lutar por sua liberdade, por conseguinte suas armas de resistência e luta eram o banzo⁴⁷ e o suicídio nas gameleiras⁴⁸.

Agora como afirmar que esta foi à condição ideal para o surgimento da capoeira? Elaborar uma luta corporal, bélica, nessas condições é possível? Se a capoeira surgiu neste período, ela possuía tais características?

A reflexão que apontamos é que, da mesma forma como o capital nos inculca o fetichismo da mercadoria (MARX, 1985), de mesmo modo, porém em forma menos desenvolvida e subordinada, instituem-se outros fetiches, tais como o da individualidade, do direito, da imparcialidade, etc. e agora, numa perspectiva sintetizada e categorizada, o FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA. Dentro dessa categoria de análise, podemos sugerir a hipótese de que a capoeira durante a maior parte da escravidão configurava-se como ritual de externalização das tensões sociais. Ritual este praticado de maneira similar ao que simplificamos na atualidade por religião. Isto significa dizer que as práticas rituais dentre sua tamanha complexidade e diversidade (a qual por condições objetivas nos falta mais elementos para análise) serviam para que os escravos ao invés de se colocarem em marcha a partir de suas necessidades concretas, se limitassem às suas idéias religiosas, como se as mesmas não fossem construções humanas, mas sim divinas. Isso já demonstra o embrião de desenvolvimento da terceira categoria de análise, que trata a capoeira como sendo uma estrutura de consolação⁴⁹.

Uma prova disso que incorpora a propriedade religiosa no desenvolvimento dessa categoria, está registrada no artigo de Slenes (1985). O autor descreve um registro de 1852 sobre as justificativas de gastos de um pequeno burguês (Fernando Luiz) acerca de “...pagamentos feitos a um padre para atender aos escravos”. Para justificar a necessidade desse pagamento, Fernando Luiz explica em seu inventário – em resposta a acusação de herdeiros sobre irregularidades e desperdícios na administração do espólio, que:

⁴⁷ “Termo utilizado pelo autor para designar nostalgia, saudade ou melancolia” (SILVA, 2006) [nota do autor]

⁴⁸ “De acordo com a crença escrava, ao enforcar-se nessas arvores nativas, do continente africano, seus espíritos voltariam para África e para perto dos seus ancestrais (SILVA; LIMA JUNIOR, 1993; 1997)” (SILVA, 2006) [nota do autor].

⁴⁹ Logo à frente retomaremos a singularidade dessa categoria.

essa despesa além de ser precisa p.^a o bem e pasto espiritual das almas, muito contribui p.^a manter a moralid.^e, ordem, sujeição e boa disciplina da casa e da escravatura, que só com as penas temporaes mal poderá ser contida e refreada... [Q]uase todos os grandes fazend.^{os} tem seos Capellães, ... [e] o finado teve. (sic!) (apud SLENES, 1985, p.178) [grifos do autor].

Portanto, além da herança cultural (religiosa) dos negros escravizados, ainda havia a imposição cultural (da classe dominante) cristã que reforçava a submissão, não apenas para manutenção da ordem, mas principalmente para manter a produção de capital. Ou seja, os “Deuses” é quem davam à linha, no pensamento dos escravos, do que deveria ser feito aos mesmos e não o seu contrário. Para não perdermos nossa linha de raciocínio, mas também mantermos na pauta de reflexão todo esse processo, vale o questionamento: O FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA é presente nos dias de hoje, no que diz respeito tanto à venda das aulas de capoeira, quanto ao que consta no discurso oficial que reconhece a mesma como PCB? Deixemos este assunto para os próximos capítulos.

Agora vejamos o quadro histórico de Rugendas (1979), muito veiculado na comunidade capoeirana até os nossos dias que data do ano de 1835.

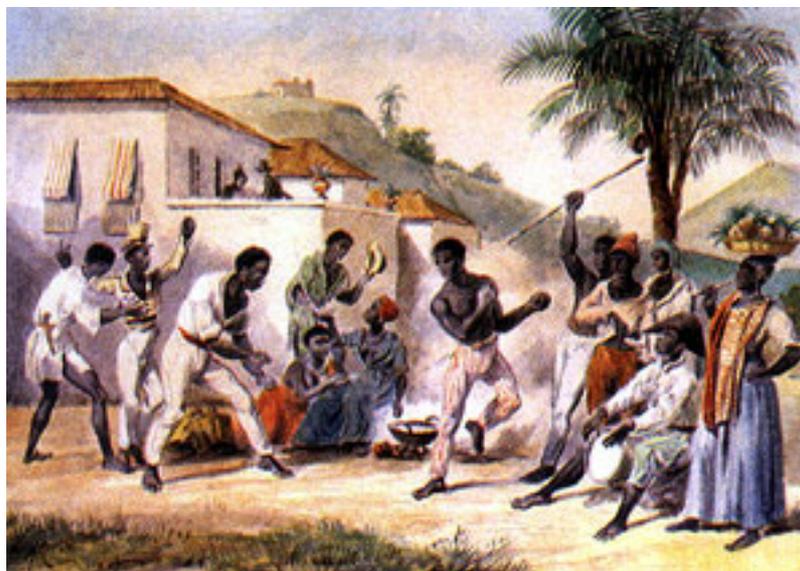


Figura 1 – Gravura de Rugendas, 1835. Fonte: Biblioteca Nacional⁵⁰

O período em que foi construído já é século XIX, no entanto vemos berimbaus? A ginga do lutador da direita condiz com o “comum⁵¹” praticado nas rodas da atualidade? A

⁵⁰ Esta figura consta em várias obras, dentre elas destacamos a de Capoeira (2000) e o Dossiê (2007).

diversidade de elementos nesta imagem pode nos levar a crer que a mesma tratava-se dos primeiros registros da capoeira, mas a referida imagem contém traços de uma reunião de pessoas que poder ter se dado tanto num ambiente urbano quanto rural, mas certamente não no quilombo, haja vista a própria fonte desse registro. Ou seja, do ponto de vista de nosso método, a história da escravidão no Brasil só dá margem para a consolidação do que entendemos hoje como capoeira a partir do referido século datado da imagem acima e não antes. Isto porque é nesta época em que se têm a ampliação de ‘direitos’ (se é que podemos falar assim) para a comunidade negra em conjunto com o avanço do capitalismo no Brasil e seus primeiros passos no processo de industrialização.

Com o advento da mineração, acentua-se um enorme impulso ao tráfico negreiro para o Brasil (SODRÉ, 2003). Com a pressão mundial, a partir de 1850 é interrompido o tráfico negreiro, mas a comunidade negra já obtinha um considerável volume se comparada ao século XVII. Isto dá margem para o avanço das lutas contra a escravidão e a capoeira já está presente em vários registros policiais.⁵² É a partir deste momento que entendemos a manifestação da capoeira como luta, referenciada na sua produção urbana⁵³.

Aqui destacamos esse aspecto de luta, tanto no sentido de combate corporal, quanto que em forma mais ampla, de resistência ao modo de produção. Ou seja, trata-se de uma propriedade que ganha expressão na categoria FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA, mas que a ultrapassa tornando-se, como veremos a frente em nossa exposição, mais uma categoria de conteúdo⁵⁴.

A pressão interna dos ‘abolicionistas’ também cresce na mesma proporção dos negros alforriados (que compraram sua liberdade). O liberalismo inglês também ganha força, com intuito principal de uma expansão capitalista, na qual a escravidão tinha de ser excluída, pois não atendia as necessidades da produção de mais valia, ou seja, do capital⁵⁵. As condições

⁵¹ O termo comum está entre aspas para não incorreremos numa generalização abstrata sobre a capoeira. A nossa experiência como capoeiristas há tantos anos e percorrendo uma quantidade razoável de rodas de capoeira, em nenhum momento nos proporcionou a vivência de algum capoeirista gingando de forma tão diferente a ponto de utilizar a mão direita para se defender quando é a perna esquerda que encontra-se em recuo. A figura nos serve para ilustrar o conjunto de registros contraditórios e ambíguos sobre a capoeira que muitas vezes são apresentados de forma negligente negando essa dinamicidade e defendendo verdades ‘absolutas’.

⁵² Ver mais em Araújo (1997); Soares (1994); Pires (2001, 2004).

⁵³ Situamos a capoeira neste contexto comoo luta pelo fato de que os negros agora na rua sem emprego passaram a exercer as mais diversas práticas laborais para sobreviverem e uma delas era o uso de sua ‘agilidade’ (herança de sua cultura) para matar, roubar etc. e esta prática na época já era chamada de Capoeira. (ARAÚJO, 1997; CAPOEIRA, 2000; FALCÃO, 2004).

⁵⁴ Entendemos que todas as categorias de conteúdo captadas do movimento do real, as quais temos de mérito, apenas a síntese nominal ilustrativa, se desenvolvem em espiral ascendente, de maneira contraditória e evoluindo ou involuindo conforme o desenvolvimento das forças produtivas. Mais a frente retornaremos a esse debate de maneira mais específica.

⁵⁵ Tratamos aqui de ‘capital’ como sendo, segundo MARX (1985), a valorização do valor.

objetivas para o salto qualitativo da comunidade negra para ser reconhecida como classe trabalhadora avança na forma de ‘migalhas’ por meio de leis, que surgem em resposta às pressões do capital internacional. São elas, a ‘Lei do Ventre Livre’ em 1871 e a ‘lei dos sexagenários’ em 1885. O sistema escravocrata, em declínio, culmina com a promulgação da lei de abolição da escravidão em 1888. Aqui expressamos uma contradição externa e secundária que é citar como fonte bibliográfica sobre esse assunto um autor que, mais do que um intelectual militante em determinado período no Brasil, converteu-se em porta voz da burguesia mundial em nosso país, sendo inclusive Presidente por dois mandatos: Fernando Henrique Cardoso - FHC (2003)⁵⁶.

Que toquem os atabaques e os berimbaus, o negro está livre! Era o que talvez dissessem os idealistas, porém o negro livre da escravidão se deparou com o aprisionamento ao capital e, tendo sua agora “força de trabalho” trocada pela dos imigrantes que chegavam aos montes da Europa e alguns da Ásia, não teve outra opção senão a de lutar por sua sobrevivência sendo marginalizado e desenvolvendo novas técnicas de luta política. Esse período de 1888 a 1889 (nascimento da república com cunho militar e autoritário) é classificado por Júlio C. S. Tavares (apud CAPOEIRA, 2000, p. 34) como um momento de “caos”. A partir da república, os militares têm como meta organizar este caos e isto significava dizer:

[...] disciplinar a população negra, pois o caos eram os negros fujões; eram os quilombos na periferia da cidade; eram os negros libertos perambulando para baixo e para cima; era uma quantidade infinita de capoeiras – mais especificamente no Rio de Janeiro – que, em Maltas ou individualmente, vendiam indiscriminadamente seus serviços para abolicionistas, liberais, conservadores, monarquistas, republicanos (CAPOEIRA, 2000, p. 35).

É nesse ambiente de crise que o negro é reconhecido como cidadão, mas tem a prática da capoeira criminalizada e sua liberdade subsumida ao modo de produção capitalista e não mais escravista.

⁵⁶ Não temos fôlego para analisar com profundidade seu trabalho, mas a contradição de um militante, que foi orientado por um dos maiores revolucionários de nosso país (Florestan Fernandes) em 1962 (período revolucionário no Brasil) e converteu-se à direita de maneira tão avançada, só nos promove tamanha indignação e revolta. A melhor explicação para esse tipo de fenômeno, a nosso ver, encontra-se em Lênin (1981). Contudo, há um recente e interessante trabalho que analisa a obra de FHC, o qual sob o nome “A Interpretação de Fernando Henrique Cardoso sobre o Escravo Sulino: o seu lugar nos estudos sobre o trabalhador cativo” (MELO, 2011) evidencia “as circunstâncias e as condições em que foi produzida [essa tese], o seu contexto social e intelectual, bem como o posicionamento ideopolítico que expressa” (MELO, 2011, p.1).

1.1.2 Capoeira Não Pode! O Código Penal sobre os Vadios e Capoeiras

Não Pode! Quem disse? Crendisse não pode! Mesmo assim o atabaque soa... E aí, até mesmo quem não pode se sacode... Seu moço, foi sem querer... Quando dei por mim tava dançando... parece que o corpo vai sozinho, conhecedor do caminho, liberdade, liberdade! Olha a navalha aí, cortou, olha a navalha aí... (MESTRE TONI VARGAS).

A administração do “caos” no novo Brasil República implica na execução dos ideais de disciplinamento da agora comunidade negra (não mais escrava, mais aspirante a cidadã), com o intuito de manter a supremacia cultural européia (o seu entendimento de civilidade). Com isso, as elites não apenas reprimem os capoeiras, como também os aproveitam conforme suas necessidades políticas e econômicas.

Ser um capoeira neste período não significava o mesmo que ser um capoeira em nossos dias. Isto significa dizer que o capoeira era um tipo social (SOARES, 1997) dotado de determinado tipo de comportamento o qual não coadunava com os valores morais e éticos da burguesia da época da formação da recente república. Araújo (1997) nos traz algumas conclusões interessantes sobre essa conotação ‘capoeira’, após pesquisar quatro documentos oficiais registrados durante o Brasil Império sobre o assunto. No entanto nenhum objetivava o entendimento de capoeira como luta corporal:

Certamente, pude retirar dos quatro documentos referidos⁵⁷ as seguintes conclusões:

- a) uma preocupação concreta sobre delitos de várias ordens praticados pelos indivíduos identificados pela alcunha de “capoeiras”, os quais atentavam frontalmente contra a tranqüilidade e segurança pública;
- b) a preocupação constante com o uso de armas perfuro-cortantes e outros instrumentos que promovessem lesões corporais nos “pacatos”⁵⁸ cidadãos;
- c) a generalização das adjectivações (sic) tais como: malfeitores, vadios, turbulentos e delinqüentes, aos indivíduos abrangidos pela alcunha de “capoeiras”;
- d) não se constata qualquer evidência que distinguisse os *capoeiras*, malfeitores contumazes, dos *capoeiras*, verdadeiros praticantes da luta corporal (ARAÚJO, 1997, p.143) [grifos do autor].

O final desta citação demonstra-nos quão tamanha é a forma idealista que o autor trata a história da capoeira e isto pode ser percebido ao longo de toda sua obra⁵⁹. Isto porque, há

⁵⁷ Os quatro documentos datam de 27/07/1831; 16/11/1832; 06/1833 e 17/04/1834. Para saber mais sobre a origem dos mesmos consultar Araújo (1997, p.142-143)..

⁵⁸ O Capoeira, como tipo social não era “pacato” frente à sociedade instituída, mas, ao invés disso, exerceu nesse período todas as suas capacidades laborais em busca de sobrevivência e isto significava dizer fazer o que pagassem pra fazer independente das conseqüências, sociais, políticas ou econômicas.

uma redução do entendimento do que seja capoeira, apenas como luta corporal. Mas o autor não contextualiza essa acepção de capoeira no contexto histórico de maneira dialética, o que possibilitaria ampliar esse entendimento, bem como superar a idéia equívoca que os vadios, turbulento, delinqüentes, etc, não se tratam de elementos constitutivos da prática social da capoeira. Seu trabalho com muitos dados, mas carente de análise e apreensão do real expressa a dificuldade de se produzir conhecimento sobre uma prática que está enraizada nos valores de constituição do próprio pesquisador. Nós encontramos a mesma dificuldade, mas levamos em consideração que o horizonte para a construção do projeto histórico está para além do horizonte de nosso projeto de vida, ou seja, por meio do método dialético materialista, apreendemos (ou buscamos apreender) de maneira mais substancial a totalidade social, diferentemente, a nosso ver, de uma abordagem sócio-antropológica fundamentada na historiografia⁶⁰. Porém os dados presentes na mesma nos esclarecem alguns dos motivos pelos quais ela só pôde ser criminalizada após a abolição da escravidão e a proclamação da República de 1889.

A independência do Brasil foi declarada por Dom Pedro I, então filho do rei de Portugal. A independência, na verdade, ousaríamos em dizer como sendo uma troca amigável de poderes “de pai para filho”, ou mesmo, frente a possível acumulação de riquezas no País Tropical de maneira “independente”. No entanto a política era a mesma, a começar pelo modo de produção. Os valores morais, a classe no poder, a escravidão como fonte de produtividade se davam da mesma forma que antes.

Não é de nosso intuito aprofundar o processo histórico de constituição dos poderes no Brasil, mas sim elucidar as razões que afrontavam e limitavam o desenvolvimento da capoeira nesse período. Se no Brasil Império houve uma manutenção singela dos valores, frente ao período anterior, não houve a necessidade de suscitar especificidades legais frente aos capoeiras, pois como comunidade negra, os mesmos sequer eram reconhecidos como cidadãos e quiçá possuíam algum tipo de direitos humanos.

Estas conquistas de “direitos” só vão ocorrer no fim do século XIX, justamente no período de “caos urbano”. Este período, a partir de nossa análise configurou-se como um momento revolucionário no Brasil, porém dado o seu atraso do ponto de vista da evolução de suas forças produtivas e mesmo da organização da classe trabalhadora da época, acabou por

⁵⁹ Araújo, P. C. *Abordagens Sócio-Antropológicas da Luta/Jogo da Capoeira*, 1997.

⁶⁰ Mais recentemente encontramos produções desse autor que tem trilhado pelas interpretações Foucaultianas. Uma boa exposição sobre as limitações dos defensores desse referencial, bem como dos demais autores passíveis de categorização como pós-modernos, está bem contextualizada e situada na análise de Taffarel (2011), e de maneira mais específica sobre os estudos culturais, em Eagleton (2010).

configurar-se como capitalista autoritário⁶¹. Essa época, com todas as suas contradições, ainda continham, no bojo da classe trabalhadora no Brasil um recente aumento substancial de suas trincheiras pela comunidade negra, mas sem qualquer acúmulo político, ou mesmo conhecimento acerca do projeto histórico socialista, o qual começa a ser alavancado na Europa⁶². E é por essa razão que o capoeira deste período, para além da conotação de vadio, possuía características próprias que eram o reflexo de sua luta por sobrevivência.

Sem sair do campo bibliográfico e científico, mas também no intuito de reconhecer a pseudo-concreticidade (KOSIK, 1976) presente nas músicas veiculadas nas rodas de capoeira, citamos abaixo uma cantiga que dramatiza a realidade destes capoeiras (mais especificamente no fim do século XIX e início do século XX) de autoria do Mestre Mão Branca. Lembrando que “as cantigas de capoeira fornecem valiosos elementos para o estudo da vida brasileira, em suas várias manifestações, os quais podem ser examinados sob o ponto de vista lingüístico, folclórico, etnográfico e sócio-histórico” (REGO, p.126, 1968), mas também e principalmente como instrumento de análise da cultura para explicar o real a partir de suas determinações econômicas. As músicas também são cotidianamente produzidas nas rodas como fundamento básico para a transmissão de seus saberes (numa perspectiva quase sempre hierarquizada de mestres para discípulos), por conterem as sínteses históricas e míticas do processo de construção e desenvolvimento da capoeira⁶³.

Maltas de Capoeira

Foi no Rio de Janeiro,
Pernambuco e velha Bahia
Chegaram os reis escravos
Colega véio as grandes periferias.
Vagando pela cidade,
Então o negro ia,
Para os portos e mercados,
Ou as feiras e ferrovias.
Sem ninguém pra lhe ajudar,
Colega veio e sem ter informação,
Sem dinheiro pra gastar,
Ai meu Deus as vezes sem ter o pão.
Negro ia vadiar

⁶¹ O Brasil consolidou-se como mais um país determinado pelo capital e, que tinha a frente de seu comando, uma classe burguesa e a reminiscência da coroa portuguesa (na figura de Dom Pedro II ainda criança). Burguesia esta alicerçada em regimes autoritários. Ver mais em Sodré (2003).

⁶² Se é verdade que encontramos registros desse período que evidenciam as artimanhas criadas para que os negros resistissem a sua condição de existência (supracitados), não encontramos na literatura qualquer indício de organização revolucionária orientada no projeto histórico socialista.

⁶³ Corte Real (2006), nos traz um excelente trabalho sobre “As musicalidades das rodas de capoeira”. A riqueza histórica contida neste trabalho merece nossa atenção e qualifica ainda mais a utilização de músicas de capoeira para entendimentos da dinâmica de sua história.

Na capoeira meu irmão.
Falava alto o berimbau,
Colega velho o pandeiro acompanhava,
Reco-reco de mansinho
Ai meu Deus e o jogo começava.
Rabo de arraia, na cabeçada e na rasteira
Os turistas iam ver
E davam dinheiro ao capoeira.
Mas o passado escravo
Fez o negro inferior,
Sem condições de viver
Colega veio marginal ele virou.
Assaltando casas nobres,
Foi mercenário sim sinhô
Até se vestia de mulher
Pra roubar seja quem for.
Manhosos e traiçoeiros
Eram Guaiamus eram Nagôs
Maltas do Rio de Janeiro
Foi verdadeiro terror.
E nem mesmo a policia
Podia nada fazer,
Pois se ficassem frente a frente
Colega veio era certo alguém morrer.
A navalha afiada,
Faca envenenada
Bengala de lata e lenço no pescoço.
Malandro de branco descia a ladeira
E o povo dizia vem o capoeira...
Mas isso tudo é passado
E hoje melhor posso entender
Mas se eu fosse daquele tempo,
Eu também queria ser,
Pois das maltas de capoeira
Oi ia iá que lutaram pra viver,
Maltas de capoeira não existem mais
Mas o negro ainda luta por seus ideais...
Obrigado bom Deus não somos marginais
Malandro capoeira ficou para trás...(GUIMARÃES, 2005)

No que concerne ao tipo social jogador de capoeira da época, esse período próximo ao fim da escravidão e recém liberto foi, sem dúvida, o de maior repressão ao povo negro e isto se exemplifica no Código Penal de 1890 que criminaliza a prática da capoeira. Disso decorre os métodos de organização política dos negros que ficaram conhecidos, como ‘bandos ou maltas’⁶⁴, bem como na constituição da Guarda Negra⁶⁵. Também é nesse período, a partir da construção do Código Penal, que se registra nos arquivos militares, muito da presença dos

⁶⁴ Consultar o Código penal da República dos Estados Unidos do Brasil; decreto 847 de 11 de Outubro de 1890; Capítulo 13, dos Vadios e Capoeiras, artigo 402. (DOSSIÊ, 2007)

⁶⁵ Mais a frente nós abordaremos esse assunto.

capoeiras, com maior expressividade em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. É possível que se tenham outros focos de capoeiras nos demais estados brasileiros, porém segundo Capoeira (2000), Rego (1968), Santos (1990) e até o Parecer 031/2008, os registros dos capoeiras circulam principalmente nestes três estados.

É esse o período que mais contribui para o desenvolvimento da categoria de FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA. Se até então (período anterior a 1850) as características de resistência se davam de forma menos desenvolvida, em condições objetivas mínimas para seu desenvolvimento, a partir do avanço do capitalismo mundial emergem as condições para seu desenvolvimento. Isto porque se houve condições objetivas que possibilitaram a abolição, ainda havia poucas condições objetivas para existência da ‘parte’ negra da classe trabalhadora brasileira como classe em si.

Enquanto o Estado autoritário era formado e consolidado, o Brasil ainda estava com sua produção voltada para a agricultura, de modo que o contingente de necessidade de força de trabalho era menor que o montante da classe trabalhadora que já começava acumular imigrantes de diversas partes do mundo. Desse modo, a população negra reconhecida como ‘gente’ se acumula nas periferias das capitais mais desenvolvidas, tais como Rio de Janeiro, Recife e Salvador (ARAÚJO, 1997; CAPOEIRA, 2000; FALCÃO, 2004; SILVA, 2006; DOSSIÊ, 2007; ARAÚJO, 2008) e, por falta de trabalho, passa a reproduzir um pouco do que foi ‘poeticamente cantado acima’.

Há, portanto nesse período, um conjunto de registros sobre a prática da capoeira nessas cidades, principalmente na forma de notícias de jornais da época e de registros policiais descrevendo situações de organização dos capoeiras em práticas ‘criminosas’. Esses registros expressam o desenvolvimento do aspecto LUTA CORPORAL da capoeira, propriedade principal que desenvolve o FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA, mas que a extrapola constituindo-se outro fetiche que atualmente se manifesta como mais uma acepção dessa prática social: **O FETICHE DA CAPOEIRA LUTA.**

Algumas pesquisas foram produzidas buscando sistematizar esses registros, das quais merecem destaque Araújo (1997), Soares (1999; 2001), Dias (2001), Pires (2001), Abreu (2000; 2005). Contudo, por não termos condições objetivas de acessar a todas essas pesquisas, apresentamos nossa análise a partir das que tivemos acesso, bem como os registros das mesmas em meio virtual (internet) e de algumas de suas sínteses expostas no principal documento oficial sobre a capoeira: O Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil (DOSSIÊ, 2007). Esse conjunto de pesquisas foi por nós analisado a luz de comparação com pesquisas sobre capoeira do campo marxista que nos

serviram como principal apoio. São elas: Falcão (2004), Taffarel (2005), Silva (2006) e Araújo (2008), cada uma com suas singularidades de temáticas e particularidades de interpretação do método.

O FETICHE DE CAPOEIRA LUTA se manifesta de forma mais expressiva, primeiramente nos focos de organização dos capoeiras do período, dentre os quais nos ateremos aos aspectos que caracterizam as diferentes práticas de capoeira em cada cidade, buscando elucidar o desenvolvimento dessa categoria bem como sua repressão pelo Estado e sua quase extinção como resultado.

O local mais expressivo da repressão do Estado para com a capoeira foi Pernambuco. Segundo Carneiro (1977), os capoeiras desse estado foram os que mais sofreram repressão militar culminando com o fim de sua prática por volta de 1912. São poucos os registros que encontramos acerca dos acontecimentos em Pernambuco neste período que compreende 1890-1920, contudo nas rodas e cantigas de capoeira, comenta-se sobre um grande capoeira pernambucano que deu muito trabalho para as autoridades da época, conhecido como “Nascimento Grande”. Este personagem é o retrato de uma cidade na qual a prática da capoeira ganhava força nas festas populares da região. Mas além dele, é citado no Dossiê (2007, p.28) outros ‘valentões’, tais como “Adama, Chico Cândido, Antonio Florentino, e muitos outros”. Mario Sete (1938), citado por Silva (2006) nos diz que:

De começo foram os capoeiras, modalidade **mais ágil e pública dos valentes**. A capoeiragem, no Recife, como no antigo Rio, criou tais raízes que se julgava um herói sobrenatural que tivesse de acabar com ele. **Que nada! Saísse uma música para uma parada ou uma festa e lá estariam infalíveis os capoeiras à frente, gingando, piruetando, manobrando cacetes e exibindo navalhas, faziam passos complicados, dirigiam pilherias, soltavam assovios agudíssimos, iam de provocação em provocação até que o rolo explodia correndo sangue muito e ficando defuntos na rua.**

Havia entre eles partidos. Os mais famosos foram o ‘Quarto’ e o ‘Espanha’. E as bandas musicais por sua vez, possuíam dobrados das predileções de uma ou da outra facção desordeira. O dobrado ‘Banha Cheirosa’ era um desse. Tocá-lo constituía já uma ameaça á ordem pública. (MARIO SETTE, 1938, p. 97-98 apud SILVA, 2006, p.38) [grifos nossos].

Esta forma de “ser” capoeira frente à ordem governamental pernambucana demonstra o quanto o capoeira tanto resistia ao modo de produção da época, quanto que, ao mesmo tempo, era favorável as práticas culturais “bem vistas” pela sociedade pernambucana tais como as festas. Eram estes os espaços mais visíveis para o capoeira poder demonstrar sua agilidade, destreza e virilidade, tanto na forma de confrontar a ordem (resistir) quanto para

negociar suas virtudes como instrumento de manutenção dessa mesma ordem (se vender como leão de chácara, guarda costas, “pistoleiro” etc. para as classes dominantes). O Dossiê (2007, p.28) nos conta que “os capoeiras recifenses também estiveram envolvidos na capanganagem eleitoral e na proteção de figuras políticas, bem como na constituição da Guarda Negra e na campanha do Paraguai”.

A Guarda Negra “nasceu [...] com a proteção das verbas secretas da polícia [...]”. Com condições econômicas e ideológicas ela se constituiu, ou seja:

Criada para salvar a monarquia e lutar contra os republicanos, os dirigentes da Guarda Negra exploraram os sentimentos de gratidão dos negros libertos, a 13 de maio de 1888, para defenderem a princesa Isabel e como era de se esperar, incorporaram-se todos os capoeiras e mais toda uma avalanche de desordeiros e delinquentes (REGO, 1968, p.313).

A mesma existiu em várias capitais, mas teve sua origem no Rio de Janeiro, então capital do Brasil em 1888. O que Rego (1968) descreve como “uma avalanche de desordeiros e delinquentes” nós entendemos como a busca da classe trabalhadora, em específico dos capoeiras por condições mínimas de existência, já que havia recurso público financiando a Guarda Negra. Falcão (2004, p.77) nos diz que:

Sob os auspícios de um juramento de morte, em defesa da Redentora, os capoeiras, que eram **convencidos (forçados ou não)** a apoiar a monarquia, dissolviam comícios públicos e faziam miséria nos combates que travavam com os apoiadores do regime republicano, ocasiões em que deixavam como saldo **expressivo número de mortos e feridos**.

Essa expressão nada mais é o do que a manifestação do FETICHE DA CAPOEIRA LUTA, pois as propriedades de combate corporal, ao mesmo tempo em que eram tão expressivas na capoeira da época, carregavam “como preocupação dar um caráter **maçônico** a organização” (REGO, 1968, p.313).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que os capoeiras adeptos a essa organização política abandonavam sua história e cultura de resistência ao modo de produção escravista/feudal (representado pela monarquia), ainda assumiam explicitamente a ideologia dominante, como bem nos demonstra Rego (1968, p.314), ao citar uma passagem de Melo (1939, p.161):

Ajoelhados, com a **mão direita sob o evangelho e olhos fixos na imagem de Cristo**, os capoeiras prestavam o seguinte juramento: – “Pelo sangue de minhas veias, pela felicidade de meus filhos, pela honra de minha mãe e pela pureza de minhas irmãs **e, sobretudo por este Cristo que tem séculos, juro defender o trono de Isabel, a Redentora** – porque esta minha própria vida,

por considerar acima de tudo êste meu juramento. Em qualquer parte que meus irmãos me encontrem, digam apenas – Isabel, a Redentora – porque essas palavras obrigar-me-ão a esquecer a família e tudo o que me é caro”. **Os capoeiras da Guarda Negra fizeram miséria**, não houve uma reunião fechada ou comício público **dos republicanos que não fossem dissolvidos** [grifos nossos].

O FETICHE DA CAPOEIRA LUTA segue em franco desenvolvimento, mas também por dentro do FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA, pois os mesmos são embrionários para o desenvolvimento da capoeira em geral.

A capoeiragem no Rio de Janeiro, além dessa Guarda Negra, também foi marcada pela resistência dos negros e sua organização nos chamados Bandos ou Maltas já citados anteriormente. O que a diferenciou da capoeiragem baiana foi à questão do comportamento dos capoeiras da época. Comportamento este que nos remete a questão da plurietnia na capoeiragem.

Tinham a audácia e o jeito de um “fadista⁶⁶” – típico boêmio da cultura portuguesa – porém a violência e a raiva do fardo dos séculos de escravidão e opressão, reflexo da luta de classes. É interessante destacar que quanto maior era a repressão contra os capoeiras, mais os mesmos eram violentos em seus roubos, furtos e combates.

É verdade que, com a queda da monarquia e a ascensão republicana, além do combate à Guarda Negra, também é reprimido todo o conjunto dos capoeiras, o que reduziu em grande número os registros de sua prática também no estado do Rio de Janeiro. Contudo a “Revolta da Vacina” em 1904 e a “Revolta da Chibata” em 1910 são exemplos de focos de resistência que perduraram até a década de 1930.

Essas revoltas no Rio de Janeiro expressam que os capoeiras estavam organizados politicamente e realmente lutavam em resistência ao capital, como bem demonstra Silva (2011a, p.162):

No início do século XX, nos últimos semestres dos anos de 1904 e 1910, a cidade do Rio de Janeiro foi tomada por duas Revoltas de grandes impactos e múltiplos significados, que envolveram de forma direta e indireta **vários estratos sociais subalternos que compunham àquela sociedade de então: militares de baixa patente, TRABALHADORES PORTUÁRIOS, desempregados, prostitutas, CAPOEIRAS e ambulantes, entre outros sujeitos, em conflito com a ordem estabelecida**. Estas revoltas ficaram conhecidas como Revolta da Vacina (1904) e Revolta da Chibata (1910) [grifos nossos].

⁶⁶ Ver mais em Capoeira, (2000, p. 46); Falcão (2004).

O caráter revolucionário dessas lutas se manifesta nas críticas que jornais da época faziam à conjuntura nacional, a qual continha uma idéia de ‘povo’ que não engloba os militantes supracitados.

povo não é o facínora **que empunha a navalha**, o cacete e a garrucha; povo não é o ladrão que esvazia o bolso do transeunte e assalta as casas e rouba; povo não é o desordeiro de profissão; povo não é o ébrio habitual; povo não é a meretriz, não é o cáften, **não é jogador, o vagabundo e o vadio** [capoeira] (JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS apud SILVA, 2011, p.162) [grifos nossos].

Em outras palavras, o ideário da classe dominante não permite quaisquer atos que não o contemplem. Mas o caráter revolucionário dessas lutas expressa o cerne do desenvolvimento da categoria FETICHE DA CAPOEIRA LUTA, não em seu aspecto de combate corporal (bélico), mas atribui um sentido de luta coletiva, sentido esse também envolto pela categoria FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA. Contudo, essas lutas são metabolizadas pelo Estado brasileiro, tanto na forma coercitiva, quanto ideológica.

A Bahia, nesse contexto, demonstra esse engodo que se mantém obscuro ao que deve ser resistência (cultural, política, econômica) e luta (corporal, coletiva, social e também política e econômica).

Isto porque o desenvolvimento da capoeira nesse estado teve características particulares se comparado com Rio de Janeiro e Pernambuco. Ela passou por um processo também violento como nos demais, porém por não ser mais o principal estado brasileiro, nem mais ter a capital do país em seus limites, acabou por ter outras determinações que se diferenciavam principalmente da capoeiragem carioca. Uma delas é o fato de não ter tantas perseguições militares e o outro é porque havia um fio condutor entre os capoeiras baianos da época e os terreiros de candomblé (ARAÚJO, 2008; DOSSIÊ, 2007).

Dessa forma, a capoeira baiana permite a permamência/criação/adaptação de fenômenos que se incorporam a cultura capoeirana. Alguns desses fenômenos permanecem presentes até a atualidade, como propriedades características da capoeira. Rego (1968) sintetiza esses dados dos depoimentos de capoeiras que falam sobre o berimbau nas rodas, além de outros elementos do batuque e da herança musical africana em geral, histórico importante como fundamento para o entendimento da complexificação da capoeira deste período até nossos dias e sua evolução e legitimação econômica dentro da formação social do capital.

Esses acontecimentos históricos nos dão uma margem para o entendimento do processo de constituição da capoeira até o início do século XX. Constituição esta que precisa ser fundamentada trazendo para o debate a categoria luta de classes, pois a criminalização de uma prática cultural nada mais é do que a imposição hegemônica de um projeto histórico de sociedade no qual, ainda não cabia a permissão de práticas engendradas na classe despossuída da sociedade.

Numa época em que os valores europeizantes eram hegemônicos, não cabia falar da cultura brasileira sob o ponto de vista de seus trabalhadores, principalmente daqueles que até pouco tempo antes, sequer eram reconhecidos como classe, pois eram em sua maioria escravizados.

Mas a capoeira frente à adversidade da classe trabalhadora do início do século XX, em especial a comunidade negra, se apropriou de representações necessárias para a sua legalização, ao mesmo tempo em que mantinha uma imagem de negação frente à cultura hegemônica. Isso deu-se principalmente na Bahia ‘de todos os Santos’, a qual apesar de ter possibilitado a preservação de elementos ritualísticos da capoeira (pela menor repressão se comparada com os outros estados) e resistido do ponto de vista cultural, desenvolveu condições objetivas para que a prática social da capoeira sobrevivesse. Mas como no capital nada passa despercebido de seus tentáculos, é também na Bahia que se desenvolve outra categoria – recheada das duas anteriores – mas com características próprias e decisivas no que concerne a fetichização da capoeira de maneira geral. E é neste ponto que nos ateremos a seguir, buscando entender o salto qualitativo da prática da capoeira de crime à legalização controlada.

1.2 A Capoeira na Ordem do Capital: Primeiros Passos de um Namoro (in)feliz Aonde Tudo que Vai, Volta

“Eu sou um dos exemplos do passado. Aqui tem muitos veteranos, velhos mesmo, capoeirista veterano, mais idoso do que eu. Menino das meninas dos meus olhos... Capoeirista!” (MESTRE PASTINHA).

Se desde seus primeiros registros a capoeira já se configurava como prática cultural de resistência, é também necessário avançarmos na contradição presente deste período, no qual a mesma serviu de “apoio” às distintas classes sociais, e com isso aos modos de produção pelos

quais a mesma vem sobrevivendo até nossos dias. Isto significa dizer que o “namoro”, entre a prática da capoeira e sua sociometabolização pelo capital, começou de maneira interessante mais para o capital, e em determinados momentos para a vida de uns poucos capoeiras, os quais vendiam suas habilidades beligerantes para a legitimação dos modos de produção. Por essa razão é que na elaboração nominal de todas as nossas categorias de conteúdo mantemos o conceito de FETICHE. O aprofundamento da relação entre a capoeira e os seus produtores é a peça chave para sua apropriação pelo capital.

A repressão à capoeira, de maneira geral, começa a perder força quando a chamada Revolução de 1930 acentua o desenvolvimento capitalista e conseqüentemente de sua burguesia no país além da influência da capoeira baiana começar a tomar o palco de visibilidade nacional. Sodré (2003) aponta a Revolução de 1930 como sendo o divisor de águas que ascende a burguesia a posição dominante econômica e politicamente, o que determina um grande avanço histórico da cultura brasileira, ao mesmo tempo é claro, que começa a ‘paquerar’ timidamente algumas manifestações da cultura popular, tais como a capoeira.

Como bem vimos no item anterior, à utilização da capoeira estava vinculada, em grande parte, como luta corporal tanto contra a ordem, quanto a favor. No entanto, o seu aprendizado não era sistematizado, mas transmitido oralmente de forma empírica. Abreu (2005) nos diz que “por fazer parte do mundo do trabalhador negro de rua, a capoeira, na sua formação, incorporou elementos desse mundo que ficaram marcados no corpo da capoeira de então” (apud ARAÚJO, p. 16, 2008).

Para dialogarmos com o autor citado, nos valemos de uma apropriação mais ampla do período em questão, relacionando a produção da existência da capoeira em meio a aspectos não apenas culturais, mas sociais, políticos e econômicos.

Enquanto o mundo sentia o preço da opção pelo capitalismo com sua primeira grande crise, em 1929, o Brasil demarcava, a partir da revolução de 1930, seu avanço no âmbito das relações capitalistas com “a ascensão da burguesia à posição dominante, não só do ponto de vista econômico – o que se dispensa controvérsia – mas também do ponto de vista político” (SODRÉ, 2003, p.14). Nesse sentido, recorreremos a Coutinho (2006, p.176) quando nos afirma que:

Depois da Abolição e da Proclamação da República, o Brasil já era uma sociedade capitalista, com um Estado Burguês; mas é depois de 1930 que se dá efetivamente a consolidação e a generalização das relações capitalistas

em nosso país, inclusive com a expansão daquilo que Marx considerava o ‘modo de produção especificamente capitalista’, ou seja, a indústria.

O mesmo autor também nos assinala que é a partir deste momento que a consolidação do Estado Capitalista Brasileiro também instaura a permanência do Estado Brasileiro em **Crise** (COUTINHO, 2006, p.173) [grifo nosso].

É nesse contexto que a capoeira também dá um salto qualitativo que marcará para sempre sua trajetória⁶⁷. No entanto, buscando não apenas evidenciar as contradições presentes da/na capoeira, mas sim pensar por contradição (VIEIRA PINTO, apud SAVIANI, 2010), justificamos que, mesmo apontando neste item uma periodização aproximada entre 1930-1960 fomos obrigados, para manter o vínculo com a realidade concreta, a voltarmos na história do início do século XX em vários momentos de nossa exposição.

No vídeo-documentário⁶⁸ produzido sobre a vida de Manoel dos Reis Machado, o **Mestre Bimba**, alguns pesquisadores historiadores nos trazem elementos bastante interessantes para compreendermos esse processo de prática da capoeira em meio à condição de classe trabalhadora sub-empregada nas capitais do Rio de Janeiro e Bahia deste período⁶⁹. A primeira fala que trazemos para reflexão é de Cid Teixeira ao afirmar que,

A capoeira, o candomblé, a culinária são expressões de **resistência cultural contra o esmagamento do dominador, senhor, branco europeu**. Então assim, a capoeira leva um tempo de **ilegalidade**, ilegalidade normal... ah, os nomes da capoeira ilegal tão aí é Besouro, Cabelo, tantos desses assim que tinham seu quartel general, se é possível dizer assim, no **mercado do ouro**⁷⁰, porque eram na grande maioria trabalhadores braçais (CASTELLO e LUZ, 2005) [grifo nosso].

Vamos ficar apenas com seu exemplo de capoeira. Se ela se traduz como “expressão de resistência cultural” (FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA + FETICHE DA CAPOEIRA LUTA) a contradição se evidencia no fato de que a mesma foi legalizada.

A questão do como a mesma foi legalizada é que representa a expressão de nossa terceira categoria de conteúdo, mas deixemos para expô-la mais frente. A partir do momento

⁶⁷ Trata-se aqui da criação da Capoeira Regional. Voltaremos a esse tema logo a seguir.

⁶⁸ Este vídeo é uma das primeiras expressões da investidura do Estado para com a capoeira na forma de política cultural. O mesmo foi produzido com recursos da Lei do Audiovisual (BRASIL, 1993) e com patrocínio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

⁶⁹ O período em questão nos aponta que a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que era incentivada a apoiar a pequena burguesia em ascensão, também sofria da classe dominante uma relação de extrema vigilância, não permitindo que seu processo de consciência e uma possível insurreição ocorressem (SODRÉ, 2003).

⁷⁰ O Autor refere-se ao Mercado Modelo e a toda a região da cidade Baixa de Salvador, local este em que se situa até hoje o Porto de Salvador e o atual Mercado Modelo.

em que a prática social da capoeira tem sua permissão concedida no ano de 1937⁷¹ na forma de prática de academia, a capoeira, entre outras tantas manifestações culturais ditas de “resistência”, tem acelerado seu processo de mercadorização. Voltemos ao início do século XX para explicarmos os antecedentes de desenvolvimento dessa categoria.

A capoeira praticada no início do século XX não é determinada como mercadoria, pois o capoeira, para trabalhar/sobreviver não necessariamente utilizava-se da mesma como forma de venda de sua força de trabalho. A capoeira até então é praticada sob o lúdico aspecto de ‘tiração de onda’, ou seja, um modo de aproveitar o tempo e distrair-se das mazelas do mundo do trabalho.

Em Salvador, sua prática ocorria em vários locais próximos a comércios e principalmente no Porto, geralmente entre a saída de um navio e a chegada de outro (ABREU, 2005). Além desse momento, ela era também praticada próximo a locais onde a classe trabalhadora permanecia em seu tempo de não trabalho e utilizava as mais variadas formas para se manter “pacato” frente a sua condição precária de vida. O reflexo disso expressa tanto os aspectos de manutenção de uma ‘herança cultural’ afro-brasileira – FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA, como também brigas internas entre os capoeiras para provar sua valentia – FETICHE DA CAPOEIRA LUTA (ABREU, 2005).

Isto significa dizer que a capoeira, assim como a cachaça, entre tantos outros elementos, nesse período que data das duas primeiras décadas do século XX, acabavam por servir (e por que não, servem até hoje) como instrumentos de alienação frente aos problemas sociais. No entanto por seu caráter dinâmico e controverso, a capoeira transitava tanto em meio à manutenção da ordem, quanto em meio à luta beligerante praticada para matar quem fosse preciso, dadas às condições de sua sobrevivência.

Abreu, no mesmo documentário, ao dialogar sobre essa condição de vida dos trabalhadores que praticavam capoeira nos diz que,

O ambiente pro cara é ali no porto onde se dá o tráfico cultural. A capoeira ta aí, no cacete, na porrada, na navalha, em puxá a faca entendeu, em disputá a mulher, ela tá nesses ambientes do porto ali, disputando o que é o trabalho (CASTELLO e LUZ, 2005).

Esta reflexão demonstra como a capoeira era um **bem** (valor de uso) que já servia de ‘produto cultural’ “respondendo a ele como se o fizesse a reforços compensadores”, ou seja,

⁷¹ Mestre Bimba criou a capoeira regional em 1928 (ABREU, 1999), no entanto é a partir da decretação do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1937, que a academia de Bimba (fundada em 1932) recebe a autorização oficial para poder ensinar a capoeira (VIEIRA, 1998; CAPOEIRA 2000; REGO, 1968; Dossiê, 2007).

que sua prática sendo aproveitada inoportunamente e mesmo inconscientemente, funcionava (e em grande medida ainda funciona) como “estrutura de consolação” (BOSI, 1981, p.82-83). Ou seja, a mesma fazia parte do corpo da única mercadoria que o trabalhador possuía para a troca que era a sua força de trabalho. Força de trabalho para a estiva, no intuito do trabalhador demonstrar, por meio da prática da capoeira, sua força, habilidade, astúcia e malandragem, e não (naquele momento) para ‘viver da capoeira’, ao mesmo tempo em que compensava seu tempo de não trabalho. Não se vivia da capoeira, mas a capoeira sobrevivia por ser absorvida como estrutura de consolação.

A capoeira, como bem para a venda da força de trabalho para a estiva, começa a trilhar seu desenvolvimento mercadológico, mas encontra-se subordinada e oculta na relação da venda da força de trabalho do trabalhador estivador para o proprietário dos meios de produção. Ou seja, o estivador não joga capoeira para ganhar dinheiro na estiva, ele trabalha braçalmente carregando as cargas do navio e obtém um melhor resultado, no sentido de ser melhor explorado, na medida em que possui em sua prática social, a prática da capoeiragem (ABREU, 2005). Dessa forma manifesta-se mais uma característica particular do processo de mercadorização da capoeira que elencamos como categoria de conteúdo: **O FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO.**

Essa categoria permanece em desenvolvimento até hoje⁷², mas naquele momento serviu como ‘escada’ para desenvolver as demais categorias de capoeira, bem como tornar-se, dada à formação social do capital, uma parasitária das demais.

Bosi (1981) atribui como exemplo dessas estruturas de consolação produtos culturais já materializados, ou seja, não contextualiza práticas lúdicas, educativas, esportivas, agonísticas, etc. Mas convém situarmos que, as manifestações culturais, tais como a capoeira, os esportes, os jogos, etc. de maneira geral, reduzidas em ‘práticas com fim em si mesmo’, isto é, sem a mediação educativa calcada em uma teoria pedagógica de classe, finda por tornarem-se elementos de manutenção da formação social do capital. Obviamente que isso não se dá de forma linear, mas imerso nas vitórias e derrotas da classe trabalhadora contra a burguesia e conseqüentemente conforme o desenvolvimento das forças produtivas.

Desse modo podemos afirmar que o processo de mercadorização da capoeira engendra, ao incorporar como trampolim essa categoria consolatória, um salto qualitativo que possibilita

⁷² Veremos nos próximos capítulos que a mesma enquanto parasita, das demais ganha forma e torna-se uma das mais fortes categorias que auxiliam o processo de simplificação das demais quando ganha corpo o FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO. Veremos isso nos dois próximos capítulos.

ao Mestre Bimba reconhecer o potencial educativo da capoeira e com isso, desvinculá-la desse ambiente ‘portuário’ e ‘marginal’.

Mestre Bimba, no momento em que começa a ensinar capoeira em ambiente fechado, inconscientemente potencializa as possibilidades de simplificação das categorias de resistência, luta e consolação em uma nova: **O FETICHE DA CAPOEIRA REGIONAL**.

Têm-se com isso talvez, os germes embrionários de seu processo de fetichização⁷³. Essa categoria (fetiche da mercadoria), que nesse momento ainda caminha de forma lenta no âmbito da capoeira, já se apresenta bem desenvolvida em outros setores das relações de produção material, tanto no Brasil como nos demais países capitalistas.

É, portanto, a partir do fetichismo da mercadoria, ou poderíamos dizer, do fenômeno da capoeira começando a ganhar “vida própria”, sem o capital levar em consideração os seus trabalhadores produtores, que a capoeira torna-se mercadoria. Não em sua manifestação mais desenvolvida e ‘empacotada’, pois sua história não é estanque – mas dinâmica e contraditória, e seu consumo só se materializa no ato de sua produção⁷⁴; o que configura a mercadoria nesta relação passa a ser a **aula de capoeira** (ARAÚJO, 2008), produto esse materializável e passível de mensuramento.

Araújo (2008, p.29) nos traz a menção de que é nos anos de 1930 que as relações de troca entre os capoeiras começam a se configurar pela **docência**. Docência esta que tem sua expressão mais conhecida e pioneiramente sistematizada na criação da Capoeira Regional, por Mestre Bimba em conjunto com seus discípulos, mas em especial, José Cisnando Lima.

Manoel dos Reis Machado, o Mestre Bimba, é um dos principais ícones no processo de legitimação da capoeira pelo capital. Seu entendimento sobre a capoeiragem não se bastou ao modo como a mesma se organizava na década de 1920 e, de maneira visionária e articulada com o acesso mínimo ao conhecimento científico por parte de seus discípulos, dentre eles os universitários do curso de medicina da Universidade Federal da Bahia, permitiu-lhe o salto qualitativo para a sistematização da capoeira como educação. Inclui-se nesse conjunto a criação de um próprio e original método de ensino.

O historiador Carlos Eugênio Líbano Soares⁷⁵ relata que Bimba foi contra a criminalização da capoeira e também foi inteligente o bastante para criar uma espécie de “escola” de capoeira tendo sua prática subordinada a “quatro paredes”, além de construir uma

⁷³ Marx (1985). No decorrer dos próximos capítulos retomaremos essa categoria metodológica de modo a melhor fundamentá-la como categoria de conteúdo para nossa pesquisa, em especial no Capítulo 4.

⁷⁴ Ver mais em ESCOBAR, 2009; TAFFAREL e ESCOBAR, 2005; 2008.

⁷⁵ Como se trata de um autor de referência e com literatura bastante difundida, não é de bom tom citá-lo através de outrem.

série de movimentos e sistematizá-los em seqüências de ensino. Sua intenção era portanto, não cortar o fio condutor da capoeira com as demais práticas da cultura popular baiana, mas ocultar esse fio na medida em que a ‘institucionalizava’.

Como tudo tem um preço, especulamos se Bimba estava esclarecido acerca de como sua sistematização de ensino estava sendo oficializada pelo Estado brasileiro. As políticas do Estado Novo Vargas tinham como pressupostos em seu bojo cultural e social, legitimar os valores europeizantes⁷⁶ instaurados desde o início do século XX no Brasil, mas acentuado a partir de sua tomada de poder. No entanto, era estratégico estabelecer uma unidade entre este ideal cultural e a população brasileira que, notadamente miscigenada, já dispunha de características próprias e produções nacionais, como é o caso da capoeira.

Com isso Bimba, em sua forma de organizar a capoeira, retira alguns elementos que a mesma continha de modo similar com o candomblé, tais como o atabaque, além de metodizar o ensino da mesma de maneira etapista, em níveis de graduação, especialização, etc. típicos do ambiente universitário que o circundava. Além disso, o mestre ressaltava aspectos de virilidade como pré-requisito para tornar-se seu discípulo (CASTELO e LUZ, 2005).

É nesse bojo que acontece a guinada da prática da capoeira para espaços fechados, e com a devida autorização dos órgãos oficiais. Se a capoeira anteriormente era crime e tinha sua prática realizada de forma ilegal em espaços abertos de locais movimentados das capitais baiana, carioca e pernambucana, agora obtinha o reconhecimento como conteúdo de ensino de educação física, mas só poderia ser praticada em espaços fechados.

O Dossiê (2007, p.37) cita que a criação da capoeira regional acontece num contexto histórico em que ocorre:

...um processo de renovação institucional das manifestações culturais negras em busca de legitimação, legalização jurídica, construção de autonomia territorial, visibilidade na imprensa, aceitação social, afirmação cultural, e maior expansão da sua prática para outras camadas sociais.

Ao mesmo tempo em que o Brasil passa, no final da década de 1920 e início da década 1930 por um período revolucionário, dada a crise mundial de 1929 e a consolidação do país no mercado capitalista, há um ideário de ampliação de direitos para classe trabalhadora. Desse modo, o que o autor chama de “renovação institucional das manifestações culturais”, nós

⁷⁶ Sodré (2003) nos aponta que o período inicial do século XX denota que a produção cultural só se correspondia a classe com um maior número de posses no Brasil. Essa produção cultural “carrega a marca da cultura universalista e europeizante, unilateralmente voltada para as letras, adquiridas nos colégios jesuítas e seminários que os sucederam, bem como nas aulas régias, e completada em Coimbra, pois a colônia não dispõe [dispunha naquela época] de ensino superior” (p.36) [grifos nossos].

entendemos que se trata, além disso, de um reflexo da luta de classes, justamente num período em que a primeira grande crise do capital abala a humanidade. O Brasil nesse movimento é instaurado pelo que Coutinho (2006, p.174) chamou de uma “ditadura sem hegemonia”. A ideologia distorce a história e com isso torna-se sempre uma tarefa delicada e ‘pantanosa’ afirmar sobre contextos em que só se sabe por registro e não por experiência. Contudo, é no movimento do real, ou seja, nos ciclos de acumulação capitalista que percebemos a roda da história indo e vindo, o que nos permite elucidar questões ocultas em seus registros.

Coutinho, ao contextualizar a obra de um marxista da época, Caio Prado Júnior, explicita que:

...essa forma de modernização conservadora era, entre nós, um fato histórico, mas indicou ao mesmo tempo os efeitos nefastos que isso trouxe para o presente brasileiro (déficit de cidadania, dependência externa, formas de coerção extra-econômica na relação entre capital e trabalho, etc.). Ao contrário, os nacionalistas autoritários – que, de resto, eram ideólogos explícitos do Estado Novo implantado em 1937 – afirmavam que a transformação pelo auto [ditadura sem hegemonia], baseada no Estado, deveria ser o verdadeiro caminho de modernização a ser adotado pelo Brasil (2006, p. 177)

Com isso podemos perceber que as reivindicações de grande parte da classe trabalhadora no período se traduzem de maneira ambígua e contraditória, mas em reflexo ao acirramento da luta de classes. A capoeira em seu processo de “institucionalização” não é exceção, apenas possui características singulares.

No caso específico do Rio de Janeiro, existem registros e produções escritas sobre capoeira no final da década de 1920 que a sistematizam como método de ensino “nacional”. Duas publicações sugerem a descriminalização da capoeira no Brasil⁷⁷, mas sua publicação pouco interferiu na dinâmica histórica da capoeira, a qual predominou até a década de sessenta por força do referencial baiano.

Além disso, existem especulações de que Mestre Bimba tinha lido o livro de Burlamaqui que trata a capoeira como fenômeno **nacional** e, por isso, chamou sua criação de **regional** contrapondo-se a idéia do carioca (MOURA apud PIRES, 2001). Não obstante, percebemos que própria pesquisa de Pires (2001) torna-se incoerente com essa especulação pelo fato de não contextualiza-la. É questionável o fato de como o autor pode citar que Mestre Bimba leu o livro de “Zuma” (Aníbal Burlamaqui) para depois criar a sua regional (p.251) se

⁷⁷ Segundo Lussac e Tubino (2009), as duas obras que apontaram a capoeira como fenômeno educativo foram “O Guia do Capoeira ou Ginástica Brasileira (OFEREÇO, DEDICO E CONSAGRO, 1907) [...] e a Ginástica Nacional (Capoeiragem) – metodizada e regrada, de Aníbal Burlamaqui em 1928” (p. 11) [grifos do autor].

logo em seguida, ao apresentar uma nota de esclarecimento de Bimba a um jornal da época o mesmo explana que “a carta não [foi] redigida por (sic!) mestre, pois, segundo seu filho Manoel Machado (Mestre Nene), ele era **semi-analfabeto**” (PIRES, 2001, p.255) [grifos nossos].

Isto posto, também é válido expormos que, de acordo com o Dossiê (2007, p.40)

... as idéias de Zuma influenciaram na criação da nova modalidade: “Contato houve, é certo, entre os discípulos de Bimba e o manual de Annibal Burlamaqui”. De qualquer maneira, o contexto histórico posterior também privilegiou a proposta da **capoeira regional, principalmente no Estado Novo, implementado em 1937, mesmo ano em que se consagrou o início do processo de descriminalização da capoeira, quando Bimba recebeu autorização para manter seu Centro de Cultura Física e Capoeira Regional** [grifos nossos].

Se não se comprovam o nível de influência de uma região para outra, é sabido que a expressão como categoria FETICHE DA CAPOEIRA REGIONAL é a mais desenvolvida e passa a ter as categorias anteriores simplificadas e subordinadas, quando não excluídas desse movimento.

Justifica-se, portanto, porque Bimba é o nosso principal personagem histórico e objeto de nosso estudo, pois é a partir de sua criação que a capoeira começa a ser melhor sociometabolizada pelo capital. Ele (Bimba) tinha o intuito de transformar a prática criminalizada da capoeira em instrumento de educação, ao ponto de hierarquizar seu conhecimento através de elementos reguladores⁷⁸, que começam a delinear muito da prática da capoeira que se tem na atualidade. Se de fato houve várias contribuições cariocas para a história da capoeira em geral, as mesmas devem ser analisadas a luz dos elementos concretos, os quais dão a Capoeira Regional, o título de mais expressiva para o processo de sociometabolização pelo capital.

Com a criação do Centro de Cultura Física e Capoeira Regional da Bahia (nome dado por Bimba à sua academia), essa descriminalização da capoeira legitima o estado burguês militarizado de Vargas, pois retira o negro e suas práticas culturais do “meio da rua” e assim dá manutenção ao ideário cultural ocidental⁷⁹. Claro que isso não ocorre de maneira estanque.

⁷⁸ Bimba construiu formas de aprendizagem de cunho acadêmico, como graduação, especialização e formatura, além de uma seqüência sistematizada de ensino. (SILVA, 1993; CAPOEIRA, 2000; SILVA, 1995).

⁷⁹ Santos (1996), em seu estudo sobre o entendimento de cultura, nos aponta que a idéia de estudar a cultura originou-se de governos que tinham como objetivo unir determinada nação frente a um conjunto de valores. O exemplo de maior expressão é a instauração do nazismo na Alemanha. O Brasil, na época da chegada do Presidente Vargas ao poder tinha um ideal cultural bastante próximo a dos regimes totalitários europeus, prova esta que pode ser verificada na obra de Castellani Filho (1988 e 2008).

A prática da capoeira mantém-se em vários espaços abertos, inclusive começando a colher os frutos plantados pelo FETICHE DA CAPOEIRA REGIONAL que começa a atrair mais e mais pessoas, principalmente jovens em Salvador, o que não impede que a ideologia burguesa também permaneça inferindo nesse movimento e levando a criação de outras academias de capoeira na mesma década.

Mas é importante destacarmos que no seio desse desenvolvimento da capoeira protagonizado pelo FETICHE DA CAPOEIRA REGIONAL, emergem duas novas categorias que se sustentarão na prática da capoeira até os nossos dias. Trata-se do **FETICHE DA CAPOEIRA EDUCATIVA**, esta desenvolvida no núcleo da Capoeira Regional, mas que rapidamente alcança outras categorias e permanece em desenvolvimento; e do **FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA**, categoria ímpar no recém criado mercado de trocas das ‘escolas’ de capoeira.

Dessa forma, os até então ‘capoeiras’, sujeitos que participavam esporadicamente de rodas de capoeira de maneira informal, tornam-se, a partir da escola de Bimba, em capoeiristas⁸⁰, ou seja, aqueles que têm compromisso com essa ‘luta regional’, aprendendo e ‘estudando’.

Com essa nova forma de conceber a capoeira, Bimba obrigava que seus alunos devessem estar em dia com suas responsabilidades sociais, ou seja, trabalhando e/ou estudando, bem como, pagando a mensalidade da academia do mestre. Vieira (1998) nos traz esse apontamento a partir de sua pesquisa feita em 1984, no entanto, há outros registros que evidenciam que o criador da Capoeira Regional nunca parou de dar aulas para a comunidade local de Amaralina, independente se os mesmos possuíam ou não a condição de pagar pelas mesmas⁸¹.

Por contradição a esse avanço frente ao processo de sociometabolização da capoeira pelo capital, surgem movimentos de vários capoeiras que se opõem à ideia de Bimba e, através de discursos salvacionistas, buscam “preservar as características da capoeira jogada até então” (BUENO, 2009, p.40). No entanto, os próprios não estão alheios às relações de produção e para se legitimarem de maneira oposta à Capoeira Regional, mas de mãos dadas com o capital “acabam por criar outras regras e outras formas reguladoras inclusive batizando essa ‘nova/antiga’ capoeira de ‘Angola’” (BUENO, 2009, p.41).

⁸⁰ Essa mudança de codinome de capoeira para capoeirista será por nós retomada mais a frente, dada circunstâncias específicas.

⁸¹ Esse argumento pode ser melhor verificado no filme documentário “Bimba: Capoeira Iluminada” (CASTELLO e LUZ 2005).

Contudo, esse movimento de oposição a Regional demonstra características singulares, dentre as quais, a defesa de a Capoeira Angola ser a ‘capoeira mãe, em compasso com outras bandeiras de afirmação da cultura negra que se aglutinavam em torno da mesma causa: ampliação de direitos.

Vieira e Assunção (1998, p.9) afirmam que de maneira coletiva a outras manifestações da cultura negra baiana, esse movimento de oposição a Bimba (dos ‘capoeiras de angola’) participou do II Congresso Afro-brasileiro, realizado em 1937, ano que demarca a consolidação do país no mercado dos capitais sob o codinome de Estado Novo. O referido congresso “contribuiu para a maior aceitação do candomblé e da capoeira pelas elites e para o conseqüente abrandamento da repressão policial”. Não obstante, a aceitação dizia respeito a uma forma específica de capoeira que não contemplava a ascensão da Regional, ou seja, a Capoeira Angola. A prova disso foi que no congresso ocorreu uma apresentação de capoeira contando com a participação de muitos mestres da época, mas “nenhum capoeirista da Regional” (DOSSIÊ, 2007, p.39).

Vieira e Assunção (1998, p.09), ao contextualizarem a obra de um dos principais organizadores desse congresso, Edison Carneiro⁸², trazem a seguinte afirmativa:

Ele escreveu que “na Bahia, sabemos, com certeza, que a capoeira existe pelo menos desde o século XIX, quase sempre ligada à vida do **angola**” (1937, p.147) sem, contudo, dar maiores detalhes. Talvez por seu interesse em apresentar a capoeira **como folclórica, e, portanto, inofensiva, enfatizou que a capoeira baiana, denominada então de “vadiação”, “não passa disso”**. Os negros (sic) se divertem, fingindo lutar, embora cantem: no jogo da capoeira, quem não joga mais apanha!” (1937, p.148). Foi seguindo esta tradição que Mestre Pastinha cunhou o neologismo “capoeira de Angola” para o estilo formalizado por ele e outros mestres, que reivindica maior proximidade com as tradições da capoeira baiana.

Fica evidente nessa afirmativa a principal propriedade da categoria de FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA, ou seja, que a mesma não passava de ‘vadiação’, era um ‘folclore’ que ‘só se fingia de luta’. Essas propriedades de maneira contraditória, ao servirem de pretexto para acusarem a Capoeira Regional de “embranquecer a capoeira”, também serviram

⁸² Destacamos que Edison Carneiro é um dos personagens de maior expressão na história da defesa da cultura negra. No entanto seu envolvimento político com a elite brasileira não permitiu, em nosso modo de ver, que o mesmo fosse um militante de classe. A prova disso se expressa pela publicação de seu livro “Capoeira” a partir de incentivos públicos (do Ministério da Educação e Cultura – FUNARTE) em um dos momentos de maior repressão a classe trabalhadora sob os punhos do General Ernesto Geisel, em 1975. Mas suas obras são bastante válidas pelos conteúdos sobre os contextos em que foram construídas. A que trata da capoeira consta em nossa bibliografia (CARNEIRO, 1977).

muito bem como propriedades “vitrinísticas” para se expandir no mercado das escolas de capoeira.

Ainda sobre o referido congresso, o Dossiê (2007, p.39) afirma que estava previsto a “criação da União dos Capoeiras Baianos, o que não ocorreu”. Não obstante, não conseguimos encontrar na literatura outros indícios sobre esse suposto fato, o que demonstra certo descompromisso por parte do Estado em inventariar a capoeira de maneira qualificada e científica.

Com relação a ascensão da Capoeira Angola, faz-se importante esclarecer que o que Vieira e Assunção (1998) expõe sobre a mesma, teve como base a escola de Mestre Pastinha, ou ainda antes dele, a escola de Mestre Amorzinho, pois segundo Araújo (2008, p.36) a mesma cultivava os valores “de consumo da identidade cultural e da tradição”. O mesmo autor destaca que vários outros mestres da época, tiveram outros caminhos e defesas de valores da capoeira, mas apenas o que Bimba e Pastinha sistematizaram perdurou mesmo que ‘descaracterizadamente’ até nossos dias.

Por essa razão Araújo (2008, p.42) chama a capoeira de Pastinha de “Angola-Gengibirra” (p.36), por se tratar da “localidade do bairro da Liberdade, onde acontecia a roda tradicional comandada por Amorzinho”. Esses dados remontam a informalidade da capoeira anterior a Regional, mas exprimem o desenvolvimento da categoria de FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA em oposição a categoria FETICHE DA CAPOEIRA REGIONAL.

E é de intelectuais simpatizantes da Capoeira Angola que surgem várias espécies de “crucificações” à Capoeira Regional e mais propriamente a Bimba. Nós temos o entendimento que a capoeira que se joga hoje, independente de sua matriz Angola ou Regional, não é a mesma que se jogava a sessenta ou setenta anos atrás. Isto porque a cultura é dinâmica e o próprio capital, de tempos em tempos, entra em crise cíclica e precisa se reestruturar para continuar expandindo e acentuando sua crise estrutural. Sendo assim é necessário entendermos que,

A capoeira é um bem cultural produzido socialmente, acumulado, transmitido e praticado historicamente em dadas relações de produção da vida. Portanto, para entendermos com radicalidade o momento atual do desenvolvimento da capoeira é preciso partir do grau de desenvolvimento das forças produtivas, lembrando que o homem faz a sua história, mas não somente como ele quer, mas sim, conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas e o legado deixado pelos que nos antecederam (TAFFAREL, 2005, p. 75).

As críticas a Capoeira Regional por diversos momentos se reduziam a “perca de características”, “da tradição capoeira mãe” que era a de Angola⁸³. Ora, Bimba deu uma nova roupagem à capoeira, na qual a imagem do vadio foi trocada pela imagem do educador e também desportista. Nós concordamos que, simbolicamente, a imagem do vadio colocava-se como resistência frente à hegemonia cultural brasileira. No entanto, essa própria imagem legitimava o capital, pois o mesmo tem como tática desde sua consolidação, a prática de colocar trabalhador contra trabalhador (NOZAKI, 2004), de maneira que a classe dominante assista a essa luta “de camarote”.

Marx, na sua obra, **O Capital** (1985), demonstra o seu entendimento do quanto o capitalismo foi revolucionário frente aos modos de produção anteriores. As produções de bens materiais e imateriais em nossa sociedade são de tamanha importância para a emancipação humana, no entanto é o modo de produção atual que “entruva” esse processo de emancipação, pois não socializa para todos o que é produzido por todos.

A criação de Bimba foi fundamental para que a capoeira não fosse extinta pelo capital, uma vez que a mesma não possuía qualquer sistematização e não se configurava como mercadoria. Através da mercadorização a capoeira “respira” frente aos ditames da formação social e assim se reestrutura com Bimba e contemporaneamente com os Angoleiros, por mais que os mesmos negassem/neguem esse caráter mercadológico.

Um de nossos argumentos nesse sentido caminha pelo fato de que bens culturais como o **batuque** na Bahia e o **xangô** em Pernambuco por falta de sistematização e adequação à forma capital rumaram para seu desaparecimento como prática cultural, permanecendo apenas em poucos registros⁸⁴. Fato é também, que se no seio dessas manifestações culturais houvesse movimentos conscientes de classe para resistir ao modo de produção e dar manutenção a existência das mesmas, o fim de suas histórias poderia ter sido outro naquele momento.

Mestre Pastinha, maior referência entre os amantes da Capoeira Angola, pôde, bem como os demais capoeiristas, desfrutar da liberdade de ter sua prática descriminalizada e sua imagem considerada como educador. Com isso, percebe-se o quanto às categorias de Fetiche da Regional e da Angola se utilizam das propriedades do FETICHE DA CAPOEIRA

⁸³ Araújo (2008), Silva(2006) e Falcão (2004); são autores que tem o entendimento de maneira similar ao nosso. Já autores como Abib (2004); Reis (2000); Rego (1968); além de uma gama de recentes produções de pós-graduação no campo da antropologia simbólica, por não fazerem um recorte de classe em suas pesquisas, acabam, ao nosso ver, por não entender a contribuição de Bimba para a história da capoeira, negando-a de forma idealista.

⁸⁴ Sobre esse assunto nosso argumento fundamenta-se na Weberiana pesquisa de Vieira (1998), mesmo não nos alinhando com a abordagem utilizada nessa pesquisa.

EDUCATIVA para sobreviverem e se ampliarem no mercado de capitais, ainda que em oposição uma a outra, naquele momento.

Contudo, o fato de a capoeira desenvolver seu aspecto de ‘educação’, por si só, não demarcou sua mercadorização, pois de maneira informal, os conhecimentos da prática da capoeira anterior a Regional também eram transmitidos nas rodas de rua. O FETICHE DA CAPOEIRA EDUCATIVA expressa que foi a sistematização de um método de ensino em conjunto com a necessidade de mudar a imagem marginal da capoeira, que de maneira singular, expôs a alternativa de sua inserção no mercado.

Alternativa essa que agradou tanto ao Mestre Bimba quanto aos demais capoeiras que ideologicamente se iludiram com a possibilidade de viver vendendo os ensinamentos que tanto lhes faziam bem. Mas só a imagem de educador não basta. Era preciso comer, se vestir etc. A retirada da capoeira do Código Penal brasileiro não garantia direitos trabalhistas aos seus produtores, quiçá uma legitimação cultural.

Os capoeiras tornam-se consumidores e produtores de uma manifestação cultural enraizada na classe dominada, mas aspirante e legitimador dos valores burgueses de sua época.

Dessa maneira, os mestres, se antes “competiam” entre si numa roda de capoeira para afirmar sua posição de valentão, agora competem de várias outras formas para que tenham sua prática individual reconhecida e assim possam garantir seu sustento através da venda de sua força de trabalho materializada na “aula de capoeira”. No entanto é mais adiante a partir da década de sessenta que dialogaremos mais atentamente sobre essa competição por reconhecimento individual dos mestres.

Mestre Pastinha, da mesma forma que tantos outros capoeiristas deste período discordaram da Capoeira Regional, não apenas porque ela descaracterizava a capoeira, ou evidenciava aspectos de combate corporal, mas porque a mesma configurava-se como uma **concorrente**⁸⁵ no recém criado mercado de capoeira(s).

Entender esse processo histórico significa então não negarmos sua mercadorização, mas criticar de modo ativo esse processo almejando não a (dês)mercadorização da capoeira,

⁸⁵ Concorrência que até hoje possui características peculiares, como é o caso das pesquisas acadêmicas sobre capoeira. A disputa intelectual sobre a produção da capoeira explícita, por exemplo, que não há sequer uma produção sobre Capoeira Angola que tenha sido produzida na linha do materialismo histórico e dialético. O que existe é um conjunto de agrupamentos sobre o tema que caminham minoritariamente com uma aproximação à fenomenologia e majoritariamente com as correntes pós-modernas, o que, diga-se de passagem, pouco ou nada tem de compromisso histórico, quiçá político e crítico. Esta reflexão vem no sentido da necessidade de apontar aqui, utilizando as categorias gramscianas (1984), que os intelectuais orgânicos deste bem cultural não se furtem ao debate de entender para onde a produção do conhecimento nessas linhas está caminhando, ou seja, de mãos dadas com a hegemonia cultural.

ou mesmo a (dês)esportivização de sua prática, mas sim superar o modo de produção capitalista, o que precede, para então podermos defender seus aspectos secundários de luta. Isto significa reafirmarmos a posição de que a capoeira como totalidade está subsumida ao modo de produção e assim, torna-se mais um bem cultural a ser consumido pela classe trabalhadora, colocando em seu meio a circulação de um produto cultural desvalorizado, pois o mesmo tem origem no seio desta mesma classe.

O detalhe que julgamos fundamental deste período é o da valorização da modernidade, da hegemonia positivista - no âmbito da ciência - de modo que a referência do 'correto' era objetivista, evidenciado pelo Estado e apropriado pela população. Dito de outra forma, praticar a capoeira era coisa de 'vagabundo', no máximo de 'negro'. Mas o culto era o 'erudito', o conhecedor da ciência por excelência, aquele que tinha uma 'referência' frente à ideologia dominante. Esta afirmativa circula no ideário cultural ao mesmo tempo em que a prática capoeirana é valorizada nos ambientes mais marginalizados da sociedade em conjunto com espaços elitizados (universitários). A contradição é tamanha que no fim da Segunda Guerra Mundial o Estado varguista se vê na obrigação de esclarecer a população que aquele ideário eugenista de ser humano, explicitado em vários de seus documentos oficiais, não coaduna com as tendências nazi-fascistas alemãs e italianas (CASTELLANI FILHO, 2008).

Mas no núcleo desse movimento, de acordo com Abreu (1999), existem registros em jornais da época que aludem acerca de iniciativas de oficialização jurídica da capoeira, da conquista de espaço em sua forma de 'academia' e com isso, a legalização de sua inserção em instituições públicas, tais como quartéis, escolas, universidades, clubes etc.

Com isso, destacamos mais uma categoria no desenvolvimento da capoeira: o **FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE**. Mestre Bimba, ao desenvolver os elementos educativos da capoeira, acaba por inserir valores esportivos (tipicamente burgueses) em sua prática, de modo que se ajustassem tanto a uma imagem de capoeira como 'educação física', militarista, higienista, quanto e principalmente para agregar valor a sua "aula de capoeira" como mercadoria.

Destacam-se nessa situação as competições de lutas no ringue do parque Odeon, que além de consagrarem Bimba como campeão de capoeira, servia principalmente para chamar a atenção tanto da imprensa baiana, quanto da sociedade em geral como vitrine para venda da capoeira regional, ou seja, atrair alunos para academia do mestre (ABREU, 1999; DOSSIÊ, 2007). Essas competições contribuíram bastante para ridicularizar a Capoeira Angola, sendo esta 'folgado ultrapassado', ou melhor, que não atendia as propriedades que compõem a idéia de esporte moderno.

Uma expressão desse fenômeno está bem contextualizada em Falcão (2004, p.42):

Esse embate se deu, inclusive, com os “angoleiros” disputando com os “regionais” o lugar de representantes da capoeira nos ringues, como aconteceu em 25 de março de 1936, no Stadium do Parque Odeon, em Salvador. De um lado, Juvenal Nascimento x Francisco Salles representaram a Capoeira Angola e, de outro, Manoel Rosendo x Delfino Telles, a Regional.

Os ajustes de imagem para agregar valor a capoeira estão em compasso com o ideário apregoado pelo Estado Novo, que combatem unilateralmente, seguindo a tendência do capitalismo mundial, qualquer foco comunista. Nesse sentido o exemplo da educação que o Estado apregoava torna-se bandeira para afastar o espectro. Para explicitarmos melhor esta conjuntura vamos à fala de Vargas (apud CASTELLANI FILHO, 2008, p.84) sobre a educação nacional como instrumento de luta contra comunismo:

“...não sendo uma simples fornecedora de noções técnicas, mas um instrumento de integração da infância e da juventude na pátria una⁸⁶ e nos interesses sociais que lhes são incorporados, a educação da mocidade, nos preceitos básicos estabelecidos pelo novo Estado, será um elemento não só eficaz, como até decisivo na luta contra o comunismo e outras ideologias que pretendam contrariar e subverter o ideal de nacionalidade e as nossas inspirações cívicas, segundo as quais, a juventude, agora mais do que nunca, será formada...” (p.84)

Esta fala justifica que a capoeira, na condição de resistência, se aproximava ao comunismo que Vargas se propôs a combater e assim teria muito de sua sobrevivência comprometida. Para reverter esta situação, os detentores do legado da capoeira foram influenciados pelo Fetiche da mercadoria, a ponto de, no caso da escola de Bimba, legitimar-se como modalidade esportiva, com o adendo de “nacional”. Esta foi a estratégia encabeçada por Bimba por meio de sua criação regional. Mas a Capoeira Angola não passa despercebida desse processo. Tanto é que, apesar de ser a única representação de capoeira convidada a participar do II Congresso Afro-Brasileiro (que aspirava aglutinar intelectuais de esquerda), a Capoeira Angola instituiu, de maneira semelhante à Regional de Bimba, “uniforme, determinado cores, regras e rituais próprios. Nesse sentido tanto mestre Bimba quanto mestre

⁸⁶ Santos (1996) em seu estudo sobre a cultura, nos aponta que a idéia do Estado em organizar a cultura de maneira geral e a educação em específico tinha como objetivo “unir” determinada nação frente a um conjunto de valores. O exemplo de maior expressão é o nazismo na Alemanha que de maneira similar foi também reproduzido no Brasil, ainda que com outras bandeiras.

Pastinha implementaram um **modelo desportivo** na prática da capoeira” (PIRES, 2001, p.302) [grifos nossos].

Esse modelo é que expressa o desenvolvimento máximo do FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE. Tanto é que a própria academia que consagrou a prática de ensino de mestre Pastinha chamava-se CECA – Centro **Esportivo** de Capoeira Angola (PIRES, 2001; FALCÃO, 2004; DOSSIÊ, 2007; ARAÚJO, 2008). Aqui destacamos uma espécie de debate por meio dos jornais entre Bimba e Samuel de Souza, adepto da capoeiragem de angola:

Samuel de Souza condena o sistema adotado por Bimba (...) não resta dúvida que o Bimba é forte, ágil, porém é exagero chama-lo de campeão baiano de capoeiragem, pois merecidamente cabe ao Maré esse título. A capoeira introduzida no Parque “Odeon” não é a **legítima**, a de Angola, mesmo porque para se pratica-la mister se faz a **presença do berimbau e pandeiro**, marcadores do ritmo (O IMPARCIAL, 1936, p.3 apud PIRES, 2001, p.301) [grifos nossos].

Em resposta, quatro dias depois, mestre Bimba responde a problemática e evidencia sua preocupação com a realidade concreta, criticando a forma como a Capoeira Angola não atendia, de maneira prática, as necessidades de cidadãos imersos no desigual Brasil de então como combate corporal, demonstrando inclusive, o misticismo presente na mesma:

a capoeira não é pra ser praticada no ring, mas com pandeiro e berimbau, **porque todos os golpes obedecem, por dize-lo, ao som desses instrumentos**. Ainda no dia 18 houve, no Parque Odeon, a exibição entre Bahia e Américo, sem decisão. Porquê? Simplesmente capoeira angola. Com os golpes determinados ou regulados pelo berimbau e pelo pandeiro. Mas a **verdadeira capoeira é aquela com que a gente se defende e enfrenta o inimigo. Pois então, em qualquer lugar, sou atacado e vou esperar pelo berimbau para reagir?** (sic!) (A TARDE, 1936, p.17 apud PIRES, 2001, p.301) [grifos nossos]

Percebe-se que sua preocupação centrava-se no aspecto prático da capoeira, manifesta principalmente pelo FETICHE DA CAPOEIRA LUTA. Em contrapartida, Bimba aproveita do aspecto esportivo da capoeira para sobreviver, mas não necessariamente alavanca-la como FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE.

É sabido que as práticas esportivas em geral são reflexo do modo de produção e do desenvolvimento das forças produtivas em relação ao legado deixado pelos praticantes antepassados. No entanto, para o caso específico da capoeira, o FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE se desenvolveu, no período anterior a 1960, de forma limitada e/ou subordinada as demais categorias, principalmente as de FETICHE DA CAPOEIRA LUTA, FETICHE DA

CAPOEIRA EDUCATIVA e de CONSOLAÇÃO representadas nas categorias de FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA E REGIONAL.

A capoeira, nesse turbilhão de mudanças econômicas, políticas e sociais, se aproximou tanto do Estado – na linha de Bimba e seus discípulos – como dos intelectuais pequeno burgueses e românticos (alguns comunistas como Jorge Amado⁸⁷) que criticam o então discurso oficial sobre a cultura – alinhados com a vertente de Pastinha. Essas influências políticas e intelectuais na capoeira angola, auxiliam em seu processo de desenvolvimento, mas contraditoriamente, também auxiliam em seu processo de fetichização, ainda que fossem contra o que estava acontecendo com a capoeira em geral. Ou seja, a prática da capoeira em geral, independente de qual linha mantinha – Regional ou Angola – estava em franca metabolização pela forma capital, transformando-se em mercadoria.

Portanto, ao que nos parece, o desenvolvimento das categorias de fetiche da capoeira em geral seguem em desenvolvimento, mas encontram ainda limites, no que concerne a expansão de seu mercado. Isso porque, apesar de a prática da capoeira ter adentrado em diversos espaços para ser ensinada, até a década de 1960 ela carregou características que não atendiam (ou atendiam em parte apenas) as necessidades fetichizadas de consumo burguesas.

Para explicarmos esses limites destacamos que as prioridades do Estado nesse período, de uma maneira geral, ainda que com particularidades conforme os governos, era: no âmbito da economia, a favor da industrialização do Brasil; no âmbito da política, interessado em diminuir o poder das oligarquias brasileiras (latifundiários) e assim dar mais força a burguesia industrial; no âmbito da cultura permanecia o ideário de nação desenvolvida como as da Europa e do recém vitorioso (após o fim da segunda guerra) e potencialíssimo Estados Unidos da América, impossibilitando assim qualquer incentivo a uma cultura ‘nacional’ que fosse realmente ‘nacional’ como o caso da capoeira. Quaisquer interesses na cultura de um modo geral, que não fossem para manter essa hegemonia, não possuíam condições subjetivas e objetivas para mudar esse contexto. O máximo foi à retirada da capoeira do Código Penal e a permissividade desta prática em ambientes fechados e registrados pelos órgãos oficiais.

Como último destaque desse período, fica apenas a simbologia discursiva, que pouco avançou na prática, da fala do Presidente Getulio Vargas após assistir a uma apresentação de capoeira da ‘Turma de Bimba’: “A capoeira é único esporte verdadeiramente nacional” (VIEIRA, 1998; ABREU, 1999; DOSSIÊ, 2007). Essa fala representa, portanto o limite de seu estágio de desenvolvimento na forma FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE, a qual passaria

⁸⁷ Jorge Amado foi inclusive deputado constituinte pelo Partido Comunista, sendo cassado em 1948 após o partido ser declarado como ilegal. Ver mais em Amado (2010).

por um salto qualitativo determinante tanto para cisão permanente entre a Capoeira Regional e Angola, quanto e principalmente para sua disseminação a nível mundial sintetizando as categorias de FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA, LUTA, CONSOLAÇÃO, REGIONAL, ANGOLA e EDUCATIVA. A exposição da roda da história da capoeira no Brasil, por suas particularidades, seguem expostas nos itens abaixo.

1.3 Capoeira e Capital: Casando com a Viúva Negra⁸⁸ (1960-1985)

Essa arte que te ensinaram negro, não tem CAMISETA não! É de rua, é de rua, é de rua! (GRUPO GINGADO CAPOEIRA).

[...] da Capoeira Regional [...] na figura de Mestre Bimba. Ao mesmo tempo em que se elaborou uma reinterpretação da capoeira, absorvendo os elementos das ideologias dominantes, abriu as portas das instituições para a penetração de uma prática essencialmente popular, ainda que reinterpretada em outros moldes. De uma certa forma, pode-se dizer que Bimba empenhou-se em “acertar o relógio” da capoeira com o conjunto da sociedade brasileira (VIEIRA, 1998, p. 181).

A citação acima serve de base para o avanço da roda da história da capoeira. A afirmação “acertar o relógio” pode significar uma série de interpretações, mas nós preferimos a que aponta conformar a cultura popular da capoeira ao capital para sobreviver como prática social.

O primeiro grande marco da década no âmbito da capoeira apresenta-se na figura de Bimba, tanto como o educador próximo aos interesses do Estado e tendo no seio de sua pedagogia um autoritarismo militar⁸⁹, como militante cultural⁹⁰ membro do Partido Comunista⁹¹ na época.

Essa contradição pode ser explicitada melhor pelo processo de turbulência política no Brasil que produziu efeitos devastadores para a nossa sociedade, iniciado com o golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar. Pode-se dizer que Bimba, nessa época, tinha como perspectiva a emancipação humana, apesar de sua ligação com o Partido Comunista ser

⁸⁸ O termo aqui é sugestivo ao papel que a capoeira enquanto macho da relação casa-se com a aranha viúva negra, a qual refere-se ao capital. A viúva negra “come” o seu parceiro durante o acasalamento.

⁸⁹ Herança que remonta toda a história da Educação Física no Brasil. Ver mais em Castellani Filho (2008).

⁹⁰ Termo utilizado por Trotski (2009) para referendar uma forma de prática social orientada pelo projeto histórico socialista e envolta do que de melhor pode se apropriar do conhecimento produzido pela humanidade para sua emancipação. Ver mais em Trotski (2009); Taffarel e Santos Junior (2009); Teixeira (2008).

⁹¹ Partido criado em 1922, no mesmo ano que marca o avanço do movimento modernista no Brasil. O período varguista corresponde para capoeira, um avanço em seu processo de mercadorização, ao mesmo tempo em que de certa forma, luta contra a existência do Partido Comunista em nosso país. Isto culminará com o golpe de 1964, momento entendido como revolucionário para os militares, mas contra-revolucionário para os comunistas (FERNANDES, 1981).

considerada ou mesmo sabida apenas por poucos intelectuais capoeiristas. Sendo assim, segundo Capoeira (2000):

Uma faceta das mais curiosas de Bimba, desconhecida até por seus alunos mais chegados, nos é revelada por Muniz Sodré: “Bimba tinha um entendimento do poder, de como podia se expandir utilizando a classe média, por outro lado ele tinha raiva do Sistema: pouca gente sabe, mas ele era militante do partido (comunista); não só militante, mas cabo eleitoral do PC. Arregimentou toda aquela gente do candomblé e da capoeira do nordeste de Amaralina. Em seguida ao golpe (de 1964), Bimba estava com medo de ser preso. Muito sem graça, como se tivesse dado um fora tremendo, me falou: ‘Pois é, Americano, você sabe que dizem que o Decênio é dos **homens** (da polícia, do serviço secreto do Exército)’ (p.77) [grifo nosso].

Contudo, não se comprova essa ligação de Bimba com o PC, tanto é que outros alunos não apenas negam essa afirmativa, como também solicitam maior esclarecimento sobre esse possível fato inventado (VIEIRA e ASSUNÇÃO, 1998). Já no campo da Capoeira Angola, existem registros esboçando sua inserção na esquerda brasileira (PIRES, 2001; DOSSIÊ, 2007). Mas essa inserção é muito mais pela influência dos intelectuais como Jorge Amado e Edison Carneiro, do que da formação de quadros do partido por capoeiras.

O Brasil passa por um período bastante delicado na década de 1960, imerso em contradições de atrelar o populismo governamental a uma política de desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. Avançando nesta reflexão,

Isso demonstra que os breves anos do governo Jango (mas também, ainda que em menor medida, o período governamental de Juscelino Kubitschek) constituem uma época na qual a sociedade civil tornou-se mais ativa e buscou se articular de modo mais autônomo, anunciando de certo modo os primeiros sintomas de **crise** daquele Estado centralizador e corporativista surgido na esteira da Revolução de 1930 (COUTINHO, 2006, p.180).

Os ideais progressistas veiculados pelos governos populistas ascenderam às esperanças da classe trabalhadora e deram muita força aos movimentos de resistência frente ao capital, de modo que a única saída para a burguesia nacional e internacional foi à tomada do poder em 1964. O que aconteceu a partir dessa data e até a década de 1980 foi um reflexo da corrida capitalista contra o comunismo no mundo, que instaurou tanto Estados autoritários Stalinistas

(dito comunistas⁹²), sob a gerência da União Soviética, como Ditaduras Militares anti-comunistas, com apoio Norte-Americano.

A sobrevivência da cultura da capoeira neste período só pode ser melhor compreendida a partir do seu processo de massificação. Processo esse que demonstraremos após um breve balanço da política do Estado de Exceção que permaneceu até o fim da década de 1980.

Castellani Filho (2008, p. 103), ao citar Bergo, nos aponta que com a instauração do poder militar em 1964, “ [...] não se fala mais em positivismo, é que seus termos foram substituídos por novos. ‘Ordem e Progresso’ estão caracterizados como ‘Segurança e Desenvolvimento’” [grifos do autor]. As doutrinas de segurança nacional endossadas pelo imperialismo norte-americano reforçam uma luta sangüinária contra os movimentos caracterizados como de resistência ao regime.

A Capoeira Angola entra nesse momento em franca degeneração, pois além de não se adequar de modo pleno ao FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE, e ainda sentir o peso do anti-comunismo adentrar nas culturas populares influenciadas pelos intelectuais comunistas, vê suas características lúdicas sendo novamente incorporadas pela Capoeira Regional.

Bimba, com uma visão de classe (PIRES, 2001) antecipa as limitações de suas técnicas de luta e com a expansão gradual da Capoeira Regional retira sua prática do ring do Parque Odeon. Em uma nota de jornal, Bimba reconhece que a capoeira regional não pode ser reduzida a seu aspecto esportivo, pois é uma luta “instintiva” que não presume necessariamente regras de combate (PIRES, 2001).

A Capoeira Angola pouco se renova, apesar de Pastinha permanecer na cena política, inclusive sendo financiado pelo Estado para participar, no ano de 1966, de um Festival de Artes Negras em Dakar, capital do Senegal (PIRES, 2001; DOSSIÊ, 2007). Esse episódio ao nosso ver, serviu de maneira emblemática para ressaltar a história da capoeira mítica, como se tivesse sido originada na África. Permanecia em desenvolvimento, ainda que de maneira fragilizada o FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA, sendo incentivado principalmente por Edson Carneiro, intelectual político que mediou essa viagem.

⁹² Se coadunamos com o entendimento que a maior parte dos países que instauraram regimes Stalinistas avançaram em relação aos Estados Capitalistas no mundo, não coadunamos com a idéia de que os mesmos foram/são Estados comunistas. Primeiro porque para Marx e Engels (1987), precursores do movimento comunista no mundo, não há possibilidade de o socialismo existir em apenas um país, teoria essa apontada por Stalin; Segundo que, sob o nosso ponto de vista, os referidos estados existentes nesse período, ou mesmo que ainda permanecem em nossos dias, nada mais são do que pós-capitalistas (MÉZÁROS, 2002). O espectro comunista só avançará de maneira internacional e preconizada pelo proletariado (MARX e ENGELS, 1987; 2006).

Mas com o golpe militar de 1964, começa-se a se ampliar as condições objetivas de utilização da capoeira como instrumento ideológico do Estado Militar. Com isso, ainda que de maneira diversa, a mercadorização da capoeira segue em expansão.

Marx (1985) aprofunda a tese de que pela falta de consciência do processo de produção das mercadorias o homem só enxerga a aparência da mesma e assim reifica o produto em si (a coisa) sem valorizar seu processo de produção. Trazendo este debate para o campo da capoeira neste período, podemos dizer que a reificação da mesma segue pelo viés da Capoeira Regional abrindo espaço para que a mesma, em nível nacional, sofra novas metamorfoses e desenvolva de forma mais singular seu caráter de fetiche.

Na Bahia os movimentos de concorrência entre a Capoeira Regional e a Angola permanecem, apesar de a Regional manter sua expansão, tanto por intermédio da Secretaria de Turismo como que pelo apelo fetichizado de sua esportivização ainda nos moldes de Bimba. Com o aumento do número de alunos formados na Regional e em menor parte pelos mestres angoleiros, a vontade de todos em ter sua própria academia e os seus alunos culmina por alavancar um processo de expansão da capoeira pelo Brasil. O próprio Bimba torna-se uma cobaia que não deu certo, ao tentar ganhar a vida longe da Bahia (PIRES, 2001; CASTELLO e LUZ, 2005). Com isso advém uma nova referência para a produção da capoeira, na qual a principal representação não é mais a figura do mestre, mas sim a forma grupo de capoeira⁹³.

Araújo (2008, p.64) no aponta um panorama dessa representação na qual o que predominava hierarquicamente na capoeira tinha os seguintes critérios:

- Até 1930: Mestre – Aluno – na rua.
- 1930 à 1940: Mestre – Alunos – academia.
- 1940 à 1960: Academia – Mestre – Professores em Estágio – Alunos
- 1960 até hoje: Grupo – Mestres – Professores em Estágio – Alunos

Essa forma de organização em grupos ganha força de maneira dinâmica e sincrética, pois se Bimba não conseguiu intento ao buscar ‘outros mercados’, alunos de capoeira de outros estados que tiveram aulas com Bimba, Pastinha e os demais ícones da “Meca da capoeira” – Salvador (FALCÃO, 2004) obtém êxito em seu intento expansionista.

Além disso, ocorreu que outros mestres também saíram da capital baiana no intento de ganhar a vida vendendo a capoeira em outras regiões do Brasil e com isso, deparavam-se com novas realidades culturais, dentre as quais, a capoeira necessitou de readaptações no modo

⁹³ Araújo (2008).

mais dinâmico que fosse possível para que então obtivesse reconhecimento e sua prática mercadologicamente valorizada⁹⁴. Nesse movimento de síncrese permanecem em expansão, de modo a simplificar a Capoeira Regional e a Capoeira Angola, as categorias de FETICHE DA CAPOEIRA EDUCATIVA e FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE, mas de uma maneira mais ampla e como ascensão massificadora, a categoria de FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO, subordinando de maneira concreta as anteriores, ainda que oculta e travestida como esporte e educação.

Mas, se Salvador serviu como escola de aprendizes até o final da década de 1960, tanto no que diz respeito à Capoeira Angola, mas principalmente frente à Capoeira Regional, se dá paralelamente a esse processo, um movimento carioca que carregava o salto qualitativo para a evolução das categorias supracitadas e que foi amplamente absorvido pelo ideário esportivo-higiênico do Estado Militar.

É de interesse de nosso método de pesquisa levantar os nexos que apontam para o desenvolvimento da capoeira em seu processo de patrimonialização. Por essa razão, nos debruçaremos agora em outro fenômeno marcante na constituição da capoeira ‘moderna’ caracterizada e expandida principalmente a partir de um grupo de jovens cariocas que, após várias vivências nas rodas e academias de Salvador, fundaram o grupo Senzala de capoeira⁹⁵.

O Dossiê (2007, p.45) apesar de não destacar a criação do Senzala como extrapolação do quadro de medida⁹⁶ correspondente a Capoeira Angola e Regional, traz interessantes dados sobre sua criação:

Em 1964, os irmãos Rafael e Paulo Flores retornaram de uma viagem à Bahia, onde treinaram capoeira durante alguns meses com Mestre Bimba. Resolveram continuar com os treinos no terraço do prédio em que moravam em Laranjeiras. Outros jovens chegaram, como Gato e Gil Velho, que tinham tido experiência de capoeira com alunos de Mestre Sinhozinho. Em 1966, Mestre Bimba esteve no Rio para realizar o show folclórico *Vem Camará* e visitou os jovens, que haviam se auto-intitulado Grupo Senzala. [...] Ainda assim, a percepção de que estavam distantes dos fundamentos da capoeira

⁹⁴ A exemplo disso e seguindo os passos da Capoeira Regional, podemos vislumbrar atualmente uma gama de verdades sobre a capoeira que tanto a distanciam de manifestações religiosas, como o candomblé, como outras que a aproximam de uma capoeira gospel/evangélica. Os capoeiristas que ganham o Brasil e o mundo vendendo a capoeira adaptam seus valores de acordo com a ótica sócio-econômico-cultural local para assim sobreviverem da venda deste bem. Passo esse que tanto transforma a capoeira como a própria natureza humana.

⁹⁵ Ver mais em Capoeira, 2000. O autor é um dos fundadores do Grupo Senzala e em sua obra se debruça sobre a história do referido grupo.

⁹⁶ Como bem nos explica Triviños (1987, p.66) sobre a Lei da passagem da quantidade à qualidade e vice-versa, “para que um objeto se transforme em outro, isto é, para que a qualidade de um objeto desapareça, deixando de ser o objeto que é, o que representa, e surja uma nova qualidade característica de um novo objeto, devemos reconhecer a existência do que se denomina a “unidade de quantidade e qualidade”, que se denomina **medida**” [grifo nosso].

baiana fez com que os principais capoeiristas do Senzala retornassem a Salvador, “visitando e treinando em diferentes academias, inclusive participando das mais tradicionais rodas de capoeira angola” [grifo do autor].

Percebe-se que esse movimento ‘interestadual’ desses capoeiras possibilitou uma certa síntese da capoeira baiana em geral, mas para explicarmos as contradições do grupo que deu margem para a expansão da capoeira no Brasil e no mundo, vale o registro da análise sobre o fenômeno mais evoluído como chave para a compreensão do menos evoluído. O FETICHE DA CAPOEIRA REGIONAL continha em sua origem, a chave para a explicação da capoeira jogada até o momento de sua criação. No entanto, tanto a Capoeira Regional de Bimba, como a Angola, a partir da autorização dessa prática em recintos fechados se instituíram como mercadorias, nas quais o mestre detinha tanto o controle do que era falado, praticado e criado dentro de sua academia, quanto o controle de quem poderia ser autorizado por ele a ministrar aulas, mas mantendo sua posição na hierarquia. Essa espécie de ‘divisão social do conhecimento’ nada mais é do que o reflexo da divisão social do trabalho, que no caso da capoeira, incorreu de novas subdivisões que de certo modo descaracterizam essa propriedade privada do conhecimento para a expansão da capoeira.

Trata-se da criação do grupo Senzala, constituído de alunos não formados mestres que se encontravam em condições econômicas melhor favorecidas do que a maioria dos mestres até então formados na capoeiragem.

É, portando a partir do Grupo Senzala, ou melhor, da **Capoeira Regional Senzala** (CAPOEIRA, 2000) que ocorre um novo salto qualitativo⁹⁷ sobre a prática da capoeira. O controle de sua produção, ora mantido a sete chaves pelos ‘velhos’ mestres perde força, pelo fato de os mesmos terem o controle apenas local (de suas academias) e seus ideais rompem as fronteiras locais dando margem a criação de vários grupos, dentre eles, o Senzala.

Mas se a capoeira ganha mais força na lógica do capital quando começa a se desvincular do controle dos mestres baianos, ao ser levada por seus discípulos para outras regiões do Brasil a pergunta imediata que nos fazemos é por que isso teria ocorrido?

Primeiro pelo fato de que muitos capoeiristas da época foram financiados pela ditadura – na figura da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia – para se apresentarem em várias regiões do país, o que possibilitou que muitos conhecessem outras realidades, como a própria debandada nordestina para o sudeste e sul (VIEIRA, 1998; AREIAS, 1989; ARAÚJO, 2008). Segundo, porque ao se tratar de questões econômicas, a cidade de Salvador no início da

⁹⁷ Momento representado pela extrapolação dos limites de medida qualitativa de determinado fenômeno, explicados na nota anterior (TRIVIÑOS, 1987).

década de 1960 “encontrava-se estagnada, ainda dependente da agricultura baseada na monocultura extrativista (fumo e principalmente cacau), com finalidades de exportação” (ARAÚJO, 2008, p.58). E por fim, é pela organização do Grupo Senzala, do qual faremos uma avaliação mais de perto sem perder o caráter de totalidade.

...em 1964 os militares deram um golpe e tomaram o poder no Brasil, instaurando a ditadura militar que durou até 1984, instalando um sistema de governo que poderíamos chamar tecnoburocrático (valorizando a burocracia e a tecnologia acima de outros valores como justiça social, cultura etc.). Nós vamos ver que a capoeira, durante esta parte do “período das academias”, assimilou muitos dos valores desta tecnoburocracia (e talvez por isto, por estar em sintonia com os valores dos “donos do poder” – e, em consequência, em sintonia com os valores da classe média -, tenha podido alcançar, nos vinte anos seguintes, um sucesso econômico e uma divulgação nunca antes vistos). (CAPOEIRA, 2002, p. 57-58)

Temos acordo com o autor no que se refere a expansão da capoeira a partir da sistematização da capoeira pelo Grupo Senzala pois,

Ao método de ensino de Bimba (através das seqüências), aos poucos foram adicionados uma ginástica de aquecimento (no início das aulas), treino sistemático e repetitivo de cada golpe, uma graduação para os alunos através de cordas ou cordões de diferentes cores amarrados na cintura, e o uso obrigatório de uniforme durante as aulas. E começou-se a pensar em criar campeonatos – com juízes, cronômetros e regras. Muitas destas novidades introduzidas na capoeira foram adaptadas do judô e do karatê, artes marciais orientais que os jovens capoeiristas percebiam fazer muito sucesso naquela época, devido ao treino sistemático e ao aspecto visual “sério” e organizado, **o que atraía alunos com maiores possibilidades de pagar uma mensalidade alta.** (CAPOEIRA, 2002, p. 59) [grifos nossos]

Percebe-se que o autor não faz um recorte de classe de forma explícita na sua análise, no entanto é o aspecto econômico que toma por interesse a aglutinação dos jovens da classe média além é claro de um conjunto de valores culturais hegemônicos, dentre os quais não se detinha mais o aspecto central do ensino militarizado – herança de Bimba, mas o intuito era a performance e até certo ponto o desprezo imediato pelo processo histórico da capoeira como cultura da classe dominada.

O método criado por Bimba valorizava o aspecto tecnicista de ensino, mas possuía um centro controlador (militarista), no qual o mestre ditava o que era ‘certo’ ou ‘errado’. Já na Capoeira Regional-Senzala, por se tratar de um grupo de jovens, dentre os quais nenhum detinha o conhecimento de uma maneira majoritária frente aos demais, o que importava era o aprendizado coletivo e o aumento da performance, não negando os ‘velhos mestres’ mas

otimizando a aprendizagem de uma maneira mais eficiente que da Capoeira Regional e, ao mesmo tempo, mais interessante que a Capoeira Angola, haja vista o período da ditadura militar e a retomada dos valores higiênicos.

Esse grupo formado por jovens rapidamente se expandiria e, por necessidade, criaria novas formas de relação econômica de produção da cultura da capoeira. A possibilidade de outros capoeiristas se filiarem ao grupo, mesmo sem necessariamente terem uma graduação que permitiria o ensino da capoeira, a instauração de franquias do grupo em outras cidades/academias, ampliava ainda mais a condição de apropriação da capoeira pelo capital.

Disso decorra a síntese de que estavam aí instaurados os elementos para a profissionalização da capoeira a partir da lógica da produção de professores/mestres de capoeira. O fetichismo da mercadoria se desenvolve e de certa maneira simplifica as demais categorias no que chamamos de **FETICHE DA CAPOEIRA CONTEMPORÂNEA**, configurada a partir dessas duas formas de capoeira oriundas de uma mesma classe e aspirantes a legitimação burguesa. Legitimação essa que passa a tentar escamotear a luta de classes tão acirrada pelo regime militar, para evidenciar com afinco aspectos de técnicas de eficiência e objetividade (FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE) e/ou a busca pelo resgate da tradição (FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO). Nas palavras de Araújo (2008),

[...] os estilos de capoeira *Regional* e de *Angola-Gengibirra*, frutos da criação, respectivamente de Mestre Bimba e de Mestre Pastinha, sob circunstâncias claramente comerciais, passam a ser vistos não como efeitos de ações histórico-sociais, mas como expressão da própria natureza: “*Sempre foi assim!*” (p.52) [grifos do autor].

O “sempre foi assim” demarca um caminho de volta ao momento que fragmentou a Capoeira em Angola e Regional, consolidando uma nova síntese contemporânea.

O interessante desta rápida evolução a partir do Grupo Senzala, que em velocidade semelhante aumentava a constituição de outros grupos com ideários semelhantes, é o que se manteve ao nível de discurso, ou seja, “a resistência”, forma de agir e ser presente na herança da capoeira de outrora. Mas a prática era conclusivamente outra, pois a luta passava a ser entre os próprios capoeiristas que aos socos e pontapés digladiavam na busca por estabilidade econômica com a venda de sua força de trabalho nas aulas e apresentações de capoeira, bem como dos produtos culturais que resultavam dessa cultura⁹⁸.

⁹⁸ Mas a frente, nos próximos capítulos, veremos que essa disputa de mercado entre os capoeiras vai perdurar com grande expressão até o início do século XXI, momento em que o Estado de maneira mais avançada passa a

O advento da competição, estimulada pelo Estado ditatorial contribuiu para a filiação da capoeira à Confederação Brasileira de Pugilismo (CBP).

É após o golpe militar, em 1964, que a capoeira vai se reorganizar e fortalecer-se ainda mais, adaptando-se ao novo momento histórico. Com a valorização do esporte como válvula de escape da repressão política, temos o enquadramento desta prática como um esporte de luta genuinamente brasileiro, passando a fazer parte da Confederação Brasileira de Pugilismo, ganhando, enfim... o *status* de esporte de competição. É neste triste período da história brasileira que a capoeira, uma manifestação popular de expressão de liberdade de criação, entra novamente na perspectiva de controle do Estado, mediante das organizações esportivas (SILVA, 2001, p. 139).

Apesar de entendermos como valiosas às críticas da referida autora, entendemos que o Estado buscou controlar a prática da capoeira desde o momento em que permitiu sua prática com certificação em recintos fechados, no ano de 1937 (DOSSIÊ, 2007). Também é importante apontarmos que a inserção da capoeira na CBP pouco avançou, tanto na perspectiva do controle do Estado sobre a mesma, quanto na legitimação dos capoeiristas frente a essa instituição. A própria autora afirma que,

Com o nascimento dos grupos de capoeira, tendo cada qual sua linha, filosofia, tradição herdada por determinado mestre etc., vemos aumentar a diversidade de sua prática, ao mesmo tempo em que as ligas, federações e a confederação vão lutar pela sua uniformização (SILVA, 2001, p.139).

Muitos capoeiristas, já contaminados pelo ideal individualista contraditório de valorizar o mestre, mas expandir o mercado da capoeira criticam esse processo. Mas a crítica é ingênua e caracterizada como discordância à uniformização da capoeira apregoada pela CBP, a qual institui regras e normalizações num espectro de verdade absoluto para o entendimento do que deva ser capoeira, prática bastante comum nas demais federações desportivas (FALCÃO, 2004). A vinculação da capoeira as federações “[...] não possui a adesão de todos e é sujeita as inúmeras críticas vindas dos capoeiristas que não compactuam com esta maneira de se pensar e de se praticar a capoeira, inclusive dos praticantes do Jogo de Angola” (VASSALO, 2008, s/p).

Com o desenvolvimento da ditadura militar no Brasil e seu incentivo extremo a obrigatoriedade das escolas a prática da Educação Física, a capoeira como ‘ginástica nacional’ mantém sua expansão e o desenvolvimento de seu caráter de FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE. Com isso em 1974, ocorre a criação da primeira federação específica de capoeira.

investir na capoeira. Isto não significa dizer que essa ‘rinhas’ acabaram, apenas que na atualidade tem menos expressão e características particulares, como veremos no decorrer da exposição.

Trata-se da Federação Paulista de Capoeira (FPC), sendo esta desde o seu nascimento até o início da década de 1990 vinculada a CBP⁹⁹.

Durante a ditadura militar pouco se avançou no que diz respeito à normatização da capoeira. No entanto, foi durante este período que a mesma começa a voar alto e ganhar espaço e mercado em países estrangeiros. Este ideário de ‘ganhar o mundo’ por parte dos capoeiras, aliado a concepção esportivizada desta prática permitiu o acirramento das disputas entre seus trabalhadores/produtores. Isto significa dizer que é a partir da década de setenta que se tem a expansão da capoeira, não apenas nas diversas regiões do Brasil como um todo, mas também em diversas localidades no mundo ocidental (FALCÃO, 2004; SILVA, 2006; ARAÚJO, 2008). Nos utilizando do desabafo de Mestre Toni Vargas retratado em uma de suas músicas, ressaltamos que “a capoeira cresceu, ganhou força, girou nesse mundo, mas me chamam de moleque e ainda me tratam como vagabundo [...]” (200?).

Os novos ‘mestres’ e seus referidos grupos dão margem para a criação, no início da década de 1980, dos chamados megagrupos, expressão mais desenvolvida do FETICHE DA CAPOEIRA CONTEMPORÂNEA, que avançam mundo a fora, ocupando espaço em projetos sociais, escolas de educação básica e superior, academias próprias ampliando cada vez mais a disseminação da capoeira no mercado nacional e internacional.

Segundo Capoeira (2000, p.101-102),

“[...] na década de 1980, já existiam vários mestres que tinham mais de cem alunos, e uns dez outros professores filiados a seus grupos. Estes grandes grupos cresceram, e atualmente (década de 1990), alguns possuem mais de cem mestres e professores filiados (no Brasil e estrangeiro), num total de alguns milhares de alunos, pagando mensalidades equivalentes a umas quatro vezes o preço deste livro – são os tais megagrupos dos quais falei. Devem existir uns cinco destes, e mais uns dez grupos muito grandes, mas que não chegam às mesmas dimensões. No entanto, a imensa maioria de mestres, professores e alunos ainda é constituída por milhares de grupos muito menores. [...] É importante frisar que grande parte dos professores e mestres filiados a megagrupos não devem a estes sua formação. Muitas vezes, são capoeiristas que, formados em outros lugares, já davam aulas, tendo um número pequeno ou médio de alunos, e que num determinado momento, ingressaram num megagrupo, adotando deste o método de ensino, a graduação, o uniforme, e aceitando a liderança do novo chefe. Isto é feito com o intuito de ganhar mais status, mais “nome”, e assim arranjar mais alunos. Sem falar na fascinação que os mestres, chefes destes megagrupos, exercem sobre o capoeirista médio.

⁹⁹ Ver mais em Frigério (1989).

Aqui vale o destaque do discurso de outrora, que a valorização dos mestres e a reverência que todos os discípulos deveriam ter para ele, se diluem com o processo sociometabólico do capital. A partir da concepção dos megagrupos o que fascina o ideal burguês para que um aluno de um grupo passe para o ‘*mega*’, não é mais a figura do mestre redentor da “tradição”, mas sim daquele que ganhou mais dinheiro. Ou seja, daquele ‘mestre’ que conseguiu agregar mais valor ao seu grupo e sabe como organizar sua propaganda de modo a angariar mais forças de trabalho para sua empresa e assim extrair ao máximo o lucro de seus trabalhadores. A venda da força da capoeira que até então era produzida e consumida sob o auspício do trabalho improdutivo, tem sua passagem para o trabalho produtivo. Isto porque, de acordo com Marx (1985, p.75),

O que constitui valor de uso específico [do trabalho produtivo] para o capital não é seu caráter útil determinado [prática da capoeira], como tampouco as qualidades úteis peculiares ao produto no qual se objetiva [aprender capoeira], mas seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia) [grifos nossos].

Desse modo o FETICHE DA CAPOEIRA CONTEMPORÂNEA representado na proliferação dos megagrupos acentua o processo de mercadorização da capoeira, não se importando com sua forma (história de resistência, tradição, ritual, etc.) mas sim com seu aproveitamento capital, ou seja, que a mesma não apenas exista como prestação de serviços, ou produtos culturais para o consumo (instrumentos, indumentária, livros, etc) mas que preste para o ciclo de valorização do valor.

Ao mesmo tempo em que ganhava margem, na década de 1980 os megagrupos, o Brasil ganha fôlego para se re-democratizar ao passo do avanço das lutas e mobilizações sociais da classe trabalhadora. Aqui vale destacarmos duas reflexões que manifestam, tanto o momento revolucionário presente no Brasil com os sinais do fim da ditadura militar, quanto a contradição desse processo que mesmo organizando a classe trabalhadora de maneira geral, não impede a expansão do mercado capitalista que começa a se reestruturar de maneira mais flexível (PINTO, 2007). Com relação ao fim do Estado Militar, refletimos em concordância com Iasi (2006, p.365), no seguinte sentido:

A ditadura acreditava ter derrotado seu oponente revolucionário pelo fato de ter prendido os comunistas, expulsado do país os militantes de esquerda, proibido os professores progressistas de dar aulas, tolhido os currículos, imposto disciplinas das mais saudáveis como “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política Brasileira”, criado um poderoso sistema de terror e opressão armado e financiado pela maior potência militar do planeta, prendido, torturado e matado jornalistas e operários distribuindo panfletos.

Mas o que uma ditadura não pode impedir é que as relações sociais de produção, que constituem a base real de sua existência, **se encontrem com os valores ideais que as representam e que tão enfática e zelosamente a ordem reproduziu e espalhou para todos os lados** [grifos nossos].

Mas como a realidade concreta é produzida de maneira dialética, manifesta-se a contradição interna desse processo, com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT): Da mesma forma que o mesmo torna-se a principal representação da classe trabalhadora, consolida-se, vinte anos mais tarde (com a chegada de Lula ao poder em 2003), como principal vilão da classe trabalhadora. Retornaremos a esse assunto mais a frente, mas ressaltamos que a criação do mesmo foi decisiva na organização dos movimentos sociais que conquistam, em 1982 e pela primeira vez desde 1964, a incorporação oficial da Cultura Popular no plano trienal para a cultura e educação (CHAUI, 1996). É nesse período que volta a mesa de disputas mercadológicas a então ‘esquecida’ Capoeira Angola. Nas palavras de Silva (2001),

Na década de 1980, os ares da *abertura democrática* invadem o país, propiciando a reorganização de vários grupos sociais e entre eles aqueles ligados à conscientização negra que buscam a valorização das manifestações culturais de origem africana. A partir desse fato, a capoeira angola toma novo fôlego e volta como uma alternativa à capoeira regional, esta já bem influenciada pela capoeira esportivizada. Como consequência temos a concorrência, que sempre existiu entre estas duas linhas, acirrando-se ainda mais pelo mercado consumidor (p.139-140) [grifos da autora].

Como já foi exposto anteriormente, a Capoeira Angola sempre foi próxima dos movimentos de legitimação da cultura da comunidade negra no Brasil, principalmente de movimentos de esquerda, que tinham interpretações controversas sobre o projeto histórico comunista e apregoavam uma espécie de ‘cultura purista’ o que contemplava o FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA, com seus aspectos de ‘ritual e tradição’, mas não seu desenvolvimento esportivo-moderno.

A capoeira ganhou legitimidade frente à classe trabalhadora com um pouco mais de condição que a maioria, no entanto, no que concerne ao estado e suas possíveis políticas culturais, pouco ou nada se viu, de maneira prática, durante a ditadura militar. Já no âmbito do discurso, o plano de cultura e educação do último governo militar apontava que:

A área do desporto deve aparecer mais integrada no sistema MEC através, sobretudo da participação dos diversos segmentos da população na prática regular de atividades físicas, *de preservação e incentivo das atividades*

físicas populares identificadas como características culturais nacionais e regionais [...] (apud CHAUI, 1996, p.88) [grifos da autora].

Se a cultura popular começa a ganhar força no âmbito do discurso oficial, abre-se assim o caminho para o processo de patrimonialização da capoeira. No entanto, esse processo, em conjunto com o período de maior efervescência social e política em todo país, culmina com a democratização burguesa do Brasil, contrariamente ao intento de grande parte da população brasileira que aspirava, sob a vanguarda do programa do partido dos trabalhadores (PT – no fim da década de 1980), a revolução proletária socialista.

Na década de 1980 ainda temos outros acontecimentos que impedem o avanço do processo de patrimonialização da capoeira pelo Estado Brasileiro. No entanto a relevância da temática acerca do modelo de reestruturação produtiva no Brasil e no mundo instaurado nessa década e conhecido como **Neoliberalismo** carece de uma análise mais próxima, ao passo que trataremos do mesmo ao longo dos capítulos que se seguem, em conjunto com o desenvolvimento das categorias de fetiche da capoeira nas últimas décadas que se seguiram (1985 – 2011).

Capítulo 2

O Início do Processo de Patrimonialização da Capoeira pelo Estado Brasileiro (1985-2008)

O que eu gosto de lembrar sempre é que a capoeira apareceu no Brasil como luta contra a escravidão. Nas músicas que ficaram até hoje se percebe isso. Entenda quem quiser, está tudo aí nesses versos o que a gente guardou daqueles tempos [...] Eu digo defender a capoeira é defender os capoeiristas, é ser um por todos, mas o pior é que todos não são por todos, que é a razão desse mal. Não se engane a capoeira angola, antes de outros esportes, sem recarque, é a capoeira do Brasil. (MESTRE PASTINHA).

Neste capítulo traçamos um panorama sobre a história recente da Capoeira no Brasil e analisamos o seu processo de patrimonialização no âmbito das políticas sociais do governo brasileiro¹⁰⁰.

Nosso ítem começa em meados de 1985. Embora políticas culturais tenham sido elaboradas desde os anos 1930 (AUGUSTIN, 2010; CHAUÍ, 1986), é a partir dos anos 1980 que elas adquiriram certas características que as relacionam ao movimento presente e nas relações sociais hegemônicas da totalidade social. Por outras palavras, é neste momento que chega ao nosso país os ventos que trazem as políticas de reestruturação do estado assentadas nos princípios neoliberais, consubstanciadas pelas mudanças no mundo do trabalho impostas pelo capital e desencadeadas pela crise de acumulação.

Contudo, poucas são as pesquisas sobre a história da capoeira que se debruçam sobre esse período mais recente. Ao contrário, dada a produção sobre a escravidão e sobre a primeira república brasileira, é comum ocorrer que as revisões bibliográficas e estudos documentais não aproximam os momentos históricos para explicar o presente. Na verdade, no mais das vezes, sequer analisam historicamente um período mais recente de modo a entender o processo de produção da capoeira. Não é objetivo de nosso trabalho, mas muitas dessas produções estão encharcadas de senso comum, e balizadamente fundamentadas em teorias que

¹⁰⁰ A Capoeira como PCB resultou do Programa de Salvaguarda de Bens Imateriais do Ministério da Cultura – IPHAN. Esse é o Programa que operacionaliza políticas setoriais do governo brasileiro para a cultura.

apregoam o fim da história. Isto é apenas um dos reflexos desses ventos neoliberais que tanto assolaram e assolam o Brasil e o mundo, ao passo que compactuam ideologicamente com essas teorias¹⁰¹.

A ‘cartilha’ neoliberal em baixo do braço dos governos brasileiros de Collor, Itamar, Fernando Henrique (FHC) e Lula de modo específico¹⁰² e em conjunto com uma nova forma de produzir conhecimento, referenciada nas teorias “pós-modernas¹⁰³”, permite que manifestações culturais engendradas na cultura popular, tais como a capoeira, ganhem um status de veiculação e até certo apoio por parte do Estado.

Por essa razão é que justificamos a apresentação, em síntese, de nosso entendimento acerca desse modelo macroeconômico, de modo a expormos a posteriori seus impactos nas políticas culturais, e em específico no âmbito da capoeira e seu processo de fetichização.

O neoliberalismo nasceu da crítica a forma de condução do Estado Norte-Americano para a saída da crise econômica de 1929, mas só ganhou legitimidade durante a crise iniciada na década de 1970 (ANDERSON, 1995; BIACHETTI, 1996; CONSULTA POPULAR, 1999; MARQUES E MENDES, 2006; AUGUSTIN, 2010; IASI, 2010).

Sua primeira experiência começou no Chile com a ditadura Pinochet, mas rapidamente ganhou corpo nos governos dos EUA (com Reagan) e da Grã-Bretanha (com Thatcher) (ANDERSON, 1995; BIANCHETTI, 1996; CONSULTA POPULAR, 1999; MARQUES E MENDES, 2006; AUGUSTIN, 2010; IASI, 2010). Para entendermos melhor esse processo vale destacarmos que:

Existem duas interpretações para o neoliberalismo. Na primeira, ele é visto como “um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo”. Na segunda, [...] é interpretado como “um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (AUGUSTIN, 2010, p.15).

¹⁰¹ Em nosso método de pesquisa, no deparamos com várias produções sobre capoeira, principalmente as que apresentam dados da sua história que não necessariamente condizem com o movimento do real. Isto porque, muitas dessas obras foram produzidas a luz de outras teorias explicativas, de modo que, do ponto de vista dialético, não avançam no sentido do entendimento da capoeira enquanto práxis humana e portanto, dinâmica, contraditória, mutável e determinada por interesses de classe. Taffarel (2005), apesar de não apresentar dados conclusivos de sua pesquisa sobre um conjunto de obras sobre a capoeira que foram produzidas de forma idealista, já nos dá algumas pistas sob o ponto de vista metodológico, de como grande parte das produções sobre capoeira não avançam para além do mundo da pseudoconcreticidade.

¹⁰² O Governo Lula é o primeiro a ser eleito com reconhecimento popular e se auto-intitulando como um governo de esquerda. No entanto é a partir de seu pleito que as reformas neoliberais ganham força, dentre elas a reforma da previdência, a reforma trabalhista, a reforma política, dentre outras (COUTINHO, 2006; IASI, 2010).

¹⁰³ Sobre essa questão julgamos como importante à contribuição de Teixeira e Dias (2010), no que diz respeito “as reações aos pós-modernismos”, bem como de Bianchetti (1996), ao contextualizar que o neoliberalismo caminha bem acompanhado ideologicamente pela “idéia de fim da história” (p. 12). Mais a frente neste mesmo capítulo retomaremos esse conceito no sentido de categoriza-lo nas políticas concernentes a cultura em geral e para a capoeira em específico.

Em outras palavras, entendemos que muitos dos defensores desse modelo tinham presente em seu discurso a primeira interpretação apontada pelo autor acima – exceto pela defesa que o mesmo fosse um modelo utópico, mas a prática do mesmo, ao nosso ver, teve como objetivo o entendimento da segunda interpretação do autor. Mas coadunamos com Anderson (1995) ao nos afirmar que o neoliberalismo nada mais é do que uma hegemonia, a qual possui uma inserção no movimento do real no mundo de tamanha potência ao ponto de absorver a maioria dos estados do globo, independente de seus ideários políticos (ditos de esquerda ou de direita).

Um exemplo concreto de sua face centrada na barbárie da formação social do capital é explicitado na fala de seu primeiro, porém não único idealizador, Friedrich Von Hayek:

Uma sociedade livre requer certos valores que, em última instância, se reduzem à manutenção de vidas: não à manutenção de todas as vidas, porque poderia ser necessário sacrificar vidas individuais para preservar um número maior de outras vidas. Portanto, as únicas regras morais são as que levam ao “cálculo de vidas”: a propriedade e o contrato (apud CONSULTA POPULAR, 1999, p.42).

A partir dessa concepção de projeto de sociedade é que se “regulamenta” um conjunto de políticas a serem desenvolvidas pelos Estados da América Latina no documento intitulado por Williamson (2003), como sendo o “Consenso de Washington”.

O referido autor, economista e partidário das idéias neoliberais, sintetiza o pensamento do respectivo documento em dez reformas:

Disciplina fiscal; uma mudança nas prioridades para despesas públicas; reforma tributária; liberalização do sistema financeiro; uma taxa de câmbio competitiva; liberalização comercial; liberalização da entrada do investimento direto; privatização das empresas estatais; desregulamentação; direitos da propriedade assegurados (WILLIAMSON, 2003, p.01).

E é dessas orientações que a política brasileira evolui com os governos recentemente democratizados¹⁰⁴. Mas é no governo Lula que ficam mais evidentes as contradições no campo das políticas sociais. De um lado um discurso populista, inspirado na herança de esquerda abandonada pelo PT; Do outro, a prática concreta a favor dos interesses neoliberais.

¹⁰⁴ Como a prática das políticas culturais a favor da capoeira só ocorrem a partir do Governo Lula, julgamos pertinente concentrarmos nossa atenção histórica a partir do mesmo. Mas é importante ressaltarmos que o princípio e auge do neoliberalismo no Brasil deu-se por ‘façanhas’ protagonizadas pela ala liberal da política brasileira desde Sarney, passando catastroficamente por Collor e sendo melhor conduzida, no sentido neoliberal, por FHC.

Esta contradição marca um momento impar na conjuntura brasileira, pois ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora elege Lula para presidente, depara-se com o abandono, por parte do atual governo petista de seus reais interesses de classe.

Se é bem verdade que o campo dos 'intelectuais da cultura' em grande parte naturalizou essa contradição (há de se ver pela prática do Ex-Ministro Gilberto Gil), os intelectuais do campo crítico questionaram e continuam a questionar não apenas o modo como o PT chegou ao poder, mas a relação entre sua história e seu 'consentimento' frente aos interesses do capital.

Recorrendo a Coutinho,

O grande objetivo atual das forças do capital, no Brasil e no mundo, é consagrar a pequena política e a pseudo-ética do privatismo desenfreado como elementos fundamentais de um senso comum que sirva de base à sua hegemonia. É essa, precisamente, a face ideológica do neoliberalismo (2006, p.191-192)

Iasi (2010, p.525) ilustra esse tensionamento ao indagar:

Como compreender um partido de trabalhadores que finalmente chega ao governo não mais para realizar um governo democrático e popular que implementa reformas estruturais que se confundiam com o início de uma transição socialista, nem mesmo para executar um projeto anticapitalista, antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista (sic!), mas para aplicar uma "ruptura necessária" com o neoliberalismo e, ao chegar ao governo, mantém, naquilo que é essencial, o modelo econômico neoliberal, o que o impede de aplicar até mesmo as modestas reformas que um ano antes considerava urgentes e inadiáveis?

O questionamento do autor finda por nos servir de base para explicar como a capoeira é impactada por esse governo, no âmbito de suas políticas sociais. De modo que, ao mesmo tempo em que já visualizamos a partir do discurso oficial uma valorização da capoeira no sentido de ampliação e democratização do acesso aos bens culturais, também nos deparamos com o entendimento restrito, por parte do Estado, do conceito de cultura que promove, na prática o avanço dessas políticas neoliberais.

Mas é importante destacarmos que nossa pesquisa não tem o intuito de descrever apenas o entendimento desse tensionamento, mas sim analisá-lo em confronto com o movimento do real. Nossa intenção é assim apresentar possíveis alternativas de modo que a comunidade capoeirana se esclareça sobre os reais motivos que levam o Estado a agir

privadamente na capoeira centrado em interesses que não necessariamente vem ao encontro às necessidades dos produtores deste bem, conforme veremos a seguir.

2.1. Dialo(jo)gando¹⁰⁵ com a Cultura para Explicar as Recentes Políticas Culturais para a Capoeira

Como o sexo, a cultura parece ser o tipo de fenômeno que você só pode evitar sair-se mal saindo-se bem. Num sentido, é aquilo que seguimos na vida, o ato de cada um se conferir um sentido próprio, o próprio ar social que respiramos; em outro, está longe de ser o que mais profundamente molda nossas vidas (TERRY EAGLETON).

A cultura é uma dimensão do ser humano que, dependendo da perspectiva, pode ter diferentes significados. O ponto de vista adotado é fundamental para entender sua inserção em uma determinada totalidade, suas contradições, enfim, o papel que desempenha em uma sociedade – no nosso caso – a sociedade capitalista brasileira.

Diversas manifestações culturais permeiam as relações sociais no cotidiano sendo determinadas pela luta de classes. Assim, talvez, seja impossível falar-se sobre cultura no singular, mas sim sobre culturas. Haveria, portanto, uma cultura popular, uma cultura de massa e, sem dúvida, uma cultura de classe. Conforme destaca Silva (2006, p. 04), cultura ou culturas pode ser entendida como sendo os:

[...] aspectos da realidade social concebida na relação material, determinadas pelos sujeitos sociais com as condições dadas ou produzidas pelos mesmos. Ou seja, tudo aquilo que se relaciona à existência de um povo, tais como saberes, conhecimentos, crenças, valores e princípios éticos e morais, meios de produção de suas condições de subsistências materiais e as maneiras como estas existem na vida social.

Desse modo, cultura não pode e não deve ser entendida apenas como erudição ou academicismo. Talvez, a cultura das elites possa ser assim configurada. Aliás, é Bosi (1992), que nos alerta para o conceito de cultura no plural. Portanto, como assevera Gramsci (2004, p.57):

É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto apenas sob a forma de um

¹⁰⁵ Este termo foi-nos emprestado da obra de Silva (2006). O referido autor, ao estruturar o método de exposição de sua pesquisa explicou que “utilizamos o termo, dialo(jo)gando, com o intuito de expressar a complexidade de sistematização do processo histórico da pesquisa, no que tange a sua práxis. Ou seja o termo significa uma relação de interdependência entre a reflexão teórica e as dimensões práticas da capoeira” (2006, p. 07).

recipiente a encher e entupir de dados empíricos, de fatos brutos e desconexos, que ele depois deverá classificar em seu cérebro como nas colunas de um dicionário, para poder em seguida, em cada ocasião concreta, responder aos vários estímulos do mundo exterior.

Mas, como visto nos capítulos anteriores, o processo de patrimonialização da capoeira para iniciar-se, perpassou por complexas circunstâncias, no entanto sua origem já é consenso no sentido de que a mesma é oriunda da cultura mais distante da elite, ou seja, da cultura popular. Em outras palavras:

Em sentido amplo, Cultura é o campo simbólico e material das atividades humanas, estudadas pela etnografia, etnologia, e antropologia, além da filosofia. Em sentido restrito, isto é, articulada com a divisão social do trabalho, tende a identificar-se com a posse de conhecimentos, habilidades e gostos específicos, com privilégios de classe, e leva a distinção entre cultos e incultos de onde partirá a diferença entre cultura letrada-erudita e cultura popular (CHAUÍ, 1996, p. 14).

Dito isso, é necessário que seja ressaltado, também, que cultura ou culturas não podem ser estandardizadas; elas são práxis social, portanto, mutáveis. Nesse sentido a Capoeira talvez seja um dos melhores exemplos a ser dado, pois, desde que deixou de ser criminalizada legalmente, foi postulada como um elemento da cultura brasileira, ora com uma relação mais específica em sua forma FETICHE DA CAPOEIRA REGIONAL-ESPORTE-CONTEMPORÂNEA-CONSOLAÇÃO, ora relacionada na forma FETICHE DA CAPOEIRA-ANGOLA-CONSOLAÇÃO. Mais recentemente, em sua forma FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO, como veremos a seguir.

2.1.1 A Cultura como Política Pública

A teoria cultural de hoje [de maneira geral] não gosta da idéia de profundidade, e fica perturbada quando se trata de fundamentos. Estremece diante da noção de universal, e desaprova perspectivas abrangentes ambiciosas. Em geral, só pode ver essas perspectivas como opressivas. Ela acredita no LOCAL, no pragmático, no particular. [...] Há, no entanto, uma ironia muito mais profunda. Exatamente no ponto em que começamos a pensar pequeno, a HISTÓRIA começou a agir grande. “Aja localmente, pense globalmente” tornou-se um slogan esquerdista familiar; mas vivemos num mundo onde a direita política age globalmente e a esquerda pós-moderna pensa localmente. (TERRY EAGLETON).

Uma política pública pode ser entendida, genericamente, como uma ação do Estado em determinado setor. A cultura, assim, é configurada como um dos setores cuja intervenção do Estado pode ser observada.

As preocupações dos Estados com o estudo de questões culturais é uma prática recente registrada a partir do século XVIII e que tinha como pano de fundo a “unidade” – no sentido de unir determinada nação. Unidade em sentido político e ideológico, ou seja, de modo a legitimar os interesses das classes dominantes (SANTOS, 1996).

Com a vitória do capitalismo no ocidente neste mesmo século, o interesse de grande parte de seus Estados com a cultura serviu como delimitação intelectual e supremacia política frente aos demais povos do mundo.

O caso brasileiro não é diferente, mas tem suas especificidades. O Brasil foi ‘melhor’ inserido na formação social do capital a partir do final do século XIX e início do século XX. Isto porque é com a formação, primeiro da pequena burguesia e depois da burguesia brasileira que o Estado é declarado independente (SODRÉ, 2003).

Mas não havia por parte do Estado, preocupações com a cultura no sentido de políticas sociais, apenas sob o ponto de vista ideológico, uma vez que o estado burguês mantinha “[...] a marca da cultura universalista e europeizante, unilateralmente voltada para as letras [...]” (SODRÉ, 2003, p.36). Isto significa afirmar que não era interesse do Estado investir na cultura sob o ponto de vista político, pois o entendimento do mesmo era disseminado ideologicamente, colocando bens culturais como a capoeira à margem desse ideário, ao ponto de persegui-la e criminalizá-la, como apresentamos no capítulo anterior.

De lá pra cá as relações de produção da vida humana no Brasil e no mundo se complexificaram, no entanto a preocupação com a cultura, da mesma forma como nasceu,

ainda sustenta-se “tanto a necessidades do conhecimento, quanto às realidades da dominação política” (SANTOS, 1996, p. 31).

O ano de 1930 marca o início de uma concepção de Estado no Brasil que inaugura uma aproximação, mesmo que superficial entre suas políticas sociais e a concretização das mesmas para a sociedade civil (COUTINHO, 2006). Através de uma revolução passiva¹⁰⁶, a elite brasileira buscou industrializar o país de modo que se ampliassem às relações de exploração não apenas da terra, mas da força de trabalho constituída no Brasil tanto de negros escravos, como das famílias de imigrantes que já se consolidavam no país na mesma década (SODRÉ, 2003).

O fortalecimento da indústria, em conjunto com a crise mundial estabelecida em 1929, mais a contingência do capital de conquistar novos mercados através das guerras mundiais, deu início à histórica crise do estado brasileiro que perdura até nossos dias (COUTINHO, 2006).

Mas é nesse processo que o Estado inicia de maneira concreta a estruturação de políticas culturais. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde do então governo Vargas, é o responsável por dar vez e voz – mesmo que não como deveria – a Mario de Andrade, que figurava como membro do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, naquela mesma década (RUBIM, 2007). Dentre as inovações no sentido de proposição política vale ressaltarmos que:

Sem pretender esgotar suas contribuições, pode-se afirmar que Mário de Andrade inova em: 1. estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; 2. pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”; 3. propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares; assumir o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5. patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais (RUBIM, 2007, p.103).

Se o papel aceitou estas propostas, a prática posta pelo Governo Vargas tinha como ideário a valorização do nacionalismo, da conciliação de classes e das primeiras impressões de

¹⁰⁶ O Autor Coutinho (2006) disserta sobre o pensamento Gramsciano sobre esse conceito ao afirmar que “trata-se, essencialmente, de transformações – ou de revoluções, se quisermos – que se dão ‘pelo alto’ (2006, p.174).” Ou seja, é a instauração de uma ditadura sem hegemonia (Ib id).

aceite do caráter mestiço do povo brasileiro¹⁰⁷ (RUBIM, 2007). A própria capoeira ganha certo status a nível nacional nesta mesma década, mas no que diz respeito à política cultural para a mesma, nada foi feito.

Vale lembrarmos também que é nessa época que movimentos de esquerda defendem a valorização da capoeira, inclusive por parte do Estado, mas pelo viés “folclórico” e de “pureza cultural” de modo a destacar-se a nível intelectual o FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA-CONSOLAÇÃO. Mas auxílio de maneira concreta do Estado para com a capoeira, só houve pela questão de sua descriminalização e reforço ideológico higienista em apelo ao FETICHE DA CAPOEIRA REGIONAL-EDUCATIVA-ESPORTIVA.

Esse contexto perdurou até a década de 1980, quando no processo de democratização do país, são criadas as primeiras premissas estatais no sentido de ‘valorizar’ a cultura popular na tentativa de desorientar a produção intelectual do campo crítico e a ascensão dos movimentos sociais incidentes nesta década (CHAUÍ, 1986).

Com a ‘re-democratização’ do Brasil, é promulgada em 1988 a última Constituição de nosso país em vigor até o presente momento. E nela encontramos a instância máxima da legalidade brasileira no que diz respeito à dimensão da cultura, atrelada à educação e ao desporto em seu Capítulo III (BRASIL, 1988). Desporto e Educação, em nosso entendimento, são elementos da cultura, no entanto o Estado aponta suas especificidades, mas sem uma clareza do que o mesmo entende por cultura. O que se evidencia em nossa Constituição é que o Estado tem como proposição garantir a todos – “o pleno exercício dos direitos culturais” e o “acesso às fontes da cultura nacional”, além de apoiar e incentivar “a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, art. 215). Sendo assim, a cultura torna-se um direito social e, portanto, reconhecida como elemento de política pública. Mas não há uma objetividade no sentido de como será realizado na prática este artigo. Deste modo, necessitamos buscar elementos na conjuntura nacional e mundial que expliquem o porquê do Estado Brasileiro configurar a cultura desta forma que, numa visão aparente, ainda é abstrata.

Como entendemos a cultura como crítica (GRAMSCI, 2004), visualizamos que o Estado Brasileiro ao longo de sua história concebeu a cultura de maneira quase sempre em sua versão restrita quando não como segmento de **sobra** frente as suas obrigações para com a população (SANTOS, 1996). Mas o Estado não criou essa acepção de forma isolada. Do

¹⁰⁷ É importante destacarmos que do ponto de vista do que foi construído, ressaltamos a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (SPHAN) em 1937 (AUGUSTIN, 2010) Além dessa Secretaria, no que concerne as políticas culturais foram criadas a Superintendência de Educação Musical e Artística; o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); o Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); o Serviço Nacional de Teatro (1937); o Instituto Nacional do Livro (1937) e o Conselho Nacional de Cultura (1938) (RUBIM, 2007).

contrário, esteve desde o início sob influência de órgãos multilaterais de ordem global que preconizavam as políticas neoliberais em todas as esferas de atuação, inclusive na cultura.

E é desse processo que culmina o investimento de políticas culturais na defesa do incentivo a ‘mudança micro’, sociometabolizando a cultura como mercadoria a serviço do capital. Com isso os governos subseqüentes à promulgação da constituição deram uma “cara” brasileira às políticas de incentivo a cultura que ganhavam força em todo o mundo sobre os auspícios das proposições da UNESCO (HARTOG, 2006; ALVES, 2006, 2010; SANTOS e VALE, 2007).

Analisemos essa situação:

Na área do patrimônio, a ação cada vez mais importante das grandes organizações internacionais sinaliza nova configuração de força que, a partir de certo período, extrapolou as fronteiras nacionais. A Unesco, com sede em Paris, e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi), com sede em Genebra, lideram ações e sugerem políticas com amplas repercussões em âmbito planetário. Além disso, significativos encontros¹⁰⁸ [...] emergiram como fóruns e referenciais de longo alcance, estimulando a que cada nação incorporasse suas políticas internas (SANTOS e VALE, 2007, p.08).

Desta forma, podemos explicitar que os interesses dos capitalistas no que diz respeito a questão da cultura não dizem respeito a valorização da localidade, mas sim que trata-se de uma política global. Só isto já é argumento suficiente para cair por terra a idéia de ‘novidade’ presente nas teorias pós-modernas (EAGLETON, 2010).

A prova disto é que são os órgãos multilaterais que “dão a linha” para as ações dos países no sentido da criação de políticas internas¹⁰⁹, mesmo que para isso, mantenham um discurso de preservação da ‘cultura local’, da diversidade cultural etc. Sob essa ótica, o idealismo nega a história e a totalidade a tal ponto que os respectivos autores Santos e Vale (2007, p.07), ao mesmo tempo em que apontam em sua pesquisa a linha global, exclamam contraditoriamente que

¹⁰⁸ O primeiro desses encontros se deu em 1972, denominado “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” (HARTOG, 2006, p.271), mas apenas sugeriu medidas de proteção a cultura por registrar o avanço tecnológico da época. É na década de 1980 que, as convenções da UNSECO passam a ampliar esse ideário, coadunando com princípios neoliberais (HARTOG, 2006).

¹⁰⁹ Isto ocorre por que o neoliberalismo mantém a assertiva de que o capitalismo precisa avançar a nível mundial, de modo que torna-se incoerente preconizar uma economia e uma política que não favoreçam sua hegemonia. Mas para consolidar-se enquanto hegemonia, permite a contradição do incentivo a políticas culturais de caráter local, numa perspectiva de dividir para governar e além disso, se esconder por trás de governos ‘democráticos’ suas reais pretensões macro-econômicas. Anderson (1995) ao fazer o balanço do neoliberalismo até a metade de década de noventa afirmava que “A hegemonia neoliberal se expressa igualmente no comportamento de partidos e governos que formalmente se definem como seus opositores” (1995, p. 14).

[...] **a luta pela preservação das mesmas** [culturas] se estendeu ao infinito. Indígenas, negros, mulheres, indonésios, imigrantes, **proletários, burgueses**, e diversas categorias criadas como expressões da construção de culturas e/ou identidades singulares, passaram a reivindicar a preservação do patrimônio próprio [grifos nossos].

Dissolver a luta de classes, motor da história (MARX e ENGELS, 1987), como apenas pequenos grupos, ou mesmo grupos locais que reivindicam “patrimônio próprio” (SANTOS E VALE, 2006) não só é uma afronta a histórica luta da classe trabalhadora, como também trata-se de um exemplo dos impactos das teorias pós-modernas na sociedade, no que diz respeito ao fim da história, a perda das referências e a negação da totalidade¹¹⁰.

Nós defendemos que as políticas culturais tenham suas especificidades e respeitem questões locais. No entanto, isto não significa que os interesses de classe não estejam em confronto nessa situação, ou seja, que a defesa de determinado bem cultural, como é o caso da capoeira, não esteja em consonância com a luta da classe trabalhadora mundial e seu respectivo projeto histórico de sociedade: o socialismo.

Mas o capital não tem interesse em democratizar o acesso aos bens culturais, nem muito menos tem a intenção de permitir que a cultura seja disseminada sem extração de mais valia. A prova disso está na participação do MinC em fóruns internacionais tais como:

a) a XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); b) a Agenda do Desenvolvimento na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI); c) a Convenção da Diversidade Cultural da UNESCO e d) a 34ª Reunião do Comitê do Patrimônio Cultural Mundial (NOVAIS e BRIZUELA, 2010, p. 222).

O objetivo central do MinC nestes fóruns é pela apropriação da cultura de forma mercadológica, uma vez que o próprio ex-Ministro Gil aponta que o impacto da cultura no ano de 2003, representava 7% do PIB Mundial (GIL, 2007). Com isso de acordo com Novais e Brizuela (2010, p.221) a idéia da participação do MinC nestes fóruns consistia no sentido de “pensar, modelar e inserir a **IMAGEM** do Brasil no mundo, através de uma política cultural gerada pelo MinC e pelo Itamaraty¹¹¹” [grifos nossos].

¹¹⁰ Recorremos a Taffarel (2010) para explicar esta condição: “A pós-modernidade é um mundo super criado pelos signos. Matéria e espírito se esfumam em imagens, em dígitos, num fluxo acelerado. A isso, segundo Santos (2006, p.16) os filósofos denominam de desreferencialização do real e dessubstancialização do sujeito, ou seja, a realidade se degrada em fantasmagoria e o sujeito (indivíduo) perde a substância interior, sente-se vazio. O filho do modernismo diz Santos, mobilizava as massas para a luta política. Na sociedade pós-industrial se dedica as minorias, atuando na micrologia do cotidiano” (p.22) [grifos nossos].

¹¹¹ Os referidos autores em questão produziram um trabalho com muitos detalhes da agenda internacional do MinC. No entanto, a crítica a mercadorização da cultura, ou mesmo a luta de classes, categorias centrais de nosso estudo não se constituem enquanto método desse artigo, ao passo que o mesmo finda por referenciar as políticas

A capoeira nesse contexto, ganha força como instrumento de “vitrinização” do Estado Brasileiro, pois com sua história de “resistência” e “luta” e em compasso com seu potencial organizativo da cultura pelo seu aspecto de “consolação”, “educação” e “esporte”, aglutina todos esses elementos como potenciais propriedades necessárias para agregar valor ideológico ao Estado, e não necessariamente para a comunidade capoeirana.

É, portanto, através da possibilidade de captação de recursos pelo incentivo as políticas de impacto ‘micro’ que a cultura torna-se a ‘bola da vez’ pois encontra eco nessas minorias, bem como agrega valor para a “vitrine” do Estado. A revolução, por exemplo, fenômeno essencial para a emancipação humana, passa a ser considerada uma narrativa ultrapassada, conservadora, sem necessidade de estar presente entre os intelectuais da cultura, muito menos nos governos posteriores a constituição que colocam em prática a ‘cartilha’ neoliberal.

Os órgãos mundiais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura (UNESCO) são os principais responsáveis pela forma de conceber e incentivar o trato com a cultura dos países capitalistas de modo a transformá-la em mercadoria (ALVES, 2006).

Se são os principais responsáveis, também propõem formas de mercadorização mais evoluídas se compararmos com a massificação cultural preconizada pelos Estados Unidos na década de 1960 e que tanto nos influenciou e influencia até hoje. Ou seja, a exemplo da capoeira, manifestações culturais que são alvo atualmente de políticas de fomento, há cerca de 40 anos atrás, apesar de serem defendidas nesses órgãos não ganhavam espaço nos países subdesenvolvidos como o Brasil, pois para manter a classe trabalhadora ‘pacata’ e alienada da exploração nas suas relações de trabalho – outrora determinada pelo sistema taylorista/fordista de produção (PINTO, 2007), produzia-se produtos culturais ‘massificadores’ que negavam, por exemplo, o “diferente”, o do “povo”, a capoeira. Mas se esse era o modelo para dar manutenção às estruturas de consolação (BOSI, 1981) da classe trabalhadora de outrora, com o advento da reestruturação produtiva, a partir de fatores econômicos (aumento do petróleo, variações de câmbio e investimentos em capitais financeiros) e políticos (flexibilização da ação estatal) (PINTO, 2010), houve a necessidade de refletir esse processo na cultura. Com isso, aquela bela defesa de massificação, foi alternada para de “proteção” como está explícito no título da primeira “Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”. Mais à frente nós retomaremos a esse debate.

culturais, sem qualquer alusão à defesa de um projeto de sociedade que efetivamente possa fundamentar esse ideal preconizado sobre a cultura.

O que nos interessa nesse momento é que com essa nova ideologia (neo), que nada mais é do que uma nova forma para manter a velha ideologia (liberal), a cultura passa a ser potencial de expansão do capital, porque até então era somente extraída mais valia de produtos massificados, ora europeizantes, ora via *welfare state*. Agora não apenas os produtos em potencial da cultura popular começam a ganhar expressão, mas toda e qualquer “coisa” que assegure, por suas propriedades exóticas, diferentes do comum, suas possibilidades de tornarem-se trabalho produtivo (MARX, 1978). O novo, o diferente, passa a ser massificado, e não mais o conservador e comum (EAGLETON, 2010). A cultura dessa forma passa a ter ampliado seu rol de apropriação pela formação social do capital para além do estigma “pedra e cal”¹¹² (CHAUÍ, 1986; GONÇALVES, 2003; VELOSO, 2006).

Em síntese, podemos afirmar que, se no âmbito político a orientação do modelo neoliberal reflete a privatizações e retirada de direitos políticos (IASI, 2010), no campo da cultura não é diferente, apenas se reflete com elementos específicos. O principal diz respeito à questão da privatização da cultura. Sobre isso, Augustin (2010) nos afirma que,

É importante ressaltar que quando se fala em privatização não se está, necessariamente, referindo-se à venda de patrimônio público para empresas privadas. Alguns autores [...] classificam a privatização de acordo com o impacto em três funções: planejamento, financiamento e produção (p.25).

O autor especifica como se dá cada uma dessas funções apontando que

[...] o processo de privatização pode se dar em qualquer uma das funções ou fases da produção. Haveria, portanto, três dimensões da privatização: fases, funções e propriedade. Dependendo de quanto cada uma dessas dimensões fosse afetada, a privatização seria total - quando o governo transfere todas as fases e funções para o setor privado, incluindo a propriedade - ou parcial - quando apenas algumas fases ou funções tornam-se privadas. No Brasil, a maioria dos processos de privatização da cultura foi parcial. No caso das leis de incentivo, por exemplo, o financiamento continua público, mas as decisões de quais projetos apoiar são privadas (AUGUSTIN, 2010, p.25).

A partir desses elementos é que começamos a configurar o processo de patrimonialização da capoeira dentro dos interesses do Estado Brasileiro como política cultural. Dito isso, asseveramos que “a capoeira é um saber historicamente produzido pelos indivíduos, a partir de uma dimensão de classe e, portanto, referindo-se às dimensões

¹¹² O termo em questão refere-se a forma de incentivo à cultura dada pelo governo brasileiro iniciado na década de 1930 e que perdurou até o início da década de 1980, voltada apenas para gastos com preservação de “patrimônios culturais materiais” tais como imóveis antigos e objetos artísticos (GONÇALVES, 2003; VELOSO, 2006). No capítulo 4 trataremos uma análise mais substancial sobre a questão do “patrimônio”.

individuais e coletivas da vida cotidiana” (SILVA, 2006, p.05). Este saber histórico produzido em terras brasileiras configura-se como um “bem cultural” (valor de uso), ou seja,

...não é algo mágico, mítico, que paira sobre nossas cabeças. É concreto, situado, em construção e está historicamente determinada. Os capoeiristas ao construírem a capoeiragem não o fazem segundo suas próprias cabeças, mas segundo condições objetivas determinadas ao longo da história e do que é próprio das relações de produção humana em dado momento histórico (TAFFAREL, 2005, p.86-87)

O “Momento histórico” a qual a autora se refere, reflete um conjunto de políticas formuladas pelos órgãos multilaterais que culminam com a inserção do Brasil na onda neoliberal. Mas como já vimos anteriormente, a transformação da capoeira em mercadoria é um processo que a permeia desde sua descriminalização. No entanto, seu processo de patrimonialização caminha no sentido da ‘privatização parcial’ da cultura, e com isso, da simplificação das categorias desenvolvidas de FETICHE DA CAPOEIRA em sua forma mais desenvolvida: O **FETICHE DA CAPOEIRA PETRIMÔNIO**. Essa categoria emerge das relações entre o Estado brasileiro e sua ação política para com as manifestações culturais e, dentre estas a capoeira. Vejamos mais de perto como se constrói contraditoriamente esse processo.

2.1.2 Política cultural brasileira: O Caso da Capoeira

“A capoeira de nada precisa. Quem precisa sou eu”. O desabafo é do mestre Pastinha, o maior expoente vivo da capoeira de angola (Jornal A TARDE de 05 de junho de 1980).

Nesta parte, procuramos demonstrar como o Estado brasileiro se apropria da cultura da capoeira para promover interesses vinculados ao setor privado, sem necessariamente atender as reais necessidades da comunidade capoeirana, em especial, dos trabalhadores e trabalhadoras da capoeira.

O primeiro movimento do estado brasileiro em direção ao reconhecimento e registro da capoeira como PCB, explicitado publicamente, dá-se em 19 de Agosto de 2004, em Genebra, quando o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, organiza uma apresentação de capoeira com cerca de quinze membros, desde mestres consagrados, a praticantes de diversas partes do mundo. Esta apresentação aconteceu em uma reunião da ONU organizada em memória do primeiro ano do atentado a uma de suas sedes, na cidade de Bagdá - Iraque, na

qual morreram vinte e duas pessoas e, dentre estas, um diplomata brasileiro, Sérgio Vieira de Melo. A apresentação de capoeira serviu para mostrar ao mundo um discurso retórico no sentido de que o Brasil tem em sua cultura, um instrumento para “celebrar a **paz mundial** e estabelecer o diálogo entre os diferentes povos” (IPHAN, 2008, p.01).

Mas o que é Paz Mundial? O que a forma social do capital entende como Paz Mundial? De acordo com o nosso método de análise da realidade concreta, Paz Mundial configurar-se-ia como o fim/supressão da luta de classes e não, como parece ser, na conciliação das classes.

Se a capoeira nasceu engendrada na cultura popular e não reconhecida dentro do modo de produção anterior ao capitalismo no Brasil, sua produção existencial permaneceu presente ao longo do século XIX e XX, mesmo com o avanço das relações de produção do capital tornando-se a determinação de nossa sociedade atual. Agora no início do século XXI, nos deparamos com o discurso oficial utilizando a capoeira como instrumento de conciliação de classes. Isto porque com esta prática o Estado não busca a superação do capital, mas ao contrário, incentiva que a capoeira sirva como “vitrine” de nosso país para que os demais Estados capitalistas comprem a nossa cultura, agora com um alto valor agregado, e capaz de garantir negócios lucrativos aos seus investidores.

O evento referido serviu de pretexto para que o ministro anunciasse a criação, no “futuro” de um “Programa Brasileiro e Mundial da Capoeira¹¹³”, o qual contou com uma série de propostas preliminares das quais abordaremos ao longo de nossa exposição.

O Estado capitalista tem como pretexto manter as classes em luta, mas mantendo a supremacia da burguesia sobre o proletariado (LENIN, 2007; MARX e ENGELS, 1987). Contudo, quanto mais complexa se torna as relações de produção da vida humana, mais complexo é para o Estado manter a classe trabalhadora conformada em sua condição de submissão e assim conservar a produção de bens que em grande parte serão apropriados apenas pela classe burguesa, ou pela classe trabalhadora por meio das “estruturas de consolação”. A forma para o sucesso dessa equação capitalista resulta no avanço ideológico capital nas frentes de superestrutura tais como a escola, a família, os meios de comunicação de massa em geral, enfim, em toda forma sociometabolizável pela formação social

¹¹³ O Programa Brasileiro e Mundial de Capoeira é citado no Parecer do IPHAN 031/08, mas possui dentro do referido documento, apenas suas propostas preliminares. O Programa na versão completa não foi achado nos sítios do IPHAN. Contudo nosso entendimento caminha no sentido de que o nome dado ao programa durante a conferência foi o que se materializou nas políticas do IPHAN dentro do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (BRASIL, 2004).

(MÉSZÁROS, 2002). E é agindo privadamente nestas frentes de superestrutura que o Estado brasileiro, do atual governo, constitui e mantém sua hegemonia (COUTINHO, 2006).

A capoeira, como manifestação da cultura afro-brasileira torna-se apenas mais um instrumento de uso decorrente para o desenvolvimento das forças produtivas e tem sua patrimonialização alavancada de forma explícita a partir desse evento em Genebra-Suíça¹¹⁴. Para nós significa dizer que esse é o momento do nascimento do FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO, ainda que a mesma não tivesse sido registrada como PCB.

Dessa premissa, de vincular a imagem da capoeira a defesa da “Paz Mundial”, o Estado Brasileiro avança em sua política de reconhecimento das manifestações culturais afro-decendentes, mas não se atenta para o fato de que esse modelo de política finda por negar a própria história dos negros escravizados no Brasil. Fortalece-se assim o discurso da cultura nacional da capoeira, mas diminui-se com isso a possibilidade de entendê-la como instrumento de possível resistência ao modo de produção, tão marcado em sua história.

Para entendermos a relação da capoeira com as políticas neoliberais para cultura, retornamos às premissas de Augustin (2010), no sentido que a capoeira passa a ser veiculada como “produto” – valor de troca – do Brasil. Mas para ser vendida para o mundo, deve a mesma perder seu caráter de resistência cultural, e assim permanecer apenas com o seu caráter utilitário ao capital¹¹⁵. Com isso as lideranças mundiais a apreciarão como fenômeno cultural e manterão sua contraposição aos ataques terroristas ocorridos em tantas partes do mundo, mas sem levar em consideração o quanto estes ataques, independente do mérito dos mesmos, são o reflexo de uma sociedade institucionalizada na barbárie e fundamentada no pilar da propriedade privada dos meios de produção. Isto faz com que a humanidade seja dividida permanentemente em classes e crie obstáculos à construção de uma sociedade justa e igualitária para todos os seres humanos.

É preciso lembrar que o percurso das políticas culturais foi e é um processo lento, árduo e encharcado de contradições, desde o momento em que este debate foi para o papel, na forma de leis, até a condição de colocar estas leis em prática. Fazamos apenas um corte após a Constituição de 1988, que pioneiramente apresentou aspectos mais específicos sobre os Patrimônios Imateriais. Ela foi promulgada, mas a sua regulamentação, no que diz respeito aos bens imateriais, só ocorreu em 2000 com o decreto 3551/2000 (BRASIL, 2000), o

¹¹⁴ Note-se que se trata do mesmo país onde acontecem anualmente o Fórum Econômico Mundial, no qual os Estados (reconhecidos pela ONU) e os maiores “empresários” do mundo reúnem-se para discutir questões referentes a manutenção do capitalismo no mundo e assim consequentemente a defesa do crescimento econômico das respectivas nações.

¹¹⁵ O caráter utilitário remete a idéia do lúdico, ou melhor o lúdico competitivo. Ver mais sobre esse assunto em Escobar (2009), na sua entrevista sobre a educação física e seus conteúdos, dentre estes a capoeira.

primeiro a propor o registro de Bens Culturais, bem como a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Após esse decreto, que nada avançou com relação às políticas públicas para a capoeira, é somente em 2005 que é decretada a criação do Sistema Federal de Cultura (SFC) e o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) dando abertura para as posteriores Conferências Nacionais de Cultura (BRASIL, 2005), sendo esta conferência, o único instrumento que manteve sua periodicidade desde então. Se o então Ministro em 2004 promoveu a imagem da capoeira para o mundo, é com base no decreto 3551/2000 que o mesmo se ancora ao tratar a capoeira como bem cultural (valor de uso) que precisa ser registrado e “protegido” (em sua forma-capital), bem como de suas leis ulteriores.

Até o presente momento de nossa pesquisa, podemos citar como política cultural específica para a capoeira os “Pontos de Cultura” do Programa Cultura Viva e o Edital “Capoeira Viva”. Em conjunto com essas políticas, é no ano de 2007 que se sistematiza o “Inventário para o Registro e Salvaguarda da Capoeira como PCB”. E é deste inventário que se reconhece, através do Parecer 031/08 do IPHAN, a capoeira como PCB. Somente a partir desse reconhecimento que são apresentadas novas políticas públicas, tais como os Encontros “Pró-Capoeira” e o Edital “Viva meu Mestre”. Para entendermos melhor esse processo de patrimonialização da capoeira, apresentaremos agora nossa análise sobre cada um destes itens, destacando as políticas anteriores ao reconhecimento da capoeira como PCB neste capítulo e as demais políticas culturais em nosso próximo item. Com isso, buscamos expor as contradições desse processo de simplificação da capoeira em sua forma FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO para então termos elementos para propor alternativas superadoras.

2.1.2.1 Dos Pontos de Cultura.

É tempo de restabelecer a coalizão daqueles que desejam ver na história uma pesquisa racional sobre o curso das transformações humanas, contra aqueles que a deformam sistematicamente com fins políticos e simultaneamente, de modo mais geral, contra os relativistas e pós-modernos que se recusam a admitir que a história oferece essa possibilidade (HOBSBAWN, 2008).

No ano de 2004, o MinC lançou seu mais novo Projeto Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, tendo como principal instrumento a criação e regulação dos “Pontos de Cultura” (MINC, 2011a).

Este programa merece nossa atenção em específico, pois é o primeiro a ampliar o conceito de cultura do discurso oficial, pois visa garantir a população, a democratização do

acesso “a dança, teatro, leitura, artes visuais, web, enfim, o que a comunidade quiser e puder, ousar e fizer, sonhar e materializar” (GIL, 2004, s.p.). Não fosse a formação social do capital poderíamos comemorar o quanto o Estado está ‘realmente’ preocupado com o direito a cultura, mas analisemos mais de perto este programa.

O Ex-Ministro Gilberto Gil, poucos dias antes de lançar o referido Programa, explanou que o MinC teria sua ação articulada em três dimensões da cultura: “cultura como usina de símbolos, cultura como direito e cidadania, cultura como economia. Este programa se inclui na primeira e na terceira dimensões, mas diz respeito sobretudo à segunda” (2004, s.p.). Ou seja, trata-se da privatização parcial da cultura (AUGUSTIN, 2010) no que concerne a cultura da capoeira.

Nossa análise caminha no sentido de que o discurso oficial legitima a pós-modernidade, pois não contextualiza o recorte de classe necessário para que uma política pública realmente atenda as necessidades da classe produtora da existência humana, mas que não desfruta do produto de seu trabalho. A usina de símbolos tem como pano de fundo a discussão sobre diversidade cultural, mas prima pela localidade cultural, dissolvendo o caráter determinante do movimento cultural que é a luta de classes¹¹⁶.

Deste modo o interesse do Estado Capitalista pela cultura caminha no sentido de sua mercadorização, com uma declarada bandeira de incentivo a valorização das culturas, em seu sentido restrito, ou seja, de transformação micro¹¹⁷. Isso mais uma vez reforça a negação de políticas que se pautem pela totalidade, ao ponto do próprio Ex-Ministro, Gilberto Gil, explicitar esse entendimento durante a apresentação dos Pontos de Cultura:

Os Pontos de Cultura são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de **singular** e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: **a cultura local**.

Não falo de dar o peixe, nem de ensinar a pescar. Falo de potencializar a pesca que se faz há muito tempo, em especial nas áreas de risco social, nos

¹¹⁶ Vejamos como ocorre esse processo: A dialética materialista, tanto reivindicada nos movimentos sociais auxiliares na democratização de nosso país na década de 1980 e que obtinham um amplo horizonte de transformação social, foi paulatinamente sendo substituída por ideários “micro” de mudança, de modo que os estudos culturais foram ganhando força sem que tivessem como bandeira a perspectiva da totalidade (EAGLETON, 2010). A isso reflete-se a forma de políticas públicas ‘sugeridas’ pelos organismos multilaterais para todos os países do globo na atualidade.

¹¹⁷ Julgamos aqui interessante destacar o Estudo de Eagleton (2010) acerca dos estudos culturais, apenas como ilustração do modo como essa ideologia micro atingiu dimensões planetárias: “À medida que se desfaziam as esperanças políticas, os estudos culturais ganharam proeminência. Sonhos de ambiciosa mudança social eram denunciados como “grandes narrativas” ilícitas, mais inclinadas a levar ao totalitarismo do que à liberdade. [...] A micropolítica eclodiu numa escala mundial. Uma nova fábula épica sobre o fim das fábulas épicas espalhou-se por todo o globo. De um extremo a outro no planeta doente, havia chamados para abandonar o pensamento planetário” (p.74).

territórios de invisibilidade, nos grotões e nos guetos das grandes cidades brasileiras, onde pulsa uma cultura e uma arte tão fortes, mas tão fortes, que não há miséria, não há indignação, não há descaso ou violência que as façam calar. **Ao contrário. Elas crescem, elas se consolidam, elas se desdobram e interagem com outras manifestações, influenciando diretamente a cultura da esfera midiática e nacional.** (2004, s.p.) [grifos nossos].

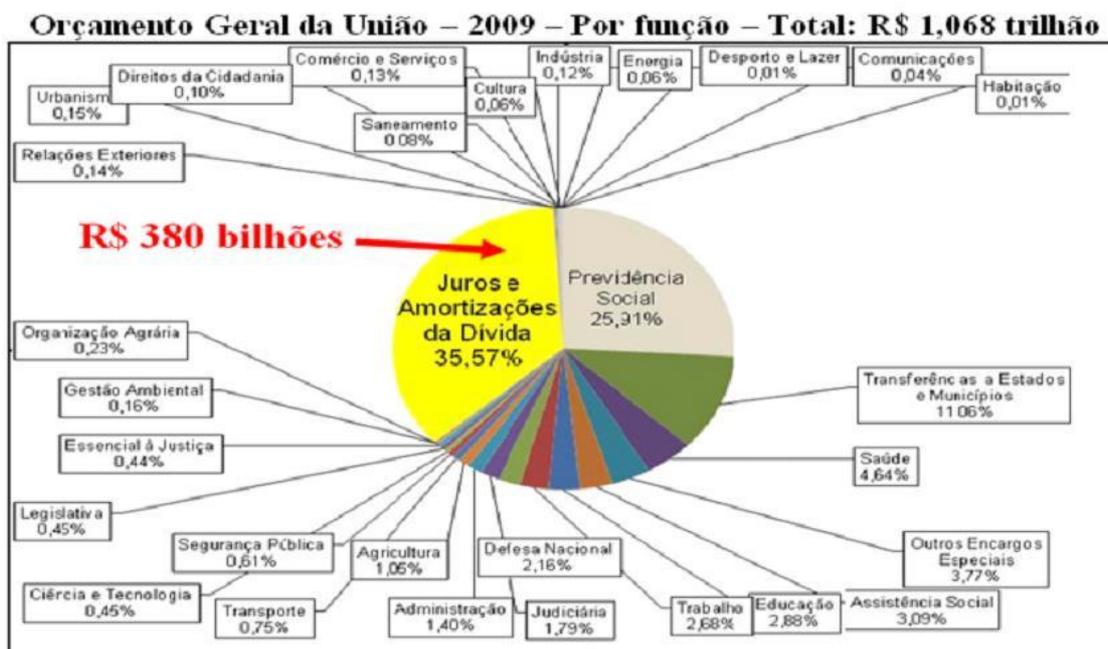
Estes exemplos de redutos culturais que sobrevivem sem o ‘apoio’ estatal são para o discurso oficial uma espécie de “terra de ninguém¹¹⁸” que precisa ser ocupada, ou seja, o capital precisa sociometabolizar essas forças produtivas e/ou destruí-las. Isso é a tradução dos Pontos de Cultura. A fala do sucessor de Gilberto Gil, Juca Ferreira (ministro da cultura de 2006 a 2009) ilustra essa apropriação ao expor sua ‘compreensão’ sobre cultura: “Trata-se de uma compreensão da cultura como dimensão simbólica da vida social, como direito de cidadania e como uma economia poderosa, geradora de ocupação e renda” (FERREIRA, 2006).

É claro que na ordem capitalista, o Estado como mediador e conciliador das classes sociais não busca o rompimento com o modo de produção. Mas esta fala do ex-ministro representa não apenas o não rompimento com o capital, mas uma aliança permanente a fim de atender as necessidades da reestruturação produtiva¹¹⁹.

Nesse furacão, o processo de patrimonialização da capoeira ganha status de reconhecimento merecido como “patrimônio cultural”, mas contenta-se com as migalhas de incentivo a cultura que não ultrapassam 0,06 por cento dos gastos do Estado (IBGE, 2007; SIAFI, 2009) – de todas as políticas culturais, a capoeira é um fragmento dessa migalha que não conseguimos mensurar com exatidão o gasto da mesma, apenas que a maior parte dessa verba da cultura vai para o financiamento de mega-eventos (AUGUSTIN, 2010). Em contraste, o pagamento da dívida externa chegou a 48 por cento dos gastos do Estado brasileiro em 2009, como ilustramos na figura 2 abaixo:

¹¹⁸ Esse termo é uma alusão a fala do eterno presidente do Conselho Federal de Educação Física, quando defendia – e ainda defende – a regulamentação da profissão utilizando-se dessa expressão para justificar sua defesa. Ver mais em Nozaki (2004).

¹¹⁹ Como nosso estudo é voltado para as políticas culturais e estas se deram no Brasil com mais ênfase a partir da reorganização do mundo do trabalho e sua implementação no formato neoliberal, não aprofundamos a questão da reestruturação produtiva. No entanto a contribuição de Pinto (2007) sobre a organização do trabalho no século 20, nos auxiliou no entendimento desta categoria central para qualquer análise que se proponha como dialética materialista.



Fonte: SIAFI. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Os números do serviço da dívida não levam em conta o refinanciamento do capital pela emissão de novos títulos. Caso considerado o refinanciamento, a parcela destinada ao serviço da dívida sobe para 48%.

Figura 2. Orçamento Geral da União – 2009 (JACQUEMONT, FATTORELLI, 2011).

E é nessa onda micro que visualizamos os Pontos de Cultura.

Trata-se de um programa flexível, que se molda à **realidade**, em vez de moldar a realidade. Um programa que será não o que o governante pensa que é certo ou adequado, mas **o que o cidadão deseja e consegue tocar adiante** (GIL, 2004, s.p.) [grifos nossos].

De que realidade nosso Ex-ministro se refere? A realidade que nos determina social, política e economicamente é a formação social do capital. Sendo assim, o discurso oficial não tem a pretensão de “moldar a realidade” no sentido de apontar, construir e defender um projeto histórico que atenda as necessidades da classe trabalhadora, mas sim de dar manutenção ao capital, ou seja, “moldando-se a realidade” ou melhor dizendo, reestruturando produtivamente as relações sociais de âmbito cultural, tais como a capoeira.

Além disso, o que o cidadão “deseja e consegue tocar adiante”? Como molda-se a consciência do indivíduo? Essa retórica pergunta, ironicamente é exposta no sentido de que o capital molda as necessidades do indivíduo (MARX e ENGELS, 1987). Sendo assim, a classe trabalhadora em grande parte não tem consciência de suas reais necessidades¹²⁰, o que permite

¹²⁰ Aqui sentimos a necessidade de mais uma vez pontuar uma categoria metodológica que justifica essa afirmativa: A consciência histórica. A mesma segundo Mészáros (2002) desenvolve-se a partir de três

ao Estado o incentivo à liberdade como bandeira desconectada do movimento do real, alimentada por um ideal cultural local sociometabolizado em todas as instâncias pelo capital, ainda que se mantenha o discurso de instrumento de resistência, para o caso da capoeira.

Retornando a análise dos Pontos de Cultura e sua formatação sem “modelo único” (MINC, 2011a), são locais onde se promovem atividades culturais com “gestão compartilhada entre poder público e comunidade” (GIL, 2004, s.p.).

Nós não temos como mensurar quantos são os intelectuais da cultura que tem o conhecimento necessário para construir projetos a altura dos critérios de avaliação apresentados nos editais de fomento cultural¹²¹. Mas nossa experiência com a prática da capoeira permite-nos que levantemos como hipótese de que o número de capoeiristas com esse conhecimento necessário é uma minoria.

Costa (2010), um dos capoeiristas e intelectuais que já trouxe algumas sistematizações sobre as políticas públicas para a capoeira nos aponta que mesmo que os pontos de cultura tenham premiados vários mestres para receberem fomentos para sua prática, o processo burocrático dos editais limita e muito a condição da verba efetivamente chegar a quem precisa.

Para a maioria dos mestres contemplados, todo esse mecanismo já se constitui em um desafio, pois a formatação do projeto – da seleção à prestação de contas – constitui-se em uma barreira para quem, por exemplo, não teve acesso a toda educação básica, fato corriqueiro ainda entre os capoeiras (COSTA, 2010, p. 299).

Com isto nós também questionamos quem efetivamente está “arrecadando” esse dinheiro liberado para o fomento à cultura através dos pontos e qual o tamanho da ‘fatia do bolo’ que efetivamente chega para os trabalhadores das tradições culturais, como artesãos, artistas, mestres de capoeira, etc. Ao apresentarmos a especificidade dos demais programas de governo para a cultura retomaremos esse assunto.

Sendo assim, os 2,5 mil pontos de cultura somados em 2010 (MINC, 2011a) demonstram como o Estado tem-se utilizado de políticas culturais para se auto-promover

problemáticas fundamentais: “1) a determinação da ação histórica; 2) a percepção da mudança, não como simples lapso do tempo, mas como um movimento de caráter intrinsecamente *cumulativo*, implicando alguma espécie de avanço e desenvolvimento; 3) a oposição implícita ou consciente entre a universalidade e a particularidade, visando obter uma síntese de ambas, de modo a explicar historicamente eventos relevantes em termos de seu significado mais amplo que, necessariamente, transcende sua especificidade histórica imediata.” (2002, p. 59)

¹²¹ Critérios esses que vão desde conhecimentos específicos sobre os trâmites processuais que quem concorrer deve saber como visualizar virtualmente até questões específicas de burocracias, no sentido de uma série de documentos a serem apresentados como comprovação da índole, competência e experiência dos concorrentes.

eleitoralmente e não necessariamente atender as necessidades dos trabalhadores das tradições culturais. Isso se expressa na incoerência presente do dado acima, pois em outro sítio do MinC, no link específico sobre o Programa Cultura Viva, é apresentado que são “quase quatro mil Pontos [e não 2,5 mil] de Cultura em 1122 municípios de todo o Brasil (dados de abril/2010) (MINC, 2011b). Ainda segundo o ministério, “[...] no primeiro semestre de 2010, os Pontos de Cultura alcançaram oito milhões e 400 mil pessoas no país, entre participantes diretos e indiretos das atividades (MINC, 2011b). Fica evidente nessas informações o que é importante para o governo: Os números, independente de sua veracidade.

Augustin (2010) nos trás uma análise em cima das políticas culturais criadas mais especificamente durante a década de 1990, período no qual o neoliberalismo esteve mais acentuado enquanto defesa de reorganização do capitalismo no Brasil. Dois são os exemplos bastante interessantes que o autor traz em sua pesquisa, dos quais julgamos como imprescindíveis coloca-los nesta exposição, mesmo que tenhamos que abrir um “parênteses” em nossa linha de raciocínio. O primeiro é sobre uma cartilha distribuída pelo MinC em 1995 para as empresas que tinha como título **“Cultura é um Bom Negócio”** e exemplificava o quanto era importante que o empresariado “investisse” em cultura, pois obteria o retorno desse investimento em abatimento de impostos para sua empresa. O outro exemplo é sobre o preço de eventos culturais financiados por empresas privadas que além de terem abatidos de seu imposto de renda todo o investimento em determinado evento, ainda cobram altos preços para os ingressos dos eventos, aumentando ainda mais os seus lucros, enquanto que a maior parte da população permanece sem o acesso aos bens culturais.

A relação destes exemplos de Augustin (2010) com os pontos de cultura se dá no terceiro aspecto citado pelo Ex-ministro que refere-se a dimensão econômica da cultura (GIL, 2004). Se durante a década de 1990 a lógica era afirmar a cultura como sendo um ótimo negócio para as empresas, durante o governo Lula isso ampliou-se internacionalmente: “Vale dizer, antes, que esperamos a adesão de parceiros empresariais para viabilizar inclusive a criação de Pontos de Cultura no exterior, onde exista número expressivo de brasileiros” (GIL, 2004, s.p.).

Percebe-se com esta fala novamente a idéia de vender o Brasil utilizando tradições culturais como ‘vitrine’. Apesar disso, ainda há autores do campo crítico que justificam a problemática das políticas culturais, em especial aos Pontos de Cultura como sendo de natureza legal. Ou seja, basta que mudem as leis que o governo conseguirá por em prática os objetivos de “ampliar e garantir o acesso da população brasileira aos meios de fruição, produção e difusão cultural” (GIL, 2004 s.p.).

Analisemos:

O Ministério da Cultura, em quase oito anos desta gestão, deu importantes passos para a criação do Sistema Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Cultura e a reforma da Lei Rouanet. Entretanto, estas importantes mudanças dependem da aprovação de leis e emenda constitucional por parte do Congresso Nacional. E como 2010 é um ano de eleição presidencial a aprovação desses projetos não será uma tarefa fácil. Além disso, o governo Lula tem se mostrado bastante **conservador e cauteloso, quando o assunto é mudança no orçamento**. Apesar disso, inúmeros debates foram realizados por iniciativa do MinC para a sensibilização dos parlamentares (SALGADO, PEDRA E CALDAS, 2010) [grifos nossos].

Os autores não questionam porque o governo Lula é conservador e cauteloso, apenas que a política por parte do MinC com relação aos parlamentares está articulada. O governo Lula/Dilma não tem sido apenas cauteloso com relação a mudanças no orçamento, mas está em compasso com as políticas neoliberais. Isto significa dizer “Disciplina fiscal; uma mudança nas prioridades para despesas públicas; direitos da propriedade assegurados” (WILLIAMSON, 2003, p. 01).

Nossa análise sobre o programa Cultura Viva e conseqüentemente, sobre os Pontos de Cultura, é que mais uma vez defende-se um discurso populista e bandeiras históricas de resistência não apenas cultural, mas política e principalmente econômica, distorcendo essas lutas na prática concreta e garantindo a maior fatia do bolo para o capital. Contextualizemos mais um exemplo:

Esses pontos estão aí para participar: são os jovens do hip hop, os voluntários silenciosos das periferias das grandes cidades, senhoras e senhores contadores de histórias, a gente do campo que luta por um pedaço de terra e por uma vida melhor, os artistas inquietos, os prosadores, os sedentos e os famintos por velhos e novos horizontes (GIL, 2004, s.p.).

A afirmativa caminha em defesa de categorias que historicamente não tem o reconhecimento do Estado e que possuem bandeiras centrais na luta de classes, mas que correm risco, nesse processo dinâmico e contraditório que é o movimento do real, de abandonarem ainda mais seus ideais em prol de pequenos financiamentos estatais. Ou seja, abrirem mão do valor de uso de seu trabalho concreto, pelo valor de troca estabelecido e de certa forma financiado ideologicamente pelo estado burguês. Isto é claro, em consonância com a reestruturação produtiva e conseqüentemente a precarização das relações de trabalho,

algo já ‘naturalizado’ historicamente no campo da capoeira a partir da herança dentre os capoeiristas do FETICHE CAPOEIRA CONSOLAÇÃO¹²².

Se a intenção do estado é garantir o acesso desses “segmentos” a cultura, então que explicita como será executada essa garantia criando, por exemplo, políticas educativas que permitam a possibilidade de ensinar aos trabalhadores das tradições culturais a como produzirem editais, bem como definir objetivamente que o dinheiro é para ir para o bolso do trabalhador artesão, detentor de determinado saber cultural, e não para empresas, organizações não governamentais (ONGs) e fundações, caracterizando as mais diversas manifestações culturais –dentre estas a capoeira – como apenas mais uma mercadoria a ser trocada no mercado capitalista, ou seja, desenvolvendo o FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO.

2.1.2.2 Capoeira Viva?

O Programa Capoeira Viva (PCV) é a versão para a capoeira dos Pontos de Cultura do MinC. 2005, 2006 e 2007 foram os três únicos anos dos quais a “torneira” do MinC abriu editais específicos relacionados à capoeira. É provável que a justificativa para a existência/morte desta política cultural apenas nestes três anos esteja relacionada a construção do inventário para o registro e salvaguarda da capoeira como PCB, em 2007, que culminou com o reconhecimento da mesma através do Parecer 031/08, bem como dos registros da “Roda de Capoeira” e o “Ofício dos Mestres” como PCB; Isto é claro, sem desconsiderarmos a crise que assola ainda no ano de 2010 o capitalismo no mundo, com indicativos de conter uma bolha a ponto de provocar um rombo ainda maior do que foi a quebra da bolsa de Nova York e que deu início a crise de 1929 (IASI, 2010).

O edital de 2005 ainda não continha o termo “capoeira viva”, mas contemplava, pela primeira vez, iniciativas relacionadas ao fomento da capoeira. No entanto foi publicado de maneira restrita ao estado da Bahia, de modo que a comunidade capoeirana nacional prontamente criticou esse ‘bairrismo’. A contradição é que esse “bairrismo” pode ter significado uma herança da idéia de “pureza cultural” tão presente nos movimentos de

¹²² Como vimos no capítulo anterior, à história da capoeira é composta por muita repressão e preconceito, e agora como PCB, o que vir do governo no sentido de condições materiais para sua existência, pode ser entendido como um avanço frente a esse processo histórico. Ou seja, sob o ponto de vista do trabalhador e trabalhadora da capoeira, sua relação de trabalho com o ensino da mesma ainda configura-se como mercadoria e mais do que isso, como apenas mais uma de suas habilidades para a venda da força de trabalho dentre tantos sub-empregos precarizados no mundo do trabalho. Consultar Nozaki (2004) no que concerne a precarização do trabalho no campo da educação física e em específico para a capoeira; e Silva (2006) e Araújo (2008) sobre essa configuração na capoeira de maneira singular.

esquerda da primeira metade do século passado (PIRES, 2001; ALVES, 2006). Por outro lado é a partir de 1989 que a UNESCO trás a tona essa idéia de “pureza”, o que demonstra uma tentativa frustrada do MinC em transpor toda a cartilha da UNESCO para as políticas culturais para a capoeira nesta edição de 2005 do PCV.

Costa (2010), ao pontuar sobre esse edital de 2005 levanta a questão das críticas dos capoeiras, porém não expõe quais foram as críticas promovidas. Mas Araújo (2008) não só apresenta como essas relações provocaram desconfortos entre os/as capoeiras, como também mais uma vez serviu para acirrar a luta de classes entre a própria categoria de trabalhadores e trabalhadoras da capoeira.

Ao ser anunciado que o edital, sob o patrocínio da Petrobrás, forneceria 1,85 milhões de reais para os capoeiristas da Bahia, a alegria foi geral, no entanto, destacamos que os capoeiristas ao receberem a notícia ficaram:

[...] impressionados com o volume do investimento, dado o histórico de apoio público às ações para a capoeira. Todavia, ao passo em que fomos analisando o Edital, o impacto provocado pela cifra de R\$ 1,85 milhão, foi aos poucos se desfazendo, inicialmente ao tomarmos conhecimento de que a quantia destinada a cada projeto deveria cobrir seus gastos por três anos, 36 meses. Ademais, essa verba estaria limitada a apenas 10 grupos, que, para concorrerem ao processo seletivo, deveriam cumprir alguns pré-requisitos básicos – cópia do CNPJ da entidade ou CPF do candidato; cópia do estatuto da entidade; cópia autenticada da ata de posse ou de eleição da diretoria da entidade; cópia autenticada do RG e do CPF do responsável legal ou procurador nomeado (nesse caso, com cópia autenticada da procuração); título de utilidade pública dentre outros – o que tornava inviável a participação de grande parte dos grupos de capoeira (ARAÚJO, 2008, p. 75).

Além dessa questão burocrática, a organização de todo esse processo não foi executada pelo MinC, mas pela Fundação Gregório de Matos (FGM), entidade “dotada de autonomia administrativa e financeira” (ARAÚJO, 2008, p. 71). Isto significa dizer que só nesse repasse de verbas entre o governo e a fundação, independente de sua vinculação ao município de Salvador, parte do dinheiro já não foi diretamente para o bolso dos capoeiristas contemplados. Araújo (2008) ainda nos aponta, de modo radicalmente diferente de Costa, (2010) que:

[...] ainda não havíamos nos dado conta da face mais perversa dessa política, aquela que exacerba o conflito entre os capoeiras na disputa de uma fatia de R\$ 185.000,00. Instalava-se o clima do *farinha pouca, meu pirão primeiro*, desde que nem todos poderiam se abrigar no guarda-chuva de beneficiamentos do Estado (ARAÚJO, 2008, p. 75) [grifos do autor].

Costa (2010) descreve alguns dados de como ocorreu o processo, mas não se posiciona frente a essa luta interna entre os capoeiristas provocados pelo lançamento deste edital.

O Edital de número 2 (2005) do Programa Cultura Viva foi aberto para contemplar iniciativas voltadas para a capoeira. Em pouco mais de três meses de sua vigência, 56 propostas foram inscritas para concorrer ao prêmio, apenas 15 foram aprovadas e somente 10 contempladas, por ordem de classificação. O prêmio divulgado pelo MinC foi de até R\$ 185 mil¹²³, a serem distribuídos de acordo com a colocação da proposta, divididos em 5 parcelas semestrais (2010, p. 293)

Delegar a competência para a capacidade individual de cada grupo de capoeira de modo a colocá-los em confronto é apenas mais uma estratégia para desresponsabilizar o Estado de suas obrigações. Isto porque, enquanto nós capoeiristas lutamos pelo acesso ao edital, o Estado mantém sua propaganda de incentivos às manifestações culturais, mesmo que omita a questão de que a fatia do bolo, pelo menos nesse edital contemplava apenas dez projetos em todo o estado da Bahia e nenhum no resto do país.

Se 2005 foi o primeiro dos longínquos três anos de funcionamento do PCV, analisemos como se deu essa política no ano de 2006:

O Edital do Ano de 2006 continha como objetivos para manter a capoeira ‘viva’ três pontos relacionados ao financiamento nas respectivas frentes: De produção textual, ações ‘sócio-educativas’ e na construção de núcleos de referência. Vale lembrar que 2006 foi ano de eleição para presidente e que consagrou a re-eleição do Ex-Presidente Lula.

O Portal do MinC possui uma vasta quantidade de documentos organizados de forma simples e de fácil acesso. No entanto, até o presente momento da organização de nossa pesquisa, os dados **completos** dos resultados da primeira edição do PCV-2006 estão em um arquivo danificado, que possui apenas três páginas, das quais é apresentado o sumário das “categorias”¹²⁴ beneficiadas, mas constando apenas as duas primeiras. O resultado do edital de 2006, só aparece de forma sintetizada no edital lançado em 2007 (MINC, 2007), do qual abordaremos na seqüência.

¹²³ Informação que carece de um esclarecimento, pois o valor de 185 mil foi para cada projeto contemplado. A soma dos dez projetos é que chega a cifra de 1,85 milhões de reais. Segundo dados do próprio MinC o valor foi de “R\$ 1 milhão e 850 mil, em cinco parcelas semestrais, para dez projetos de instituições sem fins lucrativos, que tenham a capoeira como instrumento de cidadania e recuperação de auto-estima.” presentes no sítio: <http://www.cultura.gov.br/site/2005/03/29/programa-nacional-e-mundial-da-capoeira/> Acessado em 22 de Dez de 2011.

¹²⁴ As categorias apresentadas no arquivo danificado disponibilizado pelo Minc dizem respeito apenas aos selecionados para os “acervos documentais” e para o “Incentivo à Produção de Pesquisa, Inventários e Documentação” (MINC, 2006).

Percorrendo outros documentos do portal do MinC encontramos alguns dos números deste edital:

O Programa Capoeira Viva, do Ministério da Cultura em Convênio com o Museu da República, divulga o resultado da primeira chamada pública para incentivo ao setor. Foram selecionados 73 projetos em cinco categorias, que irão receber patrocínio da Petrobrás, num total de R\$ 930 mil. Foram recebidas 627 inscrições de todas as regiões do país. A maior participação foi da região Sudeste com 55% dos projetos inscritos, em segundo lugar a região Nordeste com 28,4% dos concorrentes, a região Sul veio em terceiro lugar com 10% dos inscritos, o Centro Oeste em quarto com 4,3% e a região Norte com 2,2 %. (MINC, 2006, s.p.)

Não é preciso dizer que a maior parte dos projetos concentrou-se na região sudeste não apenas por sua densidade demográfica ser a maior do país, mas também por ser a mais desenvolvida do ponto de vista econômico, político e social. Contudo, apenas a título de ilustração de como essa política não consegue atingir a imensa massa dos trabalhadores da capoeira, só na cidade de Curitiba-PR, em 2010 foram mapeados 214 pontos de prática e ensino da capoeira (GUIDES, et al, 2010, p.21).

O MinC na síntese dos resultados do edital de 2006 apresentada no edital 2007 diz que o estado inteiro do Paraná conta com 141 grupos existentes. No entanto, apresenta que no país inteiro, apenas 73 projetos foram contemplados, atingindo apenas 9,25% do total de inscritos (que foram 627) (MINC, 2007). Não precisamos fazer a conta de quanto ficou para o estado do Paraná neste exemplo, não é mesmo?

Na apresentação do mapeamento da capoeira feito pelo MinC no ano de 2006, consta que o Brasil, neste referido ano contava com 2716 grupos de capoeira. Isto significa que do total de grupos mapeados pelo MinC, apenas 33,95% tiveram a ousadia individual de concorrerem ao edital e destes apenas 9,25% (73 grupos) foram contemplados. Em dados absolutos, significa afirmar que apenas 0,37% dos grupos de capoeira existentes no ano de 2006 foram contemplados pelo PCV. Ou seja, 99,62% passaram o ano de 2007 a margem da promessa de reconhecimento, investimento e incentivo por parte do Estado brasileiro. A nosso ver, esses números representam a capacidade ideológica de como um investimento micro mantém uma vitrine macro no mercado de capitais culturais, manifestando-se dessa forma a face monstruosa do FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO, qual seja, de ocultamento para a comunidade capoeirana da exploração nas relações de trabalho entre o Estado e os produtores de capoeira, que sonham em viver apenas da venda da força de trabalho como mestre de capoeira.

Tomando como referência uma das leis da dialética materialista¹²⁵, podemos afirmar que a ínfima quantidade de projetos contemplados no edital de 2006 não produziu alterações qualitativas no ambiente capoeirístico. Isto porque a articulação política dos mestres de capoeira com a burguesia nacional – entenda-se tanto empresários quanto e principalmente políticos de carreira, como deputados, vereadores, governadores e até o presidente da república – perpassa a maior parte do século vinte¹²⁶. Esta aproximação histórica constituiu-se quase que sempre de maneira informal e agora só se explica como sendo diferente, pelo fato de que é oficial, contendo obviamente assinatura do Estado.

É certo que dos grupos contemplados, a maior parte obteve maiores condições de se manter no mercado enquanto que os demais permaneceram a margem do investimento público, mesmo o Estado divulgando o quanto a capoeira é/era prioridade para o MinC.

Foi também no ano de 2006 que, a partir das normatizações do PCV, instaurou-se a criação de um conselho de mestres com representatividade de vários estados brasileiros. Contudo, não há no edital quais foram os critérios para a composição desse conselho, o que nos lembra, por exemplo, a construção do processo de regulamentação da Educação Física que culminou com a criação do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e seus Conselhos Regionais (CREFs) em 1998 (BRASIL, 1998) e que hoje consolida-se como uma autarquia corporativista que de nada garante direitos para os trabalhadores da Educação Física, além é claro, de ingerir em tradições culturais, como a capoeira (NOZAKI, 2004).

Além da formação desse conselho, o edital de 2006 em seu item 4 – “Galeria dos Mestres” expôs que seriam escolhidos 50 mestres que,

[...] por sua história de vida, sua participação na preservação da capoeira, na formação de outros mestres e importância regional, receberão bolsas de estudo para que, através de oficinas e palestras, possam dar seus depoimentos, subsidiando estudos e publicações futuras sobre a capoeira (MINC, 2006b, p.04).

Se for concreto que esse auxílio representa um enorme avanço no sentido da preservação do saber da capoeira pelo legado de seus velhos mestres, nos critérios de escolha desses mesmos mestres isto se dispersa, uma vez que o próprio “conselho de mestres” foi quem escolheu quem recebeu essa ajuda financeira (MINC, 2006b).

¹²⁵ Trata-se da lei da transformação da quantidade e qualidade e vice-versa. Ver mais em Triviños, 1987.

¹²⁶ No capítulo anterior já abordamos esta questão ao apresentarmos a articulação de Bimba e seus discípulos com políticos da época, bem como Pastinha e a aproximação de intelectuais que também obtinham certo poder de influência (CASTRO, 2007). Essa herança presente nestes dois mestres, seguiu sendo ensinada para os demais, de modo que ainda hoje podemos visualizar nas várias estampas de camisetas de batizados dos mais variados grupos de capoeira, logomarcas referentes a produtos e/ou propagandas políticas.

Costa (2010), além sinalizar o nome de alguns conhecidos mestres de capoeira que compõem esse conselho, ainda descreve alguns resultados dessa “bolsa de estudos” para outros mestres.

Faziam parte desse conselho, Mestres como Itapuã, Moraes, Luiz Renato, Camisa, Suíno, Peixinho, Suassuna e Janja. Dentre os Mestres que receberam, **alguns integrantes do próprio Conselho também foram contemplados. Algo no mínimo incômodo, na nossa avaliação, e que deveria ser repensado.** Entre os Mestres que não faziam parte do Conselho, mais foram merecidamente beneficiados, podemos citar: Zé do Lenço, Curió, Ananias, Bigo, Virgílio e João Grande (2010, p. 295) [grifos nossos].

O que o autor classifica como “algo incômodo” nada mais é do que o reflexo da luta de classes, ou seja, a administração do dinheiro público para fins privados. O estranhamento por parte do autor desta situação, sem uma análise crítica sobre esse resultado, demonstra a barbárie inerente à formação social do capital e o processo de fetichização da capoeira, que reifica a capoeira até na consciência de um intelectual pesquisador e praticante da mesma.

Com relação ao edital de 2007, último a ser publicado dentro da política do PCV, é interessante começarmos nossa exposição destacando que o banco de dados sobre o mapeamento da capoeira no país apresentado nesse mesmo edital é bastante amplo e de extrema relevância para a preservação da capoeira, e dentre os quais, alguns já foram apresentados acima.

Além dos dados apresentados, ressaltamos que a continuidade do projeto para o ano de 2007 foi administrada pela FGM. Para este ano, as linhas de ação também foram ampliadas, sendo elas: “1. Projetos e Ações Sócio-educativas; 2. Estudos, Pesquisas e Documentação; 3. Centros de Referência; 4. Mídias e suportes digitais, eletrônicos e audiovisuais” (MINC, 2007, p. 36). Como se pode ver, a novidade frente ao edital do ano anterior refere-se ao item 4. Também foi ampliado o valor de incentivo de 930 mil, no ano de 2006, para 1,2 milhão no ano de 2007 (MINC, 2007). Mas não nos esqueçamos que o valor referente ao primeiro ano (2005) era de 1,85 milhão somente para o estado da Bahia e que os valores menores, referentes a 2006 e 2007, tem abrangência nacional; e que o valor divulgado em 2005 financiaria os grupos premiados por três anos, mas os editais 2006 e 2007 financiariam em apenas duas parcelas os premiados. Por que será?

O interessante desse edital de 2007 é que ele está mais didático, apresentando inclusive, um ‘modelo’ de como estruturar um projeto para concorrer, bem como definindo objetivos, o público, os recursos necessários etc. Isto já se constitui um avanço, porém não nos

esqueçamos que o acesso da população brasileira a educação e respectivamente ao domínio da leitura e escrita, bem como o acesso a internet ainda não alcançam a maioria da população¹²⁷.

Mas se o edital demonstra um avanço sob o aspecto didático, a prática do referido edital manteve o conjunto de contradições presentes nos editais dos anos anteriores. A primeira contradição se mantém com relação aos números: Cerca de 1286 propostas inscritas, apenas 113 contempladas (MINC, 2008).

Recorremos a Costa (2010) em sua descrição, ao nos retratar a indignação dos capoeiras com relação aos trâmites burocráticos, tendo como reflexo dessa situação a instauração de um “Manifesto de 34 contemplados do Capoeira Viva 2007”, o qual dentre tantos questionamentos, traduz a forma como o Estado e, no caso, a FGM administrou o trato com os beneficiados. Analisemos os fatos sucessivos que promoveram o manifesto:

O prêmio foi dividido em 2 parcelas e após uma série de procedimentos burocráticos pelos quais os contemplados (repito: a maioria, capoeiristas inexperientes, pessoas humildes que possuem grande dificuldade de lidar com as exigências que foram feitas e que não constavam com clareza no edital!) tiveram que resolver, a 1ª parcela foi paga somente em setembro (sendo que havia uma observação no edital que o contemplado **que não apresentasse sua documentação após 30 dias, perderia direito** ao prêmio... Mas a 1ª parcela do prêmio **só foi paga 150 dias depois**); A **segunda parcela**, que deveria ter sido paga em janeiro (4 meses depois do início dos projetos) **não ocorreu**. Em janeiro, a FGM começou a enviar emails aos contemplados para que reenviassem parte da documentação. O motivo nunca foi bem entendido pela maioria dos contemplados que, repito, não possuem nenhum conhecimento dos trâmites burocráticos e nem possuem familiaridade com esse tipo de linguagem (**linguagem esta bastante diferente do que apresentava o regulamento e a ficha de inscrição do edital, bastante diferente do que essa política parecia propor**). Gastos não previstos passaram a ser necessários, como recibos de ISS e de INSS, além de gasto com correio, transporte e etc; Após o que os contemplados consideraram uma maratona burocrática, ainda assim a 2ª parcela não foi paga, com a exceção de 10 projetos que receberam tal parcela. Apenas agora, início de abril [três meses depois do prometido], o repasse está sendo liberado. A FGM apresentou uma péssima comunicação e o pessoal responsável pelo departamento do Capoeira Viva esteve bastante despreparado e pouco acessível para com os que tentaram algum tipo de esclarecimento (MANIFESTO DE 34 CONTEMPLADOS DO PROGRAMA CAPOEIRA VIVA 2007, 2008, s.p.) [grifos nossos].

A FGM, na tentativa de se justificar dos problemas burocráticos e principalmente do atraso do pagamento, informou que houve uma espécie de extravio de documentos gerando,

¹²⁷ Segundo dados do Programa Mais Cultura de 2007, “82% dos brasileiros não possuem computador em casa, destes [sic!], e 70% não tem qualquer acesso a internet (nem no trabalho, nem na escola)” MINC, 2007b, p. 05).

portanto, o atraso (COSTA, 2010). No entanto, o pano de fundo era manter as aparências e “empurrar o problema para o outro com a barriga”, pois em seguida a essa ‘desculpa’ da FGM, o MinC respondeu afirmando que: “a FGM, proponente do projeto, estava inadimplente com o ministério, situação que só foi solucionada no dia 20 de março, o que obrigou a prorrogação do prazo de execução dos projetos para 31 de julho de 2009” (NUNES, 2009, s.p.).

A reportagem, feita pelo site UOL, obteve outras respostas da FGM, expondo que a referida fundação admitiu sua inadimplência com o MinC, mas ressaltando que isso não ocorreu por “...uso indevido de verba, apenas por mal gerenciamento desse projeto [...]” (NUNES, 2009, s.p.). Todo esse acontecido só reforça a tese de Araújo (2008, p.80) ao nos afirmar que:

A partir dessas considerações, a descrição que nos parece mais próxima da realidade para os referidos projetos, portanto, é: iniciativas públicas de gerenciamento privado, que visam ao benefício de segmentos da sociedade civil, falsamente auto-intitulados representantes dos interesses das minorias, tendo como contrapartida o fortalecimento do estado burguês, mediante uma propaganda falaciosa em prol da reparação social.

O nosso questionamento de que os trabalhadores e trabalhadoras da capoeira não são os maiores beneficiados por essas políticas culturais torna-se mais evidente na consideração de Costa (2010) ao explicar que:

[...] o acompanhamento do processo nos apontam alguns caminhos utilizados por tais personagens, como contratação e terceirização de serviços de indivíduos que dominam esse processo de chamadas públicas e consultoria de amigos e alunos que acessam esses conhecimentos de alguma forma. O fato é que a situação posta pelo Ministério para os capoeiras ainda indica um distanciamento da realidade concreta da cultura capoeirana (2010, p. 298).

Ou seja, reforça-se mais uma vez que o discurso localista cai por terra ao colocar em prática a mesma política descomprometida com os interesses da classe trabalhadora imposta pelos organismos multilaterais para todo o mundo.

Nos anos que se seguiram, o PCV foi extinto. Na opinião de Costa (2010), isto ocorreu pela falta de patrocínio. A nosso ver essa falta de patrocínio representa os primeiros impactos da crise mundial que passou a assolar o mundo a partir do ano de 2008 (IASI, 2010).

2.1.3 Do Documento Técnico para os Registros Públicos e o Parecer 031/08

A investida do Ex-Ministro Gilberto Gil em ‘prol’ da capoeira desde 2004, sucedeu à produção de um documento técnico – “Inventário para o Registro e Salvaguarda da Capoeira como PCB” (DOSSIÊ, 2007), bem como da publicação do Parecer 031/08 que resumiu as idéias do referido documento de modo a fundamentar os Registros do “**Ofício dos Mestres de Capoeira**” (IPHAN, 2008c) e da “**Roda de Capoeira**” (IPHAN, 2008b), como sendo ambos PCB.

É nesses documentos que encontramos os principais dados referentes ao nosso objetivo específico de analisar os discursos contidos que oficializam o reconhecimento da capoeira como PCB levantando seus limites e avanços com relação à manutenção de sua prática e como a mesma é sociometabolizada pelos ditames da ordem vigente.

Vale lembrar que todo nosso processo de pesquisa originou-se do Parecer do IPHAN 031/08 que tem como título o “Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil”. Nossa exposição não apenas analisou esse discurso, como apresentou a prática que dicotomizou a capoeira em dois registros específicos supracitados, bem como que representa o estágio evolutivo mais avançado da capoeira em seu processo de fetichização: O FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO.

2.1.3.1 Sobre o Dossiê: Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como PCB.

“Pomba voou, pomba voou, pomba voou gavião pegou...” (Domínio Público).

Do ano de 2006 a 2007 foi produzido um Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como PCB pelo IPHAN. Este trabalho foi elaborado por uma vasta equipe técnica composta de consultores, pesquisadores e estagiários das áreas de antropologia, história, psicologia, educação física e artes cênicas por meio da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB-UFRJ), sendo a pesquisa alocada no Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) do Museu Nacional-UFRJ. Isto tudo sob a Supervisão do IPHAN e de suas Superintendências Regionais da Bahia e de Pernambuco, bem como do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP)¹²⁸.

Esta apresentação da estrutura composta para a produção desse inventário já demonstra o quanto o mesmo foi ‘peça chave’ para o posterior reconhecimento da capoeira em 2008. No

¹²⁸ Informações extraídas do próprio Documento de Inventário (DOSSIÊ, 2007).

entanto, toda essa produção só foi publicada para a comunidade da capoeira e disponibilizada pelo conjunto de sítios do MinC e do IPHAN no final do ano de 2011¹²⁹. Além do atraso da publicação (que foi finalizada em 2007), não conseguimos ter acesso aos valores de investimento público correspondentes para sua execução. Como nossa pesquisa iniciou-se em 2010, obtivemos acesso ao referido documento após solicitação pessoal no próprio IPHAN, em Brasília. Dadas essas circunstâncias, exporemos agora a nossa análise sobre o mesmo com o intuito de esclarecer possíveis elementos que demonstram os interesses elencados a partir do inventário e que justificam o reconhecimento da capoeira como PCB, bem como o FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO.

Traçaremos um panorama sobre o dossiê de modo a categorizá-lo tanto no que diz respeito a sua estrutura, quanto ao seu conteúdo.

O documento é dividido em 6 capítulos: 1. As referências históricas; 2. O Aprendizado e as escolas de capoeira; 3. Descrição das rodas de capoeira; 4. Os instrumentos; 5. Os mestres e as rodas: patrimônio vivo; e 6. Recomendações de Salvaguarda para a prática e difusão da capoeira no Brasil (DOSSIÊ, 2007).

Destes, o primeiro capítulo diz respeito ao referencial histórico sobre a capoeira até o que os autores chamam de sua ‘globalização’ (último sub-capítulo), e os demais, apesar de descreverem categorias específicas, mantêm minimamente a cronologia no que concerne a história capoeira. Como já construímos nossa própria análise histórica sobre a mesma no capítulo anterior, inclusive já trazendo alguns dados desse dossiê, nossa exposição se dará por meio do levantamento das diversas categorias de FETICHE DA CAPOEIRA, tão presentes ao longo de todo o inventário, além da análise específica de seus demais itens.

Vale a ressalva de nosso entendimento, que a teoria explicativa orientadora da elaboração desse dossiê é de matriz idealista, haja vista seu entendimento de história como sendo um apanhado de acontecimentos e não uma ciência objetiva (TAFFAREL e DANTAS JUNIOR, 2007). O mesmo ainda tem a pretensão de uma suposta imparcialidade que se traduz no obscurecimento de fontes e referências, bem como a opção de descrever algumas obras sobre a capoeira e não outras que certamente entrariam em contradição com as

¹²⁹ No Site do Iphan, recentemente (dezembro de 2011) foi criado um sítio que corresponde aos “Bens Culturais Registrados”, no qual existe publicações de vários dossiês disponíveis para download. Anteriormente a criação do mesmo não havia a publicação do Dossiê referente à capoeira. O mesmo encontra-se disponível em: <http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/foIAcoesApoioFomentoE.jsf>

anteriores¹³⁰. Apesar dessa constatação, a quantidade bibliográfica presente no inventário nos auxiliou e muito para elaboração de nossa dissertação.

Para a primeira categoria de análise, começamos nossa exposição afirmando, com base em nossa prática com a capoeira, que há tempos temos presenciado nas rodas, de vários grupos diferentes, do Brasil e do mundo, um discurso de que a capoeira é um instrumento de resistência, que sua prática simboliza a luta contra o opressor, contra a escravidão etc. Discurso esse que se reflete na forma e conteúdo das categorias de FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA e FETICHE DA CAPOEIRA LUTA. Na constituição do texto em análise, percebemos que o mesmo, ao perfazer o processo histórico da capoeira expõe por 22 vezes o termo ‘resistência’. No entanto, como o inventário mantém uma ordem cronológica, percebemos que das vinte e duas vezes em que foi citado o caráter de resistência da capoeira, 10 incidências estão no primeiro capítulo sobre a história da capoeira até a década de 1930 e 4 vezes no mesmo capítulo até o seu final. No capítulo 2 o termo aparece mais 7 vezes e no capítulo 3 mais uma vez. Os capítulos 4, 5 e 6 não possuem nenhuma menção ao caráter de resistência da capoeira.

A exposição destes dados tem como intuito entender de que modo este documento – produzido pelo Estado – desconstrói essa categoria (resistência) ao longo do processo histórico da capoeira e, propondo recomendações para salvaguarda em compasso com a formação social do capital e dando corpo não para defesa da capoeira como instrumento de resistência frente ao capital, mas por sua propriedade fetichizada, ou seja, do FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA.

Como já apresentamos no capítulo anterior, o processo de patrimonialização da capoeira e, portanto, de sua mercadorização, perpassa toda a sua história. Contudo, foi durante o período da escravidão e da primeira república até 1937, ou seja, a ‘fase’ criminalizada da capoeira em que há uma maior incidência concreta de que os capoeiras tinham efetivamente em seu ideário a resistência frente as suas condições objetivas e subjetivas de existência. O inventário mantém essa coerência cronológica, ao expor em vários momentos do início do período histórico da capoeira essa característica de sua prática.

No entanto, não há um posicionamento, no referido documento, sobre a ‘perca’ dessa característica da capoeira em decorrência de suas metamorfoses ao longo da história e muito menos uma análise da conjuntura dos períodos decisivos para essas mudanças de paradigmas

¹³⁰ Nossa afirmação caminha no sentido de que várias pesquisas referenciadas no materialismo histórico e dialético, já expostas em nosso trabalho, e produzidas anteriormente a data de 2007 poderiam ter sido utilizadas para elaboração do inventário, mas não foram. Independente das opções teórico-metodológicas presentes no mesmo, as referidas obras são válidas e mereciam destaque, mesmo que fosse para criticá-las.

da capoeira, ou seja, de sua passagem de crime para ginástica brasileira; de ginástica para esporte e folclore¹³¹; e sua contemporaneidade que reivindica todos esses aspectos em diferentes níveis, de acordo com a ideologia respectiva de cada grupo organizado, e em relação às determinações do capital. Com relação a elaboração das categorias de conteúdo de nossa pesquisa, significa que o Estado dissolve o processo histórico da capoeira, com suas diversas formas fetichizadas simplificando-as em apenas uma, qual seja, o FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO.

Trata-se, portanto, da instauração de uma ideologia de conformismo – em compasso com a ideia de estruturas de consolação exposta por Bosi (1981) – para os praticantes deste bem cultural de modo a tornar a capoeira, mais uma mercadoria a ser propagandeada, financiada e incentivada pelo Estado para todo o mundo, subsumida a lógica do capital. Chauí (1986) ao analisar os aspectos da cultura popular no Brasil, já demonstrava, a mais de vinte anos atrás, que a lógica do processo que se iniciou no Brasil como sendo sua democratização, no final da década de 1980, significava de fato um período neoliberal que, dadas às especificidades de cada governo e suas contradições, perdura até hoje. Cronologicamente falando,

[...] durante os anos 10, o *slogan* dominante era: *Consolidar a Nação* (o que legitimou o extermínio dos rebeldes de Canudos e do Contestado); durante os anos 20 e 30: *Construir a Nação* (o que permitiu a absorção de todas as manifestações culturais pelo Estado); durante os anos 40 e 50: *Desenvolver a Nação* (fazendo com que a Cultura Popular fosse considerada atraso, ignorância e folclore)¹³²; no início dos anos 60: *Conscientizar a Nação* (levando o populismo a produzir a imagem dupla da Cultura Popular como boa-em-si e alienada-em-si, precisando da condução de vanguardas tutelares e revolucionárias); durante os anos 60 e 70: *Proteger e Integrar a Nação* (o que levou às práticas “modernas” de controle estatal da Cultura Popular); e agora [nos anos 80]: *Conciliar a Nação* (o que talvez seja feito num grande festim onde comeremos broa de milho)¹³³ (CHAUÍ, 1986, p. 99-100) [grifo nosso].

A única atualização que propomos a essa categorização é a revelação de que o atual governo mantém o último *slogan* “Conciliar a Nação” com o adendo de “Como Nunca antes

¹³¹ No capítulo anterior consideramos outra periodicidade para o histórico da capoeira haja vista nosso método buscar uma coerência com a totalidade do fenômeno e não situa-lo de maneira isolada. Contudo, o Dossiê constitui a periodicidade histórica da capoeira distinguindo-a nesses itens expostos.

¹³² Esse *slogan* reforça a tese da influência que Bimba recebeu dessa ideologia, ao criar a Capoeira Regional.

¹³³ Este último *slogan* também nos alude as influências das teorias pós-modernas nas políticas sociais do Brasil, como reflexo dessa mesma influência nas demais economias do mundo.

na história desse país”¹³⁴. O adendo metafórico vem no sentido de que o dossiê em análise é realmente uma produção inédita para a capoeira e avança no sentido de possíveis garantias de preservação da mesma, mesmo que contraditoriamente não proponha a superação da formação social do capital, mas, ao contrário, referende-a.

O Capítulo 2 do referido documento (DOSSIÊ, 2007) trata especificamente sobre a forma de transmissão dos conhecimentos da capoeira e contextualiza minimamente as vertentes diversas de ensinamento e entendimento presentes em toda a cultura capoeirana (FETICHE DA CAPOEIRA REGIONAL, EDUCATIVA, ANGOLA, ESPORTIVA – subordinadas ao FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO). O documento traz dados importantes sobre situações históricas referentes à transmissão não sistematizada da capoeira (1890 – 1937), além de sua fase de ‘escolarização’ preconizada por Bimba e Pastinha, em locais diferentes e com intenções diferentes e, por último, traça superficialmente o período de 1980 até nossos dias¹³⁵.

O que ressaltamos desse capítulo, além da falta da utilização de mais referenciais que perspectivam a totalidade na análise de seus objetos, é a relação estabelecida entre o ensino da capoeira e sua incorporação como conteúdo da educação física (FETICHE DA CAPOEIRA EDUCATIVA/ESPORTE). Essa relação é interessante, pois demonstra primeiramente o momento histórico em que a capoeira adentra nos programas universitários de educação física (a partir da década de 1970) vinculando-se, de seu conteúdo, apenas o aspecto esportivo e de aptidão física.

Desta maneira, a capoeira penetra nos programas de educação física de três modos: incluída nos métodos de ginástica tradicional, como conteúdo diferenciado de ginástica escolar ou como disciplina esportiva de caráter optativo. Destacam-se assim os efeitos da prática da capoeira sobre a força, flexibilidade, resistência¹³⁶, habilidade específica e composição corporal. (DOSSIÊ, 2007, p. 66)

Em conseqüência dessa relação, a partir da Lei 9696/98 (BRASIL, 1998) ser sancionada pelo então presidente FHC, se estabelece um conflito de interesses entre os

¹³⁴ Célebre frase do Ex-Presidente Lula proferida em vários discursos ao longo de sua estada no pleito. Esta frase sempre vinha como premissa para elogiar sua política governamental.

¹³⁵ Como já contextualizamos o panorama da capoeira no capítulo anterior, inclusive analisando seus métodos de ensino em contradição com sua história e em compasso com sua mercadorização, não julgamos como necessário sintetizar as idéias desses itens, mas sim analisar o que é essencial sob o ponto de vista de nossas categorias metodológicas e de conteúdo.

¹³⁶ A palavra resistência registrada nessa citação não foi incluída na contagem de comparação referente ao sentido de oposição ao modo de produção.

trabalhadores da capoeira e o corporativismo apregoado na referida lei¹³⁷. Essa relação direta não é descrita nesse item do documento, mas ao sinalizar o ‘conflito’, entendemos que o mesmo busca, ainda que de uma maneira implícita, desvincular o ensino da capoeira a restrição legal de um profissional habilitado pelo sistema CONFEF/CREFs, o que representa um avanço.

Neste ponto existe um conflito estabelecido entre o mestre sem formação escolar e o professor de educação física, considerado apto a substituí-lo. De um lado, o saber da cultura popular e, de outro, o conhecimento formal e conceitual das universidades (DOSSIÊ, 2007, p. 67).

Apesar da sinalização desse embate, a falta do entendimento da categoria de luta de classes, elemento central no desenvolvimento da história humana¹³⁸, reduz o conflito como sendo um problema específico dos trabalhadores em questão sem contextualizar, por exemplo, o mérito e a legitimidade da lei 9696/98 entre os capoeiristas e principalmente entre os professores de educação física¹³⁹. Nossa inferência caminha no sentido de que essa não contextualização ‘sinaliza’ para uma posterior regulamentação da profissão de capoeira, nos mesmos moldes das regulamentações das demais profissões, o que para nós capoeiras, seria um retrocesso¹⁴⁰.

No Capítulo 3 destaca-se a disciplina etnográfica de descrever as rodas de capoeira. Como a equipe técnica foi bastante numerosa para a construção do inventário, visualizamos nesse capítulo indícios que demonstram certa falta de articulação entre o objetivo de descrição e o tendencionismo à valorização da dinâmica das rodas de capoeira angola, assegurando, por exemplo, apenas meio parágrafo de descrição sobre a roda de capoeira regional num conjunto de 4 páginas (DOSSIÊ, 2007, p. 74 a 79).

¹³⁷ A Lei 9696/98, expõe em seu artigo primeiro que “o exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física” colocando em cheque a qualidade da prática histórica do conhecimento transmitido pelos mestres de capoeira sob os auspícios de uma ‘carteira de habilitação’ do respectivo conselho.

¹³⁸ Marx e Engels (2006, p. 23) já afirmavam que “a história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”, deixando claro que o compromisso dessa afirmativa com o método se explicita quando os mesmos contextualizam que trata-se da história transmitida e portanto registrada por escrito.

¹³⁹ A comprovação da ilegitimidade dessa lei é bandeira de luta em movimentos sociais tais como o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) e o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR). Os dois movimentos mantêm essa luta até nossos dias, mas sugerimos o histórico exposto em Nozaki (2004) que bem contextualiza esse embate mantendo a coerência entre o particular (educação física) e o universal (formação social do capital).

¹⁴⁰ No próximo item de nossa pesquisa retomaremos esse debate trazendo dados concretos que dão mais substância à intenção do discurso oficial para a regulamentação da capoeira, bem como a instauração de Projetos de Lei (PLs) que propõe essa regulamentação para a capoeira.

Temos clareza que a neutralidade é uma categoria que não se concretiza na prática social, por isso acaba sempre por servir de escudo para intelectuais que dizem não fazer julgamento de valor sobre determinado fenômeno. Isto significa afirmarmos que esse capítulo, possui claramente um posicionamento que, a nosso ver, não condiz com a coerência da sistematização de um documento que se preze como sendo um ‘inventário’¹⁴¹.

Primeiro porque ao tratar da relação da roda de capoeira com a ‘*performance*’¹⁴² de seu ambiente, o dossiê destina mais de uma página para a descrição de uma roda específica de Mestre Curió que oferece a seus praticantes um “tradicional caruru” (DOSSIÊ, 2007, p. 69 a 71), enquanto que não contextualiza, por exemplo as diferenças entre as rodas de capoeira organizadas para apresentações artísticas e as rodas de capoeira organizadas em ambientes fechados, restritos a seus grupos, ou mesmo, a disputa presente entre os grupos nas tradicionais rodas de rua registradas nas capitais estudadas.

Ao longo da descrição dos movimentos e golpes, do canto e dos toques, além da dinâmica das rodas, a descrição estabelece falhas que, mesmo com um aparato estatal de financiamento, não contextualiza:

- A diferença dos golpes da capoeira angola e regional, bem como de demais criações possíveis de serem encontradas nos dias de hoje, misturando elementos da capoeiragem com golpes de outras lutas etc.;

- A contribuição de Corte Real (2006) em sua obra “As musicalidades das Rodas de Capoeira(s): diálogos intercultural, campo e atuação de educadores” publicada no ano de 2006 e, portanto a tempo de ser objeto de análise. Uma primeira síntese desse estudo já havia sido publicada no ano de 2005 no XIV Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) com o título “As musicalidades das rodas de capoeira: diálogos interculturais com educadores no campo capoeirano” (CORTE REAL e FLEURI, 2005);

- A contribuição da tese de doutorado de Falcão (2004), primeira no âmbito da educação sobre a prática da capoeira e que congrega elementos não apenas do Brasil, mas de outros países e qualifica e muito o debate no campo de como foi, é e pode ser produzida não apenas a roda, mas a construção da “práxis capoeirana”;

- A quantidade de toques de berimbau presentes nas rodas de capoeira com suas controvérsias e consensos. Dado de extrema relevância no ambiente capoeirístico;

¹⁴¹ Temos o entendimento similar ao de Nogueira (2007, p.01) ao afirmar que os inventários são “instrumentos de reconhecimento da diversidade cultural e ponto de partida para as políticas públicas de patrimônio”. Concordamos em parte com essa ponderação porque a diversidade cultural, para ser entendida e explicada, deve, a nosso ver, conter um recorte de classe, no mínimo. Do contrário, essa técnica de registro permanece no mundo da pseudo-concreticidade, não atingindo a totalidade concreta (KOSIK, 1976),

¹⁴² O documento em análise não apresenta seu entendimento sobre esse conceito.

- Os cantos não apenas de início (ladainha em alguns grupos, mas sem dados suficientes para afirmar que isso se generaliza para todos, como aponta o dossiê), mas de momentos específicos decorrentes de uma situação do jogo, ou mesmo do que o mestre quer transmitir na forma de mensagem aos jogadores e para a roda em geral etc.;

- Demais elementos que não captamos do movimento de produção da existência da capoeira, mas que certamente poderiam estar presentes num documento que se propõe como inventário para essa temática.

Em síntese, o capítulo 3 configura-se como a expressão da vontade de adeptos da capoeira angola¹⁴³ que, ao sistematizarem a descrição das rodas de capoeira do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, desrespeitam o conjunto de elementos que congregam todas essas rodas em particular e a história da capoeira em geral. A conseqüência das proposições desse capítulo se traduz no FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA/CONSOLAÇÃO, pois mantém a idéia mítica da capoeira, no sentido da capoeira angola ser a “mais pura”, que carrega a história de resistência, bem como a colocando a serviço do capital como instrumento de consolação, ou seja,

...a imaginação do homem do povo, é um verdadeiro sonhar acordado [fetiche]. Pode-se dizer, neste caso, que a imaginação popular depende do complexo de inferioridade <<social>> que desencadeia intermináveis devaneios sobre a idéia de vingança ou de punição dos responsáveis dos males padecidos (GRAMSCI apud BOSI, 1981, p.83).

No capítulo 4, sobre os instrumentos da capoeira, apresentamos nossa análise com base em duas categorias importantes para nosso estudo: A primeira diz respeito ao processo de fetichização da capoeira evidenciado na descrição das “funções” do Berimbau. A outra categoria é sobre a “cultura material” (DOSSIÊ, 2007, p.81) da capoeira que contém pistas para ampliação do processo de produção de mercadorias relacionadas à capoeira.

A capoeira congrega ritos e ‘verdades míticas’ que estão no imaginário popular em várias situações. Nos instrumentos da capoeira, os símbolos atribuídos a cada um deles, principalmente ao berimbau, tornam difícil, entre a comunidade capoeirana, a discussão sob o ponto de vista da materialidade, ou seja, da realidade concreta.

¹⁴³ Como a equipe técnica foi composta por uma coordenação, uma assistência de coordenação, consultores, pesquisadores e estagiários dos três estados, constatou-se que: A assistência de coordenação foi composta por um pesquisador que no mesmo ano de 2007 defendeu tese (CASTRO, 2007) relacionada a vida de Mestre João Grande em Nova York (um dos detentores do saber da capoeira angola, discípulo de Pastinha); e dentre os pesquisadores, muitos são integrantes de grupos de capoeira angola, além de também verificarmos que um dos pesquisadores no ano de 2005 defendeu uma dissertação (sob a orientação do coordenador do inventário) com o título bastante similar ao primeiro sub-item do capítulo 3 “Etnografia e Performance” (BASSOUS, 2005).

O Berimbau, principal instrumento utilizado nas rodas e único instrumento de consenso, como sendo incorporado pelos mais diversos grupos de capoeira, é constituído simbolicamente por um conjunto de elementos que caminham no sentido de que ele pudesse ter ‘vida própria’. O Dossiê aponta que “o instrumento está de tal forma associado a esse território que atualmente seria inconcebível uma roda de capoeira sem a aplicação efetiva deste arco musical” (2007, p. 82). Se temos acordo com relação a importância do instrumento na roda, não podemos coadunar com uma diretriz que impõe o uso do berimbau como sendo o único capaz de organizar uma roda. Quem faz o berimbau? Ele foi produzido e toca sem qualquer intervenção humana? As perguntas retóricas servem para ilustrar como a cultura vem sendo de tal maneira fetichizada pela formação social do capital. Ou seja, estamos discutindo cultura, uma dimensão humana, dinâmica e contraditória, e não “folclorizada” como verdade absoluta, tal como o Dossiê (2007) se apresenta¹⁴⁴.

De acordo com o referido documento, “ele [o berimbau] é o responsável direto tanto pela ativação dos códigos que provocam o início das **cerimônias**, como o encerramento da roda” (DOSSIÊ, 2007, p.83) [grifo nosso]. Esta afirmativa reforça a tese já apresentada no capítulo anterior que a coisa (o berimbau) não é (para o dossiê e a comunidade capoeirana em geral) a unidade entre o valor de uso e o valor de troca para a produção dessa mercadoria, a partir de relações de exploração. Desta forma, nega-se o processo produtivo de exploração da força de trabalho humana. O que permanece é a coisa (o berimbau) em si, como se tivesse vida própria para comandar uma ‘cerimônia’ de capoeira. Está aí mais um exemplo do complexo de mercadorização da capoeira, não apenas sob o ponto de vista objetivo, mas impactando e reconstruindo uma subjetividade fetichizada.

A “cultura material” exposta no Dossiê representa as mercadorias produzidas em relação com a cultura da capoeira, tais como instrumentos, roupas, CDs, etc. A exposição no Dossiê caminha no sentido de recomendar planejamentos referentes ao manejo da biriba – “madeira que confecciona tradicionalmente os berimbaus” (DOSSIÊ, 2007, p.95), de modo a preservá-la, bem como facilitar o trânsito da mesma e dos demais “objetos fundamentais” (p.81) para todo o Brasil e para o mundo.

Ao relacionarmos essa intenção sobre a cultura material da capoeira com a reestruturação produtiva do capital evidencia-se o interesse do Estado brasileiro em ampliar a

¹⁴⁴ Fazemos essa afirmativa, mesmo levando em consideração à reflexão de Eagleton (2010, p.80) ao explicar que a ideologia hegemônica tem uma capacidade tamanha de adentrar na consciência do ser social ao passo de hoje ser possível afirmar que é mais fácil mudar a natureza do que a própria cultura. Nas palavras do autor: “... de algumas maneiras, a Natureza é uma coisa muito mais flexível que a cultura. Provou-se muito mais fácil remover uma montanha do que mudar valores patriarcais”.

troca de mercadorias da capoeira, independente das relações de exploração inerentes à produção dessas mercadorias. Isto, concretamente falando, não é a democratização dos bens (mercadorias) relacionados a capoeira, mas sim a expansão do mercado capitalista, ainda que ressalvemos o interesse pela preservação natural da referida madeira - biriba. Vejamos:

Em princípio, no entanto, o capitalismo é um credo impecavelmente inclusivo: não se importa, realmente, com quem ele está explorando. É admiravelmente igualitário em sua pronta disposição de arrasar praticamente qualquer um. Está preparado para conviver com qualquer de suas antigas vítimas, por menos atraente que seja. Na maior parte do tempo, pelo menos, está ansioso para juntar o maior número possível de **culturas diferentes** a fim de poder **mascatear seus produtos** para todas elas (EAGLETON, 2010, p.34-35) [grifos nossos].

A capoeira, portanto, é mais uma ‘cultura diferente’ a ser apropriada pela formação social do capital, não apenas sua prática cultural, mais também sua cultura material. Nossa afirmativa vem ao encontro das formulações de Falcão (2010) ao concluir seus estudos sobre o processo da capoeira no contexto da globalização:

Da análise desse intrincado e rico movimento de internacionalização da capoeira, é possível formular três considerações fundamentais: **a)** a capoeira adquiriu, nos últimos dez anos [2000 – 2010], grande densidade, visibilidade e poder simbólico e se transformou em um dos principais cartões postais do Brasil no exterior; **b)** o significado que os sujeitos apreendem de suas práticas, emocionalmente compartilhadas, está vinculado com a intensidade das interações e com a plenitude da experiência. Nessas práticas entrecruzam as dimensões ético-políticas, históricas, culturais, e econômicas da vida em sociedade; e **c)** a capoeira insere-se no modelo cultural capitalista e está sujeita, portanto, à estratificação social própria de uma sociedade dividida em classes, expressando-se em possibilidades diversificadas de acordo com as classes sociais em que está inclusa (2010, p. 137).

Do item “a)” podemos citar o exemplo do Estado brasileiro em utilizar a capoeira como “vitrine” da ‘loja Brasil’ para o mundo; do item “b)” a concordância do discurso oficial da capacidade agregadora de valor da capoeira; e do item “c)” a constatação do processo sociometabólico do capital para com a capoeira em seus mais diversos elementos (roda e ofício de mestres com o aval do discurso oficial, e os demais produtos que advenham dessa cultura em seu aspecto material, tais como supracitado). Disso decorre que, se Araújo (2008) concluiu que a “aula de capoeira” era a mercadoria chave em sua transformação ao longo do século XX, com o advento de sua patrimonialização, o Estado brasileiro aglutina os demais produtos culturais do ambiente capoeirístico, bem como sua diversas propriedades

feticizadas de vertentes simplificando todo esse conteúdo no “pacote” do patrimônio, ou seja, o “FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO. Com isso, em compasso com as orientações dos organismos multilaterais, o Estado se apropria da cultura da capoeira, mercadorizando tanto a “roda de capoeira”, a qual “reúne todos os seus elementos”, bem como assegurando a extração de mais valia de seus trabalhadores na forma do reconhecimento do “Ofício dos Mestres de Capoeira” (IPHAN, 2008), versão para capoeira da intenção mundial do programa “Tesouros Vivos da Humanidade” da UNESCO (ALVES, 2010, p.552). Está aí portanto, o salto qualitativo para seu estágio evolutivo mais avançado, simplificando as demais categorias que compõe a capoeira ao longo de sua história¹⁴⁵.

O capítulo 5 que disserta sobre o ‘patrimônio vivo’ da capoeira, aprofundando o que apresentamos acima, constitui-se em uma síntese no sentido de explicar por que são estes – os mestres e as rodas – os elementos principais da capoeira necessitados de serem registrados como PCB. É nesse item que se encontra a face ideológica principal para o reconhecimento da capoeira como PCB, pois nele estão justificados os interesses econômicos do estado para com os capoeiras. Ao mesmo tempo em que o Dossiê supõe que a capoeira não corre o risco de desaparecer, pois aos trancos e barrancos, já reuniu como adeptos, milhões de pessoas no Brasil e no mundo, existe um risco dela ser reconhecida, obviamente para fins políticos e econômicos, por outros países que não o Brasil.

Este é um ponto que mostra a necessidade de um **reconhecimento oficial** da importância da capoeira por parte do Estado brasileiro. Exemplos como o de Mestre João Grande, que recebeu diversas homenagens nos Estados Unidos, revelam a **apropriação da capoeira** por parte de governos multiculturalistas, que buscam **reconhece-la** como parte da diáspora africana e **patrimônio próprio**¹⁴⁶. O Brasil, neste contexto, **não seria lugar** onde a capoeira se desenvolveu, **mas ponto de passagem** para sua difusão internacional (DOSSIÊ, 2007, p. 87) [grifos nossos].

Esta preocupação pelo reconhecimento da capoeira como PCB caminha muito mais no sentido de que ‘podemos vender como sendo nosso’ do que efetivamente o atendimento às necessidades dos produtores da capoeira como classe trabalhadora para si.

O capítulo 5 ainda restringe o que deve ser reconhecido como PCB apenas na figura dos mestres e na roda de capoeira. Coadunamos com o reconhecimento desses elementos, mas ao questionamos por que ‘fatiar’ a capoeira em ‘mestre’ e ‘roda’ prontamente a resposta está no FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO. Com isso subordina a importância de

¹⁴⁵ No próximo item de nossa exposição retomaremos esse debate com mais profundidade.

¹⁴⁶ Este dado também encontra-se presente em Castro (2007), assistente de coordenação do Dossiê (2007).

reconhecer a capoeira em sua totalidade, simplificando desde seus aspectos históricos, sua ideologia abandonada – de resistência frente ao modo de produção, os métodos de ensino (da ‘oitiva’ a seqüência de Bimba), seus golpes não encontrados em outras manifestações culturais do mundo, bem como seus respectivos nomes, etc.

Se o avanço do capital para com a capoeira está representado no caráter de seu registro como PCB, temos claro que o avanço desse processo amplia as possibilidades de existência da capoeira como mercadoria, do mesmo modo como Bimba e seus discípulos criaram a capoeira regional há mais de oitenta anos atrás.

Contudo, nossa crítica se dá em ao relação mercado, ou seja, que se esse ‘negócio’ de utilizar a capoeira como PCB der certo (se as mercadorias ‘roda de capoeira’ e ‘ofício de mestres’ forem rentáveis), no que concerne aos objetivos econômicos do Estado brasileiro, o próximo passo será ‘ampliar’ os demais elementos da capoeira que porventura ainda resistam e que seja passíveis de expansão de produção de capital.

Desta forma, mantém-se um nicho cultural como aparelho divulgador do Estado, para o próprio país e principalmente para o mundo, além de justificar que “ainda há muito para ser feito” e, portanto “esse processo não pode parar, votem em nós”. Se estas frases lembram os discursos dos políticos brasileiros, talvez a classe trabalhadora deva relacionar esse discurso com a prática concreta de modo a entender os reais porquês que justificam a investida do Estado em políticas culturais para a capoeira.

“A perspectiva desse dossiê é a de que a capoeira, embora marcada pela influência africana, estabeleceu-se como hoje é conhecida no Brasil” (DOSSIÊ, 2007, p. 87). Se apropriando de metáforas para concluir o entendimento desse capítulo 5, esclarecemos nosso entendimento no sentido de que a perspectiva desse dossiê é pela privatização/patrimonialização¹⁴⁷ da capoeira pelo Brasil para fins políticos, sociais e econômicos.

O que fica exposto é a ausência da defesa de um projeto de sociedade que efetivamente possibilite a satisfação das recomendações apresentadas no capítulo 6 do referido documento. Em outras palavras, torna-se evidente que não é interesse do Estado, pelo menos com relação ao documento em análise, que a capoeira mantenha seu caráter de resistência ao modo de produção. Isso culmina com a afirmativa de que o empenho do discurso oficial é pelo uso da capoeira em prol não apenas de sua mercadorização, mas do desenvolvimento econômico do capital em geral. Ao avançarmos na exposição do Parecer do IPHAN 031/08 que publica a

¹⁴⁷ No capítulo 4 de nossa dissertação exporemos nossa análise acerca dessa categoria em específico, bem como a relação da mesma com o fetiche da mercadoria.

síntese ideária desse inventário, bem como os registros da roda de capoeira e o ofício de mestre de capoeira, essa afirmativa ganhará mais argumentos.

Após esse caminho percorrido, o capítulo 6 do Dossiê vem como momento de encaminhamento de “Recomendações de Salvaguarda para a prática e difusão da capoeira no Brasil” (DOSSIÊ, 2007, p. 91). Como as recomendações estão em sua integralidade publicadas no Parecer 031/08, apresentaremos no próximo sub-item a análise dessas recomendações relacionando-as com a totalidade concreta.

O inventário para o registro e salvaguarda da capoeira como PCB após essa exposição, nos dá elementos suficientes para explicar a contradição, na qual o processo de patrimonialização da capoeira, além de acentuar sua mercadorização (o que é inevitável dada a formação social do capital), ainda descaracteriza elementos próprios de sua história, de modo a prevalecer as tendências idealistas/pós-modernas como referência para a manutenção da cultura da capoeira em específico e as culturas ‘locais’ em geral. É aí, exatamente nessa referência, que se encontra, a nosso ver, a real problemática desse processo. Analisemos o Parecer 031/08 para melhor contextualizar as recomendações desse inventário.

2.1.3.2 Capoeira para quem e para quê? Sobre o Parecer do IPHAN 031/08 e os Registros da Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira

Como a nossa análise do Dossiê supracitado, serviu de base para exposição dos documentos publicados pelo IPHAN para a comunidade capoeirana e a sociedade em geral, ‘enquanto’ sistematização do inventário, apresentamos neste item os elementos chave do discurso oficial que congregam o processo de mercadorização da capoeira descaracterizando-a de seu elemento de resistência frente ao modo de produção – de maneira mais acentuada. Ou seja, ainda que os interesses/objetivos expostos tanto no Dossiê quanto no Parecer e seus Registros (Roda e Ofício de Mestres) sejam os mesmos, a forma e o conteúdo desses documentos apresentam outros elementos não expostos no Inventário. São, portanto, esses dados que justificam, tanto retornarmos a algumas categorias já analisadas no inventário, como explicar as ‘outras’ contidas nesses documentos ‘oficiais’.

Contudo fazemos uma ressalva que a intenção inicial desse sub-item, era de expor a face oculta da síntese do inventário exposta na forma de Parecer, uma vez que o inventário em si até o começo da construção desse item não havia sido divulgada para a comunidade capoeirana nos sítios do IPHAN/MinC. Fechando esse parêntese, é válido ressaltarmos que

ainda que estejam divulgados os dados do inventário, reforça-se a análise desse parecer para que a própria comunidade capoeirana compare os dados e forme sua própria opinião, não ficando restrita apenas a nossa análise dialética.

Se observarmos o Parecer do IPHAN 031/08 que registra a capoeira como PCB, no nível de sua aparência, perceberemos que o mesmo possui um conjunto de argumentações que dizem respeito às necessidades vitais para a sobrevivência da capoeira e conseqüentemente de seus produtores. No entanto, é no movimento do real que a essência dos fenômenos é manifestada (KOSIK, 1976), o que nos leva a questionar essa aparência no sentido de projetá-la no concreto para com isso absorver, entender e explicar suas contradições e assim apontar alternativas superadoras.

No parecer do IPHAN 031/08, são citadas as seguintes propostas sintetizadas a partir das recomendações do Dossiê (2007):

1. A construção de um calendário anual, nacional e internacional de capoeira.
2. A criação de um Centro de Referência, em Salvador, como espaço de pesquisa, documentação e atividades ligadas à capoeira.
3. A criação de um programa a ser implementado em escolas de todo o Brasil pelo Ministério da Educação, considerando a capoeira como prática cultural e artística, e não apenas como prática desportiva.
4. A criação de uma previdência específica para capoeiristas e artistas em geral.
5. O oferecimento de apoio diplomático aos capoeiras que vivem no exterior, considerando-os como embaixadores da cultura brasileira, e reconhecimento do notório saber dos mestres.
6. O lançamento de editais de fomento para projetos que usem a capoeira como instrumento de cidadania e inclusão social (IPHAN, 2008, p. 01-02).

Entretanto, estas propostas, após o Parecer 031/08, ganharam outros itens, outros nomes, e até outras dimensões, após a decretação da lei nº 12.343 de 2 de Dezembro de 2010 que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) (BRASIL, 2010). Por essa razão, elencaremos algumas destas propostas apenas em nível de sua análise discursiva, para posteriormente e com números referentes as políticas culturais colocadas em prática após o registro da capoeira como PCB, termos mais elementos para expor a análise dos impactos dessas políticas a partir dessas proposições.

O documento apresenta em síntese alguns elementos organizados no inventário, do qual já analisamos anteriormente, mas que, para além dessa síntese, contém em seu bojo vários elementos discursivos que são de extrema importância para nossa análise.

A primeira questão diz respeito ao fato que, da mesma forma como é apresentado no Dossiê (2007), está presente no documento que oficializa a capoeira como PCB, que a mesma deva manter seu caráter de resistência (IPHAN, 2008), estabelecendo assim uma “possível **incoerência**” com a prática de sua patrimonialização/privatização. Se no Dossiê essa categoria ia sumindo conforme o mesmo avançava na descrição histórica da capoeira, no Parecer 031/08 esse discurso volta a ganhar lugar em suas páginas, não apenas numa corrente decrescente, mas sim continuamente, ou seja, está presente no início do documento, no meio e no fim. No entanto, essa falsa incoerência não tem sentido, pois tanto o referido documento, assim como alguns intelectuais que tem produzido conhecimento sobre capoeira, defendem abertamente, ou mesmo de forma implícita, o advento das teorias pós-modernas. Com isso o mito da resistência é coerente à prática da mercadorização.

Para nós isso é uma afronta frente ao processo histórico da capoeira e para aonde sua produção existencial possa caminhar. Sodré (2003) nos adverte que:

Uma das conseqüências desse *admirável mundo novo* é a internacionalização do produto cultural. Essa internacionalização, evidentemente, quando não fortalecidas as culturas nacionais, a conduzem para o aniquilamento ou para a subversão, mediante a simbiose com manifestações alienígenas (direta ou indiretamente). (p.90) [grifos do autor]

Nossa reflexão caminha na idéia de que o “produto cultural” capoeira sendo internacionalizado, ora pelos capoeiras em busca de melhores condições de trabalho (FALCÃO, 2004, 2010), e agora com o ‘apoio’ do Estado brasileiro, tenda a constituir-se numa “simbiose com manifestações alienígenas” (SODRÉ, 2003). Em outras palavras, significa que a diversidade cultural presente nas ‘defesas’ de capoeira, ao não ser contextualizada como expressão da luta de classes e, portanto, mutável e contraditória, reduz-se numa imposição Estatal que copia políticas globais para defesa de culturas locais. Categorizando essa questão, trata-se de simplificar todas as propriedades características da capoeira, com suas ambigüidades e fetichizações no FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO. Para ilustrarmos essa situação de apelo ao local pela imposição global, recorreremos a reflexão de Eagleton (2010) ao contextualizar de forma simples e direta o impacto dessa ideologia na luta de classes:

O problema do momento é que os ricos [que dizem o que o Estado deve fazer] têm mobilidade, enquanto os pobres têm localidade. Ou melhor: os pobres têm localidade até que os ricos metam as mãos nela. Os ricos são globais e os pobres são locais – a respeito do fato de que, assim como a

pobreza é um fato global, também os ricos estão começando a apreciar os benefícios da localidade. Não é difícil imaginar comunidades afluentes do futuro protegidas por torres de vigilância, holofotes e metralhadoras e, ao mesmo tempo, nos terrenos baldios em volta, os pobres revirando os lixos em busca de qualquer coisa que possa ser comida (2010, p.38-39).

Nesse sentido, o mesmo autor aponta como deve ser o papel dos intelectuais que se proponham a estudar os mais diversos campos da cultura, como o nosso exemplo em relação a capoeira: “No meio-tempo, de forma bem mais encorajadora, o movimento anticapitalista está empenhado em delinear novas relações entre globalidade e localidade, diversidade e solidariedade” (EAGLETON, 2010, p. 39).

É sob essa linha de pensamento que seguimos na exposição dos dados do Parecer. Ao mesmo tempo em que também ‘refaz’ o percurso histórico da capoeira, inclusive afirmando que trata-se de uma síntese do todo presente no Dossiê (2007), o mesmo acrescenta elementos que não constavam no referido inventário, tais como a “matriz bantu” da capoeira.

O Parecer dedica um de seus itens para exposição desta categoria, de modo a referendar uma espécie de africanismo – velha idéia já exposta no decorrer de nossa exposição no sentido de “pureza cultural” – sem que isso coloque em cheque a centralidade do Brasil como detentor do legado capoeirístico. De acordo com o Parecer, “Tal como nas religiões afro-brasileiras, o que provavelmente ocorreu foi um processo de reconstrução de uma instituição sociocultural a partir de elementos de culturas diversas, preponderando, na capoeira, os elementos de extração bantu” (IPHAN, 2008, p.08).

Diferentemente dessa opinião, não por questões políticas, mas por não termos, pelo menos até o momento, condições de evidenciar essa ‘matriz bantu’, coadunamos com Araújo (2008, p. 43) ao contextualizar o acirramento da cisão entre Capoeira Regional e Capoeira Angola, apresentando essa ‘reivindicação’ como sendo dos defensores da capoeiragem adversa a Bimba:

No plano intelectual, vigorava o discurso africanista – bantu (Angolano). Sob essa perspectiva, a capoeira era representada como uma luta-ritual encontrada em Angola, conhecida por N’Golo – Dança da Zebra. Tal abordagem fortalecia ainda mais o interesse por desvelar a matriz, a origem, a ‘raiz’ da capoeira, ou, como dizem na capoeiragem, a *capoeira mãe* (ARAÚJO, 2008, p.43) [grifo do autor].

No Dossiê (2007), não há uma defesa expressa dessa matriz, apenas a descrição que Edison Carneiro foi pioneiro “ao publicar, no ano de 1936, um artigo de página inteira sobre a

capoeira na imprensa baiana, ressaltando seus aspectos culturais” (2007, p. 38), e dentre estas a origem bantu.

No mesmo documento, mesmo que visualizemos uma mudança de postura textual referente a linha de raciocínio histórica apresentada em seu primeiro capítulo, há uma menção um tanto quanto idealista da origem da “Ginga” como sendo dessa matriz.

Um movimento que faz parte de todas as vertentes da capoeira é a ginga, **homenagem dos capoeiristas** [quais?] a Rainha Nzinga, de Angola, guerreira temida por seus inimigos que ficou conhecida por sua habilidade nas negociações com portugueses e africanos, ora tendendo a um lado, ora a outro, negociando com malícia no jogo com seus adversários, mas muitas vezes também agindo de forma violenta contra eles (DOSSIÊ, 2007, p.72) [grifo nosso].

Essa fala faz uma citação indireta a obra de Glasgow (1982 apud DOSSIÊ, 2007) intitulada como “Nzinga – Resistência africana a investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663”. Não podemos afirmar a veracidade dos dados coletados nessa obra, pois não conseguimos ter acesso a mesma. No entanto, o próprio título da mesma já demonstra a incoerência do Inventário, bem como do Parecer 031/08 da matriz bantu, pois utiliza-se, para justificar a origem da ginga, uma pesquisa sobre a África com recorte de 1582-1663 ao mesmo tempo em que aponta o primeiro registro sobre a capoeira a partir de 1789 (CAVALCANTI apud DOSSIÊ, 2007, p. 14; apud ARAÚJO, 2006, p. 23). Ou seja, ainda na linha de Araújo (2008, p. 43): “O que não se prova é a relação da capoeira com essa dança específica¹⁴⁸”. Desvende-se com isso, que o FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA busca centralizar o conteúdo do documento, ainda que no movimento do real essa categoria permaneça subordinada ao FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO.

Depois de esclarecido o caráter idealista desse item do Parecer 031/08, destacamos a sua evolução textual, dando um “salto mortal” sobre a história da capoeira e caindo na “institucionalização do ofício de mestre e o surgimento das “escolas”: Angola e Regional” (IPHAN, 2008, p. 09). Nessa referida exposição, mais uma vez encontramos a parcialidade do documento, ao contextualizar a vantagem ‘mercadológica’ da Capoeira Regional e manter a defesa ao ideário angoleiro, citando exemplos de rodas de capoeira no Brasil.

A capoeira regional apresentou, porém, uma inegável abertura à participação de segmentos mais amplos da sociedade na prática da capoeira – a qual já existia, em menor medida, desde o século XIX, quando se encontravam

¹⁴⁸ N’Golo – Dança da Zebra, como supracitado no parágrafo anterior.

brancos e até membros da elite do Rio de Janeiro jogando capoeira (como o irmão do Conde de Matosinhos e, supostamente, Floriano Peixoto e o Barão do Rio Branco), o que evidencia o caráter agregador [de capital e futuro instrumento de conciliação de classes] e o potencial comunicativo [vitrine] da capoeira entre diversos grupos sociais, para os quais o Ministro Gilberto Gil chamou a atenção em Genebra. A capoeira angola, por sua vez, **mantém elementos rituais** na roda, a orquestração dos instrumentos e uma plástica dos movimentos mais **conectados às práticas da “capoeira antiga”**, o que a caracteriza, **para os capoeiras [quais?]**, como herdeira da tradição, do axé e da mandinga da velha capoeiragem (IPHAN, 2008, p. 11) [grifos nossos].

Nesse sentido é que vem a referência aos exemplos das rodas de capoeira pelo país:

De toda forma, nas inúmeras rodas de rua existentes pelo Brasil afora, como a de Mestre Lua Rasta no Terreiro de Jesus, em Salvador, a do Mestre Russo em Duque de Caxias, RJ, e a de Mestre Ananias na Praça da República, no centro de São Paulo, demonstram que a vadiagem não morreu, e que, paralelamente às academias, continua a haver a aprendizagem e a prática informal, malandra e por vezes perigosa da arte da capoeira (IPHAN, 2008, p. 11).

Essa citação demonstra que além da “aula de capoeira” configurar-se como mercadoria, o Estado brasileiro agrega valor capital as rodas de capoeira, com o intuito de ‘fechar as possíveis brechas’ de resistência a esse processo mercadológico e consagrando desta forma, também a **roda de capoeira** como passível de **mercadorização**.

No decorrer do Parecer é explicitado que “a roda de capoeira sintetiza **todos** os aspectos dessa prática cultural” (IPHAN, 2008, p.13) [grifo nosso]. Posteriormente o mesmo documento ainda assevera: “A roda de capoeira é estruturada e o elemento estruturante fundamental da capoeira, mas também tem espaço para o improvisado, o inesperado: é a metáfora da **roda maior, a roda do mundo, a roda da vida, onde ora se ganha, ora se perde**” (IPHAN, 2008, p.14) [grifos nossos]. Esse conjunto de exposições sobre a ‘roda’ de capoeira representa um ciclo fechado, no qual todas as esferas da cultura capoeirana estão presentes e sociometabolizadas pelo capital, ao passo de garantir ao Estado brasileiro e não necessariamente aos capoeiristas, o direito de usufruir da mais valia extraída do resultado do processo de sua patrimonialização. Em outras palavras fica evidente que, apesar das intenções discursivas de se privilegiar a categoria de FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA, há que se destacar a hegemonia da capoeira em seu processo de mercadorização, ou seja, os FETICHES DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA, LUTA, EDUCATIVA, ESPORTIVA presentes nas “rodas de rua” subordinadas como FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO, agora reduzidas ao pacote do Estado brasileiro como FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO.

Da mesma maneira consta, portanto, no Livro de Registro das Formas de Expressão, o registro do bem cultural ‘Roda de Capoeira’. Registro este que vem acompanhado, tanto da idéia de origem ‘bantu’ para a capoeira, como da idéia de que a roda de capoeira “reúne todos os seus elementos e se realiza de modo pleno” (IPHAN, 2008b, p. 01). Ou seja, a luta de classes fica aqui referendada de modo ‘pleno’, pois não há qualquer possibilidade dos trabalhadores da capoeira proporem alternativas de resistência, de modo que a roda em si, já congrega todos os elementos da totalidade concreta e agora sendo reconhecida, é aparelhada ao Estado como sendo sua, ou melhor como PCB¹⁴⁹.

E para referendar esse ciclo de mercadorização da capoeira, é registrado no ‘Livro dos saberes’ o bem cultural “Ofício dos Mestres de Capoeira” (IPHAN, 2008c). O mesmo é a versão oficial para o que Araújo (2008) já nos advertia no mesmo ano de 2008: A consolidação da mercadoria “aula de capoeira”. Nessa relação o Estado reconhece que “a capoeira depende da manutenção da cadeia de transmissão desses mestres para sua continuidade como manifestação cultural” (IPHAN, 2008c, p.01). Portanto, de modo aparente é válido afirmarmos que esse reconhecimento deduz para uma posterior valorização dos mestres, inclusive como apresentado tanto no Dossiê (2007) como no Parecer 031/08 sobre esse reconhecimento de modo a garantir “... a legitimidade de seu exercício de profissão, independente de qualquer formação acadêmica, assim como acesso a um plano especial de aposentadoria, reconhecendo sua contribuição à preservação da cultura brasileira” (IPHAN, 2008a, p.18-19).

A respeito de uma sugestão prática para essa recomendação, o Parecer ainda aponta como meta governamental “a criação de um programa a ser implementado em escolas de todo o Brasil pelo Ministério da Educação, considerando a capoeira como prática cultural e artística, e não apenas como prática desportiva” (IPHAN, 2008, p. 02).

É bem verdade que essa ‘meta’ avança no sentido da desvinculação da capoeira das ingerências dos sistema CONFEF/CREFs. Mas a contradição permanente entre a capoeira e seu processo de mercadorização se acentua, uma vez que a ‘mercadoria aula capoeira’, a partir

¹⁴⁹ O Estado brasileiro, mesmo sendo um campo de disputa e reivindicação da classe trabalhadora, é um Estado Burguês. Dessa forma, mesmo que várias bandeiras da classe trabalhadora venham sendo atendidas, as mesmas não contêm, na forma política, suas características de resistência, mas são, na verdade, implementadas pelo viés neoliberal e legitimadas pelas teorias pós-modernas. A capoeira é apenas mais um exemplo dentre tantos outros, da cultura em geral e de outras políticas sociais, tais como para a Educação (REUNI, PROUNI), Previdência (Fator previdenciário entre outros), Saúde (privatização e sucateamento dos hospitais) e Segurança (precarização das relações de trabalho, congelamentos de salário, etc.). Ver mais em Marques e Mendes (2006); Boito Jr. (2005).

dessa meta, desvincula-se da regulação da ‘mercadoria aula de educação física¹⁵⁰, mas mantém seu caráter de mercadoria, apenas com proposição de regulação própria e, portanto mantendo “o confronto corporativista com trabalhadores de diversas áreas” (NOZAKI, 2004, p. 09).

A tradução na prática para esse desfecho, ou seja, para concreticidade dos interesses presentes nesse discurso será exposta no próximo capítulo, que contextualizará aspectos da história mais recente da capoeira, bem como quais políticas públicas foram implementadas a partir de seu reconhecimento como PCB em 2008.

¹⁵⁰ Aqui fazemos uma alusão a fala do Presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber: “A sociedade está à mercê de qualquer um, sem dúvida alguma. Os espaços estão a disposição para serem ocupados” (1996, p.51). Com esta fala o Presidente justifica que as atividades de segmentos que dizem respeito ao conjunto da área de EF necessitavam (pois já o foram) de instrumentos jurídicos, ou seja de regulamentação. A capoeira foi absorvida, mas tem revertido essa situação na própria cúpula do Governo Lula/Dilma, através de ações como essa do MinC/IPHAN.

Capítulo 3

A Capoeira em seu Estágio Evolutivo Mais Avançado Como Patrimônio Cultural do Brasil (2008-2011): Discurso e Práticas.

"A capoeira, tem origens e raízes africanas... seu ventre, sua mãe... é conhecida como cultura negra... seu pai a liberdade... mais nasceu e foi criada no Brasil, algures no reconcavo Baiano... cercada de malandragem e brasilidade... quando jovem foi rebelde, mal vista, perseguida... na adolescência se desenvolveu, cresceu... ganhou o mundo e respeito... tirou o seu passaporte [para o mercado de capitais]... Hoje, mais madura esta presente em todos os lugares... nos quatro cantos do mundo e tem o orgulho de dizer SOU BRASILEIRA." Salve[m] a capoeira...[!] (LUCIANO MILANI).

Se o ano de 2008 foi marcado pelo registro da capoeira como PCB, do ponto de vista das políticas culturais para a capoeira, tais como vinham acontecendo pelos Pontos de Cultura e o PCV, pouco foi realizado¹⁵¹.

Desse pouco, destacamos o Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Programa Pró-Capoeira), único que de maneira particular tem sido ‘colocado’ em prática na forma de política pública específica para a capoeira.

A emergência desse capítulo se traduz, portanto, na análise do que foi feito em prol da capoeira a partir de seu reconhecimento pelo Estado brasileiro até o presente momento, elencando as categorias de conteúdo que parasitam ao longo dessa investidura estatal. Desse modo, serão também evidenciados as tendências expressas pelo Estado brasileiro em conjunto com o senso comum da comunidade capoeirana para prováveis destinos da capoeiragem, presentes nos documentos oficiais do Programa Pró-Capoeira.

¹⁵¹ Não encontramos uma resposta direta para essa situação, mas o impacto da crise internacional de 2008 com certeza também atingiu nosso país, mesmo que o mesmo se encontrasse melhor preparado economicamente que nas crises anteriores.

3.1 Sobre a criação do Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC) e o Programa Pró-Capoeira: Discurso e Práticas

Após o registro da capoeira como PCB em 21 de Outubro de 2008 (IPHAN, 2008a, 2008b), é somente em 22 de Julho de 2009 que o Programa Pró-Capoeira é colocado em prática a partir da criação do Grupo de Trabalho Pró Capoeira (GTPC) através da Portaria nº 48 (MINC, 2009b). O GTPC “...é formado por representantes de unidades do Ministério da Cultura e tem a finalidade de estruturar as bases do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Programa Pró - Capoeira) (IPHAN, 2010a, s.p.).

A portaria que instituiu o GTPC apresenta claramente o que compete ao mesmo em seu artigo 3º:

- I - formular a proposta inicial de escopo geral do programa mencionado no artigo 1º desta portaria;
- II - providenciar o cadastramento nacional dos principais mestres, praticantes, grupos, pesquisadores, instituição de pesquisa e de ensino de capoeira;
- III - planejar, organizar e realizar os encontros regionais para discussão e aperfeiçoamento da proposta preliminar do programa;
- IV - planejar, organizar, e realizar o encontro nacional para apresentação e validação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (PRONSIC); e
- V - estabelecer as articulações institucionais e demais providências necessárias à consecução das tarefas acima listadas (MINC, 2009b, p.06).

Com base nessas “competências”, o GTPC divulgou como meta “a implantação do Cadastro Nacional da Capoeira e a realização de três encontros de mestres e capoeiristas nas diferentes regiões do país” (IPHAN, 2010a, s.p.).

O Cadastro Nacional da Capoeira começou no mesmo ano, e encontra-se aberto até o momento de nossa pesquisa. O IPHAN aponta que esse cadastro tem como intuito “implementar **uma base de dados pública** que será construída a partir desse cadastro, além de lançar editais de apoio à capoeira e realizar encontros em todo o Brasil” (IPHAN, 2010a, s.p.) [grifos nossos].

Uma base de dados como esta, na qual constem informações sobre todos os trabalhadores, praticantes e pesquisadores de capoeira, bem como suas respectivas entidades (grupos de capoeira, ligas, confrarias, grupos de pesquisa etc.) é de grande valia para comprovar perante o Estado a quantidade de pessoas e instituições que referendam esse bem cultural. No entanto, sob o ponto de vista ‘qualitativo pró-capoeira’, se esse cadastro

permanecer com seu acesso restrito ao próprio Estado e não para a comunidade capoeirana, questionamos se o mesmo não se traduz como mais um instrumento de controle social, o qual serve para legitimar ou não uma intervenção estatal de atendimento às necessidades da classe burguesa, em especial, àqueles que vêem na cultura uma fonte de lucro para “mascatear seus produtos”. Isto significa questionar – de que adianta o Estado saber quantos capoeiras existem no Brasil e no mundo, senão para auxiliar na organização política dos próprios capoeiras? É provável que em breve esse banco de dados esteja disponível na internet, mas até o presente momento o mesmo não foi divulgado. Com isso, uma ferramenta de auxílio para organização dos capoeiras, torna-se um sigilo de Estado.

Vale lembrar que a Portaria 48, em seu artigo 6º nos diz que a conclusão dos trabalhos do GTPC é de doze meses, podendo ser prorrogado por no máximo mais três meses, mediante justificativa (MINC, 2009b). Isso vale para todo o trabalho do GTPC e não apenas para o Cadastro Nacional da Capoeira. No entanto, nem este cadastro, primeira medida do GTPC, foi ainda concluído, passados já vinte e quatro meses da data de sua publicação – 27 de Janeiro de 2010. Ainda que a verba destinada para as políticas culturais não seja expressiva em comparação, por exemplo, com os gastos da amortização da dívida externa do Brasil, uma ferramenta virtual no formato de Banco de dados não dispense um gasto elevado, no entanto nem isso o Estado conseguiu dar conta, se é que essa era a sua intenção.

Além do Cadastro, outra meta inicial do GTPC que se traduz de suas competências expostas na Portaria 48 supracitada, é a criação dos “Encontros Pró Capoeira”.

A finalidade dos encontros é formular, de modo participativo, uma ampla e abrangente política pública voltada para salvaguarda da capoeira. Sua proposta contribuirá para a definição das linhas de ação e dos critérios de prioridade desta política (IPHAN, 2010a, s.p.).

Para a organização dos encontros, foi divulgado um edital de “Concurso de Oscips com vistas a apoiar a Fase I das atividades de formulação e implantação do Pró-Capoeira” (IPHAN, 2010c). Esse edital se propunha a passar a responsabilidade da organização desses encontros para uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, estratégia típica da face neoliberal que dá a uma ‘organização privada’ o direito de administrar o ‘público’ de determinado setor econômico, político e no caso, cultural. Vale lembrarmos que em 2005, 2006 e 2007 os editais do PCV foram geridos também por uma organização similar a uma OSCIP, sob a alcunha de “Fundação” (FGM), no entanto não há registro de como foi eleita essa organização e não outra para gerir esses recursos. Apenas agora, após a criação do

GTPC é que a ‘burocracia’ obriga-se a expor, ainda que fastasmagoricamente sua forma de gestão.

O que referenda essa situação em seu plano geral é o neoliberalismo e, em seu plano singular, a desresponsabilização do Estado sobre suas políticas sociais. Se no plano geral a ordem, dentre tantas, é a privatização da cultura, a especificidade da organização dos encontros pró capoeira se deu no marco das relações administrativas de uma OSCIP, o que significa uma espécie de omissão dos reais interesses contraditórios e antagônicos que perpassam o público e o privado, ou seja, a capitalização das relações sociais na forma valor de construir-se “uma subjetividade igualitária reificada” (BATISTA, 2011)¹⁵².

Dessa forma ainda que em nível de crítica, entendemos que a prática de uma OSCIP é a mesma de uma Corporação. A única diferença está no marco das formas de administração da mais valia extraída do dispêndio da força de trabalho expropriada. Portanto, a opção do Estado em delegar o trabalho que deveria ser realizado pelo GTPC a uma OSCIP, independente dos critérios utilizados para sua escolha, traduz os problemas decorrentes dessa organização. Desta forma vale a reflexão de Veronez (2005, p.75) ao afirmar que:

Essas entidades híbridas, nem estatais nem privadas, são institucionalizadas no contexto das reformas neoliberais do Estado e assumem o papel de elaborar, implementar e controlar “políticas sociais” de caráter público. Atuam muitas vezes com delegação e subsidiadas pelo próprio Estado, substituindo-o (e desresponsabilizando-o) em suas sempre polêmicas obrigações. Assim, nessa abordagem, o significado de política pública como intervenção exclusivamente estatal não corresponderia mais à “nova” realidade dimensional da esfera social.

Se nós temos um posicionamento objetivo do que se traduz uma OSCIP, a grande parte dos trabalhadores da capoeira não tem um esclarecimento mínimo sobre a mesma, quiçá suas atribuições administrativas, jurídicas etc. A prova disso, é que quando o referido edital foi publicado, várias pessoas tentaram fundar OSCIPs acreditando que tratava-se de uma forma para receber dinheiro do Estado para organização de eventos de capoeira, projetos sociais etc. O próprio IPHAN, no mês seguinte ao lançamento do referido edital, divulgou nota de esclarecimento sobre o mesmo afirmando que

¹⁵² Não é objetivo de nosso estudo analisar o papel do Terceiro Setor como ferramenta neoliberal, mas Batista (2011) nos traz em seu trabalho vários elementos acerca da ‘responsabilidade social’ e da ‘subjetividade igualitária reificada’ que asseveram como o capital incide privadamente na organização, legitimação e administração de direitos sociais. Mais a frente retomaremos esse assunto.

...o edital de Concurso de Oscips não é um edital direcionado para o **apoio e fomento da capoeira**. O concurso, portanto, **não tem o objetivo de fornecer recursos a praticantes, entidades ou grupos de capoeira**. Trata-se de edital para a contratação de serviços administrativos de implantação do programa Pró-Capoeira – Programa de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira, sob a responsabilidade do IPHAN. No primeiro momento, a Oscip contratada organizará encontros regionais de todos os segmentos da capoeira, e lá serão discutidas e decididas as bases do programa (IPHAN, 2010d, s.p.) [grifos nossos].

Isto nos leva ao entendimento que a precária formação de grande parte dos mestres e professores de capoeira, além da precária situação da educação em geral, sendo também ela mercadorizada e ferramenta de interesse direto do sistema produtivo, leva os próprios capoeiristas a lutarem entre si sob o intuito de garantir uma ‘fatia do bolo estatal’ sem sequer se atentar para do que realmente tratava o edital das OSCIPs.

Após todo esse processo, a OSCIP escolhida para organização dos encontros foi o Centro Cultural Internacional - Intercult-BSB. E ficou sob sua administração a continuidade dos problemas para a realização dos encontros pró-capoeira. Se o primeiro problema foi com relação ao entendimento, por parte da comunidade capoeirana, do que se trata uma OSCIP, os problemas seguintes se traduzem:

- Pela restrição da organização dos encontros em apenas três estados, sob o discurso de abranger todas as regiões do país. Foi organizado um encontro em Recife-PE representando a região nordeste, um encontro em Brasília agregando as regiões centro-oeste e norte e um encontro no Rio de Janeiro representando as regiões sudeste e sul. O tamanho de nosso país, bem como a quantidade de grupos de capoeira espalhados nas regiões (2716 grupos apenas em 2006, agora o número deve estar maior – segundo dados do próprio MINC, 2007a) não comporta a organização de eventos tão centralizados;
- Por problemas estruturais de cada encontro em específico, sendo inclusive o encontro de Brasília adiado;
- Pela escolha pouco criteriosa de ‘consultores’ de capoeira responsáveis pela seleção de participantes representantes da comunidade capoeirana. Esta escolha foi realizada pelo GTPC e pela Intercult-BSB;
- Pela organização dos debates nos encontros, sem um espaço em forma de assembleia ou plenária final que referende os encaminhamentos propostos. Até o presente momento de nossa pesquisa, dentre os três encontros realizados

(todos no ano de 2010) apenas o encontro de Recife-PE teve divulgado seus resultados;

- Pela não manutenção do site “www.encontrosprocapoeira.org.br” que no ano de 2011 findou por ser apagado da internet, de modo que se não começássemos nossa pesquisa no ano de 2010 não teríamos acesso aos ‘textos de referência’ que buscaram ‘orientar’ as discussões temáticas. A última notícia referente aos encontros pró-capoeira é de Outubro de 2010 e trata sobre os resultados dos debates da região nordeste. A notícia está no sitio do IPHAN, pois se tivéssemos que buscar esse resultado no sitio oficial dos encontros, não teríamos acesso aos dados.

Se alguns destes problemas se traduzem por equívocos administrativos, o que nosso estudo encontrou no universo da capoeira foram disputas e insatisfações acerca da organização dos eventos, principalmente na linha dada durante as discussões. Por essa razão, julgamos pertinente expor de modo mais detalhado cada linha de debate promovida em todos os três encontros, comparando-a com o resultado divulgado apenas da região nordeste, uma vez que os demais ainda não foram divulgados, além de expormos os reflexos desses problemas e sugestões apontadas pelos próprios capoeiristas em manifestações individuais e coletivas. Como os ‘textos de referência’ foram publicados no sitio que não se encontra mais disponível no ambiente virtual, anexamos cada texto no fim de nosso trabalho¹⁵³. Dessas discussões é que fica evidente o tendencionismo apregoado pelo Estado com relação aos rumos da capoeira, como será exposto a seguir.

3.1.1 Sobre o Grupo de Trabalho – Capoeira, Identidades e Diversidade.

Para exposição de nossa análise, optamos por apresentar primeiro o texto que trata sobre a diversidade e identidade na/da capoeira pelo entendimento que o mesmo é uma espécie de ‘resumão’ dos conteúdos presentes nos demais Grupos de Trabalhos (GTs). “Resumão” que também caracteriza a simplificação das categorias de FETICHE DA CAPOEIRA sob a forma de FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO. Vale também ressaltarmos que nossa análise caminha no sentido de evidenciar as contradições presentes nos

¹⁵³ Os resultados da região nordeste podem ser visualizados no sitio de IPHAN, por isso é que colocamos em anexo de nossa dissertação apenas os textos propostos antes dos encontros.

referidos textos em consonância ou não com as proposições já expostas nos demais documentos públicos que legitimam e legalizam a capoeira como PCB.

Sobre o conceito de ‘identidade’ o texto em questão (ANEXO 1a) aponta que

Há hoje um entendimento muito comum da capoeira como um poderoso instrumento de afirmação de **identidades** culturais afrodescendentes e de afirmação da auto-estima para milhares de praticantes em todo o mundo, especialmente para os jovens negros das **periferias brasileiras** [grifos nossos].

Essa afirmativa traduz os interesses do Estado para com a capoeira, pois não relaciona a essência da dialética, ou seja, da **contradição** ou **unidade e luta dos contrários** que somente solucionada é que se alcança uma **identidade** (TRIVIÑOS, 1987), bem como a defesa da capoeira como **mercadoria brasileira** que presta assistência na auto-estima dos jovens das periferias brasileiras e conseqüentemente os auxilia no processo de inserção dos mesmos no mundo do trabalho.

A partir de um entendimento de identidade referenciado nas teorias pós-modernas, o texto apresenta a **diversidade** presente na capoeira a partir de como a mesma vem se popularizando na internet e deslocando sua transmissão pela oralidade para o consumo de vídeos-aulas e com isso, a preocupação com o saber histórico acumulado nos mestres de capoeira. Esta preocupação, no nível de sua aparência, demonstra certa preocupação com o processo de fetichização da capoeira, pois aponta em três questões específicas, sugeridas para o debate (ver ANEXO 1a) a preservação do caráter de resistência da capoeira.

1. Como reforçar e ressaltar a importância histórica e cultural da capoeira **como instrumento de resistência**, em face da sua crescente apropriação pelos mais diversos estratos sociais?
2. Quais ações são necessárias para garantir a capoeira enquanto **cultura afro-brasileira de resistência**?
3. A institucionalização da capoeira – ensino em espaços formais e em academias, tentativas de regulamentação do trabalho, etc. - **favorece sua compreensão enquanto prática cultural tradicional e de resistência**? (ANEXO 1a) [grifos nossos]

Nestas questões fica evidente o “controle de contexto” (DIJK, 2008) sobre a categoria de FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA demonstrando certa preocupação do Estado em manter o caráter de resistência da capoeira, mas subsumida de maneira fetichizada. Isto porque, os resultados do encontro da região nordeste simplesmente ignoram essa categoria e, além disso, referendam proposições já expostas no Parecer 031/08 e no Dossiê (IPHAN,

2007), como podemos observar em algumas das ‘soluções sugeridas’¹⁵⁴ como resultado do respectivo GT:

- Reconhecimento da capoeira como identidade de matriz africana ressaltando a oralidade como elemento da transmissão de saberes, mantendo e preservando a sua tradição ancestral;
- Incentivo através de editais específicos às publicações e produções artísticas dos mestres e mestras da capoeira respeitando as diferentes formas de expressão da oralidade dos mesmos;
- Criação de banco de dados e registro das histórias de vida dos mestres e mestras da capoeira e de seus ofícios, com o intuito de ampliar as informações referentes a essa prática cultural;
- Criar um Centro Nacional de Referência Cultural da Capoeira;
- Incentivar estudos da história de capoeira de cada estado como uma manifestação da cultura popular que tem suas peculiaridades. Enfatizar os estudos anteriores a 1890 e realização de Inventário da Capoeira em Pernambuco;
- Criar políticas públicas de apoio à produção do conhecimento para a realização de estudos e pesquisas sobre a identidade histórica e cultural por meio de bolsas de incentivo e editais, financiamento e apoio para publicações (IPHAN, 2010e).

A negação do caráter de resistência nas sugestões, porventura destacados como manutenção da “tradição ancestral” ou mesmo do “respeito as diferentes formas de expressão”, além das suas similaridades com as proposições dos documentos supracitados, poderiam nos levar ao entendimento de que os participantes do encontro em Recife entenderam as respectivas proposições e por isso mesmo as referendaram, ou ainda que as referendaram por falta de entendimento das mesmas. No entanto, a estrutura do encontro, ao não possibilitar um espaço de encaminhamento, na forma de uma assembléia ou plenária final, descaracteriza a credibilidade desses encaminhamentos e reforça a tese de que os encontros não passaram de um jogo de ‘cartas marcadas’.

Os capoeiristas da Bahia, estado da região nordeste que concentra o maior número de grupos de capoeira, não concordaram com os resultados divulgados, realizando inclusive um ato público para mostrar **indignação e protesto**, como relatado no blog ‘Capoeira e Militância’ de Correia (2010, s.p.): “Indignação pelos encaminhamentos definidos em Recife, [...] [e] o protesto se refere a FORMA como o programa pró-capoeira vem realizando a consulta popular.

¹⁵⁴ Termo referente ao quadro das propostas sugeridas, presente em todos os GTs. As ‘soluções sugeridas’ vem, nos textos de resultados dos GTs da região nordeste em contraposição ao quadro “situação Problema” que continha elementos dos textos de referência de cada GT (os quais constam em nossos anexos).

Como pode se perceber, o ato público organizado em Salvador é a inconsistência entre o discurso oficial ‘pró-capoeira’ e a prática social que só atende a interesses próprios respaldados a favor do capital.

Desse GT, a única ‘solução sugerida’ divulgada como resultado do encontro do Nordeste que efetivamente saiu do papel foi:

Incentivo através de bolsas e premiações aos mestres e mestras da capoeira como forma de preservação da oralidade e reconhecimento do saber ancestral nas mais diferentes expressões da capoeira (música, ritmo, instrumentos etc...);

Nada que já não tivesse sido planejado a priori, pois antes mesmo dos encontros acontecerem, já estava divulgado o edital referente ao Prêmio Viva Meu Mestre, o qual se deu com o intuito de amenizar a dificuldade por parte do Estado em construir uma política previdenciária para os velhos mestres de capoeira¹⁵⁵. Percebe-se com isso mais uma vez, que a figuração da comunidade capoeirana nos encontros se deu para legitimar as políticas culturais já impostas pelo Estado brasileiro.

3.1.2 Sobre o Grupo de Trabalho – Capoeira na Educação.

Dos textos de referência para os GTs, o que trata sobre a educação é o que mais apresenta as contradições da/na capoeira que se traduzem nas diversas disputas por reconhecimento e conseqüentemente pela conquista de espaços públicos e privados para transmissão de seu conhecimento. Além dessa constatação, muito se avançou também no texto de resultado do GT divulgado da região nordeste.

A capoeira como conteúdo pedagógico e, portanto, travestida pelo FETICHE DA CAPOEIRA EDUCATIVA, vem ganhando espaço já há algum tempo, não apenas em escolas de educação básica, mas também sendo oferecida como disciplina nos currículos de educação física do ensino superior.

Nós temos o entendimento da capoeira não apenas como conteúdo pedagógico, mas também como instrumento de Práxis (FALCÃO, 2004; ARAÚJO, 2006; BUENO, 2009) e, portanto, de ferramenta de conscientização para transformação social a favor da classe trabalhadora (COLETIVO DE AUTORES, 2009). Nessa linha de exposição, abordaremos

¹⁵⁵ Mais a frente em nossa exposição trataremos dessa política cultural de modo específico.

nesse item a análise dos encaminhamentos desse GT que vão contra esse ideário para a capoeira na educação e ainda ressaltam a categoria de FETICHE DA CAPOEIRA EDUCATIVA subordinada ao FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO.

O respectivo GT teve seus encaminhamentos subdivididos nas áreas temáticas¹⁵⁶ “Políticas Públicas e Parcerias”; “Autonomia”; “Multidisciplinaridade”; “Escola e Formação”; “Inclusão”; “Sectarismo”; “Material”; “Lei 10639/03”; “Critérios”; e “Remuneração” (IPHAN, 2010e).

Destas áreas temáticas, a primeira, ao contrário do que parece quando é citado o termo “Parcerias”, constitui em seu bojo, além de proposições já apresentadas nos documentos do parecer 031/08 e do Dossiê (2007), um conjunto de propostas que reivindicam amplamente que o Estado ponha em prática políticas que efetivamente beneficiem os educadores de capoeira, principalmente nos aspectos burocrático-institucionais (abertura oficial para o ensino da capoeira na escola), sociais (que o Estado crie mais editais de fomento para projetos sociais) e de pesquisa (que o MinC e IPHAN fomentem redes de intercâmbio “produção, permanência e diálogo de saberes”).

Apesar desse conjunto de propostas, entendemos que no ponto que trata sobre as Políticas Públicas, deveriam conter questões referentes aos direitos trabalhistas para os educadores de capoeira, e não apenas os aspectos supracitados.

A área temática “Autonomia” tem como intuito, facilitar o acesso dos mestres para dar aulas em espaços formais e não formais, dispensando-o da necessidade de diploma universitário. Isso segue em compasso com a luta contra o sistema CONFEF/CREFs, porém, ao mesmo tempo em que há essa preocupação, também é sugerido como proposta “criar um registro para reconhecer o praticante de capoeira como educador da cultura popular afro-brasileira”. A nosso ver, essa proposta camufla um intuito primeiro de ampliar o registro do Ofício do Mestre de Capoeira, acrescentando o praticante de capoeira também como educador e, em longo prazo, servir essa proposição como mais um pretexto para regulamentação da profissão de capoeira. Isto vai contra a defesa do conceito de autonomia para os trabalhadores da capoeira. Além disso, por falta de uma assembléia que democraticamente encaminhe essas discussões, as soluções sugeridas nesse GT vão contra as soluções sugeridas nos GTs de profissionalização e de Esporte, mas por não serem colocadas para encaminhamento coletivo, descaracterizam qualquer possibilidade de ação coletiva da comunidade capoeirana e

¹⁵⁶ “Área Temática” é um termo presente nos textos dos GTs divulgados da região nordeste e corresponde a área específica de cada tema.

asseveram a idéia do Estado de “aceitar tudo sem precisar se comprometer com nada” haja vista as controvérsias postas dessas discussões.

No que concerne à área temática de “Multidisciplinaridade” não há no texto de divulgação dos resultados propostas concretas para a comunidade capoeirana, apenas mais um conjunto de metas ainda sem definição objetiva.

O que nos chamou bastante atenção nesse item, foi para proposições que não sugerem o ‘como’ devem se colocar em prática propostas do tipo “considerar sempre no ensino da capoeira **a tradição** repassada pelos mestres e pautar nela o trabalho educacional” (IPHAN, 2010e, p.03) [grifos nossos]. De que tradição o texto de resultado faz menção, pois no próprio texto de referência (ANEXO 1b) já se adverte para o aspecto que a capoeira “tem se desenvolvido de maneira diversificada e, muitas vezes, controvertida”. Ou seja, para o caso de regulamentar a profissão, seguindo a mesma prática das atuais Federações estaduais, nacional e internacionais de capoeira, o que se implica com essa proposição é uma espécie de ‘estancamento’ de determinados valores e práticas em detrimento a outros valores que não corresponderão aos interesses dos grupos que estiverem à frente dessa provável autarquia¹⁵⁷. Ou seja, fica evidente a intenção do Estado na subordinação das categorias de FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA, LUTA, REGIONAL, ANGOLA frente a junção de duas outras categorias manifestadas como FETICHE DA CAPOEIRA EDUCATIVA-CONSOLAÇÃO¹⁵⁸.

A área temática “Escola e Formação” é a que contém o maior número de encaminhamentos desse GT. Além da quantidade de proposições, é também neste item que encontramos em maior número, as contradições para a ‘salvaguarda’ da prática da capoeira de maneira tendencionista. As primeiras propostas sugerem:

1- a inserção da disciplina capoeira como prática educativa da cultura nos currículos fundamental e médio; **2- criação de cursos técnicos e de ensino superior, sendo o corpo docente constituído com mestres tradicionais e reconhecidos e acadêmicos que dialogam** e quando preciso disciplinas específicas (psicologia, antropologia, adaptações orgânicas, educação, fisiologia...) dar ênfase aos acadêmicos mestres de capoeira (IPHAN, 2010e p.3-4) [grifos nossos].

E ainda:

Criar cursos de especialização, formação continuada e métodos de ensino através de parcerias ministeriais (MinC/IPHAN, MEC, MS), Instituições de

¹⁵⁷ No item que trata a capoeira como Esporte e Lazer retomaremos esse assunto de maneira mais detalhada.

¹⁵⁸ Retomaremos essa análise no próximo capítulo.

Ensino Superior (IES), secretarias estaduais e municipais e os mestres tradicionais para as diversas áreas de atuação (educação inclusiva, ambiental e infantil, jovens e adultos (EJA) - terceira idade...) do educador de capoeira, no Brasil e exterior. **Considerando a pluralidade, diversidade e diferentes regionalidades da capoeira;** seus métodos, lugares e formas tradicionais de ensino; sua multidisciplinaridade e transversalidade nas diferentes áreas humanas e da saúde - e as legislações pertinentes, por exemplo, o estatuto da criança e do adolescente, as leis sobre a profissionalização e a Lei 10.639, garantindo sua inserção no mercado de trabalho nos espaços formais e não formais, públicos e privados nas diversas áreas: educação e cultura popular, shows e apresentações culturais, produção de artesanatos, teatro, música, história...; (IPHAN, 2010e p.3-4) [grifos nossos].

Nós entendemos que a capoeira ainda tem um longo caminho a percorrer no sentido do diálogo entre o conhecimento científico produzido no âmbito acadêmico e o conhecimento acumulado no senso comum dos mestres e professores de capoeira. Uma primeira versão avançada, ainda que imersa de contradições, limitações e ambigüidades desse “diálogo” já foi sistematizada no artigo “A experiência do “PERI-Capoeira”: curso de formação de educadores populares de capoeira na perspectiva intercultural” (SILVA, et al, 2009). Curso esse financiado com verba pública do Ministério de Esporte (ME), mas que não foi levado em conta nos registros dos debates no encontro nordeste. Não obstante, as soluções sugeridas desse GT tendem a acelerar esse processo de apropriação de um conhecimento pelo outro criando cursos técnicos e de ensino superior. Com isso, essa “pressa” evidenciada prejudica a garantia daquilo que defende Gramsci (1984) como sendo o intuito dos intelectuais em elevar o senso comum ao nível do bom senso. A hegemonia do conhecimento acadêmico já vem se sobrepondo ao conhecimento acumulado sobre capoeira nas mais diferentes áreas de formação. O tempo elevado para a formação de um mestre de capoeira dentro da cultura capoeirana não só é bastante diversificado em vários grupos, como também é consenso que não se formam mais mestres em apenas quatro anos como foi durante a segunda metade do século XX. Mas sob a intervenção estatal, esse debate manifesta mais uma vez o FETICHE DA CAPOEIRA EDUCATIVA, como pressuposto necessário para o desenvolvimento da categoria de FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO.

Mesmo que ainda haja mestres “tap/varig”¹⁵⁹ se formando pelos cantos do Brasil e do mundo, coadunamos com a reflexão do texto de referência para educação ao afirmar que

¹⁵⁹ Silva (2006) categoriza uma forma de maestria que é apropriada pelo capoeirista durante o vôleio, ou seja, “que inclui os sujeitos que embarcam alunos e, após algumas horas de vôleio, desembarcam “mestres”, com exuberantes propostas de ensino desta manifestação da cultura brasileira” (p.55).

A inclusão da capoeira no ensino formal como componente curricular é objeto de ampla discussão entre educadores, capoeiristas e legisladores, pois, parte da fundamentação e lógica da capoeira está calcada em: ofício de mestria não formal; manifestação como forma de expressão corporal específica; e um imaginário de símbolos, atributos e crenças. Esses fatores apontados aqui, com certeza, **vão além do conceito de educação formal** (ANEXO 1b) [grifos nossos].

Se vão além do conceito de educação formal, há que se produzir ainda um longo debate não só sobre uma possível sistematização dos conhecimentos pertinentes a capoeira para a academia. Mas também debater, questionar, criticar e buscar alternativas superadoras para a própria forma hegemônica que se produz o conhecimento científico numa disputa entre os positivistas, pós-modernos e nós persistentes no ideário dialético materialista, além é claro, das demais teorias explicativas que vêm e vão de acordo com o movimento do real. Isto significa que o diálogo e a aproximação entre o conhecimento científico e o conhecimento acumulado dos mestres e professores de capoeira não pode sobrepor-se a lógica formal, sob o risco de descaracterização da herança contraditória da história da capoeira que tanto agrega práticas de resistência ao modo de produção como valoriza e nega ao mesmo tempo o conhecimento científico.

Além dessa defesa de ‘academização’ da capoeira, ainda há como proposta “Criar estratégias de valorização dos saberes tradicionais da capoeira no diálogo com as novas tecnologias, por exemplo, o ensino a distancia (EAD)” (IPHAN, 2010e, p.04). Isso é uma afronta ao conhecimento transmitido oralmente da capoeira além é claro da consolidação da precarização da formação em capoeira. Não é objeto de nosso estudo analisar as contradições presentes no chamado EAD, mas consideramos como inadmissível a lógica acelerada e precária desse processo de formação que, para o caso da capoeira, é definitivamente coloca-la como mais uma mercadoria massificada a ser apropriada/comprada enquanto conhecimento necessário, ou para ser consumida/comprada como ‘entretenimento de massa’. Para ilustrarmos as possíveis conseqüências desse processo, já mais desenvolvidas no âmbito da educação em geral, recorreremos a Gramsci (1984, p.121) afirmar que:

Na realidade um professor medíocre pode conseguir que os alunos se tornem mais *instruídos*, mas não conseguirá que sejam mais cultos; ele desenvolverá – com escrúpulo e consciência burocrática – a parte mecânica da escola, e o aluno, se for um cérebro ativo, organizará por sua conta – e com a ajuda de seu ambiente social [no caso, capoeirístico imerso na totalidade] – a “bagagem” acumulada. Com os novos programas [EAD], que coincidem com uma queda geral do nível do corpo docente [precarização na formação de educadores], simplesmente não existirá mais “bagagem” a organizar [grifos nossos e do autor].

Ou seja, se Gramsci (1984) fazia crítica a educação técnica de seu país a oitenta anos atrás, estendemos essa crítica a EAD atual do Brasil, evidenciando que descaracterizará a capoeira em todos os seus aspectos, independente do mérito paliativo de dar formação aos mestres não escolados. Nossa defesa caminha no sentido de que a educação deve ter como princípio educativo o trabalho (GRAMSCI, 1984; MANACORDA, 2008; FREITAS, 1995, 2009; SAVIANI, 2005, 2011), de modo a construir a subjetividade necessária para o enfrentamento e superação das relações humanas determinadas pela formação social do capital.

Ainda neste item, destacamos como problemática a sugestão de utilização do Cadastro Nacional da Capoeira (CNC) como ‘instrumento qualificado’ para contratação “democrática” de mestres e professores para ministrar aulas, “cursos, disciplinas curriculares, atuar em projetos e na educação formal” (IPHAN, 2010e, p.5). Ora, um banco de dados sobre os mestres, pesquisadores e praticantes de capoeira não determina a ‘qualidade’ de cada um para possíveis seleções. Isto, a nosso ver, é uma herança da idéia de regulamentação da profissão com o discurso pretensioso de que como eu tenho “meu registro no CNC” (leia-se “minha carteira do CREF), estou apto para o trabalho com a capoeira, quem não tem é leigo e precisa se cadastrar/filiar. Somos enfáticos nessa relação da possível profissionalização da capoeira nos mesmos moldes da regulamentação da profissão de Educação Física por conhecermos esse processo na área de EF e visualizarmos a produção do mesmo conjunto ideológico formatado e aligeirado presente nos discursos não só do Estado Brasileiro, mas de muitos capoeiristas¹⁶⁰.

O último item dessa área temática diz respeito a: “Construir mecanismos para que a inclusão da capoeira nas escolas seja referendada pelas determinações da comunidade escolar **e não dos grupos** de capoeira que o professor ou mestre está inserido” (IPHAN, 2010e, p.5) [grifos nossos]. O que fica exposto nesse item é a preocupação entre os interesses privados dos grupos de capoeira e sua possível imposição no serviço público. Se é justa essa preocupação, no sentido de não misturar o público com o privado, a mesma é também ingênuo e ainda corre o risco de não preservar a prática da capoeira.

É ingênuo porque não contextualiza a luta de classes inerente a todos os fenômenos produzidos dentro da formação social do capital, de modo que as disputas individualistas entre

¹⁶⁰ Mais a frente retomaremos esse assunto de modo específico.

os próprios capoeiristas, não se dão ou darão por uma falta de ética, mas por uma condição de existência e reprodução dos valores burgueses tais como competência e de moralidade liberal.

O risco desse discurso está na relação entre a entrada de mestres e professores no meio escolar para dar aulas, principalmente na escola pública de modo que os alunos se satisfarão com a prática da escola. Como o mestre ou professor não construirá práticas presentes e decorrentes de seu grupo (tais como o ritual do batismo, troca de cordas e formatura, entre outros), há o risco de que a capoeira não produza mais professores e mestres, ampliando a demanda por mestres já consolidados e diminuindo a formação de novos mestres. Poder-se-ia até questionar o fato de que o aluno praticando capoeira na escola terá interesse em procurar uma academia, ou um grupo fora da escola, mas dadas as relações do capital, a única garantia de prática da capoeira, dentro dessa proposta, está ancorada no ensino público. Ou seja, se no mesmo não houver a possibilidade do mestre ou professor exercer todos os valores de seu grupo, tais como batizados, festas, etc. o aluno sem dinheiro não buscará aprender fora da escola, pois nela já existe a possibilidade da prática por si só. Isto não significa que a capoeira possa desaparecer, até porque a mesma sobreviveu a tantos conflitos dentre os modos de produção que se forjam na formação do estado brasileiro, que não é uma proposta que acabará com essa história.

Ao mesmo tempo em que, sim, os valores e práticas dos grupos de capoeira de alguma forma estão presentes já nas experiências do ensino formal, os mesmos não devem ser negados desse processo e nem totalmente empossados, o que culminaria com a possível manutenção de práticas autoritárias, hierarquizadas, e em conflito com uma proposta de educação que se proponha como superadora.

É na relação dialética entre o conhecimento científico presente na educação formal e o conhecimento acumulado da cultura capoeirana, que podemos encontrar a síntese de uma proposta que assegure uma formação humana crítica, produtora de condições subjetivas necessárias para o enfrentamento à formação social do capital.

No que concerne às áreas temáticas de “Inclusão” e de “Material” não encontramos muitos dados relevantes de análise para nosso objeto de estudo, a não ser propostas específicas sobre a prática da capoeira para deficientes, bem como o referendo das propostas sobre a preservação e investimentos acerca da cultura material da capoeira já expostos no Dossiê (2007) e no Parecer 031/08.

O GT Educação relatou uma área temática denominada “sectarismo” que debateu questões específicas já tratadas acima neste mesmo sub-item tais como o velho problema entre o uso da máquina pública em benefício próprio. Temos clareza desse problema como

contradição secundária à luta de classes, de modo que a mesma só será superada se a contradição básica for superada, ou seja, a supressão das classes sociais.

Como proposta para esta temática, sugeriu-se “criar mecanismos **para se garantir a imparcialidade nas ações governamentais**, evitando o exclusivismo de grupos e mestres, inclusive em projetos de escolas” (IPHAN, 2010e, p.06) [grifos nossos].

Essa proposição se traduz na angustia de trabalhadores da capoeira que não possuem as mesmas condições sociais e de acesso ao mundo dos ‘políticos’ e que por essa razão, ingenuamente acreditam na possibilidade de imparcialidade nas ações governamentais. Aqui se demonstra mais uma vez o fetichismo implícito na consciência e no caso, na idéia jurídica da **imparcialidade** (ORTEGA, 2007).

Esta imparcialidade não existe no âmbito da organização do Estado, pois o mesmo, como fenômeno central para a conciliação das classes é sempre em última instância instrumento de controle da classe detentora do poder, ou seja, a burguesia. É no processo de manutenção do “Estado de Direito” que a imparcialidade emerge como possibilidade de garantia do bem comum. Mas de forma concreta, coadunamos com Ortega (2007, p. 03) ao afirmar que:

Ante esse discurso, o direito é conceituado por Vilanova (1980, p.85) como “[...] um esforço humano no sentido de realizar o valor da justiça”. Essa construção do consenso ante a sociedade civil, do discurso de inclusão a partir da justiça pensada como bem comum e não como ideologia em movimento baseada no jogo entre os vários grupos e seus respectivos interesses, evidencia **a forma de fantasiar, encobrir – na teoria e nos discursos advindos dela – práticas representativas do grupo dominante de cada época** [grifos nossos].

Ou seja, o fetichismo da mercadoria adentra nas contradições secundárias, tais como o da individualidade (DUARTE, 2004), o do patrimônio (VELOSO, 2006), e a agora o fetiche das manifestações culturais, dentre estas a cultura da capoeira, em suma do FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO.

Tendo a realidade concreta sido nublada pelo fetichismo implícito nas diversas propostas, as áreas temáticas “Lei 10.639/03” e “Remuneração” seguem com a mesma ideologia, no sentido do que pode e o que não pode ser proposto/dito/sugerido (DIJK, 2008).

A Lei 10.639/03 auxiliou no processo de educação da história e cultura afro-brasileira e conseqüentemente abriu novas portas para manifestações como a capoeira adentrarem ou como conteúdo específico, ou como atividade extra-curricular na educação formal. No entanto, como o próprio debate sobre esse assunto no GT levantou como problemática que

esta lei por si mesma não garante que os mestres e professores possam ensinar capoeira na escola (IPHAN, 2010e), as soluções sugeridas caminharam no seguinte sentido:

- Debater a própria lei com enfoque para a capoeira;
- Ressaltar a lei como mais uma possibilidade de garantia para o ensino da capoeira na escola e;
- A “criação de uma lei específica que regulamente a introdução do ensino da capoeira na educação formal e o trabalho deste educador, considerando sua realidade econômica” (IPHAN, 2010e, p.07).

Sobre essa última proposta é que ponderamos sobre qual o interesse objetivo dessa lei. Se realmente é possibilitar o acesso dos mestres de capoeira para ensinar a mesma na educação formal sem a necessidade de diploma, por mais avançada que seja, terá muitas dificuldades para sair do papel. Talvez, o mote por trás também dessa última proposta seja o ideário da regulamentação da profissão, o que mais uma vez representa um retrocesso.

E é pelo pouco debate e entendimento dos reais direitos dos trabalhadores da capoeira que a última área temática “Remuneração” é a mais superficial e contém apenas uma proposição: “Contratação de mestres e professores de capoeira com as garantias do funcionalismo público para atuar nas escolas” (IPHAN, 2010e, p.08).

O retrato da ingenuidade dos capoeiristas presentes no espaço, ou a sobrepujança dos interesses do governo ao expor os relatos do encontro nordeste, deflagram a legitimidade da precariedade do funcionalismo público. Além disso, asseveram que as condições e os direitos de trabalho da comunidade capoeirana é tão ‘miserável’ que sim, tendo os mestres e professores os mesmos direitos do serviço público já se representaria uma vitória para a categoria.

A nosso ver, a temática de nome “remuneração” poderia ser bastante ampliada se fosse pautada pelo debate acerca do mundo do trabalho, bem como sua reestruturação produtiva. Só esse debate, traria para o centro dos interesses da comunidade capoeirana perspectivas coletivas de lutas e inclusive, a conscientização da defesa do projeto histórico da classe trabalhadora que unicamente pode garantir os direitos da classe que produz nosso país, incluindo-se a capoeira e não a tratando de forma isolada, como se pudesse desconectá-la do movimento do real.

3.1.3 Sobre o Grupo de Trabalho – Capoeira, Esporte e Lazer.

Nossa experiência com a capoeira é fruto de uma síntese entre os dois estilos mais difundidos no Brasil e no mundo: Capoeira Angola e Capoeira Regional. Contextualizamos esse sub-item de início para justificar o modo como trataremos essa problemática da capoeira em sua acepção de FETICHE DA CAPOEIRA EDUCATIVA-ESPORTIVA-CONSOLAÇÃO, que não necessariamente atende aos nossos interesses como praticantes e amantes desse bem cultural.

Se Mestre Bimba tinha a intenção, quando criou a Regional, de desmarginalizar a capoeira; se para isso utilizou de argumentos como situa-la como esporte, e luta regional baiana; não era sua intenção descaracteriza-la de sua cultura ao ponto de reduzi-la a um conjunto de movimentos bélicos. Também foi verdade que os críticos a mestre Bimba que ficaram posteriormente conhecidos como adeptos da Capoeira Angola já denunciavam, naquela época, o preço a pagar por essa desmarginalização que culminou com a inserção da capoeira no sistema de troca de mercadorias e modificou vários aspectos simbólicos da capoeira praticada até o momento anterior a criação da Regional. Mas desde aquela época até o presente momento, durante toda nossa análise, ainda não havíamos encontrado proposições tão incoerentes com a cultura da capoeira quanto às “soluções sugeridas” pelo GT – Capoeira, Esporte e Lazer durante o encontro da região Nordeste.

Para expormos nossa análise sobre essas ‘soluções’ apresentamos minimamente nosso entendimento acerca do fenômeno esportivo e de lazer, bem como suas implicações na capoeira, com suas categorizações, para então situarmos os dados referentes a essa temática norteadora do GT.

Em concordância com Veronez (2005 p. 138), no que tange ao fenômeno esporte, referendamos que:

Mais do que um elemento presente na cultura corporal, essencialmente competitivo e rigidamente regado, o esporte é uma prática social (práxis) institucionalizada e, como tal, incorpora na sua materialidade institucional (aparelho esportivo) a mesma lógica hierárquico-organizativa delineada pela divisão social do trabalho e pelas relações de poder entranhadas nas relações sociais de produção, características da formação social e econômica na qual está inserida. Trata-se de um fenômeno social, cultural, político e econômico, contemporâneo à moderna sociedade industrial e capitalista e que emerge na Inglaterra no transcorrer do século XVIII e se dissemina primeiro para a Europa Ocidental e depois para o restante do mundo durante o século XIX. Vínculos indissociáveis com esse tipo de formação socioeconômica afirmam-se e permanecem, de maneira que o esporte, em sua expressão institucional, acompanha e se adapta às mudanças necessárias à reprodução dos valores e normas das classes dominantes (burguesia) em cada uma de suas particulares formas de desenvolvimento.

Sendo assim, tanto o fenômeno esporte quanto a capoeira, por conterem elementos similares e recorrentes da cultura corporal, incorporando-se um ao outro de forma ambígua e contraditória, tornam-se também conteúdos relacionados ao ensino de Educação Física. E é justamente dessa aproximação que desde o início do século XX já vêm se constituindo iniciativas de sistematização da capoeira na forma esporte (FALCÃO, 2004), manifestando os FETICHES DA CAPOEIRA EDUCATIVA-ESPORTE-LUTA. Mas é a partir da metade do mesmo século que essa acepção de capoeira ganha força, impulsionada ideologicamente pelo Estado Autoritário (Ditadura militar a partir de 1964) e por sua vinculação em 1973 a Confederação Brasileira de Pugilismo (CBP)¹⁶¹.

Mas, se o momento pelo qual passa a capoeira, da investida do Estado brasileiro como mediador e incentivador em todas as suas ramificações, é na forma esportivizada que se encontra um dos grandes riscos de sua descaracterização; principalmente no tocante a sua história contraditória, incumbida de elementos de conformismo e principalmente de resistência, como de sua prática em si que já tende a um reducionismo em exaltação de movimentos beligerantes. Coadunando com Falcão (2004, p.94),

[...] algumas referências históricas embutidas nos gestos, rituais e cânticos da capoeira sugerem indeterminação, ruptura e ambigüidade, onde a arte e a improvisação, ao refletirem uma visão própria de mundo, incompatibilizam a padronização e o regramento, dificultando a comparação objetiva e outros aspectos tão caros à lógica da esportivização.

Deste modo, se “o esporte subordina-se aos códigos e significados que lhe imprime a sociedade capitalista e por isso não pode ser afastado das condições a ela inerentes” (COLETIVO DE AUTORES, 2009, p.73); a capoeira em sua categoria de FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE-LUTA reflete um possível estágio evolutivo mais avançado de seu fenômeno, ainda que subordinada a categoria de FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO.

Nosso entendimento se traduz no sentido de que a acepção mais desenvolvida (e complexa) da capoeira é na atual forma FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO. Mas as categorias mais simples que perpassam a totalidade concreta e que também influem de forma

¹⁶¹ Falcão (2004, p.103), afirma que “Voltando à questão da esportivização, consideramos que a ação institucional que efetivamente carimbou o passaporte da capoeira para o contexto esportivo foi o seu reconhecimento como modalidade esportiva pela Confederação Brasileira de Pugilismo (CBP), em 1º de Janeiro de 1973. É importante notar que tal reconhecimento e consequente regulamentação não seduziu expressivo número de líderes da capoeira nacional. O que pode ser observado é que o vínculo com a CBP pouco contribuiu para o crescimento e organização da capoeira em geral. Para Mestre Zulu, o sistema confederado, ao qual a capoeira se vinculou, é “um sistema unidimensional, alienador, descaracterizado e discriminador” (Zulu, 1988, p.11), que sempre abrigou percentual muito pequeno de capoeiras”.

dialética e, portanto contraditória na capoeira, estão se desenvolvendo e se complexificando, de modo a perspectivar mudanças qualitativas conforme o desenvolvimento de determinadas forças produtivas em detrimento de outras. Relacionando esse entendimento com o método, Marx (2008, p.260) nos diz que:

As categorias simples são a expressão de relações nas quais o concreto menos desenvolvido tem podido se realizar sem haver estabelecido ainda a relação mais complexa, que se acha expressa mentalmente na categoria concreta, enquanto o concreto mais desenvolvido conserva a mesma categoria como uma relação subordinada.

Desta forma, o esporte tem se configurado expressamente como a categoria mais desenvolvida entre os vários conteúdos que compõem a cultura corporal (PERGHER, 2008). Mas de modo específico no campo da capoeira, o esporte ainda encontra-se como campo de disputa, ora em sua defesa (originada como valor burguês e perspectivando a mercadorização da capoeira), ora por sua negação pura (presente nos discursos dos defensores da capoeira angola), e isso fica exposto nas discussões relatadas/encaminhadas deste GT da região nordeste.

A capoeira como PCB é a acepção mais avançada e que contém todas as propriedades que explicam suas formas menos desenvolvidas, tais como a capoeira

contemporânea, moderna, acrobática, capotudo, capoboxe, capojitsu, aerocapoeira, hidro-capoeira, capoeira-barravento, soma-capoeira, capoeira-beach, capoeira de Cristo, zen-capoeira, capoeira-miudinha, capoeira-dancing, capoeira gospel, capo-step, capoeira arte-luta, capoeira work-out, carateira, capoeira de faixa, aero-ginga, capoeira hi tech, capoterapia, biocapoeira etc, etc, etc. (FALCÃO, 2004, p.294).

Essas ramificações que classificamos como sendo categorias mais simples em desenvolvimento, mais do que expressarem uma suposta ‘diversidade cultural’ da capoeira são reflexo de uma sociedade dividida em classes sociais que obriga os trabalhadores das tradições culturais, tais como os mestres de capoeira, a inventarem novas formas-valor para capoeira de modo a agregar valor à mesma em ânsia de satisfação de sua subsistência.

É a partir deste contexto de apropriação da capoeira pelo capital que Araújo (2008, p. 61) traduz como se procede entre os trabalhadores da capoeira uma divisão social que referenda o processo de sua produção nestas mais variadas categorias agora subordinadas a forma FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO e que tem como agentes:

[...] o atleta de capoeira – capoeirista especializado, responsável pela divulgação da “marca-grupo”, vinculado a ela mediante relação assalariada; o professor de capoeira – aluno formado que ministra aulas em nome do grupo, vinculado a ele mediante uma relação assalariada; o franquiado – aluno formado, responsável por uma academia do grupo, vinculado por uma relação de pagamento de cotas para funcionamento; o filiado – professor com formação em grupo diferente que se vincula ao grupo mediante pagamento de cota; os terceirizados para prestação de serviços – capoeiristas de grupos diferentes, que são contratados por um grupo para o desenvolvimento de uma atividade específica, como uma apresentação artística; os que se dedicam ao comércio de material esportivo específico da capoeira; os que fazem uso extensivo de recursos da publicidade, áudio-visual e internet, para divulgação da marca-grupo; e os que se ocupam da institucionalização do ritual de graduação vinculado a pagamento de valores específicos (ARAÚJO, 2008, p.61)

O Estado brasileiro, ao realizar um encontro que ‘traçou’ as linhas de ação de políticas públicas para a capoeira, cerceando os debates sob a forma da organização de ‘textos referênciados’,¹⁶² em conjunto à uma educação precária da maioria dos mestres e professores de capoeira, finda por restringir o desenvolvimento dessas categorias mais simples de capoeira excetuando-se apenas sua dimensão esportiva, ou melhor, do FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE-LUTA.

Mas o nome do GT busca camuflar essa restrição, pois coloca como temática tanto sua acepção capoeira esporte, como ‘capoeira lazer’, sendo essa segunda acepção a que englobaria todas as demais categorias simples manifestadas na totalidade da capoeira. Podemos afirmar nesse sentido, que as categorias de FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA, EDUCATIVA, REGIONAL E ANGOLA passam a tornarem-se subordinadas a categoria que ganha corpo com essa investidura do Estado, ou seja, o FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO.

Para referendar esse processo, estabelece-se como estratégia a articulação das políticas públicas do Ministério do Esporte (ME), em específico o seu Programa de Esporte e Lazer na Cidade (PELC). Por meio desse programa, alguns setores da capoeira tem sido beneficiados com financiamentos oriundos do ME e, com o advento da capoeira como PCB, O MinC prontamente se apropriou das políticas já empreendidas pelo ME de modo a fortalecer o discurso que o Estado está incentivando a capoeira em ‘todas’ as suas dimensões.

Mas o PELC, a nosso ver e em concordância com Sagrillo, Baccin e Both (2007, p.04) não se trata de uma política pública que atenda ao lazer “como possibilidades de prática de emancipação, durante o tempo livre, com grande potencial de formação e educação humana”.

¹⁶² São os textos entregues para os capoeiristas como orientadores dos debates que ocorreram dentro de cada grupo de trabalho (GT). Os mesmos encontram-se em anexo a nossa dissertação.

Isto porque, no momento em que o Estado passa a ter interesse nessa possível dimensão da vida em sociedade (o Lazer, como estrutura de consolação), as práticas comuns dos trabalhadores, em seu tempo livre (tempo de não trabalho, ou de reposição dos substratos energéticos para retornar ao trabalho) “estão rigorosamente submetidas ao controle e interferência do setor público e privado” (SAGRILLO, BACCIN e BOTH, 2007, p.04). Recorrendo a Bosi (1981, p.88), situamos a capoeira no contexto do lazer apregoadado pelo capital da seguinte maneira:

A carga de prazer e de experiência pessoal recai pesadamente na extensa faixa de vida que escapou ao trabalho. **Daí o lazer tornar-se amiúde uma busca de excitação** – substitutiva ou direta – **para compensar a monotonia** [nível de exploração objetiva e subjetiva] do trabalho e dar um sentimento de vivência [consolação]. [grifos nossos].

Nesse contexto, convém aos trabalhadores da capoeira e principalmente ao Estado, a inserção desta como esporte e lazer desenvolvendo ainda mais o FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE também como constituinte do FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO, e não o seu oposto, como busca transparecer para a comunidade capoeirana. Dizemos isso com base na idéia aparente de que o Estado estaria ampliando suas políticas tanto para os adeptos da Capoeira Regional, como para os da Capoeira Angola. No entanto percebemos que há uma sobreposição de valores, dada a formação social do capital, que tendenciam para o FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE-LUTA como FETICHE DA CAPOEIRA-CONSOLAÇÃO, sendo esta última não o desenvolvimento da categoria de FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA, mas a categoria parasitária (consolação) que adentra todos os campos da capoeira para manutenção do modo de produção, sendo manifestada inclusive, como instrumento de “Paz no Mundo” (GIL, 2004).

Nessa linha, ganha força o pseudônimo do ‘Lazer’¹⁶³, que se presume em proposições de “ampliação de projetos sociais específicos para a capoeira” e “articulação de ministérios e fortalecimento de diálogos entre as federações de capoeiristas” (IPHAN, 2010e, s.p.). Deste modo, tanto a ‘vertente’ de capoeira ‘encaixada’ na política governamental ‘de lazer’ ganha seu espaço, como a acepção mais esportiva amplia suas perspectivas mercadológicas, inclusive dando poder as ditas federações de capoeira. Com isso referenda-se o discurso de que ‘todos’ os trabalhadores da capoeira são/serão contemplados. Com isso mantém-se em

¹⁶³ Castellani Filho (2007) organiza uma obra relevante que acentua a problemática do lazer e que nos serve de sugestão.

franco desenvolvimento a categoria de FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO de modo a reduzir e simplificar a capoeira de todas as suas propriedades fenomênicas já manifestas.

Nosso entendimento é que a ideologia do esporte de alto rendimento é hegemônica sobre a dimensão da prática desportiva ‘de lazer’. A própria idéia de lazer em seu sentido mais amplo é absorvida pelo processo metabólico do capital ao passo de uma competição racionalizada, exacerbada, típica do modelo de organização do trabalho toyotista, é hoje também considerada como ‘momento de lazer’. Com isso acentua-se a lógica da produtividade nessa acepção da capoeira, agora somada como ‘esporte e lazer’. Este é talvez, uma das principais razões que levam capoeiristas a proporem políticas do tipo: “Os fundamentos do jogo da capoeira deveriam **respeitar** as características tradicionais, tanto da capoeira angola quanto da regional, considerando-os requisitos **básicos do esporte olímpico**” (IPHAN, 2010e).

Como se respeitar essas características se o esporte olímpico, de maneira geral, não se fundamenta no respeito às culturas esportivas das mais diversas modalidades, e é a expressão máxima do fenômeno esportivo apropriado pelo capital? A título de exemplo, nos valemos de Pergher (2008, p. 20) ao relatar que

Os Jogos Olímpicos de Pequim 2008, igual a outros, se constituem em um ensaio à hipocrisia. Os governos se utilizam destes eventos para auto-promoção, auto-afirmação mundialmente enquanto potências, e também para mascarar problemas sociais e econômicos. A censura à liberdade de informação, principalmente no país sede, e o ufanismo presente em cada delegação são também exemplos da manipulação do esporte com objetivos geo-políticos.

Nossa análise ainda não encontra, no movimento do real, possibilidades concretas para transformar a capoeira em esporte olímpico, mesmo o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) já a reconhecendo desde 1995 (FALCÃO, 2004).

No entanto, além dessa perspectiva de “olimpicizar” a capoeira, ainda existe uma proposta com ideário um pouco menor e mais próxima de chance real de concretização: “Apoiar a exibição da Capoeira nas Olimpíadas de 2016 como esporte de exibição” (IPHAN, 2010e, s.p.). Essa proposta não carecia de ser levantada nas discussões do GT, uma vez que o Estado brasileiro já se utiliza da capoeira como vitrine cultural do país, como já exposto anteriormente.

“Esporte de exibição” poderia ser traduzido como uma grande roda de capoeira, mas sendo esta controlada pelo COB e tendo todas as suas possíveis improvisações seguramente inibidas e descaracterizadas de qualquer possibilidade de resistência frente ao modo de

produção. Ainda assim, essa proposta é mais ‘razoável’ se comparada as demais que evidenciam o ‘regramento capoeirístico’. Vejamos agora mais algumas ‘soluções sugeridas’:

- Registrar a história e os saberes dos Mestres em atividades como músicas, publicações, fotos, vídeos, dentre outros meios, estimulando o diálogo dos mestres com os capoeiras no que diz respeito aos **fundamentos técnicos**;
- **Incluir prioritariamente** os mestres na elaboração dos critérios **técnicos e da arbitragem das competições desportivas**;
- Coletar informações e refletir sobre a **efetivação** da Capoeira como **esporte de alto rendimento/competição**;
- **Efetivar a padronização das regras desportivas** por meio de encontros como Pró-Capoeira, facilitando o reconhecimento dos docentes da Capoeira;
- Criação de espaços culturais e esportivos e a realização de eventos, festivais, encontros e **competições** de Capoeira;
- Criação de incentivos específicos oriundos do Ministério do Esporte, como o **Bolsa Atleta**, para os capoeiristas;
- **Reativar o retorno da Capoeira em jogos escolares e universitários** brasileiros, a exemplo do Rio Grande do Norte, onde acontecem apresentações de Capoeira em campeonatos escolares promovidos pelo governo do estado (IPHAN, 2010e, s.p.) [grifos nossos].

Em antagonismo a essas propostas existem outras que também foram colocadas no mesmo ‘pacote’ das supracitadas, o que demonstra uma incompreensão desse antagonismo, ou talvez, uma falta de instrumento deliberativo tal como uma plenária final, que certamente colocaria em evidência essas incoerências bem como manteria uma credibilidade mínima acerca da organização do encontro. É mais provável que a intenção do Estado seja colocar tudo ‘no papel’ e avaliar essas sugestões apenas quando se propuser a colocá-las em prática, de acordo com uma conjuntura favorável para isso. Vejamos as soluções que se chocam com as anteriores:

- Divulgar os **conhecimentos tradicionais (rituais)** como o toque do berimbau, por exemplo, ressaltando que o capoeirista deve transmitir aos seus alunos o resgate ancestral e cultural da Capoeira;
- Inserir os **conhecimentos rituais da Capoeira** em cursos de Educação Física e em outras áreas, como forma de enriquecer a grade curricular dos referidos cursos;
- Ampliar e intensificar a produção de literatura **sobre os diversos temas relativos à Capoeira**: cartilhas, livros, informativos, materiais **didáticos e pedagógicos** e etc;
- Vincular a **história da Capoeira a valores como liberdade, ancestralidade e cultura** (IPHAN, 2010e, s.p.) [grifos nossos].

O conhecimento tradicional da capoeira não é esportivizado, muito menos na mesma linhagem dos esportes olímpicos; Liberdade, ancestralidade e cultura não compactuam com a lógica desportiva, pois Falcão (2004) ao dialogar com Bracht (1997) nos diz que:

“A igualdade formal de chances no esporte **pressupõe uma correspondente forma de sociedade**. Tal idéia **nega a fundamental desigualdade de chances** inerente à sociedade capitalista e eleva o princípio esportivo **da igualdade de chances a um princípio geral da sociedade**” (BRACHT, 1997, p.29). O tipo de socialização promovida pelo esporte é criticada à medida que o intensivo engajamento no esporte provocaria um desinteresse político. O interesse nas tabelas dos campeonatos, nos ídolos esportivos etc., **impediria a formação da consciência política e o conseqüente engajamento político**. Além disso, a prática do esporte levaria à **adaptação às normas e ao comportamento competitivo, bases para a estabilidade e/ou reprodução do sistema capitalista**. (FALCÃO, 2004, p.99) [grifos nossos].

Desta forma, ao relatarmos todas essas propostas com seus antagonismos dissolvidos como complemento e sem um democrático encaminhamento das mesmas, o discurso oficial reforça mais uma vez a tese da apropriação de bandeiras históricas dos movimentos ou grupos sociais e as desvirtua conforme seus interesses político-econômicos. O próprio Bimba a mais de meio século atrás, ao reconhecer os rumos que estavam tomando o ideário esportivo da capoeira já alertava que:

“a regional [e a angola e a contemporânea] não é [são] luta [s] para ringue. **Ela não obedece as regras convencionais nos encontros pugilísticos, é uma luta para situações decisivas e na sua ação tudo vale** [da pra imaginar a transposição literal dessa acepção na apresentação das olimpíadas?]. Por isso a sua exibição em público, nesse sentido tornar-se-ia de uma ação bárbara que provavelmente provocaria a reação dos espectadores e intervenção da polícia (...) a regional é na verdade, como o Sr. Jaime Ferreira procurando desvaloriza-la, ressaltou uma reunião de golpes por mim estudados e reconhecidamente eficientes, tendo por base o “gingado” e as manhas da capoeiragem de angola que tanto nos acostumamos a ver na rampa do Mercado Modelo e em tantos outros lugares de nossa velha cidade de Salvador. (A TARDE, 1937, p.17 apud PIRES, 2001, p.255) [grifos nossos].

A última parte das contribuições desse GT diz respeito a ‘capacitação’ concernente ao universo da capoeira. Aqui vale alguns questionamentos feitos por Falcão (2004, p.107-108) que, ao contextualizar sobre as competições de capoeira e a capacitação necessária para participação nas mesmas pergunta: “Como definir quem é o melhor na capoeira: O que canta melhor? O que joga melhor? Ou o que luta melhor?”.

Como não é pretensão do autor responder esses questionamentos como se pudesse objetivá-los de modo absoluto, ele nos diz que:

Ela [a capoeira] se desenvolve profusamente em um cotidiano em que velocidade, volatilidade, instabilidade transformaram-se em regras do onipresente sistema metabólico do capital que terminam incidindo e determinando os seus códigos e valores, enquanto prática social determinada (FALCÃO, 2004, p.108) [grifo nosso].

Por essa razão, ainda que sem o esclarecimento desse processo, as ‘soluções sugeridas’ acerca da capacitação da/na capoeira são:

- Os jovens capoeiristas devem **ser qualificados pelas instituições pertinentes ao governo federal**, freqüentar cursos de capacitação (em várias áreas associadas à Capoeira) e posteriormente, **alcançar emprego de professor**.
- O capoeirista deve capacitar-se em várias áreas **técnicas** profissionalizantes que enriqueçam seus conhecimentos e que possam possibilitar melhores condições de atuação, **proporcionando-lhe retorno em termos de renda**.
- A **capacitação deverá ser realizada em universidades federais** ressaltando **os aspectos fisiológicos, orgânicos, anatômicos e pedagógicos** da Capoeira, além disso, o capoeira (em ambiente escolar) deve ser visto como um educador.
- Os mestres antigos devem ter direitos adquiridos e não devem se submeter às novas exigências de qualificação. [Por quê?]
- Os mestres devem trabalhar livremente os vários estilos de Capoeira. [Todos sabem tudo?] (IPHAN, 2010e, s.p.) [grifos nossos].

São vários os interesses representados nessas propostas. O primeiro diz respeito a uma exigência que o Estado cumpra sua função de garantir qualidade da educação de maneira universal, e capacite os professores de capoeira em particular.

O outro interesse é uma espécie de crença na idéia de que um ‘diploma universitário’ garanta emprego, e mais, que de modo linear, quanto mais cursos o capoeira fizer, mais dinheiro ganhará (por osmose?).

A hegemonia conservadora e reacionária do conhecimento produzido em Educação Física é aqui referendada, tanto no que diz respeito aos conteúdos necessários para ‘capacitação’ do capoeira, quanto à garantia de poder de um pequeno conjunto de sujeitos (os mestres) determinados sobre a universalidade da categoria dos capoeiras.

Aqui mais uma vez a luta de classes ganha expressão similar ao processo de regulamentação que culminou com a profissionalização da Educação Física em 1998. Mas não nos esqueçamos que essa análise tratou do GT de Esporte e Lazer, ou seja, ainda há mais evidências a serem apresentadas sobre a indicação da regulamentação da capoeira nos demais espaços de debate divulgados da região nordeste.

3.1.4 Sobre o Grupo de Trabalho – Capoeira, Profissionalização, Organização Social e Internacionalização.

Se o GT anterior, já continha fortes tendências ao processo de regulamentação da profissão de capoeira, o GT em questão, esboça em seu próprio título essa tendência ‘profissionalizante’, inclusive de modo a servir como valor agregado para professores e professoras de capoeira que trabalham no exterior e para aqueles que almejam ‘ganhar a vida’ lá fora.

Ao falarmos em profissionalização da capoeira nos vemos na obrigação de novamente estabelecermos relação direta e indireta com o processo de regulamentação da EF.

Primeiro porque o termo “profissional” tão defendido neste GT, bem como nos demais, remete a academização da capoeira e conseqüentemente ao seu reconhecimento ‘profissional’ que, no modo de ver do discurso oficial (e não necessariamente de toda comunidade capoeirana), se traduz em uma ‘regulamentação da profissão’.

Segundo porque o processo bem mais longo que os trabalhadores da EF percorreram de maneira contraditória contém bastantes similaridades com a atual conjuntura da capoeira, tanto no sentido de ‘reserva de mercado’ como no embate entre os próprios capoeiristas que vêm de maneira idealista à solução dos seus problemas com a regulamentação da profissão, caso também ocorrido com a EF.

E terceiro e fundamentalmente mais importante, porque tanto a capoeira quanto a EF e as demais ‘profissões’ vêm sofrendo com o processo de gerenciamento do capital que desregulamenta o **trabalho**, sob o discurso fetichizado da **profissão** (NOZAKI, 2004).

Mas contraditoriamente ao que se coloca como referência no texto inicial para ao debate do referido GT, as proposições acerca da regulamentação da profissão de capoeira são bastante ‘ponderadas’ e de modo geral buscam frear, ainda que minimamente, o processo avançado dessa regulamentação. Vejamos:

- É **necessário maior conhecimento** do processo de regulamentação da profissão de capoeira **antes de decidirem** pela profissionalização;
- Importância de se publicar no site do Pró-capoeira o conteúdo de todos os projetos de lei que tramitam no congresso referente à regulamentação da profissão;
- Publicação, no site do Pró-capoeira, de esclarecimentos a respeito destes projetos de lei e também que sejam publicados os contatos dos parlamentares responsáveis pela autoria de cada projeto; mais ainda, que se disponha uma

assessoria jurídica para esclarecer as dúvidas que restarem sobre cada projeto (IPHAN, 2010e, s.p.) [grifos nossos].

Estas ‘soluções sugeridas’ demonstram o quanto a discussão sobre a regulamentação da profissão da capoeira é de tal delicadeza e risco, que há de se esclarecer à comunidade capoeirana sobre o que se trata tanto esse processo, como dos projetos de lei em tramitação no congresso nacional sobre a capoeira.

Em nível de esclarecimento, destacamos que existe apenas um Projeto de Lei (PL) em tramitação no Senado, que já passou pela Câmara dos Deputados. Trata-se do PL da Câmara 031/09 (Projeto de Lei nº 7.150, de 2002, na origem) do Deputado Arnaldo Faria de Sá que já recebeu parecer favorável da comissão de Educação, Cultura e Esporte para que a capoeira seja regulamentada como profissão em dezembro de 2010 e encontra-se em estágio avançado.

Além desse PL, foi solicitado pelo Senador Paulo Paim (PT/RS) uma audiência pública sobre a regulamentação da capoeira em junho de 2011 (RDH 079/11), mais a mesma até o presente momento de nossa pesquisa não foi aprovada e, portanto, não aconteceu.

Encontramos também nos sítios do legislativo, o PL da Câmara 039/97 do Deputado José Coimbra, que também apregoava a regulamentação da profissão de capoeira. O mesmo foi aprovado em 2000, mas vetado pelo então presidente FHC.

Todas essas informações foram extraídas do sítio <<http://www.senado.gov.br>>, mais especificamente do ‘portal da transparência’. Nos sítios da Câmara dentre várias proposições de leis diversas relacionadas a capoeira, como por exemplo a “Criação do Dia Nacional da Capoeira” (em várias datas diferentes), ou a Declaração de Mestre Bimba como “patrono da capoeira Brasileira (PL 5222/2009) e ainda há projetos que propõe a regulamentação da profissão. São eles: PL 2858/2008 de Carlos Zarattini; PL 50/2007 da Deputada Neilton Mulim que dispõe sobre a regulamentação da capoeira, da dança, do surf, Bodyboard e skate.

Nossa pesquisa também observou que no mês de Março do ano de 2011 foi criada uma “Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira pelo Deputado Márcio Marinho, que até agora nada propôs; E ainda existem mais dois PLs que não propõem a regulamentação da capoeira, mas que propõe emenda substitutiva no Artigo 2º da Lei 9696/98 determinando que “não estão sujeitos à fiscalização dos Conselhos Regionais de Educação Física os profissionais de dança, artes marciais, ioga e capoeira, seus instrutores, professores e academias” (PL.

1607/2007 do Deputado Rodrigo Rollemberg; e PL 1371/2007 da Deputada Alice Portugal). Esses projetos do congresso podem ser visualizados no sítio <<http://www.camara.gov.br>>. ¹⁶⁴

O que nos chama a atenção desse GT é que apesar de o mesmo conter as proposições mais avançadas do ponto de vista crítico e concreto sobre a regulamentação da capoeira, o mesmo não foi socializado para os demais GTs, pois como já vimos anteriormente e ainda o que veremos na exposição dos outros grupos, há uma tendência generalizada a referendar esse processo sem sequer ter sido discutido o assunto de modo mais específico. Fica aqui exposto de forma bastante objetiva, a falta que fez uma plenária final que colocasse todas as proposições dos GTs em choque de modo a se encaminhar democraticamente os interesses dos capoeiras e não de forma fragmentada, o que fez que com que a comunidade capoeirana se dividisse ainda mais do que já era.

Apesar desse avanço acerca da primeira temática, a maior parte das proposições desse GT são referentes a questão da “internacionalização” da capoeira. A contradição desse debate se dá no entorno da reivindicação por parte dos capoeiras de incentivos a sua internacionalização, mas sem levar em conta porque os mesmos têm esse ideal de ‘ganhar a vida’ no exterior e não no Brasil, bem como o quanto que isso é o reflexo da falta de incentivos para a capoeira em nosso país. Analisemos algumas dessas propostas:

- Divulgação, pelas embaixadas e representações diplomáticas do Brasil de eventos de capoeira realizados no Brasil e no exterior;
- Prioridade, pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Cultura, Embaixadas e representações diplomáticas do Brasil pela inclusão de manifestações culturais populares brasileiras, **especialmente a capoeira** [corporativismo?], nos eventos realizados no exterior;
- Criação de uma ‘Carta de Recomendação’ (diretamente na língua do país de destino ou em inglês) redigida pelo Ministério das Relações Exteriores e/ou Ministério da Cultura para os capoeiristas que vão divulgar a capoeira em outros países. A Carta de Recomendação pode conter breve descrição da capoeira, bem como as indicações de seu reconhecimento como Patrimônio Imaterial do Brasil (IPHAN, 2010e, s.p.) [grifos nossos].

Essas proposições ao mesmo tempo em que legitimam a capoeira como vitrine para o Brasil vender sua cultura para o resto do mundo, ainda sugerem formas de ‘se aproveitar um pouquinho’ dessa condição fornecendo aos capoeiras uma “carta de referência”. Além dessa contradição, chega-se ao ponto de sugerirem “estender aos capoeiristas residentes no exterior o direito de participar dos editais públicos e que os editais da capoeira sejam disponibilizados

¹⁶⁴ Uma análise mais profunda sobre todos esses PLs, bem como os motivos do veto ao PL 039/97 não cabem em nosso trabalho por questões temporais, mas já estão em nossa pauta para continuidade de nosso estudo sobre o processo de patrimonialização da capoeira.

no site do Pró-Capoeira” (IPHAN, 2010e, s.p.). Ou seja, não se trata apenas de incentivo para capoeira, mas da legitimação da ideologia burguesa por parte dos membros que participaram do GT, buscando uma ascensão social e conseqüentemente se distanciando do Brasil por se tratar de um país periférico do capital e almejando vender a capoeira para os países mais centrais à formação social tais como Estados Unidos e Canadá, na América do Norte, e a maioria dos países da Europa. Isso tudo financiado pelo Estado brasileiro!

Se é bem verdade que em grande medida, o FETICHE DA CAPOEIRA CONTEMPORÂNEA engendra esse ideário de modo mais ampliado, destacamos que, caso o GT se preocupasse em entender esse processo de internacionalização da capoeira, inclusive com seus elementos de transnacionalidade (FALCÃO, 2004) mais atuais, talvez as proposições não aludissem tanto a ideologia burguesa de viver num país central do capitalismo. O estudo da tese de Falcão (2004), por exemplo, ampliaria as possibilidades de conscientização da capoeira de modo a não legitimar puramente esse processo de internacionalização da capoeira, mas pelo menos questiona-lo e encontrar alternativas de atendimento a todos os trabalhadores da capoeira e não apenas para incentivar a dar aulas no exterior, ou beneficiar/cuidar, dos capoeiristas que já estão ganhando a vida lá fora.

A prova de que o discurso oficial legitima essa reivindicação já foi exposto no item anterior, na ocasião em que o Ex-Ministro Gilberto Gil, para alavancar o processo de patrimonialização da capoeira, convidou 15 capoeiristas de várias partes do mundo para se apresentar em Genebra na Suíça, referendando a capoeira como instrumento de ‘paz no mundo’.

Outras migalhas sugeridas pelo GT acerca da internacionalização da capoeira dizem respeito à “Equivalência no apoio dos órgãos públicos, retribuindo o mesmo atendimento dado pelos mestres a estas instituições, uma vez que prontamente comparecem sempre que são convidados a desenvolver qualquer atividade”; o que demonstra a legitimação do Estado Burguês sobre a capoeira e sua possível troca de favor (e não obrigatoriedade) de auxiliar a nossa comunidade; e o “Estabelecimento de convênios com o Ministério do Turismo e/ou companhias aéreas para obtenção de tarifas mais baixas” (IPHAN, 2010e s.p.) o que reforça a ideologia da busca pelo *well fare state*, ou seja, o *status quo*¹⁶⁵, dividindo a própria classe trabalhadora, como se os capoeiras devessem ser melhor privilegiados do que o conjunto dos trabalhadores no Brasil.

¹⁶⁵ Aqui destacamos todo o conjunto da tese de Falcão (2004) sobre esse processo de internacionalização da capoeira. O autor realizou entrevistas em diversos países e por sua magnitude, apresenta dados contundentes sobre a busca dos capoeiras por reconhecimento no exterior e suas implicações ambíguas e contraditórias, perante o desenvolvimento do que ele chamou de “Práxis Capoeirana”.

No que tange ainda o debate sobre a internacionalização da capoeira, a proposta mais avançada, do ponto de vista das necessidades dos capoeiras como categoria organizada no conjunto da classe trabalhadora foi o:

Estabelecimento de diálogo entre o Ministério dos Esportes e o Ministério da Cultura, a fim de [que] um saiba dos programas do outro e seja possível evitar problemas, como por exemplo: uma Secretaria de Esporte negar apoio à capoeira por se tratar de uma manifestação cultural e vice-versa (IPHAN, 2010e, s.p.) [grifo nosso].

O avanço dessa proposta reflete as limitações burocráticas do Estado Burguês que pouco auxiliam na totalidade da classe trabalhadora. E dessa burocratização, bem como das demais questões que impactam na manutenção da prática da capoeira, é que a última área temática do GT diz respeito à “Organização Social”.

Nessa temática visualizamos algumas proposições de auxílio para a comunidade capoeirana ter conhecimento de como enfrentar essa burocratização, tais como:

Necessidade de disponibilização de assessoria jurídica e contábil, assim como de serviços públicos e gratuitos para atingir esta finalidade, incluindo a disponibilização de contadores do governo para auxiliar na prestação de contas dos seus respectivos projetos;
Necessidade de prestação de serviços de assessoria jurídica, sob a forma de balcões de serviço;
A assessoria jurídica deve oferecer apoio aos capoeiristas em todos os pontos e garantir a liberdade dos capoeiristas e respeito à autonomia e diversidade dos grupos;
Necessidade de assessoria e serviços de contabilidade gratuita para os grupos e facilitação da comunicação com o Ministério da Cultura;
Comunicação entre o Ministério da Cultura e as prefeituras e secretarias municipais para que as políticas de fomento para a capoeira cheguem à esfera municipal e para que as prefeituras possam apoiar os programas de salvaguarda e fomento (IPHAN, 2010e, s.p.).

Além dessas solicitações, há uma crítica direta a mercadorização da capoeira por parte do Estado que só incentiva ‘pessoas jurídicas’ e não ‘pessoas físicas’:

Importância de pautar que editais e outras formas de obtenção de recursos públicos não sejam destinados **exclusivamente a pessoas jurídicas**, mas que também sejam **abertos a pessoas físicas**, uma vez que existem muitos grupos de capoeira sem condições de se institucionalizar como pessoa jurídica. Ainda assim, os capoeiristas reconhecem a importância da formalização dos grupos e para tanto pedem que o governo inicie um processo de apoio aos grupos para que possam obter tal formalização jurídica (IPHAN, 2010e, s.p.) [grifos nossos].

Apesar dessa crítica ‘ingênua’ o processo sociometabólico do capital se faz presente no momento em que se pede o auxílio do Estado para ‘institucionalizar’ os grupos de capoeira como ‘pessoa jurídica’, retratando-se aqui mais um exemplo de fetichismo da mercadoria, no que concerne a questão **grupo de capoeira**, herança do FETICHE DA CAPOEIRA CONTEMPORÂNEA em vias de massificação.

Por fim o GT ainda propõe duas propostas bastante avançadas para a classe trabalhadora:

Participação dos capoeiristas na construção dos editais públicos para que sejam **de fato coletivamente construídos e representativos** do campo da capoeira;

Os capoeiristas declaram que **não concordam** em assinar o abaixo assinado referente à candidatura do ofício do mestre e da roda de capoeira como patrimônio da humanidade nas listas da UNESCO, sem que haja uma profunda discussão a respeito deste ponto e um esclarecimento a respeito de suas implicações e conseqüências (IPHAN, 2010e, s.p.).

A primeira proposição zela pela coletividade de fato, coisa que não aconteceu durante pelo menos o encontro da região nordeste como já assinalou Correa (2010), além de que os demais encontros não tiveram seus resultados divulgados.

A segunda proposição caracteriza-se como uma ‘freada’ ao processo acelerado da patrimonialização da capoeira, sendo referendada pela UNESCO sem uma discussão profunda sobre os interesses por trás desse reconhecimento, bem como seus possíveis impactos para comunidade capoeirana no Brasil e no mundo. Essa “freada” em nosso modo de ver representa a resistência de alguns capoeiristas presentes no encontro com relação ao desenvolvimento do FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO a ser disseminado a nível mundial.

3.1.5 Sobre o Grupo de Trabalho – Capoeira e Políticas de Fomento.

O GT em questão pressupõe ‘como’ a capoeira deve ser fomentada no sentido da manutenção e salvaguarda da sua prática e concretização dos pressupostos do FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO, ou seja:

Uma das atribuições do Ministério da Cultura é fomentar manifestações representativas da diversidade cultural brasileira, de forma a valorizá-las e

proporcionar condições para a produção e reprodução por parte de seus praticantes. A capoeira é uma dessas expressões culturais da maior relevância, tanto em termos quantitativos de praticantes em várias localidades no território nacional e no exterior, quanto em termos de variações, tipos e estilos de prática. E, sobretudo, relevante pelo legado histórico desta prática no processo de intensa criatividade e dinâmica cultural. A capoeira remete à diáspora africana no novo mundo, à resistência cultural¹⁶⁶ dos afrodescendentes no Brasil e à difusão da prática no mundo globalizado contemporâneo (ANEXO 1e).

Desta forma, é preciso que se estabeleçam diretrizes de fomento de acordo com a formação social do capital, ou seja:

Nesse sentido, é necessária uma política de apoio e fomento que esteja voltada tanto para a **dimensão patrimonial da capoeira** (seu legado histórico como resistência cultural dos afrodescendentes e a sua importância como símbolo da identidade nacional); quanto para a **dimensão da economia da cultura**, da valorização profissional do capoeira e de sua **prática no mercado** (ANEXO 1e) [grifos nossos].

Trata-se, portanto, de utilizar o discurso do patrimônio para metabolizar a economia da cultura, ou seja, aprofundar o processo de mercadorização da cultura e no caso, da capoeira.

O texto com as ‘soluções sugeridas’ desse GT evidencia tanto o aprofundamento da apropriação da capoeira pela formação social do capital, como sua vinculação ao terceiro setor e em instituições criadas para auxiliar na capacitação da força de trabalho para o mercado. Trata-se, portanto, do FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO ganhando vida própria e começando a caminhar. Vejamos algumas dessas sugestões:

- Elaboração, ampliação, divulgação e institucionalização de roteiros turísticos culturais **tendo como principal produto** a capoeira;
- Parcerias com Sebrae¹⁶⁷, ou instituições similares, para realização de cursos de elaboração e gestão de projetos;
- Assessoria técnica por parte das instituições governamentais para elaboração dos projetos;
- Simplificação do processo de prestação de contas;
- Garantia de recursos nos editais para a contratação de um contador;
- Realização de cursos de gestão e produção cultural para qualificação dos capoeiras;
- Elaboração de editais que contemplem as despesas de custeio das instituições sem fins lucrativos;

¹⁶⁶ Aqui a categoria resistência é colocada em evidência, não como aversão ao capital, mas como prática de reconhecimento da cultura africana no Brasil, o que parece válido, mas que dissolve a categoria luta de classes em benefício do processo sociometabólico do capital e nega, dessa forma, a genuína resistência negra ao modo de produção colocada a prova durante a escravidão brasileira.

¹⁶⁷ Sigla do “Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas”. O Sebrae, a nosso ver, trata-se de um órgão voltado para a capacitação técnica da força de trabalho, respaldado em interesses exclusivos a extração da mais valia, ou seja, a exploração do proletariado pela burguesia.

- **Política de isenção fiscal no sentido de fomentar a formalização e sustentabilidade das instituições sem fins lucrativos;**
- Destinação de verbas para subvenção social; (IPHAN, 2010e, s.p.) [grifos nossos].

A última ‘solução sugerida’ em destaque está em contradição com a proposta de “elaboração de políticas de fomento que **independente da formalização das instituições** executoras desses projetos, contemplem projetos sociais relevantes” (IPHAN, 2010e, s.p.), pois ao mesmo tempo em que defende o financiamento do terceiro setor, também se contempla a possibilidade da não formalidade das instituições. O objetivo, ao que nos parece, é aceitar o momento conjuntural da capoeira em que ainda não há força de trabalho capacitada burocraticamente (imediato), ao mesmo tempo em que já se investe nessa capacitação para o fortalecimento tanto das empresas de capacitação (tais como o Sebrae), como das ONGs a médio e longo prazo (mediato).

Seguindo em nossa exposição, verificamos três proposições que além de não saírem do papel, até o presente momento foram completamente ignoradas pelo discurso oficial:

- Criação de uma rede/grupo nacional para a comunicação dos capoeiras;
- Criação de fóruns de debates dentro do site **www.encontrosprocapoeira.org.br;**
- Realização **permanente de Encontros Pró-Capoeira** para acompanhamento e divulgação do andamento do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (IPHAN, 2010e s.p.) [grifos nossos].

A primeira proposta minimante já existe, organizada privadamente pelo site www.portalcapoeira.com de Luciano Milani e sem apoio governamental. As demais propostas, por melhor que tenham sido suas intenções, além de não terem sido colocadas em prática ainda amargam o desligamento do site dos encontros pró-capoeira¹⁶⁸.

Além desses problemas, há ‘soluções sugeridas’ similares as propostas presentes no Dossiê e no Parecer 031/08 que ainda não foram colocadas em prática de maneira concreta:

- Aprofundamento e ampliação do inventário da diversidade da capoeira em todo território brasileiro¹⁶⁹;

¹⁶⁸ Ressaltamos que desde o mês de Julho de 2011 até o mês de Janeiro de 2012 não conseguimos mais ter acesso ao site, mesmo que tentando periodicamente.

¹⁶⁹ Nos sítios do Iphan visualizamos apenas que vem sendo realizado um inventário específico sobre a capoeira em Pernambuco. O mesmo a nosso ver, acontece apenas para se somar ao Dossiê (2007) e não necessariamente como algo ‘novo’. Há também a divulgação de um encontro na região metropolitana de Recife que debateu medidas de preservação da capoeira (IPHAN, 2011g). No referido encontro, há divulgação de um espaço com a temática “A Capoeira Ontem e Hoje: Ecos do Encontro do Pró-Capoeira” que nos parece ter sido de grande

- Criação de Museus da Capoeira, para preservação da memória, catalogação de bens culturais da capoeira no Brasil e recuperação de materiais levados ao exterior;
- Criação de Centros de Referências (Nacional e Regionais) que disponibilizem acervos bibliográfico, iconográfico e audiovisuais.
- Incentivo à pesquisa sobre capoeira e distribuição democrática e ampla de seus resultados e produtos (IPHAN, 2010e, s.p.).

Por fim, ainda que de forma fragmentada e desconectada dos encaminhamentos dos demais GTs, os “resultados esperados das políticas de fomento a capoeira”¹⁷⁰ são:

- Democratização da verba pública;
- Elevação da auto-estima dos envolvidos;
- Valorização da cultura popular;
- Perpetuação dos fundamentos/conhecimentos pertinentes à capoeira;
- Instrumentalização/qualificação do capoeirista e dos envolvidos;
- Geração de emprego/renda através do trabalho do capoeirista e conseqüente aumento da renda familiar;
- Inclusão social (IPHAN, 2010e, s.p.).

Ainda que os ‘resultados esperados’, pouco avancem para além da pseudoconcreticidade da totalidade da capoeira, em relação à totalidade da produção da existência humana sob a égide capitalista, destacamos os mesmos positivamente, pois retratam contraditoriamente a ânsia por melhorias da condição não apenas da capoeira em si, mas de seus produtores trabalhadores e seus praticantes em geral. Positivamente, mesmo levando em consideração o nível de consciência dada (IASI, 1999) presente nessas proposições, distante das condições subjetivas necessárias para elevação da consciência de classe.

3.1.6 Sobre o Grupo de Trabalho – Capoeira e Política de Desenvolvimento Sustentável.

O processo de reestruturação produtiva do capital, em decorrência de suas crises cíclicas e o fim anunciado de suas capacidades civilizatórias, promoveu, na década de 1980 e em compasso com as políticas neoliberais, uma proposta de humanizar o capital sob o mote de um desenvolvimento econômico e social subordinado a preservação do meio ambiente. A síntese dessa ‘nova onda’ traduziu-se como um possível “desenvolvimento sustentável” das nações proposta pela ONU em 1987.

relevância para nossa pesquisa. No entanto, o site do IPHAN divulga apenas a notícia do encontro, mas nada referente à relatoria ou possíveis encaminhamentos do mesmo.

¹⁷⁰ O presente GT da região nordeste em análise, é o único que termina seu relatório com essa separação textual como expectativa de execução e encaminhamento por parte do governo.

De acordo com Souza (2010, p. 4-5.):

a noção de desenvolvimento sustentável teve sua gênese em 1983, por ocasião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Organização das Nações Unidas. Essa comissão propôs que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental, aproximando as demandas econômicas em voga com as reflexões sobre a ecologia que ganhavam cada vez mais espaço político e relevância no agendamento da opinião pública. Os trabalhos foram concluídos em 1987, com a apresentação de um diagnóstico sobre os problemas globais ambientais, mundialmente conhecido como Relatório Brundtland. Nesse documento, intitulado “Nosso Futuro Comum”, o conceito em pauta é descrito como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem colocar em risco a capacidade das futuras gerações suprirem suas próprias necessidades.

Trata-se de manter a hegemonia burguesa, mas tentar administrar a produção de capital sem acabar com os recursos naturais, ao mesmo tempo em que se mantenha, portanto, o proletariado controlado para extração de mais valia.

Esse discurso rapidamente tornou-se hegemônico em todo o mundo e passou a ser bandeira de políticas sociais também no Brasil. Com isso, toda política que tiver relação mínima com questões ambientais e culturais, rapidamente recebe como proposição a categoria de Desenvolvimento Sustentável tendo como categorias subordinadas as questões econômicas, políticas e sociais. Por essa razão, com o caso peculiar da preservação dos bens culturais, e em específico à preservação da capoeira não poderia ser diferente. A prova disso pode ser encontrada na reflexão apresentada no início do ‘texto referencial’ (ANEXO 1f) para o GT em questão:

O conceito de desenvolvimento sustentável não se restringe ao aspecto ambiental. Abrange o campo da sustentabilidade econômica, social e cultural. Alcança também aspectos relacionados à **economia da cultura**, como a **transformação da capoeira em um produto de consumo cultural** capaz de gerar renda e crescimento econômico. Entretanto, existe o risco de o crescimento do mercado ligado à capoeira não proporcionar benefícios para os legítimos detentores dos saberes, além de descaracterizar as formas tradicionais.

Esta reflexão traduz uma postura ‘progressista’ de preservar a capoeira a partir de seus produtores (mestres e professores), mas mantém seu caráter idealista ao referendar essa política macro-econômica de crença na controlabilidade da produção da riqueza.

Marx (2008) já nos alertava que na formação social do capital, a produção se apresenta como o objetivo da humanidade e a riqueza como objetivo da produção. Essa assertiva é

necessária para entendermos como se traduz o processo de fetichização da capoeira da mesma forma que o processo de mercadorização dos demais valores de uso da humanidade, sejam eles materiais ou imateriais sob a égide do capital.

Este GT manifestou-se pela forma ideológica reificada para o desenvolvimento da capoeira, pois ao mesmo tempo em que se preocupou com questões de “transmissão e adaptação da capoeira às várias culturas nas quais se insere” (ANEXO 1f), manteve como possibilidade o não rompimento com o projeto capitalista para satisfação dessa proposição, pois não estabeleceu qualquer enfrentamento ao pilar central do capitalismo: a propriedade privada dos meios de produção. A nosso ver, sem esse enfrentamento, não existe qualquer possibilidade concreta de um possível desenvolvimento sustentável da humanidade e conseqüentemente de suas produções coletivas na forma de bens culturais, tais como a capoeira.

Não obstante, as ‘soluções sugeridas’ para essa problemática no encontro da região nordeste mantiveram sua coerência a esse discurso ‘sustentável’. O debate foi relatado de forma fragmentada em três ‘áreas temáticas’: “Sustentabilidade e gestão da política”, “sustentabilidade ecológica”, “economia da cultura” e “Social e Cultural” (IPHAN, 2010e).

A primeira ‘área temática’ aparece com soluções objetivas para o trato com a administração e controle das políticas para a capoeira, tendo em suas proposições o estabelecimento de suas execuções a curto, médio e longo prazo.

- Criar **Câmara da capoeira** dentro dos Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais de Cultura. (Curto prazo)
- Criação de **Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional da Capoeira**, no sentido de dar autonomia aos capoeiras com relação à gestão das políticas públicas e dos recursos relacionados à capoeira. (Médio Prazo)
- Incentivar com parcerias locais a criação de Fóruns e Conferências da Capoeira, com representantes do setor público, das universidades e dos capoeiristas, com poderes deliberativos (curto prazo).
- Incluir os mestres da capoeira dentro do Programa financeiro voltado à cultura popular, como patrimônio da cultura viva (MINC).
- Implementar em todos os estados legislação voltada ao reconhecimento, valorização e repasse de benefícios vitalícios aos mestres de capoeira enquanto patrimônios vivos, segundo critérios a serem definidos pelo **Conselho de capoeira**.
- Apoio e incentivo financeiro do governo federal (IPHAN/MINC) às secretarias que incluem a capoeira em suas pautas, **com anuência dos Conselhos**.
- Divulgação dos resultados deste Encontro junto aos governos municipais e estaduais da região NE (IPHAN, 2010e, s.p.) [grifos nossos].

Nestas ‘soluções sugeridas’ podemos visualizar uma insistência da criação de um Conselho Nacional de Capoeira, bem como uma subdivisão em conselhos estaduais e municipais. Entendemos como imprescindível a auto-organização dos trabalhadores da capoeira para luta por seus direitos em todos os seus aspectos. No entanto e ao que parece, se caso forem criados esses conselhos com seus respectivos ‘poderes’ sugeridos nas propostas, a luta entre os capoeiras para serem parte desse ‘executivo’ se dará no mesmo marco de como foi a criação do sistema CONFEF/CREFs. Aqui mais uma vez se estabelece a distorção de uma bandeira histórica da classe trabalhadora (auto-organização) pelo acirramento da luta entre a própria classe trabalhadora (no caso dos capoeiras) na incessante busca do controle da máquina pública de forma privada e autárquica.

O que não fica objetivado nessas soluções é o ‘como’ que será definido esses conselhos, com base em que instrumentos e critérios, ou mesmo princípios. Apesar de toda essa problemática, o resultado das discussões do encontro da região nordeste foram divulgados em outubro de 2010 e até o presente momento (janeiro de 2012, mais de um ano passado) não há nada que aponte para uma possível concretização desses encaminhamentos.

Na ‘área temática’ “sustentabilidade ecológica”, são apresentados os riscos da extração desenfreada de matérias primas para produção dos instrumentos musicais da capoeira, principalmente do uso da madeira **biriba** sendo proposto como controle as seguintes ‘soluções’:

Pesquisa:

- Mapeamento e pesquisa das práticas já desenvolvidas nas diferentes regiões do Brasil em relação a o manejo (plantio, replantio e coleta) da biriba e outros recursos relacionados à prática da capoeira – cabaça, vime do caxixi, ramí, sementes – merú ou olho-de-pombo, envolvendo EMBRAPA, IPHAN, IBAMA, universidades.

Replantio:

- Políticas de incentivo ao replantio da biriba, do ipê (pau d’arco) e da cabaça;
- Encaminhamento formal do IPHAN para EMBRAPA, IBAMA, universidades e prefeituras, visando a determinação de espaços/locais adequados e auxílio técnico para o manejo desses insumos voltados à capoeira (plantio, replantio, coleta).
- Parcerias com cooperativas de agricultura familiar voltadas ao plantio.

Extratativismo sustentável:

- IBAMA criar regulamentação de acesso dos capoeiras às áreas de proteção de manejo para o extrativismo sustentável desses insumos, que sirva de referência para estados e municípios.
- Dar autonomia ao Conselho local de Capoeira, ou à Câmara da Capoeira nos Conselhos municipais e/ou estaduais de cultura, para identificação dos capoeiras autorizados a acessar estas áreas com apoio e acompanhamento técnico do IBAMA (IPHAN, 2010e, s.p.) [grifos do autor].

Essas propostas são os detalhamentos das recomendações já expostas no Dossiê (2007) e no Parecer 031/08. A única diferença está na proposição de intervenção do IBAMA no controle das áreas a serem cultivadas as espécies em questão. Percebe-se, portanto, uma preocupação com a mercadorização dos valores de uso da capoeira que se separam do ato de sua produção, ou seja, passíveis de controle material e não apenas consumidos no ato de sua produção (como o jogo da capoeira em si).

Na ‘área temática’ da “economia da cultura” é que se apresenta o acirramento das disputas grupais da capoeira, numa perspectiva liberal de ‘livre concorrência’. Têm-se como solução para as “dificuldades dos capoeiras em prover sua sustentabilidade econômica através do uso do saber popular [senso comum] e do exercício de sua prática” as seguintes propostas:

- Mapeamento e incentivo à **contratação de grupos de capoeiras** nos circuitos e festivais culturais e turísticos já existentes, com **anuência do Conselho ou Câmara da Capoeira** nos conselhos municipais e estaduais de cultura.
- Criação e fortalecimento de vínculos com as secretarias de turismo e cultura locais com o segmento da capoeira.
- Incentivar a criação de espaços destinados à prática e divulgação da capoeira **em pontos turísticos e espaços públicos e privados** (aeroportos, shoppings, praças, praia, etc.).
- **Parceria com empresas para incentivo** às práticas da capoeira, **com anuência do Conselho local**. (responsabilidade social com contrapartida do grupo de capoeira) (IPHAN, 2010e, s.p.) [grifos nossos].

A formação social do capital não permite o controle de sua expansão (MÉZÁROS, 2002), ou seja, esta política sendo colocada em prática pura e simplesmente culminará numa disputa tanto por cargos nos conselhos como em propinas e demais brechas possíveis para angariar o maior número de ‘serviços’ e conseqüentemente a ampliação dos possíveis lucros para os grupos **apoderados**. As propostas tentam obscurecer essa constatação, ao vincularem as políticas à “anuência dos conselhos”, mas por não contextualizarem as determinações do processo metabólico do capital findam por manter-se no mundo da pseudoconcreticidade. Um primeiro exemplo dessa prática já foi exposto no capítulo anterior (ver sobre o prêmio “Galeria dos Mestres”) quando do fornecimento de bolsas de estudo do MinC para que mestres realizassem serviços que incentivassem a prática da capoeira, dentro do PCV.

Aqui fazemos um destaque sobre a estrutura montada para os encontros Pró-capoeira. Parece que a organização planejou os GTs, levando em consideração qual seriam os interesses de cada capoeirista. Levando em consideração aqueles que porventura são contra ou favor da

regulamentação da profissão de capoeira, os mesmos foram direcionados para um GT específico sobre o assunto. Sendo tirados do cenário do conjunto da capoeira os possíveis resistentes a tendência da regulamentação da capoeira, o Estado aprofunda esse debate com quem não tem muita intimidade com esse processo (presentes nos demais GTs), e que por isso mesmo será facilmente cooptada legitimando essa regulamentação. Aqueles que são contra tiveram respeitadas suas proposições em seu respectivo GT, mas não puderam socializar esse debate para o conjunto dos presentes no encontro. Em última instância, o Estado pôde aprofundar o processo de regulamentação da capoeira com a justificativa que apenas o GT de regulamentação se coloca como contrário, os demais todos legitimam esse processo. “Vence” o que propõe a maioria, sem levar em consideração suas particularidades. É provável que essa estratégia tenha se dado também com relação às demais temáticas.

Seguindo na análise do GT em questão, a “economia da cultura” em nosso modo de ver refere-se a “privatização da cultura” nos seus aspectos de planejamento, financiamento e produção. Planejamento e controle feito pelo Estado, a partir de suas orientações; financiamento público com direito privado (gerenciado pelo terceiro setor); e produção coletiva dos trabalhadores da capoeira (mestres e professores) sendo aparelhados pelo Estado Burguês e convocados conforme as necessidades de exposição na vitrine brasileira do mercado global.

Com isso chegamos a última ‘área temática’ debatida no GT que diz respeito a questão “social e cultural” da capoeira. Neste item, repetem-se várias proposições já feitas de modo similar nos GTs anteriores. Por esse razão nosso destaque está apenas na aproximação de políticas culturais que estabeleçam parcerias não apenas entre o MinC, o ME e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), mas também do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) por meio da utilização da capoeira como instrumento de **Assistência Social**. A ‘solução sugerida’ em questão é “Garantir e fortalecer as parcerias com as instituições de Assistência Social e Educação para incentivar as ações voltadas à Capoeira” (IPHAN, 2010e, s.p.).

Destacamos de maneira positiva essa proposta, pois mais do que se aproveitar dos ‘benefícios’ da capoeira em suas várias possibilidades mercadológicas inerentes ao capital, está vinculado a mesma uma política de assistência social e educativa financiada pelo Estado, o que garante o retorno da cultura da capoeira (originada no seio da classe trabalhadora) a sua própria classe (que carece de assistência). Se a comunidade capoeirana tomar consciência para si de seu histórico projeto de classe (o socialismo), esta proposta, além de permitir de forma

pública o usufruto do resultado da produção da capoeira, ainda auxiliará no processo de enfrentamento dos problemas que a classe dominante impõe para a classe trabalhadora.

Fica assim a constatação de que a incontornabilidade do processo expansionista do capital é incapaz de produzir qualquer política de **desenvolvimento sustentável**. Sugerimos colocar em suspensão essa categoria do pensamento e só retornarmos a ela no momento em que a classe trabalhadora estiver efetivamente no controle do Estado e com seu processo de supressão das classes em estágio avançado. Em respostas aos críticos do marxismo, reafirmamos que enquanto a produção da existência for determinada pela formação social do capital, a sociedade se manterá dividida em duas classes antagônicas e o conjunto da obra marxiana se manterá atual, o que nos permite reproduzir aqui a terceira tese de Marx e Engels (1987, p.126) que bem expressa nosso entendimento e proposição:

A doutrina materialista segundo a qual os homens são produtos das circunstâncias e da educação e, portanto segundo a qual os homens transformados são produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador deve ser educado. Por isso, essa doutrina chega, necessariamente, a dividir a sociedade em duas partes, uma das quais é colocada acima da sociedade.

A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como *práxis revolucionária*. [grifos do autor]

3.1.7 Do ‘Texto Referencial’ de Esclarecimentos Sobre a Questão Previdenciária.

Em conjunto com os textos de referência dos demais GTs está anexado um texto (ANEXO 1g) que não é específico de um GT mas que explica a não execução de uma das reivindicações centrais dos capoeiras: Uma aposentadoria digna para os velhos mestres.

Tanto no Dossiê (2007) como no Parecer do Iphan 031/08 constam como recomendação de salvaguarda da capoeira “A criação de uma previdência específica para capoeiristas e artistas em geral” (IPHAN, 2008a, p.02; DOSSIÊ, 2007, p. 94).

O texto em questão apresenta um histórico mínimo da elaboração dessa reivindicação:

Durante o processo de registro da roda de capoeira e do ofício dos mestres de capoeira como patrimônio cultural do Brasil foram realizados, em Salvador, Recife e Rio de Janeiro, três encontros denominados “Capoeira

como Patrimônio Imaterial do Brasil”¹⁷¹. Nesses encontros mestres, alunos e pesquisadores da área propuseram recomendações para a salvaguarda dos dois bens culturais. Dentre essas recomendações destacou-se a necessidade de criação de uma espécie de aposentadoria especial para os mestres de capoeira em idade avançada que se encontram em situação de vulnerabilidade social. (ANEXO 1g)

No intuito de se mostrar favorável a essa reivindicação, mas esbarrar na legislação brasileira, o MinC traz esse texto de esclarecimento no intuito de justificar o porque essa reivindicação não é possível de se concretizar uma vez que a mesma é inconstitucional.

Temos ciência que o processo democrático com o qual foi produzido a nossa Constituição Federal de 1988 demonstra os limites de consciência de classe originada no referido documento que atualmente mais parece uma ‘colcha de retalhos’ ‘toda emendada’ do que um documento legítimo. Trazemos essa crítica no sentido de, contrariamente ao legalismo exposto pelo MinC, aclamar para o conjunto da comunidade capoeirana que essa reivindicação é legítima e está para além do âmbito da legalidade.

Em contrapartida e no intuito de acalmar possíveis críticas e revoltas da comunidade capoeirana, o mesmo texto já sugere como solução para essa problemática um edital ‘paliativo’ que beneficiaria os velhos mestres momentaneamente.

Uma medida de **curto prazo** que está ao alcance do Ministério da Cultura é o **edital Prêmio Viva Meu Mestre**, voltado para mestres de capoeira em idade avançada, formados na tradição e cuja trajetória de vida tenha contribuído de maneira significativa para a transmissão e continuidade da capoeira no Brasil e no mundo. Este prêmio tem o valor de 15 mil reais e poderá contemplar um universo de 100 mestres numa primeira etapa (ANEXO 1g) [grifos nossos].

Esse edital foi colocado na ‘praça’ em outubro de 2010 e foi até o presente momento de nossa pesquisa (janeiro de 2012), a última política pública do Programa Pró-capoeira.

Ao apresentar esse texto de “esclarecimento”, prontamente o Estado brasileiro acalmou as possíveis críticas pelo não atendimento de uma reivindicação legítima da comunidade capoeirana, uma vez que no mesmo texto é exposto uma solução momentânea para os velhos mestres. A seguir segue a exposição de nossa análise sobre esse edital.

¹⁷¹ Nos sítios de IPHAN e do MinC não há qualquer registro sobre esses encontros, o que nos impede de analisarmos esse contexto. Sabemos apenas que os mesmos ocorreram por nossa inserção na comunidade capoeirana, mas não podemos afirmar mais nada além disso pois não participamos dos mesmos.

3.2 Sobre o Prêmio Viva Meu Mestre: Última gota da Torneira do Programa Pró-Capoeira.

O Prêmio Viva Meu Mestre foi um edital lançado recentemente com o intuito de amenizar a dificuldade por parte do Estado em construir uma política previdenciária para os velhos mestres de capoeira.

É sabido que as dificuldades de sobreviver apenas ‘dando aula de capoeira’ são tamanhas, a ponto de vários mestres, por vezes ao longo de sua vida, rumar para outros campos de trabalho, muitas vezes se consolidando em subempregos nos mais diversos setores produtivos do capital. Porém, essa manifestação coletiva persistiu até este século pela força de vontade de seus próprios produtores, que mesmo de forma precária mantiveram sua existência, ainda que determinada pela formação social do capital e pela herança cultural de seus antecessores. Por todo esse contexto, poderíamos até coadunar com essa política financeira de amparo aos mestres, caso a mesma produzisse um mapeamento objetivo de todos os mestres de capoeira de nosso país, bem como contemplasse a todos de maneira contínua, ou seja, de acordo com a proposta inicial de aposentadoria vitalícia. Mas não é essa a proposição dessa política cultural.

O prêmio Viva Meu Mestre teve como objetivo,

...reconhecer e fortalecer a tradição cultural da Capoeira por meio da premiação de Mestres e Mestras de Capoeira, com idade igual ou superior a 55 (cinquenta e cinco) anos, cuja trajetória de vida tenha contribuído de maneira fundamental para a transmissão e continuidade da Capoeira no Brasil (MINC, 2010, p.01).

Ao mesmo tempo em que visualizamos na maior parte das discussões do encontro pró-capoeira nordeste uma tendência ao aligeiramento da formação em capoeira, inclusive com propostas de cursos de graduação universitária para a mesma, o MinC só reconhece nesse edital os mestres que já possuem mais de 55 anos de idade, como se os demais não precisassem tanto do auxílio governamental.

Não há no presente edital uma justificativa para escolha dessa idade (55anos). Porém está bem claro que a verba no valor de 10.800,00 reais (valor já deduzido o imposto de renda – o divulgado foi 15 mil reais) será fornecida apenas para 100 mestres. Como o Brasil possui mais que 100 mestres (como foi constatado) com essa idade, o Edital prontamente estabelece seus critérios de seleção, calcados em princípios individualistas e de responsabilidade total dos

candidatos, independente de sua formação (leitura e escrita) e possibilidade de acesso ao mundo virtual (internet).

Sobre as condições de participação no edital, excetuando-se a questão da idade, as demais categorias ao nível de sua aparência, demonstram um avanço para a definição do prêmio. Tais condições são:

- a) Idade igual ou superior a 55 (cinquenta e cinco) anos na data de encerramento das inscrições;
- b) Grande experiência e conhecimento nos saberes e fazeres da Capoeira;
- c) Que contribuam ou tenham contribuído, em algum momento de suas vidas, ao fortalecimento e à transmissão das tradições culturais da Capoeira;
- e
- d) Que tenham ou tiveram ao longo de sua história de vida reconhecimento da comunidade de praticantes da capoeira e/ou de outros setores da sociedade (MINC, 2010, p. 02).

Mas para serem colocadas em prática na realidade concreta, o edital estabelece um conjunto de critérios que evidenciam seu caráter competitivista e segregador. Isto significa denunciar que o Estado sendo orientado pelas políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que demonstra interesse em incentivar as manifestações da cultura popular, zela pelo princípio individualista no qual ‘o de cima sobe e o de baixo desce’.

Os argumentos que fundamentam essa afirmativa se iniciam de forma explícita no item do edital “prazo e condições para inscrição” a partir da alínea “b”:

- 4.1 - As inscrições serão realizadas entre os dias 29 de outubro de 2010 e 17 de novembro de 2010, pelo envio dos seguintes documentos: [...]
- b) Cartas de Apoio de outros mestres ou de grupos, entidades, personalidades públicas, professores, jornalistas, pesquisadores ou membros da comunidade onde atua o(a) candidato(a), identificados pelo nome completo, indicação da relação com o(a) candidato(a), número do CPF, e-mail (se houver) e assinatura do emitente; e
 - c) Cópias simples de **materiais diversos que comprovem a atuação do(a) candidato(a)** e que ajudem os avaliadores a conhecerem melhor **suas realizações, tais como: cartazes, folders, reportagens publicadas, sítios da internet ou material audiovisual (DVDs, CDs, fotografias etc.)** (MINC, 2010, p. 2-,3) [grifos nossos].

Essas condições representam a ânsia do Estado brasileiro em subjugar a capoeira à condição de ‘vitrine’, ou seja, quem mostrar que tem o maior número de alcance social, sai na frente da ‘corrida’ por meios de subsistência. Mas não basta somente ser ‘estrela’. O mestre candidato ainda precisa para ter mais chances de ganhar o ‘prêmio’ atestar sua pobreza, como bem se explicita nos critérios de avaliação do edital, em sua alínea “b”:

b) Situação de vulnerabilidade socioeconômica do (a) mestre – 0 a 20 pontos. Será considerado(a) em situação de vulnerabilidade socioeconômica os(as) candidatos(as) que preencherem um ou mais dos seguintes itens, pontuados da seguinte forma:

I. **Renda mensal familiar por pessoa igual ou inferior a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais** – 5 pontos;

II. **Não possuam plano de previdência social ou aposentadoria** – 5 pontos;

III. **Recebam benefício previdenciário de até um salário mínimo** - 5 pontos;

IV. Que se encontre em situação precária de saúde - 5 pontos (MINC, 2010, p. 4-5) [grifos nossos].

Desta forma quem atestar a maior pobreza econômica e de saúde ‘ganhará 20 pontos’, mas lembrando que o mestre candidato tem que comprovar o quanto já foi ‘estrela na capoeira’. Nossos argumentos contundentes, além de demonstrar o tamanho de nossa indignação frente ao Estado Burguês, demonstram concretamente que o pano de fundo por trás dessa política se traduz em fornecer condições mínimas de subsistência para que esses mestres, principalmente aqueles que se encontram em extrema pobreza econômica e de saúde e que conseguirem comprovar essa condição, possam contribuir minimamente com essa verba para o ciclo vicioso do capital na forma de obtenção de valores de troca.

Na alínea “c” da avaliação, mais uma vez se explicita o caráter perverso da formação social do capital:

c) Contribuição sociocultural da atuação do mestre na(s) comunidade(s) em que viveu e atuou – 0 a 10 pontos. Será considerada a contribuição sociocultural a atuação dos(as) candidatos(as) que preencherem um ou mais dos seguintes itens:

I. Contribuição em comunidades com baixo Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M) [onde mora a classe que mais é explorada pelo capital] - de 0 a 2,5 pontos;

II. Contribuição em projetos, atividade e ações desenvolvidas em comunidades carentes [idem] – de 0 a 2,5 pontos;

III. Atuação como capoeirista ou mestre de capoeira **voluntária e gratuita** – de 0 a 2,5 pontos;

IV. Atuação junto a qualquer comunidade, escola, entidade ou projeto – de 0 a 2,5 pontos (MINC, 2010, p. 5) [grifos nossos].

O incentivo do **trabalho voluntário** promove na consciência dos mestres, tanto o sentimento de ‘caridade’, ‘fraternidade’ e até mesmo ‘satisfação’, quanto desobrigam o Estado de seu papel de garantir o salário digno para a classe trabalhadora, bem como de suas demais responsabilidades sociais. Mais do que isso, o ensino da capoeira em sua forma voluntária

auxilia a classe dominante para extração de mais valia, pois em conjunto com os demais trabalhos voluntários, o número desse tipo de trabalhador no Brasil, só em 2007, chegou a 20 milhões (ANTUNES, 2007).

Para melhor explicar essa condição, recorremos a Souza (2008, p.54), ao citar que:

Ao modelo de **acumulação flexível** corresponde um **estado mínimo** em termos de investimentos sociais. Por essa razão passa a ser estimulado “um voluntariado que preencheu as lacunas deixadas pelo Estado e se esforçou por diminuir as necessidades daqueles que ficaram a margem do sistema – ou **perversamente inseridos**, mas **sem questionar essa consequência** da economia de mercado, foco norteador das **posturas neoliberais**.” (DAL RIO, 2004, p.71 apud SOUZA, 2008, p.54) [grifos nossos].

Os trabalhadores da capoeira já amargam historicamente esse aproveitamento do Estado pela capoeira desde a época em que mestre Bimba se apresentou para as autoridades baianas e brasileiras. Agora, reforça-se de tal maneira o trabalho voluntário a ponto justificá-lo inclusive como forma de distencionar o conflito entre as classes e com isso humanizar o capital. Torna-se evidente nesse momento, a categoria de FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO, articulada tanto a subjetividade do capoeirista em si, quanto na objetividade de ser caridoso, voluntário, para compensar a debilidade da máquina pública.

O idealismo ingênuo ou assustador dessa forma de trabalho fica evidente na fala de Milú Villela¹⁷² durante a conferência de abertura do I Congresso Brasileiro do Voluntariado em 2002.

O voluntariado não é assim, como poderia parecer a primeira vista, altruísmo desinteressado. É, isto sim, sentimento de responsabilidade social, alicerçado em pelo menos duas grandes convicções.

Por um lado, a consciência de que o interesse público não consiste apenas no dever jurídico do Estado, sendo também uma obrigação coletiva. E, por outro, **a consciência de que é possível humanizar o sistema econômico, no sentido de que ele não precisa ser perverso para funcionar de modo eficiente**. (VILLELA, 2002, p. 17 apud SOUZA, 2008, p. 56) [grifos nossos].

Essa fala traduz não apenas a barbárie do capital, como seu processo sociometabólico que inculca na consciência da classe trabalhadora a possibilidade de controlar e tornar

¹⁷² De acordo com Souza (2008, p. 56), “Milú Villela é psicóloga, Presidente do Comitê AIV – Ano Internacional do Voluntariado, Presidente do Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário (entidade parceira do Projeto “Amigos da Escola”), do Museu de Arte Moderna de São Paulo, do Centro de Voluntariado de São Paulo, da Associação Comunitária Despertar e Embaixadora da Boa Vontade da UNESCO”. Esse mapa demonstra que interesse de classe perpassa seu ideário a ponto de defender a humanização do capital.

eficiente a formação social incontrolável e em vias de degeneração das forças produtivas (MÉSZÁROS, 2002).

O discurso de valorização do trabalho em ‘comunidades carentes’, apesar de fortalecer o vínculo entre a capoeira e sua classe de origem, dissolve muito de seu caráter de resistência se reduzida a mero trabalho voluntário em prol do capital. Percebe-se que a categoria de FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO, nesse edital, manifesta novas qualidades que ultrapassam a prática da capoeira em si para manter a classe trabalhadora alienada. Como instrumento de amenização da dita “consciência social” o FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO atinge a qualidade de caridade, assistencialismo, sem levar em conta os porquês das condições precárias da sociedade em geral, nem a consequência de que seu ato voluntário inibe a ampliação de direitos trabalhistas de sua própria categoria. Em outras palavras, o ato voluntário da doação do “serviço” capoeira, retira a possibilidade de outro trabalhador ou do próprio voluntário de ter reconhecido seu direito a venda de sua força de trabalho. A lógica é, portanto, colocar trabalhador contra trabalhador, pois cada voluntário “empregado” é igual a um trabalhador “desempregado”.

Mais a frente, para o caso de os candidatos terem cumprido todas as exigências e ainda terem ficado entre os 100 primeiros, os mesmos ainda tiveram que se atentar aos sítios do IPHAN e MinC, pois conforme o Edital, após a divulgação dos resultados, todos os ‘habilitados’ teriam que enviar seus documentos num prazo máximo de 5 dias corridos sob pena de desclassificação automática (MINC, 2010, p. 6). Solicitamos que não se esqueçam dessa informação, pois mais a frente a retomaremos trazendo erros grosseiríssimos sobre esse processo.

As disposições gerais finais do edital ainda “aparelham” os possíveis mestres premiados, pois, conforme os artigos 10.3 e 10.4:

10.3. O (a) candidato (a) premiado (a) **obriga-se a divulgar o nome do Programa Pró-Capoeira**, em reconhecimento **ao apoio** recebido, em entrevistas e outros meios de comunicação disponíveis, bem como **em todas as peças promocionais** relativas às atividades relacionadas ao prêmio, como cartazes, banners, folders, bandeiras, outdoors e nos locais de realização das ações.

10.4. As peças promocionais deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sendo **vedada trazer nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal** (MINC, 2010, p. 7) [grifos nossos].

Se o mestre premiado é obrigado a servir de *outdoor* do Estado, por que é vedada sua promoção pessoal? Para que os ganhadores se tornem de maneira efetiva, o que temos

sugerido ao longo de todo nosso trabalho: **Capoeira Vitrine do Estado Brasileiro**. Em outras palavras, com do FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO há uma tendência à simplificação dos megagrupos em instrumentos de veiculação do Estado. Com isso muda-se a estampa da camisa, mas não a precarização do trabalho frente à produção da capoeira.

Esse aparelhamento Estado para com os capoeiras já havia sido denunciado por Araújo (2008, p. 75), na ocasião da análise da edição de 2007 do PCV:

Outra questão, não menos importante, é a de que a **concessão do benefício estava condicionada à assunção de uma ideologia**, porque, para serem premiados, os capoeiras **se veriam obrigados a adotar um discurso e uma postura cooperativa com relação ao Estado, abandonando preocupações mais radicais**, como é possível perceber nas ênfases contidas no Edital mais recente, de 2007 [grifos nossos].

Se naquele momento o Estado já mostrava seus reais interesses na investidura pró-capoeira, com relação ao prêmio Viva meu Mestre isso se acentua e se fortalece. Mas como bem apontou Marx e Engels no Manifesto Comunista (2006, p.45) “A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inelutáveis”. Ou seja, se os interesses burgueses determinam as ações do Estado e este tem olhado com ‘bons olhos’ a capoeira, nós capoeiristas devemos encontrar no bojo dos interesses desse Estado burguês, as armas necessárias para derrubá-lo.

Do contrário, permanecemos em luta intra-classe, ou seja, – se sou um beneficiado do prêmio Viva Meu Mestre fico feliz e faço propaganda do governo; se fui habilitado, mas não fiquei entre os 100 primeiros, me revolto contra os mestres beneficiados e não contra o Estado que me colocou nessa situação beneficiando quase que exclusivamente apenas a classe dominante. Basta vermos a consolidação da influência dos organismos multilaterais, tais como a UNESCO frente a essa política micro para a capoeira.

Não esqueçamos que foram 178 inscrições (IPHAN, 2011d) e apenas pouco mais de 100 contemplados. E ainda, que existem mestres que não tiveram acesso ao referido edital por questões adversas e, portanto também não foram beneficiados.

Se o discurso para esse edital se justifica pela ‘emergência’ em auxiliar os velhos mestres, dada a legislação não favorável para a reivindicação de aposentadoria, entendemos que o prêmio deveria ser para todos os mestres sem restrição de idade, nem burocracia, muito menos aparelhamento, ou seja, que fosse o Estado o responsável pelo mapeamento de quem são os velhos mestres e não os velhos mestres que corressesem de maneira individual atrás das exigências do Estado. Se for bem verdade que nossa proposição ainda se caracteriza como reforma, aos menos se ampliaria à possibilidade de subsistência dos velhos mestres de forma

coletiva e atenderia, mesmo que paliativamente, a uma das necessidades imediatas de todo o conjunto da comunidade capoeirana. A luta dos capoeiras em suas reivindicações específicas deve, portanto, estar articulada a totalidade da luta da classe trabalhadora, com ela enfrentando os ditames da formação social e perspectivando de modo permanente, a construção do projeto histórico socialista.

A partir da exposição da análise do Edital, nos propomos agora a resgatar um dos itens ‘desclassificatórios’ do mesmo que nos fez depararmos com uma série de ajustes grosseiros dos resultados desse edital, que do próprio ponto de vista do direito burguês (juridicamente falando) não costumam ser tolerados.

Trata-se da questão da entrega de documentos dos primeiros 100 mestres habilitados no prazo máximo de 5 dias a contar a partir da publicação do Diário Oficial da União (DOU). A armadilha presente nesse item fez com que o IPHAN divulgasse duas novas chamadas após a primeira, chamando mais cinco mestres que ficaram na lista de espera, após os 100 primeiros (IPHAN 2011d; 2011e; 2011f). Devemos esclarecer antes de interpor nossa crítica que um dos mestres “desclassificados” pela não apresentação dos documentos foi Mestre Artur Emídio de Oliveira que faleceu antes da entrega. Se ele foi desclassificado presumimos que ninguém da sua família recebeu esse prêmio, sendo divulgado apenas uma homenagem do IPHAN tanto a esse mestre como ao Mestre Peixinho (Marcelo Azevedo Guimarães) e ao Mestre Bigodinho (Reinaldo Santana). Os dois últimos não foram desclassificados e esperamos que seus respectivos dependentes tenham recebido esse prêmio.

Essa problemática é fruto do processo burocrático que limita as possibilidades de uma política pública chegar a quem precisa, mas o pior de todo esse processo está para além desse problema singular.

Constatamos que na notícia do IPHAN que divulga o Edital em questão – datada de 28 de Outubro de 2010, consta um *link* referente ao DOU n° 66 de 06 de Abril de 2011 (ANEXO 2). Este documento apresenta uma **lista dos mestres** inscritos como habilitados e não habilitados a receber o referido prêmio. Esse mesmo *link* está exposto em outra notícia sobre a mesma temática no site do MinC, notícia essa divulgada na mesma data da publicação desse DOU n° 66 (ANEXO 2).

No dia 26 de Julho de 2011, é divulgado uma notícia no sitio do IPHAN (2011a) contendo mudanças na lista de mestres habilitados e não habilitados para o prêmio. Há nesta notícia seis *links* diferentes referentes a:

- Lista **preliminar** de candidatos classificados entre a 1ª e a 100ª posição (ordem alfabética)
- Lista **preliminar** de candidatos classificados entre a 101ª e a 111ª posição (ordem alfabética)
- Lista **preliminar** de candidatos habilitados e não classificados (ordem alfabética)
- Lista definitiva de candidatos não habilitados [IPHAN, 2011c]
- DOU - Resultado provisório 1 [ANEXO 3]
- DOU - Resultado provisório 2 [ANEXO 4]. (IPHAN 2011a) [grifo nosso].

Além dos *links*, há uma explicação sobre a mudança na ordem das referidas listas explicando que:

A Comissão de Seleção, nomeada pela Portaria nº.231 do dia 5 de julho de 2011 torna público o resultado preliminar do Edital Nº 1/2010, Prêmio Viva Meu Mestre - Edição 2010. Seguindo o disposto no item 10.6¹⁷³ do edital, a Comissão decidiu pela não habilitação das candidaturas relacionadas à *punga*¹⁷⁴ maranhense, pela não habilitação de três inscrições que não anexaram cartas de apoio¹⁷⁵, pela habilitação de duas candidaturas antes não consideradas por terem sido extraviadas internamente¹⁷⁶ e pela habilitação de duas candidaturas que haviam sido desabilitadas¹⁷⁷ pela falta de assinatura em suas respectivas fichas de inscrição. Em consequência, a Comissão homologou uma nova listagem de inscrições não habilitadas¹⁷⁸ [...] (IPHAN, 2011a).

¹⁷³ “10.6 - Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na inabilitação da inscrição e, se for o caso, na devolução dos valores repassados, devidamente corrigidos e acrescidos de juros, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas e judiciais cabíveis” (MINC, 2010, p.7).

¹⁷⁴ A *punga* é uma manifestação cultural do Maranhão que de acordo com o próprio IPHAN, possui semelhanças com a capoeira. No entanto o Instituto divulgou nota esclarecendo que a mesma não é capoeira, por isso os candidatos mestres da *punga* foram desabilitados (IPHAN, 2011b). Em resposta há essa desabilitação, está divulgado no sítio do MinC (2011) um comentário (postado) por Raimundo Didi Muniz que se contrapõe a essa modificação considerando que: “A capoeira – vertente ou estilo – mesmo que não reconhecido pela grande massa de praticantes, tem no Maranhão a vertente denominada “PUNGA”, “ ESPERANDO PUNGA”, ou “PUNGA DOS HOMENS”, muito praticada no vale do Itapecuru. Embora não seja reconhecida como tal, para os seus praticantes, e eles mesmos se autodenominam como sendo uma vertente da capoeira, assim como o é o frevo de Pernambuco. Precisamos conhecer mais o nosso país, em especial os quilombos do Maranhão”. Stotz (2010, p.184) descreve ainda que superficialmente, que a *Punga* trata-se de um “tipo de samba de roda praticado em São Luis do Maranhão, jogado por homens, cuja coreografia envolve meneios, umbigadas, chamadas, tombos e choques. É acompanhado pelo som de tambores e canto”. Fica, portanto a dica, embora não termos também conhecimento sobre essa vertente, provavelmente por questões geográficas.

¹⁷⁵ Trata-se do Mestre Itamar da Silva Miranda (sem apelido) do Rio de Janeiro; Osvaldo da Conceição Santana (mestre baixinho) de Salvador-BA; e Vilmar da Cruz Brito (mestre vilmar) do Rio de Janeiro. Esses dados foram deduzidos da verificação entre a explicação do IPHAN (2011a), com sua lista definitiva de não habilitados (IPHAN 2011c), em cruzamento direto com a primeira lista divulgada pelo DOU nº 66 (Anexo 2).

¹⁷⁶ Trata-se da habilitação de Laurindo Daria dos Santos (mestre onça negra) de Goiás e de Reginaldo Laurêncio Bispo (mestre régis) da Bahia (IPHAN 2011b). O processo de verificação desses dados se deu da mesma forma constante na nota de rodapé supracitada.

¹⁷⁷ As duas candidaturas anteriormente desabilitadas referem-se a Hélio Tabosa de Moraes (mestre tabosa) do Distrito Federal e José Nunes Filho (mestre mais velho) do Rio de Janeiro seguindo a mesma metodologia de verificação dos dados expostas acima.

¹⁷⁸ Ver IPHAN (2011c).

Essa grande ‘salada’ promovida pelo IPHAN/MinC promoveu tamanha confusão, ao ponto de visualizarmos, só no sítio de divulgação do resultado do Edital do MinC (2011), que dos 50 comentários postados nessa notícia, 29 são de reclamação sobre a demora na divulgação dos dados, sobre os critérios utilizados, tais como a idade mínima e a dificuldade de acesso a internet, etc. Provavelmente se nos sítios do IPHAN também houvesse a possibilidade de postar comentários, o mesmo estaria com sua cota bastante elevada de reclamações. Os outros comentários são em sua maioria, de pessoas simpatizantes da capoeira e que não necessariamente são capoeiristas, mas que valorizaram a iniciativa do Estado acerca dessa política cultural específica.

Percebe-se após essa exposição quão grande é o descaso do Estado para com a capoeira, ainda que a utilize como vitrine de autopromoção no mercado externo. Examinamos dessa forma, que as boas intenções do Prêmio Viva Meu Mestre, no sentido de amenizar a condição social precária da maioria dos velhos mestres traduziu-se como mais uma política incompetente do Estado. De forma contraditória, a nossa crítica vem ao encontro direto da intenção de denúncia por parte da ideologia neoliberal de que o Estado é ineficiente para operar esse tipo de política social referendando-se que a mesma seja delegada ao terceiro setor e, portanto, gerida de maneira privada.

Da mesma forma, esse ideário provavelmente ronda o pensamento de muitos capoeiras que se deparam com a incompetência estatal e ao mesmo tempo já possuem pequenos projetos sociais administrados por organismos ‘híbridos’ tais como as ONGs e OSCIPs. Com isso a produção de capital permanece e avança contrariamente ao projeto histórico da classe trabalhadora. Por essa razão é que o esclarecimento das políticas culturais voltadas para capoeira se justifica, como reconhecimento para o enfrentamento ao modo de produção que já esgotou suas capacidades civilizatórias (MÉSZÁROS, 2002; PERGUER, 2008; ARAÚJO, 2008; TAFFAREL, 2010; AUGUSTIN, 2010), mas que permanece desenvolvendo a capoeira em sua forma de FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO, acrescentando-se a essa categoria o termo **VIVO**, ou seja, FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO VIVO.

Capítulo 4.

A Capoeira como “Patrimônio Cultural do Brasil” ou Só Mais uma Manifestação Cultural Fetichizada?

*Era ele que erguia casas / Onde antes só havia chão.
[...] Mas tudo desconhecia / De sua grande missão:[...] Que a casa que ele fazia / Sendo a sua liberdade / Era a sua escravidão. Mas ele desconhecia / Esse fato extraordinário: Que o operário faz a coisa / E a coisa faz o operário. De forma que, certo dia, / À mesa, ao cortar o pão / O operário foi tomado / De uma súbita emoção / Ao constatar assombrado / Que tudo naquela mesa - Garrafa, prato, facão - Era ele quem os fazia / Ele, um humilde operário, / Um operário em construção. [...] Notou que sua marmita / Era o prato do patrão / Que sua cerveja preta / Era o uísque do patrão / Que seu macacão de zuarte / Era o terno do patrão / Que o casebre onde morava / Era a mansão do patrão / Que seus dois pés andarilhos / Eram as rodas do patrão / Que a dureza do seu dia / Era a noite do patrão / Que sua imensa fadiga / Era amiga do patrão. E o operário disse: NÃO! (Vinicius de Moraes)*

A epígrafe supracitada serve de introdução para ilustrar as intenções de nossa pesquisa em geral, mas em particular desse capítulo, que se traduz na busca pela mediação dos elementos necessários postulados na filosofia da práxis para a tomada de consciência da comunidade capoeirana frente aos reais interesses do Estado para com a mesma, sendo estes já minimamente contextualizados nos capítulos anteriores.

Trata-se, de desvendar o segredo¹⁷⁹ por trás do processo de patrimonialização da capoeira, bem como explicar quais categorias de seu processo de desenvolvimento mais se complexificaram no conjunto de sua totalidade em relação com a totalidade da vida social, de maneira articulada entre si e de forma dialética, “determinando e sendo determinadas numa relação de interação recíproca” (BRANCO, 2008).

¹⁷⁹ Aqui pegamos esse termo de empréstimo de Marx (1985), ao explicar o Fetiche da Mercadoria.

O período anterior ao reconhecimento da capoeira como PCB limitava suas possibilidades mercadológicas ao nível da docência (prestação de serviço – trabalho improdutivo), ou seja, da mercadoria “aula de capoeira” (ARAÚJO, 2008), bem como de seus elementos materiais, tais como instrumentos, Cds, DVDs, livros, roupas, etc. (resultantes de mercadorias que circulam no intervalo entre a produção e o consumo, ou seja da materialização de uma produção não material¹⁸⁰). Nesse marco, as categorias de FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA, LUTA, REGIONAL, EDUCATIVA, ANGOLA, CONSOLAÇÃO, foram se consolidando em frentes diversas de defesa da capoeira, mas que as continham em grande parte já subordinadas ao FETICHE DA CAPOEIRA CONTEMPORÂNEA, com seus megagrupos e sua internacionalização à pronta entrega.

Se o ambiente da capoeira continha tanto a “aula de capoeira” como sua “cultura material” como mercadoria, o inventário (DOSSIÊ, 2007) produzido pelo Estado brasileiro sobre a mesma representa o **salto qualitativo** de seu processo, ao concentrar o conjunto dessas mercadorias (bem como das categorias de fetiche) em um pacote embalado e selado pelo Estado denominando-se: **Patrimônio Cultural do Brasil**. Esse é o marco da solidificação da forma FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO.

De maneira singular, o Estado brasileiro, ao se apropriar idealmente da capoeira em suas acepções materializáveis (no caso, a Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres), estabelece um ponto de fusão (solidificação) no acervo de conhecimento, socialmente produzido e historicamente determinado sobre esse bem cultural. Em outras palavras, a práxis produtiva material sobrepôs-se sobre a práxis social da capoeira, de modo a simplificá-la em sua forma de FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO.

Não obstante, para entendermos esse processo, faz-se necessário retomarmos o seguinte questionamento: Como o bem cultural capoeira (prática de resistência e consolação/conformismo desde sua origem) torna-se mercadoria (serviço – para o modo de produção) e como se dá o ponto de fusão entre a ‘vendabilidade’ da força de trabalho dos capoeiras (serviço) e a ‘vendabilidade’ de seus produtos artesanais e industrializados?

Os dados referentes a história da capoeira presentes em nossa pesquisa já indicam possíveis respostas para esses questionamentos, mas, se olharmos para a história da produção dos meios de vida de toda humanidade logo percebemos como os seres humanos complexificaram suas formas de relações de produção e reprodução com o meio ambiente e

¹⁸⁰ Marx (1985, p.79).

entre si. Marx (1985) nos traz elementos necessários para entendermos esse processo ao nos afirmar que

A Economia Política analisou, de fato, embora incompletamente **valor e grandeza de valor e o conteúdo oculto nessas formas**. Mas nunca chegou a perguntar por que esse conteúdo assume aquela forma, por que, portanto, o trabalho se representa pelo valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração, [na] grandeza do valor do produto de trabalho. Formas que não deixam lugar a dúvidas de que pertencem a uma formação social em que **o processo de produção domina os homens, e ainda não o homem o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo**. Por isso, ela trata as formas pré-burguesas do organismo social de produção como os padres da Igreja as religiões pré-cristãs (MARX, 1985, p.76-77) [grifos nossos].

Em outras palavras, o processo de dominação dos homens pelo processo de produção não é natural, mas engendra um conjunto de leis que necessitam ser desmistificadas. Se o processo de patrimonialização da capoeira, em nível de sua aparência, é bem visto pelos capoeiras que até então nem promessas sobre isso tinham ouvido, há que também captarmos o movimento do real no concreto do pensamento desvendando suas leis de transformação pela lógica dialética.

Em sua forma mistificada, a dialética foi moda alemã porque ela parecia **tornar sublime [natural] o existente**. Em sua configuração racional [marxista], é um incômodo e um horror para a burguesia e para seus porta-vozes doutrinários, porque, no **entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento de sua negação, [e] de sua desaparecimento inevitável**; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque **não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária** (MARX, 1985, p. 21) [grifos nossos].

Essa explanação de Marx justifica-se por já presumimos que os dados analisados em nosso trabalho com suas críticas e proposições certamente provocarão incômodas revoltas, tanto do Estado burguês quanto dos próprios capoeiras já ‘beneficiados’ com esse processo de patrimonialização. E é precisamente sobre esse caráter, que a categoria de FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO estabelece contraditoriamente uma resposta paliativa as necessidades dos capoeiras ao mesmo tempo em que esconde em seu seio a conformação de seus produtores à formação social do capital. Ou seja, a capoeira como PCB apresenta-se de forma fetichizada, tendo seu processo de produção e suas relações de exploração da força de trabalho abstraídas, restando-se apenas (ilusoriamente) a coisa em si. O segredo oculto por trás

da produção de mercadorias, ou seja, a do fetiche da mercadoria é a obtenção de **mais-valia** (VAZQUEZ, 2007, p.397) e é precisamente sobre esse marco que a capoeira vem se expandindo. Mas, para desvendarmos os nexos e contradições desse processo, de modo a não tomar essa relação como “natural”, mas nos indignarmos e subvertermos essa lógica em prol da classe trabalhadora, necessitamos contextualizar ainda mais, de forma singular, a capoeira como PCB.

4.1 A Capoeira como Produção Não Material e Material.

Optamos por recorrer a Marx em sua crítica a formação social, para explicarmos a prática social da capoeira. Disso decorre que as frentes de produção de sua existência se dão, tanto de maneira material como não material. O autor em questão nos diz que o “[...] trabalho produtivo é uma determinação daquele trabalho que em si mesmo nada tem a ver com o conteúdo determinado do trabalho, com sua utilidade particular ou valor de uso peculiar no qual se manifesta” (MARX, 1978, p. 75).

Com relação à capoeira, situada no marco do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, podemos dizer que sua práxis em si, nada tem a ver com o conteúdo determinado do trabalho (mercadorias), com sua utilidade particular (Lazer – ou de modo específico, Luta, Jogo, Esporte, Folclore, filosofia, etc.) ou valor de uso peculiar (valor de troca) no qual se manifesta – o fetiche da mercadoria representado pela forma PCB.

Da mesma maneira, o “fetichismo da mercadoria e seu segredo” exposto por Marx (1985) nos dá o entendimento de que a “coisa” (capoeira desconectada de seu processo de produção) ganhou vida na forma PCB e agora ‘dá a linha’ acerca do que nós capoeiristas devemos fazer.

Se imaginarmos idealisticamente que quando jogamos capoeira produzimos um “axé”¹⁸¹ (valor de uso) na forma de uma pessoa (um feitor disfarçado de capoeirista –

¹⁸¹ Sobre esse termo, muito utilizado nas rodas de capoeira, nos valem das reflexões de Falcão (2004, p.158-159) ao afirmar que: “A depender do ritmo dos instrumentos musicais de percussão (berimbau, pandeiro, atabaque, agogô e reco-reco) que, atualmente, podem ser encontrados na bateria, também conhecida por “charanga” ou “orquestra”, as cantigas vão de muito lentas a muito rápidas e levam os integrantes da roda a **uma certa melancolia ou exaltação**. Ou seja, elas obrigam os participantes a uma reação, estimulam comportamentos, difundem mensagens e valores e possibilitam a criação de novas situações. Canto e gesto corporal aparecem, na capoeira, indissociavelmente unidos, um regulando e sendo regulado pelo outro. Quando existe uma sintonia, ou seja, uma afinação entre o puxador, o coro, a orquestra e o jogo, diz-se que **a roda tem axé**. Nesse espaço-tempo privilegiado, quando esse conjunto todo se afina, integrando interativamente o campo vocal, o instrumental e o emocional, levando os componentes da roda à euforia ou à melancolia, conforme a mensagem embutida nos versos das cantigas, resultando numa verdadeira sinfonia, embora sem regente, acontece o que Mestre Decanio chama de “o transe capoeirano” [grifos nossos]. Mais a frente em sua obra, o autor afirma

fetichizado = valor de troca para extração de mais-valia), o processo de patrimonialização pelo qual passou a capoeira ‘reencarnou’ esse feitor sob o codinome “Feitchor”¹⁸². Com isso, aquele “axé”, resultado exclusivamente do jogo entre sujeitos reais, passou a ser controlado e incentivado por esse “Feitchor”. Além disso, não nos demos conta que esse ‘capataz do senhor do engenho’ (o capitalista) apresenta-se de forma ‘bem apessoada’, com uma roupagem típica do capoeira guerreiro, forte, de cabeça erguida, com a bandeira do Brasil em punho. Também não nos demos conta que esse “Feitchor” é manipulado por um controle remoto. Quem o controla nesse momento é o Estado brasileiro (personificado pelos interesses capitalistas), o qual se aproveita para ensinar a nos conformarmos com as condições de existência de nossa cultura e ainda promete que o “axé” não será perdido, apenas incentivado pelo Feitchor que em troca ficará com a maior parte do dinheiro passível de arrecadação pelo resultado de nosso jogo (mais-valia). Tudo bem, pelo menos nós (mestres em seu ofício) e nossa Roda (Roda de Capoeira) ganhamos visibilidade, não é mesmo? Lembremos à assertiva do operário em construção que disse **NÃO (!)** e fez-se forte em sua resolução.

Essa crônica metafórica tem como pressuposto chamar a atenção da comunidade capoeirana para “preocupar-se” mais com o entendimento do movimento do real e, de maneira consciente (mantendo o caráter de resistência) se aglutinar nas trincheiras da classe trabalhadora para a transformação social. Quando falamos em “preocupar-se” nos remetemos a Kosik no sentido de, num primeiro momento, esclarecermos que as possibilidades de emancipação humana pelo trabalho foram gradativamente dissolvidas pela formação social do capital ao ponto de hoje essa perspectiva estar reduzida a idéia de “ocupação” no sentido objetivo e “preocupação” como “aspecto fenomênico do trabalho abstrato” (KOSIK, 1976, p.63). Desvendar o “Feitchor” por trás do processo de patrimonialização da capoeira, portanto, significa termos claro que

que “O mais importante é que elas [as cantigas da roda] representam o alimento para o **“espírito” (axé) da roda**” (FALCÃO, 2004, p.159) [grifos nossos]. Percebe-se implicitamente que o “axé” representa uma espécie de “ente”, ou mesmo uma “pessoa” que se manifesta no ato de produção da capoeira em roda. Dessa forma, está aí mais um exemplo, ainda que de forma crítica, da presença do que chamamos de “Feitchor”. Mais a frente retomaremos esse assunto.

¹⁸² Nossa brincadeira serve como ilustração/dramatização/crônica da realidade que se apresenta como fetiche da mercadoria. Daí a junção das palavras Feitor e Fetiche em “Feitchor”. Nada que descaracterize a rigurosidade e o compromisso de nosso trabalho, apenas uma provocação ao academicismo científico e uma forma de tornar menos difícil o entendimento tão complexo que escamoteia o fetichismo da capoeira na sua forma PCB. Lembremos que o próprio Marx em seus diversos escritos sempre manteve o uso de ironias metafóricas para auxiliar no entendimento da profundidade de suas reflexões. Ao nosso ver, o próprio termo fetiche e fantasmagoria apresentam-se na literatura marxiana como ironia ao ocultamento das relações de exploração da força de trabalho na produção de capital.

A substituição do “trabalho” pela “preocupação” não reflete uma particularidade de pensamento de um único filósofo ou da filosofia em geral, mas exprime de certa maneira modificações da **própria realidade objetiva**. A passagem do “trabalho” para a “preocupação” reflete de maneira **mistificada** o processo da **fetichização** das relações humanas, cada vez mais profundo, em que o mundo humano se manifesta a **consciência diária** (fixada na ideologia filosófica) como um mundo **já pronto**, e provido de aparelhos, equipamentos, relações e contatos, onde o movimento social do indivíduo se desenvolve como **empreendimento, ocupação, onipresença, enleamento** – em uma palavra, como “preocupação” (KOSIK, 1976, p.63).

Nessa lógica destrutiva, os produtores da capoeira tendem a limitação de um reconhecimento (PCB) que não se efetiva de maneira plena para a preservação e manutenção da capoeira, mas aguçam na consciência dos mestres e professores esse ‘empresendedorismo’ que nada mais é do que a perspectiva burguesa de ascensão social; a qual não leva em conta a reprodução das mercadorias concentradas no mundo do trabalho, bem como de seu alinhamento para produção de capital.

Duarte (2004) nos traz o exemplo mais concreto e avançado da relação do mundo das coisas com vida própria criada pelo homem: o dinheiro. Ele (o dinheiro) “parece possuir poderes mágicos, parece ser algo que tem vida própria” (p. 9). A questão necessária para o nosso entendimento é que

Uma das características do processo que leva ao fetichismo é o fato de que **as pessoas só vêm aquilo que está imediatamente presente** e não conseguem analisar o fato imediato à luz da totalidade social. O **fetichismo é um fenômeno próprio do mundo da cotidianidade alienada** ou, para usar uma expressão de Karel Kosik (1976), do mundo da pseudo-concreticidade (DUARTE, 2004, p.9).

A capoeira em seu atual estágio de desenvolvimento (FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO) é necessariamente um produto fetichizado e se manifesta de forma material e não-material. Para entendermos essa ação, recorreremos mais uma vez a Marx e sua explanação sobre os produtos do trabalho:

A recente descoberta científica, de que os produtos do trabalho, enquanto valores, são [objetiva] **pura e simplesmente a expressão do trabalho humano gasto na sua produção**, marca uma época na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissipou de modo algum **a fantasmagoria** que faz aparecer o caráter social do trabalho como uma qualidade das coisas, dos próprios produtos. O que é verdadeiro apenas para esta forma particular de produção, a produção mercantil [capital] – a saber, [é] que o caráter [especificamente] social dos mais diversos trabalhos [privados, independentes uns dos outros], consiste na sua igualdade como

trabalho humano, e reveste uma forma objetiva, a forma-valor dos produtos do trabalho -, isso parece aos olhos dos homens imersos nas engrenagens das relações da produção de mercadorias, hoje como antes daquela descoberta, tão definitiva e tão natural como a forma gasosa do ar que permaneceu idêntica mesmo depois da descoberta dos seus elementos químicos. (MARX, 1985, p.73) [grifos nossos]

A unidade entre o valor de uso e o valor de troca para a produção de mercadorias é o que, como resultado do trabalho humano a partir de relações de exploração, permanece obscurecido para a maior parte dos homens. Isto porque essa fantasmagoria não só é vista como algo natural, como também poucos são os que se debruçam sobre esta condição social de nossa existência a fim de promover quaisquer mudanças em prol da classe despossuída, a qual tanto é a mais explorada, como a que mais constrói a sociedade em geral.

Desnaturalizar esse processo, em nosso modo de ver – direcionado para a especificidade da comunidade capoeirana aglutinando-se ao conjunto da classe trabalhadora – perpassa pela explicação do como a prática social da capoeira deixou de ser algo desinteressado para o capital, a partir de seu desenvolvimento não material e material. Trata-se de laçar e matar o Feitor vestido com abadá e corda branca conhecido como “Feitchor”.

Marx (1978, p.75) explica que “o processo capitalista de produção não é simplesmente produção de mercadorias”. Dessa forma um trabalho pode ser “produtivo e improdutivo”. Nessa relação, os mestres e professores de capoeira, manifestam a natureza dessa forma de práxis, subsumida ao modo de produção no momento em que prestam um serviço (docência) e/ou produzem bens materiais (berimbau, por exemplo).

A título de exemplo, podemos dizer que o mestre de capoeira que é admirado por sua destreza corporal, ou por seu canto, etc. é um trabalhador improdutivo (produz a capoeira em sua forma não material). Mas no caso desse mesmo mestre ser contratado por uma empresa que o faz ‘jogar capoeira’ para lucrar com sua apresentação, torna o mestre um “trabalhador produtivo já que produz diretamente capital” (MARX, 1978, p. 76). Processo esse que vem se expandindo com mais intensidade desde a década de 1970 quando os mestres começaram a buscar novos consumidores nos mais vários cantos do país e de maneira restrita, do mundo. O último estágio dessa guinada de trabalho improdutivo para trabalho produtivo na capoeira em sua forma FETICHE DA CAPOEIRA CONTEMPORÂNEA se deu no último período, anterior ao reconhecimento da capoeira como PCB, mas que ainda persiste com bastante expressividade com relação aos megagrupos de capoeira e suas “franquias” (FALCÃO, 2004; ARAÚJO, 2008).

A capoeira ao ser registrada como PCB, ainda que se apresente em sua fase mais evoluída e simplificada, ainda pertence a uma “forma de transição” deslocada entre o processo de produção de mercadorias e processo de produção de capital¹⁸³. Isto porque não se trata de produzir capoeira para reproduzir o capital, mas, na maior parte das vezes, principalmente quando a mesma é financiada pelo Estado, trata-se de produzir capoeira para ser consumida, tanto em sua forma não material como material.

Ou seja,

Esse gênero de trabalho produtivo¹⁸⁴ produz valores de uso, objetiva-se em produtos destinados somente ao consumo improdutivo e que, em realidade, como artigos, não têm nenhum valor de uso para o processo de reprodução (podem tê-lo unicamente por troca de substâncias, pelo intercâmbio com valores de uso reprodutivos). Mas isso é só um deslocamento. Em alguma parte têm que ser consumidos de maneira **não reprodutiva** (MARX, 1978, p. 76-77) [grifos nossos].

Em sua forma não-material, a capoeira constitui-se como mercadoria sob a forma de serviço, que de uma maneira geral, subsiste desde a formação social anterior ao capital, mesmo que de maneira clandestina, tanto como aproveitamento do tempo livre de trabalho ocioso (FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO), quanto como especificamente prestação de serviço na forma ‘leão de chácara’ para políticos e burgueses do Brasil imperial (FETICHE DA CAPOEIRA LUTA). É com o processo de industrialização do país na década de 1930 que a capoeira em sua forma “serviço” começa a se expandir e ser ‘melhor metabolizada’ pelo capital, ainda que de forma marginal e de resistência, desvinculando-se

¹⁸³ Ainda que não tenhamos um tempo maior para explicar profundamente esse processo, Marx (1985, p.70) expõe de maneira contundente que: “Do simples ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresentava-se nos como produtivo, o trabalho que se realiza em [...] mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, acrescenta-se a determinação mais precisa: de que é produtivo o trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia [...]. Trata-se, pois, de trabalho que serve diretamente ao capital como instrumento de sua **autovalorização**, como meio para a produção de mais-valia [grifo nosso].

¹⁸⁴ É nessa mesma obra que Marx sintetiza seu entendimento sobre essa categoria ao afirmar que “Trabalho produtivo não é senão expressão sucinta que designa a relação integral e o modo pelo qual se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo capitalista de produção. Por conseguinte, se falamos de trabalho produtivo, falamos, pois, de trabalho socialmente determinado, de trabalho que implica relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor de trabalho. O trabalho produtivo troca-se diretamente por dinheiro enquanto capital, isto é, por dinheiro que em si é capital, que está destinado a funcionar como capital. E que, como capital, se contrapõe à força de trabalho. Em consequência, trabalho produtivo é aquele que, para o operário, reproduz somente o valor previamente determinado de sua força de trabalho, ao passo que, em sua condição de atividade geradora de valor, valoriza o capital; e opõe ao operário os valores criados por essa atividade na condição de capital. A relação específica entre o trabalho objetivado e o trabalho vivo transforma o primeiro em capital [mercadoria/valor de troca/ produto da força de trabalho – valorização do valor] e o segundo em trabalho produtivo [relação integral entre força de trabalho e o trabalho na formação social do capital]” (1985, p.74-75) [grifo nosso].

dessas características lentamente ao longo de seu percurso histórico até seu ápice recente, quando o Estado a registrou como PCB. Ao mesmo tempo em que ia ficando para trás seu caráter marginal e de resistência à formação social, a capoeira desenvolveu seu caráter de fetichismo, de forma ambígua e por vezes contraditória, mas determinada pelo modo de produção.

Desse modo, o aspecto material da capoeira se traduz tanto em seus ‘artigos’, como na ação própria de sua prática e o ensinamento da mesma (na forma de serviço). Sendo assim reafirmamos que “serviço não é, em geral, senão uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como **coisa, mas como atividade**” (MARX, 1978, p.78) [grifos nossos].

Uma das contradições no processo de incentivo das manifestações culturais, tais como a capoeira, centra-se na condição que, sendo a mesma um serviço e produtora de artigos de consumo, não se trata de ser prioridade para o movimento do mercado, mais apenas uma ‘moda’. Em outras palavras, conforme o ciclo vicioso de expansão do capital e suas crises originadas, o mesmo pode, da noite para o dia, abandonar seu investimento nesse tipo de mercadorias, caso não seja mais possível sua expansão, ou ainda que seja necessário o estabelecimento de uma nova reestruturação produtiva. Com isso, são destruídas as forças produtivas desnecessárias para a produção de capital e criadas outras com potencial cada vez mais acelerado e descartável, renovando-se e expandindo-se a dominação.

A capoeira (como serviço e como artigo), independente de ser mercadoria como troca para o consumo (dinheiro por dinheiro), ou troca para produção de capital (dinheiro por dinheiro como capital), ao ser reconhecida como PCB manifesta-se como “forma geral de valor”, pois “a **objetividade do valor das mercadorias**, por ser a mera “existência social” dessas coisas, somente pode ser expressa por sua relação social **por todos os lados**, e sua forma, por isso, **tem de ser uma forma socialmente válida**” (MARX, 1985, p.67) [grifos nossos].

Sendo assim, quando **o produto do trabalho**, resultado da atividade concreta determinada **de um sujeito** [o ofício de mestre e/ou a cultura material da capoeira] ou de **um conjunto deles** [roda de capoeira], adota tal forma [de mercadoria], temos, então, uma dupla objetividade do objeto [capoeira] (VAZQUEZ, 2007, p.423) [grifos nossos].

Essas objetividades da agora mercadoria capoeira, se manifestam como valor de uso e valor de troca. Sobre sua primeira expressão o autor nos diz:

Uma: a que tem como resultado da objetivação do trabalho concreto, determinado, do sujeito; o objeto [capoeira] possui propriedades sensíveis, físicas, vinculadas não a matéria em si [como o resultado do jogo de capoeira por exemplo], e sim a esta medida em que foi transformada sensível, fisicamente pelo trabalhador [mestre de capoeira detentor e produtor de seu conhecimento] (VAZQUEZ, 2007, p.424) [grifos nossos].

A segunda objetividade é a que permanece oculta para a comunidade capoeirana por sua forma fetichizada. Vejamos:

Outra: a que se levanta sobre essa objetividade primeira, isto é, a que tem o produto do trabalho humano como objeto-mercadoria [Capoeira-PCB] e que não pode ser considerada sem mais como produto do trabalho concreto, determinado, do trabalhador [mas de outrem, no caso, do Estado como produto de sua vitrine, ou dos capitalistas que ‘investem’ na venda da capoeira, tendo agora agregado valor em sua forma PCB] (VAZQUEZ, 2007, p.424) [grifos nossos].

Com isso podemos então afirmar que a capoeira como mercadoria “é produto do trabalho humano, mas nem todo produto deste é em si mercadoria” (VAZQUEZ, 2007, p.424). Isto amplia nosso entendimento na medida em que visualizamos o processo que passa a capoeira ao ser mercadorizada, ao mesmo tempo que entendemos as possibilidades da mesma ser produzida em outro marco que não seja pelo fetiche da mercadoria.

Não é intenção do Estado brasileiro fetichizar a capoeira e as demais manifestações da cultura popular – como bem explica Arantes (2000), mas as condições objetivas no que concerne a manutenção de sua existência, subsumida ao modo de produção, e que são promovidas pela ação pública do Estado, constituem na simplificação de seus valores histórico-culturais e conseqüentemente, na forma PCB (FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO), estão sintetizados seu potencial de produto cultural em vias de massificação (BOSI, 1981).

O Estado brasileiro, ao referendar as políticas de patrimônio já apregoadas em escala mundial pelos organismos multilaterais, enxerga na capoeira seu potencial lucrativo (conjunturalmente) e com isso a reconhece como uma ‘forma socialmente válida’ para o Brasil e para o mundo. Mas como esse processo não se deu de forma linear, como já exposto nos capítulos anteriores, faz-se necessário expor, a partir da dialética, as matizes que explicam essa investidura do Estado em manifestações da cultura popular tais como a capoeira. Trata-se de nos aproximarmos das categorias que concebem e asseveram o que o discurso oficial chamou de “patrimônio”.

4.2 A Forma Capoeira-PCB como mais uma Manifestação Cultural Fetichizada.

Nada pode emergir ao final do processo que não tenha aparecido como premissa e pré-condição no começo. Mas, por outro lado, tudo tem que se evidenciar (MARX, 1973, p.304 apud MÉSZÁROS, 2002, p.518).

Ao longo de todo nosso método de pesquisa, nos questionávamos acerca de qual o melhor momento para expor em nosso trabalho, a análise da categoria “patrimônio” em relação com a totalidade social. Essa categoria perpassa todo nosso método de exposição como categoria de conteúdo, mas, dada sua importância, julgamos como pertinente contextualizá-la melhor nesse momento de nossa exposição, devido à mesma conter elementos tão singulares, que nos deram substância para ampliarmos nossa categorização acerca da capoeira.

Nesse contexto, faz-se também necessário explicarmos porque a melhor definição que o Estado brasileiro encontrou para investir privadamente na capoeira em suas mais variadas frentes foi o conceito de “Patrimônio Cultural do Brasil” e não Patrimônio da Humanidade, ou ainda Bem Cultural da Humanidade, Bem Patrimonial, etc.

Gonçalves (2003) remonta ‘um pouco’ das origens do termo patrimônio, bem como de sua utilização. Ele nos aponta que se na modernidade esse conceito possui “contornos semânticos específicos” (p.22), o mesmo possui registros e características milenares. No entanto, o referido autor não contextualiza os modos de produção que determinaram as diversas possíveis atribuições ao conceito de patrimônio, o que implica certa ‘limitação’ em seu trabalho. Não obstante, julgamos pertinente a idéia do autor ao afirmar que “a categoria “colecionamento” traduz, de certo modo, o processo de formação de patrimônios” (2003, p.22). O autor ainda explana que nem todas as sociedades tratam o patrimônio nessa perspectiva colecionadora de “acumular e reter bens que são reunidos” (2003, p.22). Mas, a nosso ver, é por esse viés que a categoria de patrimônio desenvolve-se na maior parte dos países capitalistas, cada um com suas particularidades.

Gonçalves reconhece essa relação, embora a situe sob o ponto de vista da ‘cultura’. O que nos importa de fato, é que na sociedade da superprodução e acumulação de bens “a noção de patrimônio **confunde-se** com a de **propriedade**” (2003, p.23) [grifos nossos]. Aqui está a

chave que explica porque os Estados têm aumentado substancialmente seus investimentos no patrimônio (HARTOG, 2006).

Se a pós-modernidade (na figura de Gonçalves (2003), Veloso (2006) e demais autores dos estudos culturais citados por Eagleton (2010)) visualiza apenas a ‘confusão’ entre patrimônio e propriedade, faz-se necessário esclarecer que a propriedade é uma categoria fundamental em qualquer estudo, pois dada à formação social do capital, a mesma situada de maneira privada com relação ao processo de produção da existência humana, torna-se o pilar central a ser destruído pela classe trabalhadora.

Por essa razão, ressaltamos que:

Durante o desenvolvimento histórico do capital – que impôs à humanidade a produção da riqueza como finalidade que a tudo absorve –, o caráter real da riqueza propriamente dita desapareceu do horizonte. Foi obliterada por uma concepção reificada, associada a estruturas materiais e relações igualmente fetichizadas que determinaram o sociometabolismo geral em todas as suas dimensões (MÉSZÁROS, 2002, p.610).

Por essa razão é que se faz necessário entendermos que

[...] uma das categorias mais importantes, cujo significado foi **perversamente alterado** sob o impacto das determinações reificantes do capital, foi a de **propriedade**. [...] Paralelamente a esses processos [...] o significado de “propriedade” mudou a ponto de se tornar **irreconhecível**¹⁸⁵. Caracteristicamente, ela foi identificada com a “**coisa**” produção e da troca de mercadoria, e acima de tudo com a **garantia institucionalizada** da reprodução capitalista (isto é, o “trabalho acumulado, objetificado, alienado” assumindo a forma de ativos do capital **legalmente protegidos** e de valor de troca sempre em expansão) (MÉSZÁROS, 2002, p.610) [grifos nossos].

O patrimônio ganha assim espaço como forma para expansão capitalista, pois é garantido institucionalmente e protegido legalmente uma vez vinculado ao Estado Burguês. Se Gonçalves (2003) não considera ou não entende como a propriedade se manifesta de modo diversificado de acordo com a formação social que a determina, julgamos como necessário estabelecer e explicar esses nexos.

No processo de produção de capital, o patrimônio, na forma de propriedade privada do Estado, frente ao que o mesmo entende por cultura (daí a palavra de ordem desde a constituição federal – “Patrimônio Cultural”), constitui de certo modo extensões morais de

¹⁸⁵ Por isso a “confusão” sincera da pós-modernidade evidenciada por Gonçalves (2003).

seus proprietários¹⁸⁶ (no caso o próprio Estado e/ou seus financiadores – classe dominante). Dessa forma, a capoeira torna-se propriedade privada do Estado brasileiro por extensão de sua moral burguesa, ou seja, como aparelho ideológico ‘vitrinizado’, como “instrumento de paz no mundo” (GIL, 2004).

Nós ao contrário e de maneira particular, a sugerimos, defendemos e buscamos produzi-la tanto a luz de sua história (como práxis), salvaguardando seu caráter de resistência frente ao modo de produção, bem como instrumento de construção de condições subjetivas para elevação da consciência de classe, e para a comunidade capoeirana de modo singular, como instrumento de práxis revolucionária (BUENO, 2009).

Desse modo, o processo de expansão do “patrimônio” no Brasil e no mundo, figura-se a nosso ver e coadunando com Hartog (2006, p. 265) como categoria “englobante, senão doravante, em todo caso evidente, da vida cultural e das políticas públicas”. Citando o exemplo da França, o autor apresenta as multiplicações dos “novos usos do patrimônio”:

Assim, um exemplo entre outros, a lei relativa à Fundação do Patrimônio [na França], preocupada em nada omitir, repertoriou o **“patrimônio cultural protegido”**, o **“patrimônio cultural de proximidade”** (este “tecido conjuntivo” do território nacional), o **“patrimônio natural”** (que compreende a “noção de paisagens”), o **“patrimônio vivo”** (as raças animais e espécies vegetais), o **“patrimônio imaterial”** (com os *savoir-faire*¹⁸⁷ tradicionais, as tradições populares, o folclore). O **patrimônio genético** já freqüenta a mídia e o **patrimônio ético** começa a entrar. **O ritmo acelerado** da constituição, e mesmo da produção do patrimônio, um pouco por todo lado no mundo, é uma constatação que cada um pôde fazer (HARTOG, 2006, p.268-269) [grifos nossos].

Esse ritmo acelerado citado pelo autor nada mais é que a necessidade de expansão do capital nas mais variadas relações entre os seres humanos e destes com a natureza. Vale lembrarmos que no encontro Pró-Capoeira da região nordeste já o registro da tentativa de situar a capoeira (no caso a Roda de Capoeira e o Ofício de Mestre) como candidata a ser reconhecida como patrimônio da humanidade nas listas da UNESCO (IPHAN, 2010e) o que não foi aprovado pelo GT de “Profissionalização”, mas que demonstra a franca expansão acelerada do desenvolvimento do FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMONIO.

¹⁸⁶ Gonçalves justifica o que constatamos ao dissertar sobre os bens patrimoniais: “Tais bens são simultaneamente, de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica e fisiológica.” Apesar do autor não contextualizar as hierarquias dessas ‘naturezas’ (com relação a evolução e estágio de desenvolvimento, bem como subordinação e secundarização) o mesmo nos diz que “constituem, de certo modo, **extensões morais de seus proprietários** e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais [...]” (2003, p.23) [grifos nossos].

¹⁸⁷ Aqui o autor se refere ao termo “conhecimentos”.

O mesmo autor ainda nos traz dados relevantes – ainda que demonstre certa conformação ao modo de produção – que remontam a queda do muro de Berlim, em 1989. Se para nós do campo marxista, a queda do muro representou uma involução às possibilidades de emancipação humana e construção do projeto histórico socialista, bem como a máxima expressão do capitalismo em sua fase imperialista (LÊNIN, 2007), a formação social do capital logo tratou de se utilizar da patrimonialização para metabolizar lucrativamente aquele acontecimento.

A destruição do Muro de Berlim, seguida da sua **museificação** instantânea foi um bom exemplo, com a sua imediata mercantilização. Foram postas à venda imediatamente amostras devidamente marcadas com o selo *Original Berlin Mauer*. Se o patrimônio é doravante o que define **o que nós somos hoje** , o movimento de patrimonialização, este imperativo, tomado ele mesmo na aura do dever da memória permanecerá um traço distintivo do momento que nós vivemos ou acabamos de viver: uma certa relação ao presente e uma manifestação do presentismo (HARTOG, 2006, p. 271) [grifos nossos].

Dessa forma, utilizamos do instrumento de denúncia no sentido de que, o que o autor classificou com sendo um presentismo, em nosso modo de ver trata-se como a negação da história, ou como na emblemática fala de Fukuyama (1992) “o fim da história”.

Partindo dessa premissa nos convém questionamos a comunidade capoeirana em geral: **Quem quer abrir mão da história da capoeira?** Certamente que nem aqueles que pesquisaram a fundo a sua história, ou mesmo que a interpretam de maneira diversa, nem o próprio Estado brasileiro dirão **sim** a essa retórica pergunta. Mas o FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO obscurece o fato que a capoeira na forma PCB nega a história de sua resistência¹⁸⁸ frente à formação social do capital, bem como estabelece uma tendência tanto em melhor aproveita-la na sua acepção esportiva (FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE-LUTA), como regulamenta-la profissionalmente. Basta visualizarmos os dois capítulos anteriores que expõe essa convergência. Essas tendências simplificadas é que estavam ocultas no complexo processo de patrimonialização da capoeira, sendo, contudo, agora desvendadas¹⁸⁹.

¹⁸⁸ Vale a ressalva que demonstramos isso nos capítulos anteriores. Não basta o Dossiê ou Parecer 031/08 citar o caráter de resistência da capoeira em períodos anteriores. Trata-se de zelar por esse caráter, resgata-lo e coloca-lo em prática, não como passado, mas como presente e proposição para o futuro. Essas defesas não existem nos documentos oficiais sobre a capoeira. Pelo contrário, o que aparece são as tendências supracitadas para a mesma.

¹⁸⁹ Aqui fazemos esta afirmação com base nos dados já analisados e expostos nos capítulos anteriores, quando da linha dada nos encontros pró-capoeira, bem como da luta da comunidade capoeirana por reconhecimento que tem sido reduzida ao discurso da regulamentação da profissão de capoeira.

O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: **é bom para agir**. [...] Não existe apenas para representar idéias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, **constrói, forma as pessoas** (GONÇALVES, 2003, p.27) [grifos nossos].

O agir que o autor vê como possibilidade, não leva em consideração os ditames do capital. Com isso, a ação representada pelo patrimônio torna-se limitada, pois se trata da ação para a produção de mercadorias no mercado do capital. O mais assustador, é que a idéia de patrimônio apropriada pela lógica capitalista serve de recurso ideológico a favor da classe dominante, pois “constrói, forma as pessoas”. Está aí explícito, ainda que não devidamente contextualizado pelo autor, o fetiche do patrimônio, que seguramente pode ser generalizado para as demais manifestações culturais.

É interessante levarmos em consideração que o discurso oficial insiste em ocultar esse caráter fetichizado do patrimônio, expondo que se preocupa com essa possível armadilha. Veloso (2006) apresenta essa armadilha ao mesmo tempo em que ressalta (ingenuamente talvez?) a preocupação do corpo técnico do IPHAN para construir as políticas de salvaguarda do Patrimônio Cultural. A referida autora traz importantes reflexões críticas sobre o processo de fetichização do patrimônio ao mesmo tempo em que não percebe ‘a teia’ do capital que a determina. Ressaltemos primeiramente suas válidas críticas:

O patrimônio cultural deve ser entendido como um campo de lutas a que diversos atores comparecem construindo um discurso que seleciona, se apropria de práticas e objetos e as expropria. [...] Entretanto é inegável que o patrimônio cultural, em qualquer de suas variantes – material, imaterial, histórico artístico, natural, arquitetônico etc. –, sempre expressa valores coletivos corporificados em manifestações concretas. [...] Já se disse muitas vezes que a **sociedade atual é a associação entre individualismo e mercado, além da predominância da prática do consumo, da privatização da vida pública e da reificação das relações sociais transformadas em relações entre coisas** (VELOSO, 2006, p.438-439) [grifos nossos].

Essas importantes ponderações da autora remetem ao que está acontecendo no mundo de maneira universalizada pela UNESCO (HARTOG, 2006), e de modo particular com as culturas ditas ‘locais’, e no caso, também com a capoeira. Nessa linha ela ainda explica que

O perigo que se corre é o de transformar os bens culturais em meros **objetos de consumo**, em transformar o patrimônio material em expressão de uma **história rasa**; ou, ainda, transformar as **manifestações culturais do**

patrimônio imaterial em fetiche, ou seja, privilegiar o produto transformado em objeto de consumo como qualquer outra mercadoria que circula na sociedade atual (VELOSO, 2006, p. 439) [grifos nossos].

No entanto, por não aprofundar o entendimento marxiano do conceito de fetiche da mercadoria, a autora enaltece o “Manual de Aplicação” do IPHAN para o “Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)” (ARANTES, 2000), pelo simples fato de constar nesse ‘manual’ certa preocupação em manter a associação entre o bem ‘inventariado’ e seu contexto que lhe dá sentido, no caso, seus produtores.

[...] nosso primeiro desafio foi tornar viável a identificação e a documentação, dentro dos temas destacados, de conjuntos de referências ou bens culturais, que fossem significativos para grupos sociais específicos. O segundo foi manter a associação desses bens aos conjuntos (sistemas) e aos contextos que lhe dão sentido. E, **finalmente, evitar a produção de um tipo de registro que congelasse o processo social formador desses bens, como se eles fossem objeto sem história** (ARANTES, 2000, p.24) [grifos nossos].

Como nosso critério de verdade é a prática social, entendemos que, se as intenções expostas nesse manual eram ‘boas’, os limites do processo burocrático do Estado brasileiro produziu, pelo menos para a capoeira, a continuidade e expansão de seu processo de fetichização. São vários os elementos que corroboram com essa afirmação, alguns dos quais já apresentados anteriormente, além da assertiva que o projeto de sociedade da classe trabalhadora não está na pauta de execução do governo brasileiro, muito menos no ideário da classe burguesa (o que seria contra sua própria natureza de classe).

Ao tratar sobre o patrimônio imaterial (política que engloba a capoeira), Veloso (2006) mais uma vez expõe uma reflexão tão importante e comprometida, como micro-localizada e sociometabolizada pelo capital:

Especialmente em relação ao patrimônio imaterial, uma das formas de **evitar as armadilhas** do fetichismo, do individualismo e do consumismo é **colocar a ênfase nos processos de transmissão da tradição, do saber-fazer, das rezas, das danças, das práticas alimentares e não, simplesmente, no produto** (VELOSO, 2006, p.450) [grifos nossos].

Ao apresentar essa mediação sem levar em conta a categoria de luta de classes, a autora permanece no campo da pseudocreticidade bem como ainda referenda (como consta em seu trabalho) a idéia de mudança ‘micro’ tão defendida entre os Foucaultianos¹⁹⁰.

Recorrendo a Moreno (2011, p. 45) ressaltamos que:

...o fetichismo exercido pelo capital cria uma relação entre a cultura e o princípio da valorização da mercadoria. Esta abordagem implica não mais a apenas um fenômeno objetivo, mas também na construção de superestruturas decorrentes deste processo, que se torna, ao mesmo tempo, reprodução ideológica, por meio [de] uma abstração funcional que constitui o cerne das relações sociais regidas pelo capital.

Dessa forma, justifica-se o idealismo pós-moderno que faz a crítica ao fetiche do patrimônio, mas limita-se ao objeto de estudo desconectado do movimento do real, com suas determinações sociais e contradições. Por essa razão, os produtores da capoeira não podem, por exemplo, limitar-se a esse nível de crítica¹⁹¹, mas sim se verem como sujeitos de sua história, em uma luta coletiva que está para além da prática social da capoeira e que concentra a luta de toda a classe trabalhadora pela sua emancipação como classe.

Desse modo é que se justifica o caráter de resistência na classe trabalhadora, sendo a capoeira, por sua história, bem cultural que congrega essa qualidade, devendo a mesma estar inserida na organização das lutas contra o capital. Mas a realidade concreta absorvida e exposta em nosso trabalho demonstra que o FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO simplifica um conjunto de categorias menos desenvolvidas que recebem reciprocamente, o fantasma do fetiche, pois com a expansão de suas possibilidades lucrativas (para o capital) manifestam-se tendências que incorporam essas categorias menos desenvolvidas. Como nos propusemos a desvendar o fetiche da mercadoria capoeira, buscaremos expor no item que se segue – com a clareza de que não é uma tarefa nada fácil e está encharcado de contradições e ambigüidades – como o FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO se subdivide e se generaliza como resultado e reflexo da luta de classes entre os próprios produtores da capoeira.

¹⁹⁰ Ver nota de rodapé 61 no item 1.1.2 de nossa exposição.

¹⁹¹ Veloso (2006, p. 452) conclui seu trabalho afirmando que “a riqueza do patrimônio cultural consiste em seu poder de reforçar a idéia de pertencimento ao todo coletivo e em reforçar **a identidade social [de classe?]** dos mais diferentes grupos, trazendo para o espaço público múltiplas manifestações culturais, **afastando, assim, com a força simbólica de sua constituição [por osmose?]**, todos os fetiches e simulacros”. Os grifos são nossos e buscam contextualizar o teor de nossas críticas, não no sentido de negar o avançado trabalho da autora, mas de denunciar que o conjunto dos intelectuais da pós-modernidade têm atrasado substancialmente as possibilidades concretas de organização política da classe trabalhadora.

4.3 Da Simplificação da Capoeira-PCB à Difícil Apreensão de suas Categorias

Subordinadas.

*Assim compreendemos melhor aquilo que os antropólogos querem dizer quando afirmam que, nas sociedades dirigidas pela cultura do mercado, **as mais belas se casam com os mais ricos**, pensam poder amar independente de quem seja ela por detrás da aparência natural, ou ele por detrás da aparência do consumo, **substitui-se a essência pela aparência. Trata-se de sociedade superficial**, regida pela imagem, aonde as pessoas adoram o que lhes transcende, a forma exterior revelada no objeto que traz implicitamente um conjunto de relações sociais, o segredo oculto que atua de forma fantasmagórica no cérebro de homens e mulheres, e dita valores, ética, estética, etc. (MORENO, 2011, p.46)*

No momento em que nos propusemos à análise crítico-discursiva do processo de patrimonialização da capoeira a luz do materialismo histórico e dialético, inserimo-nos em um caótico campo empírico que de princípio, referendava a capoeira como PCB. Ao relacionarmos a totalidade da capoeira à totalidade social fizemos um caminho inverso, buscando captar o movimento do real que a tornou tanto PCB, como uma manifestação cultural fetichizada. A síntese desse processo (concreto no pensamento) se traduz no conjunto de categorias de capoeira subordinadas a categoria mais desenvolvida (FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO), sendo essa a manifestação da capoeira em sua “forma geral de valor” equiparada à forma dinheiro e passível de equivalência no mundo das mercadorias.

Trata-se, portanto, do ponto de partida da prática social da capoeira (agora sintetizada), no intuito de expormos, de maneira ‘didática’, as categorias que a constituem em seu processo de desenvolvimento que, neste momento, se encontram simplificadas como PCB, para evidenciarmos como o fetiche da mercadoria está presente nas mais várias ‘frentes’ capoeirísticas.

Silva (2011, p.4) afirma que “a mercadoria como produto do capital implicou na **materialização do fetiche da produção social da vida**”. Como bem disse Marx e Engels (1987) é a sociedade que determina a consciência e não o seu oposto. Com isso, a classe trabalhadora historicamente “vive miticamente suas tradições” (BOSI, 1981, p.66) sendo determinada pela formação social do capital de maneira fetichizada.

No atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, o FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO perspectiva se inserir como mais um ‘pacote’ a ser

desembrulhado e consumido. Não obstante, é importante lembrarmos que a mesma está em processo de massificação cultural, ainda que de maneira lenta, se comparada com outras manifestações da cultura popular brasileira¹⁹².

Se no item anterior ousamos na criação representativa que existe um “Feitchor” controlando a produção e a existência da capoeira, destacamos agora, que anteriormente a forma FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO, a existência dessa manifestação se determinava por esse “Feitchor”, representado pelo termo “FETICHE” nas demais categorias elencadas ao longo de nosso trabalho.

Voltemos um pouco na história da capoeira, no intuito de expor de maneira particular nossas categorias de conteúdo em seus diversos estágios de crescimento e desenvolvimento.

A história da capoeira é geralmente iniciada como tendo em sua origem aspectos de **caráter religioso**, pelos vínculos culturais africanos, que de maneira pluriétnica culminaram com o nascimento da categoria de FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO. Ainda que a mesma não seja a primeira a ser destacada em nossa exposição da história da capoeira, é precisamente essa a primeira forma antropológica de fetiche para o que chamamos de capoeira. Essa categoria se manifestou em sua história apenas quando foi instaurada a capoeira angola, tendo como pressuposto da mesma, uma “pureza cultural”, de modo que sua prática traduzia-se como folclórica.

Percebe-se, pois, que a categoria de FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO se manifesta primeiro como FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA, mas que a segunda é reflexo da primeira, e não o seu contrário.

O período da escravidão destacou de modo mais expressivo a luta dos capoeiras para resistirem ao modo de produção. Essa luta característica de “resistência”, com o desenvolvimento das forças produtivas e a complexificação das relações de trabalho foi gradativamente sendo substituída pelo FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA.

Por dentro dessa categoria, desenvolvem-se as habilidades de “negro de ganho”, de escravo que desvalorizava seu valor como tal por meio de bebidas, insanidade, etc., e o aprendizado de combate corporal, característica primordial para um novo salto qualitativo.

A forma fantasmagórica para a capoeira, para sobreviver, necessitou que a prática da mesma se mantivesse, de modo que, ao perceber a capoeira sendo utilizada como luta de resistência às desigualdades sociais promovidas em decorrência dos modos de produção,

¹⁹² Podemos citar aqui, ainda que a nível ilustrativo, manifestações como o Samba, o Funk, o Sertanejo que de maneira profunda têm sido expropriadas de seus significados culturais e amplamente massificadas.

prontamente as incorporou para si, caracterizando, dessa forma, o FETICHE DA CAPOEIRA LUTA.

Essa categoria é uma das que mais possui propriedades sensíveis, a que mais remete a intencionalidade da produção de existência da capoeira, ou seja, a que mais se manifesta como valor de uso - “bem” conforme Marx (1985). Isto porque, como vimos anteriormente, o combate corporal que ora foi utilizado tanto para resistir como para garantir a monarquia brasileira, com o avanço no capitalismo no Brasil e no mundo, absorveu essa simbologia descaracterizando-a de sua essência e a reduzindo como Educação e Esporte.

O percurso remontado da capoeira, do final do século XIX ao início do século XX expressa bem a questão combativa dessa prática, de maneira contraditória e ambígua, o que assegura o crescimento do fetiche da mercadoria para a capoeira, como controlador de sua práxis, ainda que de forma limitada pelas condições objetivas de sua existência e expansão.

A captação das categorias de FETICHE DA CAPOEIRA EDUCATIVA e ESPORTIVA deu-se na análise da totalidade social da qual a capoeira fazia/faz parte. O Estado Varguista, por sua ideologia conservadora e higienista europeizante deu margem para o desenvolvimento de uma nova espécie de “tecnologia” para manutenção da prática da capoeira. Metaforicamente falando, é como se o “Feitchor” tivesse feito um cursinho no Sebrae para produzir a capoeira de maneira que a mesma pudesse ser apropriada e consumida pelo conjunto da sociedade. Essa tecnologia categorizada como FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE e LUTA é que desenvolveu as qualidades necessárias para criação da capoeira regional e, de modo contrário, a institucionalização da então capoeira angola-gengibirra (ARAÚJO, 2008).

Desse modo, o processo de mercadorização da capoeira deu margem para sua divisão, na mesma lógica da divisão social do trabalho e da “livre concorrência”, sendo então caracterizados o FETICHE DA CAPOEIRA REGIONAL e o FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA.

Entre os praticantes da regional, pela aspiração da ideologia burguesa e pelo FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE e LUTA, a ideologia dominante encontrou menos resistência (FALCÃO, 2010), inclusive sendo possível uma aproximação com o Estado Brasileiro. Para ilustrar o desenvolvimento dessa categoria por dentro do FETICHE DA CAPOEIRA REGIONAL, destacamos que suas propriedades continham, tanto certo distanciamento das características de FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO, tais como o atabaque – por seu vínculo com a religião, quanto certo caráter marcial e de eficiência da capoeira. Mas

obviamente, para que essa eficiência fosse atingida pelos discípulos dessa forma de capoeira, haveria que ser a mesma sistematizada em um método de ensino, ressaltando-se com isso, seu caráter educativo.

Com o **intuito de propagar a eficiência da capoeira regional enquanto combate**, Mestre Bimba e alguns de seus principais alunos começam a participar de torneios e lutas, enfrentando oponentes de diversas modalidades marciais. **A violência da capoeira, que antes era exercida nas ruas, muitas vezes em combates com a polícia, passa agora a ser realizada num ringue, com regras e juízes credenciados.** O resultado dessas disputas, muitas vezes favoráveis à capoeira regional, chega aos principais jornais da época. No entanto, vale lembrar **que muitos angoleiros também buscaram o ringue como forma de afirmação** da sua arte (DOSSIÊ, 2007, p.57) [grifos nossos].

Essa citação demonstra tanto o que afirmamos anteriormente, quanto a incidência da mercadorização manifestada pela categoria de FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA. Suas frentes de atuação se iniciaram mais pelo viés do FETICHE DA CAPOEIRA LUTA, mas com o desenvolvimento desse aspecto na capoeira regional, a capoeira angola desenvolveu-se melhor pelas categorias de FETICHE DA CAPOEIRA EDUCATIVA e conseqüentemente o FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO.

O FETICHE DA CAPOEIRA EDUCATIVA continha e contém em seu bojo, além das propriedades de marcialidade e esporte de alto rendimento, características próprias de organização da cultura, tais como o regramento, a organização dos conhecimentos a serem transmitidos, etc. Pelo viés do FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA mais desenvolvido, defende-se a capoeira como instrumento de educação e, portanto de humanização. No entanto, essas propriedades, ao abandonarem a categoria de resistência, condicionam a produção da capoeira como mais um produto fetichizado e se utilizam de todas essas propriedades supracitadas caracterizando-se como FETICHE DA CAPOEIRA CONSOLAÇÃO.

Mas a extração de mais valia alavancada a partir da docência manifestada pelo FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA e REGIONAL ainda era muito pequena até o início da década de 1960. Com o acirramento das disputas entre os capoeiras e a necessidade de expansão da capoeira como mercadoria, constitui-se como síntese o FETICHE DA CAPOEIRA CONTEMPORÂNEA. Nessa categoria encontramos a simplificação da capoeira para se desenvolver como mercadoria. Ou seja, com o advento da ditadura militar em 1964 e o desenvolvimento da prática por adolescentes de classe média do Rio de Janeiro que começaram paulatinamente a se apropriar dos conhecimentos da capoeira em suas duas

principais frentes na Bahia, o FETICHE DA CAPOEIRA CONTEMPORÂNEA deu “asas” para capoeira, de modo que permitiu sua internacionalização e, no exterior, a instauração de novas relações capitalísticas, cada uma com suas características próprias de transnacionalidade. Falcão (2004, 2010) sistematiza esse percurso, e em um de seus escritos demonstra que:

Quando muitos capoeiras brasileiros começaram a sair do país, a partir do início da década de 1970, para trabalhar em grupos folclóricos no exterior, em busca de apoio e reconhecimento, não tinham idéia da magnitude que esse fenômeno viria a ter três décadas mais tarde. [...] Se no Brasil, a mensalidade para se fazer aulas de capoeira três vezes por semana oscila em torno de R\$ 30,00 (o equivalente a U\$ 10,00), nas principais cidades norte-americanas e européias esse valor corresponde a apenas uma hora de atividade (FALCÃO, 2010, p.118).

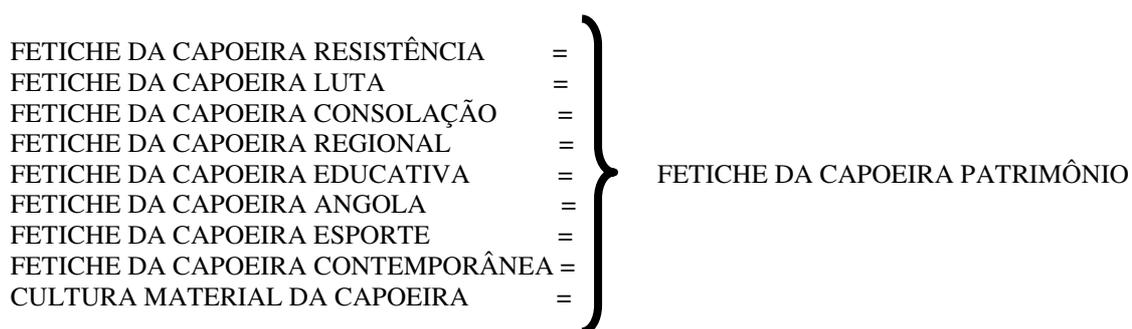
Com isso o FETICHE DA CAPOEIRA CONTEMPORÂNEA, para se expandir internacionalmente, simplifica o conhecimento acumulado da capoeira. Isto se dá de várias formas, mas uma em particular é a relação do capoeira que entra como aluno, no avião em solo brasileiro e desce como mestre, em solo estrangeiro (SILVA, 2006). Essa forma, ao se confrontar com culturas com maior nível intelectual, que valorizam de maneira “exótica” as matizes da capoeira reificando a mesma, permitem que o capital mantenha sua autovalorização, pois promove o interesse dos “cidadãos do mundo” de viajarem para o Brasil para conhecer suas origens capoeirísticas, a cultura brasileira em geral e a língua portuguesa em particular (FALCÃO, 2004; 2010), reforçando-se com isso o FETICHE DA CAPOEIRA REGIONAL e de maneira mais desenvolvida atualmente o FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA.

Esta última categoria citada tem ganhado espaço no ciclo de acumulação do capital, inclusive ganhando notoriedade pelo Estado brasileiro que tanto destacou a capoeira angola em seus documentos oficiais. Apenas mais um reflexo da luta de classes e das disputas de poder entre os capoeiras, a partir dos intelectuais pós-modernos que apregoam mitologias, nas quais a capoeira angola, por sua herança de “maior pureza” (VASSALO, 2003) passa a ganhar espaço de maneira subordinada dentro da categoria mais desenvolvida no estágio evolutivo da capoeira: O FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO. Essa categoria, além de subordinar as demais, ainda congrega a cultura material da capoeira, ou seja, seus produtos culturais na forma de artigos.

Nesses produtos culturais materializados e vendidos separadamente como artigos, se expressa a ideologia burguesa para a capoeira, na qual todos esses produtos são coisificados, cada um de maneira singular, mas todos buscando a manutenção e a conciliação das classes a partir de suas propriedades supra-sensíveis (MARX, 1985, p,88), ou seja:

Suas propriedades físicas, sensíveis [da mercadoria metabolizada pelo capital], são as que se encontram vinculadas ao trabalho concreto do trabalhador; o sensível exterioriza o sujeito humano que o produziu; mas essas propriedades por si só não expressam o tipo de relações sociais que se objetivam no produto quando este adota a forma de mercadoria [ou seja, trata-se do fetiche da mercadoria]. Sobre o sensível, surgem propriedades supra-sensíveis que não podem ser derivadas das propriedades que o objeto adquiriu graças ao trabalho concreto materializado nele (VAZQUEZ, 2007, p.424) [grifos nossos].

Se tanto falamos sobre essa categoria ao longo de nossa exposição (FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO), convém aqui demonstrarmos, sua “forma geral de valor”, buscando estabelecermos a relação dessas categorias de conteúdo elaboradas, com o que Marx expôs acerca do desenvolvimento de seu entendimento sobre as categorias de mercadoria e dinheiro. Em outras palavras, exporemos no quadro abaixo (QUADRO 2), como nossas categorias elaboradas subordinam-se a forma FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO, da mesma forma como Marx (1985, p.66) expôs a equivalência e/ou simplificação de seus exemplos de mercadorias:



O discurso oficial ao reconhecer a capoeira como PCB a universaliza como mercadoria, pois as várias formas de fetiche manifestadas na produção de capoeira ao longo de sua história se tornam a mesma mercadoria, ou seja, se equivalem. Essa simplificação-descaracterização é o resultado da divisão social do trabalho, na capoeira e no mundo do

trabalho em geral. Com o advento de sua patrimonialização, a capoeira adquire novas possibilidades de expansão, sendo generalizada como uma prática reconhecida e incentivada pela ideologia burguesa de forma oficial pelo Estado brasileiro para a população brasileira e para o mundo, subdividindo-se ainda mais a divisão social do trabalho em níveis hierárquicos mantendo uma apropriação individual (do capitalista) da produção coletiva (feita pelos trabalhadores).

A capoeira como PCB é utilizada como vitrine do Estado e de maneira ulterior, já é absorvida pela burguesia internacional ao ser instrumentalizada para a “Paz Mundial”. O ônus dessa “ascensão” em nível de discurso pelo Estado, se dá nas tendências à sua descaracterização e regulamentação profissional.

A descaracterização a que nos referimos se materializa em duas frentes: Primeiro pela tendência da capoeira ser transformada em “esporte olímpico”, o que seria um grande ganho para o capital, mas em nosso ver uma grande perda para a capoeira, pois levamos em consideração o processo de alienação engendrado nessa forma de esporte com seu processo avançado de extração de mais valia (VERONEZ, 2005; TAFFAREL e SANTOS JÚNIOR, 2007; SILVA, 2007; PERGHER, 2008; SOUZA, 2009; DUTRA, SOUZA e BRASIL, 2010); E segundo pelo abandono das propriedades históricas de resistência da capoeira frente a formação social do capital, permanecendo apenas o FETICHE DA CAPOEIRA RESISTÊNCIA. Essa segunda descaracterização, ainda que mais obscura e menos incentivada, representa, do ponto de vista da luta de classes, o maior retrocesso já preconizado da história da capoeira. É preciso que a comunidade capoeirana se atente a história da capoeira, em seu aspecto de resistência ao modo de produção, para encontrar nessa mesma história, suas possibilidades de enfrentamento na realidade atual, que não admite mais “bandos ou maltas”, mas que pode se organizar em outras frentes tais como na organização partidária e nos organismos da classe trabalhadora, como sindicatos, movimentos sociais de luta, etc.

A tendência à regulamentação da profissão de capoeira constitui-se – dada a formação social do capital no Brasil e as políticas neoliberais como plano “oculto” de ação do Estado – em um *dejavú* já protagonizado pelos trabalhadores de Educação Física, no qual a promessa de garantia de direitos tornou-se a exigência de pagamentos de anuidades aos conselhos que personificarão a “privacidade” da capoeira em “carteirinhas profissionais”.

Não há o que comemorarmos com o processo de patrimonialização da capoeira, a não ser a exposição da roda de capoeira e o ofício de mestre na vitrine do mercado de capitais culturais.

Metaforicamente falando, podemos dizer que o Estado, percebendo o potencial lucrativo presente nas manifestações culturais em geral, e na disputa interna dos produtores da capoeira de maneira singular, sendo também atacados pelos “Feitchores” de outros campos (EF e Cientistas) cria um novo “Feitchor”, mais forte, gordo, poderoso, que numa mão possui todos os elementos da capoeira (a roda e o ofício dos mestres) e na outra ingressos para vender o show da capoeira para o mundo. Esse show está bem localizado, com palco no nordeste brasileiro, com camarotes reservados para região sudeste e sul, e com patrocínio da burguesia internacional. Quem vai jogar nessa roda? Quem será o responsável pelo berimbau gunga? Pra onde foram Besouro Magangá e Manduca da Praia? Perguntas dramatizadas de um futuro anunciado: É a expansão capitalista que carece de uma necessária ação de classe para além do capital, pelo bem comum da capoeira, pela propriedade comum e não privada dos meios de produção.

Reafirmar o método como justificativa para produção de conhecimento sobre a capoeira, de modo também a justificar, em suma, o fetiche da mercadoria por trás da produção da existência do fenômeno capoeirístico torna-se necessário, de maneira conectada com a realidade concreta, e com a contribuição dos autores desse campo, no que concerne ao fetichismo da mercadoria:

De acordo, portanto, com as determinações e contradições que se desdobram objetivamente, através das quais o capital sobrepuja seus próprios limites, tudo deve ser apreendido pela lógica interna dos seus múltiplos contextos (MÉSZÁROS, 2002, p.518).

Sendo assim,

A forma que o capital converte os produtos culturais em mercadorias e em seu fetiche, também constitui a própria produção de uma **massificação ideológica do consumismo**¹⁹³. Nesse particular, a dinâmica social envolve tanto uma ampliação da esfera da produção incontrolável, quanto à manipulação das necessidades e desejos do consumidor.

Em suma,

¹⁹³ Nossa interpretação para essa idéia caminha no sentido de que o interesse é ocultar a crise de superprodução e acumulação de capital, ou seja, o problema não está no “consumismo”, mas na face ideológica do incentivo ao consumo no intuito incoseqüente do capital manter suas taxas de lucro por meio da “sociedade da produção”.

Foi Karl Marx quem utilizou ironicamente o conceito à moderna sociedade produtora de mercadorias, que se **sujeita a um fetichismo análogo na forma do dinheiro** e de seu movimento de exploração. Marx buscou com esta analogia caracterizar que no estado da modernidade **a sociedade não tem consciência de si mesma, não compreende a sua própria forma de socialização** [inclusive pela prática da capoeira], e a representa simbolicamente em um objeto externo [em nosso caso o FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO]. Esse objeto assume então um significado sobrenatural que não é idêntico a sua forma externa, mas que aparece através desta. Em virtude desse significado adquire, apesar de sua banalidade material, poder sobre todos os membros dessa sociedade (MORENO, 2011, p.44) [grifos nossos].

Desse modo, o FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO identifica-se como valor agregado da capoeira (valor de uso) para ser utilizado como valor de troca, em sua forma dinheiro (MARX, 1985, p.69).

E como tudo que possui utilidade, possui um valor de uso, que se realiza somente no uso, ou, no consumo. Já o valor de troca aparece inicialmente como uma relação quantitativa, na proporção da troca de valores de uso entre espécies diferentes. Uma relação que muda de acordo o tempo e espaço. É, portanto, **socialmente definido a abstração de valores de uso para troca de mercadorias desde que estando estas disponíveis em proporções adequadas**. Daí, temos o **poder do dinheiro**, que se insere no sistema de trocas com o papel singular de medida e reserva de valor das mercadorias, além de ser naturalmente um facilitador de trocas (MORENO, 2011, p.44) [grifos nossos].

Encerramos com isso nosso capítulo no sentido de que o fetiche da mercadoria é **uma ferida** na sociedade que vem se tornando **um câncer nas diversas relações sociais**, agentes produtoras de valores de uso, inclusive na/própria capoeira. Esse câncer vem sendo cultivado pelo capital no intuito de prolongar sua própria existência incontrolável (MÉSZÁROS, 2002), tomando, por exemplo, suas próprias políticas de “patrimônio” para todo o globo. Manter essa ferida bem aberta para a comunidade capoeirana, em nosso ponto de vista torna-se imprescindível, uma vez que permite que encontremos as causas dos problemas da realidade concreta, as quais se refletem na própria capoeira e, com isso, apontemos medidas superadoras de enfrentamento para o agora chamado **“processo de desfetichização da capoeira”** em conjunto com a luta da classe trabalhadora para além do capital.

Capítulo 5.

Conclusão – Um Canto de Despedida, mas a Roda Continua...

Mas o que importa é transformar o Mundo! (XI Tese de Marx sobre Feuerbach, 1845)

Certamente que sintetizar todo processo histórico de mercadorização da capoeira é uma tarefa incompleta. Primeiro porque o que captamos é sempre um fragmento do movimento do real. O mesmo segue em movimento. Mas a realidade concreta da capoeira foi aqui exposta como concreto de nosso pensamento, estruturada com base no confronto de nosso objeto com a totalidade social.

Quando começamos nosso trabalho nos perguntávamos o que pressupunha o processo de patrimonialização da capoeira pelo Estado brasileiro. No decorrer do processo fomos entendendo que o Estado brasileiro nada tem de criativo, a não ser no que diz respeito às artimanhas para distorcer bandeiras históricas da classe trabalhadora e metabolizá-las em favor da produção de capital. A capacidade de transpor as orientações dos organismos multilaterais para realidade brasileira fez com que o Estado investisse também na capoeira.

Isto porque a capoeira desde o que conseguimos captar de sua origem, já engendrava, ainda que com propriedades menos desenvolvidas, suas possibilidades de mercadorização. A dinâmica da cultura brasileira em seus mais variados momentos, desde o período da cultura transplantada, a ascensão da cultura européia, o ideário do *welfare state* e a cultura de massa, foram dando formas variadas para existência do fenômeno capoeirístico, ao mesmo tempo em que o absorviam para extração de mais valia.

Com isso, a produção da existência da capoeira através de saltos qualitativos, determinando e sendo determinada pela totalidade social, elevou-a ao *status* de patrimônio cultural do Brasil. Uma bandeira da comunidade capoeirana por reconhecimento e que por vezes defendeu essa idéia de patrimônio, não se atentou para o trato com essa categoria que, ao ser subsumida pelo capital recai como privatização da cultura e não preservação.

Ao buscarmos elementos para fundamentar a tese de Taffarel (2005, p.75), a qual afirmava “que a capoeira está em franca degeneração e decomposição de seus valores genuínos – **capoeira patrimônio da humanidade** – quando subsumida ao modo do capital de produzir mercadorias usadas e trocadas em relações capitalísticas”, não só comprovamos essa tese, como ainda apontamos que a mesma já contém a “brecha” para ser absorvida no processo metabólico do capital. Justamente pelo fato que a idéia de patrimônio está imersa na categoria de propriedade.

Dada à formação social do capital, a categoria de propriedade teve seu significado perversamente alterado, sendo manifestada de maneira individual e na defesa de privatismos frente aos meios de produção. Desse modo ao defendermos que a capoeira seja patrimonializada, abrimos campo para a “sombra da incontabilidade” do capital (MÉSZÁROS, 2002, p.59), pois o mesmo ajusta essa bandeira em benefício de sua autovalorização, mantendo a margem à classe trabalhadora. Em outras palavras,

O que realmente torna a situação de hoje particularmente grave em relação a época de Marx é que a presente articulação do capital como um sistema global, na forma da acumulação de suas forças repressivas e interdependências paralisantes, nos coloca diante do *espectro da incontabilidade total* (MÉSZÁROS, 2002, p.59) [grifos do autor].

Sendo assim, de maneira **tática**, entendemos que os capoeiras devam se auto-organizar e instaurar o processo de (des)feticização da capoeira em conjunto com a construção e/ou organização política em partidos e demais instrumentos de classe. Com isso a bandeira deve caminhar na defesa da capoeira como “bem cultural”, desvinculando-a das possibilidades de sua mercadorização manifestada sobre o FETICHE DA CAPOEIRA PATRIMÔNIO. Ou seja, trata-se de apontarmos, fundamentados a partir da análise do processo de patrimonialização da capoeira, que a mesma seja defendida como bem cultural de resistência ao modo de produção e não mais como patrimônio da humanidade.

A análise da história da capoeira nos esclarece que na continuidade dos estudos sobre a capoeira no campo do materialismo histórico e dialético, precisaremos ir a fundo ao entendimento e explicação das categorias aqui elencadas, pois as mesmas carecem de revisão e aprofundamento. Se para nós está claro que o fetiche da mercadoria para a capoeira vêm se desenvolvendo desde seus primeiros registros, é necessário que retomemos essa categoria metodológica nas diferentes categorias de conteúdo sobre a capoeira expressas em nossa pesquisa, bem como outras que ainda não foram captadas do movimento do real. Isto porque, uma vez que seu estágio evolutivo atual a empacota em uma mercadoria – FETICHE DA

CAPOEIRA PATRIMÔNIO – fica exposta sua forma geral de valor simplificadora da capoeira e degeneradora de seus valores históricos.

No campo das disputas por reformas, sugerimos a comunidade capoeirana que reivindique políticas culturais que efetivamente ampliem as possibilidades de entendimento e preservação da capoeira, bem como auxiliem no processo de auto-organização da comunidade capoeirana sem aparelhá-la. De maneira concreta, reivindicamos:

1. Que um inventário sobre a capoeira se dê nos marcos da teoria do conhecimento que capta o movimento do real a partir das leis e categorias da dialética materialista;
2. Que este inventário seja elaborado a partir da exploração rigorosa dos mais diversos registros sobre capoeira, inclusive de jornais antigos e principalmente em cartórios e demais instâncias reguladoras do Estado e não se baste de maneira simplista há pesquisas já produzidas sobre capoeira, que em grande parte negam sua própria história como ciência reduzindo-a como conjunto de acontecimentos isolados e desconectados da realidade concreta;
3. Que as políticas culturais não sejam criadas para se “moldarem a realidade”, mas que intervenham na realidade da classe que produz a capoeira de modo a garantir não apenas a existência da capoeira em si, mas direitos sociais para seus produtores e praticantes, bem como autonomia frente ao Estado. Em outras palavras, que não seja o capoeira o responsável por ficar atento as políticas de fomento nos meios virtuais, mas que seja o Estado cumpridor de sua função de mapeamento e execução das políticas para todos os mestres de capoeira, e não apenas para os que atestarem sua pobreza, bem como seu potencial de divulgador da ideologia do Estado burguês;
4. A defesa do amparo do Estado em forma de política social é imprescindível e não deve ser entendida como um favor, mas sim o cumprimento de sua função. As políticas sociais devem sim atender as necessidades da classe trabalhadora, e em nosso caso, da capoeira. Necessidades que emergirão de debates de encontros organizados pelos capoeiras e para os capoeiras, reservando-se ao Estado apenas o financiamento para tais encontros, bem como suas respectivas estruturas a nível nacional, nos mais variados estados e não de forma a reduzir um país continental como o Brasil a três estados com limitação de participantes nos encontros. Sigamos o exemplo de organização política dos movimentos sociais tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST) que são exemplo de organicidade e democracia, diferentemente dos moldes das conferências nacionais organizadas pelo governo Lula/Dilma nos mais variados setores da sociedade (Educação, Cultura, Esporte, Saúde, etc.).

Os capoeiras há tempos vêm assistindo sua vida passar sem compreenderem porque é tão difícil viver apenas da prática da capoeira. O fetiche da mercadoria oculta a exploração nas relações de trabalho de maneira tão incisiva que a realidade apresenta-se para os seres humanos como sendo pronta, estanque e mutável apenas por quem detém os meios de produção. Mas, talvez de forma inconsciente, os capoeiras insistem em sua prática que por muito tempo na história ficou a margem do mercado de capitais. Mas o tempo passou. O capital em sua ânsia por conquistar novos mercados, para desenvolver novas forças produtivas-destrutivas, vem “empurrando com a barriga” e “jogando pra frente” a bolha de sua ferida incurável, estabelecendo “a era da hipocrisia deliberada” (MARX e ENGELS, 1987; IASI, 2010).

A capoeira nesse processo está em franca mercadorização e agora, nunca como antes, existem possibilidades de sua expansão mercadorizada em compasso com sua degeneração. O discurso do patrimônio vem ocupando as falas dos trabalhadores da capoeira que aspiram por direitos de existência e não apenas de reconhecimento. A resposta imediata do Estado brasileiro está bem evidente nos ‘textos referenciais’ dos encontros pró-capoeira: De um lado, o incentivo de produzir a capoeira em sua forma exótica, pelo FETICHE DA CAPOEIRA ANGOLA, como se fosse a mesma, a “jóia rara da capoeira”; por outro lado, a máxima extração de mais valia pelo viés do FETICHE DA CAPOEIRA ESPORTE; mas a grande tendência expressa nos documentos oficiais se dá em duas frentes que expõe o alerta máximo para a comunidade capoeirana: A primeira é a destruição por completo das possibilidades da capoeira ser produzida a luz da teoria pedagógica que amplia seu potencial de conteúdo politizado para consciência de classe; a segunda é a acentuada investida em regulamentar a profissão de capoeira.

Dessas duas tendências expostas em nossa pesquisa, a primeira constitui-se a partir de teorias explicativas que dissolvem a luta de classes, bem como o enfrentamento concreto que os capoeiras de outrora travaram com o modo de produção de maneira organizada nos “bandos ou maltas”. A resistência tão reivindicada pelos capoeiras tem sido reduzida à idéia de servir de instrumento de “paz no mundo”. Com isso há uma perda de referência, reflexo da elevação da hegemonia pós-moderna no campo dos estudos culturais (EAGLETON, 2010), de modo que a resistência além de tudo reduz-se a idéia da tradição, da possibilidade de

humanizar o capital, de desempenhar por dentro da prática de ensino da capoeira a disseminação dos valores burgueses de conformação/consolação. Além de voluntariar-se a desempenhar de maneira individual, o que o Estado se sustenta como sendo incapaz de fazer.

Em nosso entendimento, a categoria de resistência não deve ter seus valores alterados pela lógica capitalista. Isso decorre na necessidade de nós capoeiras nos colocarmos do lado esquerdo dessas políticas de patrimônio e, de maneira organizada, possamos desenvolver o potencial de resistência frente ao modo de produção, característica essa marcante na história da capoeira. A capoeira, construída historicamente no seio da cultura popular, mais especificamente de grande parte de negros outrora escravizados e que agora está situada como bem cultural da classe trabalhadora, não pode e não deve abandonar esse caráter de resistência frente à formação social do capital.

Se o processo sociometabólico do capital não nos permite retirar a capoeira da condição de mercadoria, que a utilizemos então como arma ideológica para revolução, nadando contra maré e criando focos de ensino que expressem essa possibilidade de resistência, a luz do trabalho como princípio educativo. Alguns exemplos, de utilização da capoeira como instrumento de resistência, já foram inclusive sistematizados e, a nosso ver, devem ser visitados e confrontados com o movimento do real de modo a contribuir na manutenção dessas experiências, bem como na ampliação de mais focos de resistência. São eles, em ordem cronológica: Falcão (2004); Silva, Falcão e Acordi (2005a, 2005b); Silva (2006); Silva, et al (2007); Netto (2007), Araújo (2006, 2008); Bueno (2009); Matiello Júnior, Bueno e Capela (2010); Silva e Bueno (2010); Silva, Bueno e Capela (2010); bem como possíveis outros que porventura não tivemos acesso. Se a quantidade de bibliografia citada aparentemente representa um número razoável, devemos considerar a amplitude de produções sobre capoeira que, de maneira geral, não avançam para além da pseudoconcreticidade e são encontradas em quantidade infinitamente maior que esse pequeno fragmento representado por essas produções situadas em “resistência” ao processo de mercadorização da capoeira.

A segunda tendência do discurso oficial para com a capoeira centra-se na busca de sua regulamentação profissional em compasso com a lógica de desregulamentação do trabalho (NOZAKI, 2004). Sob esse mote, faz-se necessário que nós capoeiras não repitamos a história, como ocorreu com os trabalhadores de educação física que atualmente são regidos por uma autarquia burguesa, expressa pelo sistema CONFEF/CREFs. Mas pelo contrário, que nos apropriemos dessa história e nos unamos nas trincheiras de resistência tais como os movimentos organizados (MNCR e MEEF), bem como que ao aglutinarmos nossa luta em defesa da regulamentação do trabalho e não de nossa profissão, que obtenhamos

conhecimento suficiente para também construirmos nossa organização específica de resistência. Ou seja, que os capoeiras tomem para si a necessidade de priorizar o diálogo entre si, de modo a se organizar enquanto categoria para juntar-se de maneira organizada, na luta da classe trabalhadora pela concretização de seu projeto histórico de sociedade que está para além do capital.

Nosso trabalho é dolorido, pois a paixão por esse bem cultural por vezes nos colocou em crise, ao nos depararmos com o tamanho do alcance dos tentáculos do capital incidindo também em manifestações culturais, tais como a capoeira. Mas é pela exploração da realidade concreta que encontramos exemplos que inclusive resistem minimamente a lógica apregoada para a patrimonialização dos bens culturais no ocidente. Trata-se do exemplo da lógica de preservação das políticas culturais do Japão que, diferentemente da idéia de patrimônio (material e imaterial) apregoada pela UNESCO, constitui-se em um exemplo singular que, embora não rompa com a lógica do capital, permite manter a cultura dinâmica e com mais condições objetivas de existência no presente, sem com isso negar sua história.

O templo da deusa Amaterasu, ancestral mítica da casa imperial, é reconstruída de forma idêntica em madeira de cipreste do Japão a cada 20 anos. Instaurada no século VII, o rito continuou até hoje (sem dúvida, com períodos de interrupção). A próxima reconstrução está prevista para 2013. Conta sobretudo a permanência da forma. **O dilema ocidental “conservar ou restaurar” não existe.** [...] De fato, a política cultural japonesa não tinha por primeira preocupação nem a visibilidade dos objetos nem a manutenção desta visibilidade. Ela repousava sobre uma outra lógica que era a da atualização. [...] Esta designação é conferida a um artista ou artesão, não como pessoas, mas somente enquanto ele é “detentor de um importante patrimônio cultural intangível”. O título, que pode recompensar um indivíduo ou um grupo, obriga o eleito a transmitir o seu saber. Ele recebe, para isso, indenizações. Desta disposição original fica claro que o objeto ou sua conservação conta menos do que a atualização de um *savoir-faire* [engenhosidade], que se transmite ao se atualizar. Como o templo de madeira, a arte tradicional existe na medida em que ela está no ou dentro do presente. Decorre daí que estas noções, tão centrais na constituição do **patrimônio do ocidente, de “original”, de “cópia”, de “autenticidade”, não existem ou não são, em todo caso, portadoras dos mesmos valores no Japão.** Seguramente, o passado contava, mas a ordem do tempo operava de outra forma que na Europa. **De um tempo que não era linear,** derivava uma outra figuração da permanência e uma outra relação com o vestígio. Isto é só um esquema rápido, um simples esboço de um olhar afastado, **mas é suficiente para desfazer a evidência do conceito europeu de patrimônio.** (HARTOG, 2006, p.267-268) [grifos nossos].

É claro que esse exemplo serve como meta a ser ultrapassada, uma vez que o mesmo não se traduz como alternativa superadora, mas ao mesmo tempo, manifesta possibilidades de

resistência para a manutenção da existência da prática da capoeira, bem como nos traz pistas, passíveis de serem reivindicadas para a forma das políticas culturais em geral.

Mas a luta de resistência da capoeira também tem exemplos no campo político. O “Manifesto da Bahia” (ANEXO 5) produzido coletivamente pelos capoeiras deste estado no ano de 2010, demonstra a insatisfação com as tendências apontadas pelo Estado para a capoeira, bem como se manifesta contrário as políticas apregoadas pelo MinC/IPHAN (CORREA, 2010).

O que se comprova, é que a organização da comunidade capoeirana como instrumento coletivo de luta social, possibilita ampliar a organização do conjunto da classe trabalhadora. Mas esse processo deve estar gerido pela teoria pedagógica que contém em seu bojo a defesa do projeto histórico socialista, uma vez que se manifesta como alternativa de enfrentamento a formação social do capital.

Ao fim de nossa pesquisa, começamos a nos apropriar das sistematizações de Trotsky (2009) e percebemos que o que o autor chama de “militantismo cultural” dá conta do que entendemos como princípio norteador para a produção e reprodução da prática da capoeira. No entanto, não houve tempo hábil de nos apropriarmos dessa sistematização, de maneira suficiente para re-visitarmos nossa própria pesquisa e aprofundar seus nexos com o exemplo russo expresso nesses escritos (TROTSKY, 2009). O que demonstra mais uma vez que nossa tarefa não cessa aqui, mas que de maneira melhor elaborada e sintetizada recomeça a partir da conclusão dessa produção.

Por fim, nossa pesquisa buscou ousar em abrir a ferida do capital, ao evidenciar o caráter fetichista da produção de mercadorias que de maneira expansiva vem incidindo na produção da capoeira. A análise aponta agora, para enfiarmos nossos dedos nessa ferida, abrindo-a ainda mais, de modo a auxiliar no processo de construção de condições subjetivas para organização da classe trabalhadora e, tendo a capoeira, como práxis de resistência, não apenas conectada ao movimento do real, mas alavancada como ferramenta educativa de consciência de classe. Para isso é imprescindível que nós capoeiras não abramos mão da história da capoeira e conseqüentemente de nossa própria história, pois é na mesma que encontramos as respostas para avançarmos. Que nenhum capoeira se deixe iludir e abra mão da história desse bem cultural! Avancemos.

REFERÊNCIAS

ABIB, P. **Cultura Popular e o Jogo dos Saberes na Roda**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas à Educação. Campinas: Unicamp, 2004.

ABREU, F. J. de. **Bimba é Bamba: a capoeira no ringue**. Salvador: Instituto Jair Moura, 1999.

_____. **A capoeira baiana do século XIX**. Revista Iê Capoeira, ano I, n° 07. São Paulo: On Line Editora, 2000.

_____. **O Barracão do Mestre Waldemar**. Salvador: Organização Zarabatana, 2003.

_____. **Capoeiras – Bahia, Século XIX: imaginário e documentação**. Salvador-BA, Instituto Jair Moura, 2005.

ALMEIDA, R. C. **A Saga do Mestre Bimba**. Salvador: Ginga Associação de Capoeira, 1994.

ALVES, E. P. M. **Cultura Popular, Patrimônio e Mercado: O Consumo das Performances Folclórico-Artísticas**. In: II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 2006.

_____. **Diversidade Cultural, Patrimônio Cultural Material e Cultura Popular: a Unesco e a Construção de um Universalismo Global**. Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 3 Setembro/Dezembro 2010.

AMADO, J. **Jorge Amado discursa como deputado do Partido comunista do Brasil**. Partido Comunista do Brasil: Salvador: 2010. Disponível em http://grabois.org.br/portal/noticia.php?id_sessao=11&id_noticia=523 Acessado em 11 de Mar 2012.

ANDERSON, P. **Balço do Neoliberalismo**. In: SADER, E. e GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. **Dimensões da Precarização Estrutural do Trabalho**. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARANTES, A. A. **Como ler o INRC**. In: **INRC**. Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação. Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN/MinC. Brasília, 2000.

ARAÚJO, P. C. **Abordagens Sócio-Antropológicas da Luta/Jogo da Capoeira**. Porto: Instituto Superior da Maia – Série “Estudos e Monografias”, 1997.

ARAÚJO, B. C. L. C. **Capoeira e Mercadoria: Possibilidades Pedagógicas Superadoras**. (Monografia de Especialização). Faculdade de Educação – UFBA, Salvador: 2006.

ARAÚJO, B. C. L. C. **A Capoeira Na Sociedade Do Capital: A Docência Como Mercadoria-Chave Na Transformação Da Capoeira No Século XX**. (Dissertação). Centro de Ciências da Educação – UFSC, Florianópolis-SC: 2008.

AREIAS, A. **O que é Capoeira**. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, 1989.

AUGUSTIN, A. C.; **A Farsa das Leis de Incentivo: O Neoliberalismo e seu Impacto na Política Cultural Brasileira**. (Monografia). Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2010.

BATISTA, E. **A Construção da Subjetividade Igualitária pela Ideologia Empresarial da Responsabilidade Social: A Participação do Instituto Ethos**. In: V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo – EBEM (anais). Florianópolis: UFSC, Abril de 2011.

BASSOUS, D. N. **A Poética da transformação na capoeira: Etnografia de uma performance**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Arte) – UFF, Rio de Janeiro, 2005.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

BOITO JR., A. **A burguesia no governo Lula**. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n.21, p.52-76, 2005.

BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, E. **Cultura de Massa e Cultura Popular**. São Paulo: Editora Vozes, 1981.

BRANCO, R.C. **Maldições, Fetiches e Comunismo na Crítica da Economia Política: a teoria da alienação de Karl Marx**. 2008. Volta Redonda-RJ: Cadernos UniFOA, Ano III, n° 6, Abril 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Entidades Esportivas - Histórico**. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snear/cdn/infoEntidades.jsp?identidade=152>>. Acesso em 24 jun. 2011.

_____. **Código Penal – Decreto-Lei 2848**. Brasília, 07 de Dez. de 1940.

_____. **Constituição (1988)**. Brasília: Ed. Atual. Em 2000. - Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2000.

BRASIL. **Lei 12.343 - Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências**. Brasília: 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em 15/12/2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Ministro da Cultura, Gilberto Gil, na homenagem a Sergio Vieira de Mello**. 2004. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2004/08/19/ministro-da-cultura-gilberto-gil-na-homenagem-a-sergio-vieira-de-mello/>> Acessado em 18 set. 2011.

BUENO, M. C. **A Capoeira como Possível Instrumento de Práxis Revolucionária no CEC Itacorubi**. (Monografia). Centro de Desportos – UFSC, SC, 2009.

CAPOEIRA, N. **Fundamentos da Malícia**. 6° Edição, Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Capoeira: pequeno Manual do jogador**. 7ª ed. Record, Rio de Janeiro, RJ. 2002

_____. **Capoeira: o galo já cantou**. 3ª ed. Record, Rio de Janeiro, RJ. 2003

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 5ª ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARIBÉ, Pseud. **O Jogo da Capoeira: 24 desenhos de Carybe**. Salvador: [s.n], 1955.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta.** Campinas – SP: Papirus 1988. (15ª Edição, 2008).

_____. (org) **Gestão Pública e Política de Lazer: A formação de agentes sociais.** Campinas –SP: Autores Associados; São Paulo, 2007. – (Coleção Educação Física e Esportes)

CASTELLO, C.; LUZ, N. **Mestre Bimba.** A Capoeira Iluminada. Rio de Janeiro: Sonoro-Vídeo, [2005], cor, DVD, 90 min.

CARNEIRO, E. **Capoeira.** 2 ed. Rio de Janeiro: INAP/FUNARTE/SEC/MEC, 1977.

CASTRO, M. B. **Na Roda do Mundo: Mestre João Grande entre a Bahia e Nova York.** São Paulo: Tese de Doutorado, Departamento de História Social (FFLCH-USP), 2007,

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **Crônicas históricas do Rio Colonial.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira/FAPERJ, 2004.

CHAUÍ, M. **Convite a Filosofia.** 3ª Edição, São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. **Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense S. A., 6ª reimpressão, 1996.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: Categorias e leis da dialética.** São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

COLAO, M. M. **O Modo de Produção: Categoria do Materialismo Histórico.** Revista Movimento. Porto Alegre: v.12, n.02, p. 143-169, maio/agosto de 2006.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo: 2 ed. Cortez, 2009.

CONSULTA POPULAR. **O Caderno nº 5 – “ O neoliberalismo...ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres”.** São Paulo: Consulta Popular, 1993.

CORREA, E. **Ato público de 27 de outubro de 2010.** Salvador: Outubro de 2010. Disponível em: http://militanciaecapoeira.blogspot.com/2010/10/hoje-28-de-outubro-de-2010-o-segundo_29.html Acessado em 06 de Jan. 2011.

CORTE REAL, M. P. **As musicalidades das Rodas de Capoeira(s): diálogos intercultural, campo e atuação de educadores.** (tese). Centro de Ciências da Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2006.

CORTE REAL, M. P.; FLEURI, R. M. **As musicalidades das rodas de capoeira: diálogos interculturais com educadores no campo capoeirano.** Belo Horizonte: XIV Encontro Anual da ABEM (anais), 2005.

COUTINHO, C. N. **O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas.** In: LIMA, Júlio C.; NEVES, Lúcia M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006. p. 173-200.

COSTA, N. L. **De Ato Marginal a Patrimônio Imaterial: análise das políticas culturais para a capoeira.** In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no Governo Lula.** Salvador: EDUFBA, 2010.

DIAS, L. S. **Quem tem medo da capoeira?** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa, 2001.

DIJK, T. V. **Ideología y Análisis del Discurso.** In: Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social, Afio 10, nº 29. Maracaibo – Venezuela: 2005.

DIJK, T. V. **Discurso e Poder.** São Paulo: Contexto, 2008.

DOSSIÊ. **Inventário para o Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil.** Brasília: Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional - IPHAN, 2007.

DUARTE, N. **O Bezerro de Ouro, o Fetichismo da Mercadoria e o Fetichismo da Individualidade.** In: DUARTE, N. (org). **Crítica ao Fetichismo da Individualidade.** Campinas –SP: Autores Associados, 2004.

EAGLETON, T. **Depois da Teoria: Um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo.** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ESCOBAR, M. O. **Entrevista no livro do Coletivo.** 2009.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Moraes, S/D.

FALCÃO, J. L. C. **A capoeira também educa**. Revista Sprint, Rio Janeiro, N° 54, p.34 a 38, 1991.

_____. **A escolarização da "Vadiação"**: a capoeira na Fundação Educacional do Distrito Federal. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Escola de Educação Física e Desportos, UFRJ, 1994.

_____. **A escolarização da capoeira**. Brasília: Royal Court Editora, 1996.

_____. **O Jogo da Capoeira em Jogo e a Construção da Práxis Capoeirana**. (Tese de Doutorado) Faculdade de Educação – UFBA, Salvador, BA, 2004.

_____. **Os movimentos de organização dos capoeiras no Brasil**. Revista Motrivivência. Novembro/2000.

_____. **O processo de escolarização da Capoeira no Brasil**. In.: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Santa Maria: v. 16, n.3, p. 173-182, Maio /1995.

_____. **Unidade Didática 2: Capoeira**. In: KUNZ, E. (Org.). In: **Didática da educação física**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

_____. **A Capoeira é do Brasil? A Capoeira no contexto da Globalização**. In: MATIELLO JÚNIOR, E.; CAPELA, P. R. C.; e BREILH, J. (orgs). **Ensaio Alternativos Latino-Americanos de Educação Física, Esportes e Saúde**. Florianópolis: Copiart, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UNB, 2001, 2008 (reimpressão).

FAUSTINO, L. F. O. **Capoeiragem Carioca: da fina malandragem ao esporte civilizado (1885-1910)**. (Dissertação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2008.

FERNANDES, F. **O que é Revolução?** Edição Integral, São Paulo: Circulo do Livro S.A., 1981.

FERREIRA, J. **Discurso do ministro da Cultura, Juca Ferreira, na solenidade de posse da diretoria do Instituto Brasileiro de Museus**. Brasília: 2009. Disponível em

<<http://www.cultura.gov.br/site/2009/05/12/discurso-do-ministro-da-cultura-juca-ferreira-na-solenidade-de-posse-da-diretoria-do-instituto-brasileiro-de-museus/>> Acessado em 22 de Out. 2011.

FREITAS, L. C. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática.** Campinas-SP: Papyrus, 1995.

_____. **A luta por uma Pedagogia do Meio:** Revisitando o Conceito. In: PISTRAK, M. M. (org). **A Escola-Comuna.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FRIGERIO, A. **Capoeira: de arte negra a esporte branco.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 4 (10): 85-98, jun., 1989.

GIL, G. **Ministro da Cultura, Gilberto Gil, sobre o Programa Nacional Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, durante encontro com artistas em Berlim.** 2004. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2004/09/02/ministro-da-cultura-gilberto-gil-sobre-o-programa-nacional-cultura-educacao-e-cidadania-cultura-viva-durante-encontro-com-artistas-em-berlim/> Acessado em 09 de Out. de 2011.

GONÇALVES, J. R. S. **O patrimônio como categoria do pensamento.** In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GUIDES, A. et al. **Curitiba entra na Roda: Presença(s) e Memória(s) da Capoeira na Capital Paranaense.** Curitiba: Edição do autor, 2010.

GUIMARÃES, W. D. **Capoeira Gerais.** Vol. II Belo Horizonte: Sonoro (CD de áudio), 2005. 88 min.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1984.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Escritos Políticos.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HARTOG, F. **Tempo e Patrimônio**. Varia História, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

IASI, M. **O Processo de Consciência**. São Paulo, 2º edição. 1999.

_____. **As metamorfoses da Consciência de Classe: O PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Ensaio Sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

_____. **A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada**. Revista Praia Vermelha. Rio De Janeiro: v.19, nº1, p. 25-40, Jan-Jun 2010.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica número 22. Rio de Janeiro: 2007.

IPHAN. **Parecer 031/08 – Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil**. Salvador: 2008a. Disponível no sítio www.portal.iphan.gov.br, acessado em 05/12/2010.

_____. **Certidão**: Livro de Registro das Formas de Expressão, volume primeiro, folha 9, Registro número 7. Bem Cultural: **Roda de Capoeira**. Brasília: 2008b.

_____. **Certidão**: Livro dos Saberes, volume primeiro, folha 8, Registro número 5. Bem Cultural: **Ofício dos Mestres de Capoeira**. Brasília: 2008c.

_____. **Chamada Pública – Pró Capoeira**. Julho de 2010a. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15227&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acessado em 28 de Dez. 2011.

_____. **Série de Encontros Pró-Capoeira Começa em Setembro**. Agosto de 2010b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15543&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia> Acessado em 02 de Out. 2011.

_____. **Concurso de Oscips com vistas a apoiar a Fase I das atividades de formulação e implantação do Pró-Capoeira**. Março de 2010c. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14975&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>> Acessado em 05 de Jan. 2012.

_____. **Nota de esclarecimento sobre o edital do Concurso de Oscips.** Abril de 2010d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15036&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia> Acessado em 05 de Jan. 2012.

_____. **Iphan divulga os resultados do Encontro Pró-Capoeira do Nordeste.** Outubro de 2010e. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15646&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia> Acessado em 06 de Jan. 2012.

_____. **Grupo de trabalho Pró-Capoeira - GTPC divulga resultado provisório do Prêmio Viva Meu Mestre Edição 2010.** Julho de 2011a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16121&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>> Acessado em 10 de Jan. 2012.

_____. **Punga.** Julho de 2011b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=1791>> Acessado em 10 de Jan. 2012.

_____. **Lista definitiva de candidatos não habilitados.** Julho de 2011c. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=1786>> Acessado em 10 de Jan. 2012.

_____. **Resultado final do prêmio Viva Meu Mestre.** Agosto de 2011d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16165&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>> Acessado em 10 de Jan. 2012.

_____. **Segunda Chamada do Prêmio Viva Meu Mestre.** Novembro de 2011e. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16301&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>> Acessado em 10 de Jan. 2012.

_____. **3ª Chamada Prêmio Viva Meu Mestre.** Dezembro de 2011f. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16362&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>> Acessado em 10 de Jan. 2012.

_____. **Região Metropolitana de Recife debate medidas de preservação da Capoeira.** Março de 2011g. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15909&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>> Acessado em 10 de Jan. 2012.

JACQUEMONT, S.; FATTORELLI, M. L. **O problema da dívida no Brasil não foi resolvido no governo Lula, ele se agravou ainda mais.** In: COMITÉ PARA ANULAÇÃO DA DÍVIDA DO TERCEIRO MUNDO – CADTM. Bélgica. Fevereiro de 2011.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** 2ª Ed., São Paulo: Paz e Terra. 1976.

KUENZER, A. Z. **Desafios Teórico-metodológicos da Relação Trabalho-Educação e o Papel Social da Escola.** In: FRIGOTTO, G. (org). **Educação e Crise do Trabalho:** perspectivas de final de século. 10º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LENIN, V. **As Três Fontes.** 2º Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Centauro, 2007.

_____. **O Imperialismo fase superior do capitalismo.** Brasília, Nova Palavra, 2007.

_____. **Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo.** São Paulo: Global, 1981.

LENINE, V. **Marx, Engels, Marxismo** (editorial Moscou). In: HARNECKER, M. **Os Conceitos Elementais do Materialismo Histórico.** 1973.

LENINE, V.I. **Materialismo e empiriocriticismo.** Moscovo: Progresso; Lisboa: Avante, 1982.

MANACORDA, M. A. **O Princípio Educativo em Gramsci: Americanismo e Conformismo.** Campinas-SP: Editora Alínea, 2008.

MANIFESTO DE 34 CONTEMPLADOS DO CAPOEIRA VIVA 2007. 2008. Disponível em: http://br.groups.yahoo.com/group/coquinho_baiano/message/401 Acessado em 21 de Dez. 2011.

MARQUES, R. M.; MENDES, Á. **O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal.** Revista de Economia Política, vol 26, n° 1, pp. 58-74, janeiro-março/2006.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte.** Editora Rocket Edition TM, 1851/1852.

_____. **Carta a Annenkov, de 28 de Dezembro de 1846, Obras Escogidas, T. II.** In: HARNECKER, M. **Os Conceitos Elementais do Materialismo Histórico,** 1973.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** 2 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital.** Crítica da Economia Política. Vol. I, Tomo I. 2 Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **O Capital.** Livro 1, capítulo VI (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** Porto Alegre: L&M, 2006.

_____. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATIELLO JÚNIOR, E.; BUENO, M. C.; CAPELA, P. R. C. **A Capoeira como Instrumento Político-Pedagógico para Auto-Organização dos Moradores do Alto da Caieira do Saco dos Limões/Florianópolis.** In: MATIELLO JÚNIOR, E. et al. (orgs) **O Acadêmico e o Popular nas Práticas Corporais: Diálogos entre Saberes.** Florianópolis: Tribo da Ilha, 2010.

MELO, W. F. **A Interpretação de Fernando Henrique Cardoso sobre o Escravo Sulino: o seu lugar nos estudos sobre o trabalhador cativo.** In: Marx e o Marxismo 2011: Teoria e Prática. (ANAIS). Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ: 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital.** Campinas – SP: Boitempo, 2002.

MINC. **Vale Cultura.** 2009a. Disponível em: <http://mais.cultura.gov.br/2009/02/09/vale-cultura/> Acessado em 09 de Out. 2011.

_____. **PORTARIA N°48, DE 22 DE JULHO DE 2009.** In: BRASIL. **Diário Oficial da União – Seção 2**, n° 142. ISSN 1677-7050. Brasília: 2009b.

_____. **Ponto de Cultura.** 2011a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/> Acessado em 09 de Out. de 2011.

_____. **Cultura Viva:** Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. 2011b. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/> Acessado em 09 de Out. de 2011.

_____. **Programa Nacional e Mundial de Capoeira.** 2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2005/03/29/programa-nacional-e-mundial-da-capoeira/> Acessado em 22 de Dez. de 2011.

_____. **Primeira Chamada Pública para Incentivo ao Setor.** 2006. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2006/11/09/primeira-chamada-publica-para-incentivo-ao-setor/> Acessado em 22 de Dez. de 2011.

_____. **Edital Capoeira Viva – 2006.** 2006b. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/03/01/76503/> Acessado em 22 de Dez. de 2011.

_____. **Edital Capoeira Viva – 2007.** 2007a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br> Acessado em 18 de Nov. de 2011.

_____. **Programa Mais Cultura.** 2007b. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/upload/Programa%20Mais%20Cultura_1191616644.ppt Acessado em 22 de Dez. de 2011.

_____. **Inscritos Online – Capoeira Viva 2007.** 2008. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/capoeiraviva-2007_inscritos-por-regiao.pdf&sa=U&ei=_8jzTvfUDIO2tweF1dzQBg&ved=0CBQQFjAI&client=internal-uds-cse&usg=AFQjCNG6dsL-R5FGvQg-QQVghxBVq_3Xsw Acessado em 04 de Dez. de 2011.

_____. **Edital Prêmio Viva Meu Mestre – Edição 2010.** Outubro de 2010. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2010/11/04/edital-premio-viva-meu-mestre-edicao-2010/> Acessado em 03 de Jan. 2012.

_____. **Editais de Premiação Nº 1, de 5 de Abril de 2011: PRÊMIO VIVA MEU MESTRE:** Lista de Candidatos Habilitados e Não Habilitados. Brasília: 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/11/http___www.in_.gov_.pdf> Acessado em 09 de Jan. 2012.

MORENO, R. **Fantasmas e Totens:** O Fetiche e a Lógica do Capital. *Dialética*, v.2, n.2, p. 43-47, Novembro, 2011.

NETTO, N. S. P. **A Capoeira no Município de Campo Largo, Estado do Paraná:** Uma experiência educacional a partir da abordagem crítico-superadora em educação física escolar. In: VII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. (Anais). Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Curitiba: 2007.

NOGUEIRA, A. G. R. **Inventário e Patrimônio Cultural no Brasil.** *Revista História*, São Paulo, v. 26, n 2, p. 257-268, 2007.

NOVAIS, B.N., BRIZUELA, J. **Políticas Internacionais.** In: RUBIM, A. A. C. **Políticas Culturais no Governo Lula.** Salvador: EDUFBA, 2010.

NOZAKI, H. **Educação Física e o reordenamento do mundo do trabalho: Mediações da Regulamentação da Profissão.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2004.

NUNES, A. **Um ano depois capoeiristas ainda esperam prêmio do edital.** Uol esporte, 2009. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/lutas/ultimas/2009/04/21/ult4362u560.jhtm> Acessado em 23 de Dez. de 2011.

ORTEGA, S. B. **O fetiche da imparcialidade do direito.** *Revista Economia Ensaios*, vol. 22, nº 1. Uberlândia – MG: 2007.

PERGUER, E. G. **A hegemonia do Esporte na Escola.** (Monografia). Escola Superior de Educação Física – ESEF/UFRGS, Porto Alegre, RS: 2008.

PINTO, G. A. **A Organização do Trabalho no Século 20.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PIRES, A. L. C. S. **Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea (1890-1950)**. Tese (Doutorado em História), Departamento de História. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

_____. **A capoeira na Bahia de todos os santos: Um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890-1937)**. Tocantins Goiânia:NEAB Grafset, 2004

PISTRAK. M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. 3º Edição, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.

Plano de Salvaguarda da Capoeira. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. disponível em <www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1870> , Acesso em 24 jun. 2011, 21:15:30.

PORTAL CAPOEIRA. Site construído e mantido por MILANI, L. [200?-2012]. Disponível em <www.portalcapoeira.com> . Acesso em 09 de Jan. 2012.

REGO, W. **Capoeira Angola: Ensaio Sócio-Etnográfico**. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

REIS, L. V. de S. **O Mundo de Pernas pro ar: A capoeira no Brasil**. São Paulo: Publisher, 2 ed. 2000.

RUGENDAS, J.M. **Viagem pitoresca através do Brasil**. 8 ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 2 Volumes, 1979 (1 ed. 1835).

RUBIM, A. A. C. **Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições**. Revista Galáxia, São Paulo, nº 13, p. 101-113, 2007.

_____. **Políticas culturais entre o possível e o impossível**. In: NUSSBAUMER, G. M. (Org.). Teorias e políticas da cultura. Visões multidisciplinares. Salvador: Edufba, 2007. p. 139–158.

_____. (Org.). **Políticas culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SAGRILLO, D. R.; BACCIN, E. V. C.; BOTH, V. J. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Análise do Programa de Esporte e Lazer da Cidade**. (ANAIS). XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife-PE. Centro de Convenções de Pernambuco, 2007.

SALGADO, G. M.; PEDRA, L. S.; CALDAS, R. S. **As Políticas de Financiamento à Cultura: a urgência de uma reforma.** In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no Governo Lula.** Salvador: EDUFBA, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações.** 9º ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

_____. **Educação Formação Humana e Ontologia: Debate de Alguns Temas a Partir da Questão do Método Dialético.** In: V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. **Apresentação.** Florianópolis, Abril 2011.

SANTOS, L. S. **Educação: Educação física: Capoeira.** Maringá: Fundação Universidade Estadual de Maringá, 1990.

SANTOS, J. L. **O que é Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

SANTOS, I. S. F.; VALE, A. M. **Patrimônio Histórico Imaterial: O imaterial como avanço e conquista na legislação.** In: **VII Jornada do HISTEDBR “O trabalho didático na história da educação”.** Anais: Campo Grande, 2007.

SILVA, P. C. C. **Capoeira e Educação Física – Uma História que dá Jogo... Primeiros Apontamentos Sobre suas Inter-Relações.** Rev. Bras. Cienc. Esporte, v. 23, n. 1, p. 131-145, set. 2001.

SILVA, B. E. S. **Menino, Qual é Teu Mestre? A Capoeira Pernambucana e as Representações Sociais de Seus Mestres.** (Dissertação de Mestrado). Centro de Desportos – UFSC, Florianópolis, SC, 2006.

SILVA, A. S. **Educação, Trabalho e Fetico da Mercadoria: Astúcias do Capitalismo em Tempos de Flexibilização Total.** In: V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo – EBEM (anais). Florianópolis: UFSC, Abril de 2011.

SILVA, B. E. S.; FALCÃO, J. L. C.; ACORDI, L. O. **A Pesquisa-ação e as práticas culturais populares: a experiência do projeto “capoeira e os passos da vida”.** In: SILVA, A. M.; DAMIANI, I. R. (orgs) **Práticas Corporais.** Volume 2. Florianópolis: Naembla Ciência e Arte, 2005a.

SILVA, B. E. S.; FALCÃO, J. L. C.; ACORDI, L. O. **Capoeira e os passos da vida**. In: SILVA, A. M.; DAMIANI, I. R. (orgs) **Práticas Corporais**. Volume 3. Florianópolis: Naemblu Ciência e Arte, 2005b.

SILVA, B. E. S.; MENDES, E. L.; FALCÃO, J. L. C.; ACORDI, L. O. **Capoeira: Outros Passos, outras gingas**. In: FALCÃO, J. L. C.; SARAIVA, M. C. **Esporte e Lazer na Cidade, Volume 1: Práticas Corporais Re-Significadas**. Florianópolis: Lagoa Editora, 2007.

SILVA, B. E. S. et al. **A Experiência do “PERI-Capoeira”**: Curso de formação de educadores populares de capoeira na perspectiva intercultural. In: FALCÃO, J. L. C.; SARAIVA, M. C. **Práticas Corporais no contexto contemporâneo: (in)tensas experiências**. Florianópolis: Copiart, 2009.

SILVA, B. E. S.; BUENO, M. C. **Capoeira em Florianópolis-SC: A experiência dos Mangaios**. Revista Didática Sistêmica. Rio Grande-RS: Edição Especial, Evento Extremos do Sul, 2010.

SILVA, B. E. S.; BUENO, M. C.; CAPELA, P. R. C. **A Capoeira como Possível Instrumento de Práxis Revolucionária: Experiência no CEC Itacorubi-Florianópolis**. In: V Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte. (Anais). Itajaí-SC: UNIVALI, 2010.

SLENES, R. W. **Escravos, Cartórios e Desburocratização: O que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?** Rev. Bras. de Hist. São Paulo: v. 5, n° 10, pp 166-196, março-agosto, 1985.

SODRÉ, N. W. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 20° Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOARES, C. E. L. **A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro, 1850-1890**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

_____. **A Capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Ed. Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

_____. **Dos Fadistas e Galegos: Os Portugueses na Capoeira.** Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – Portugal. Vol. XXXII (142), p.685-713, 1997.

SOUZA, R. B. R. **Palavra-Chave: Desenvolvimento Sustentável - Notas de um vocabulário crítico para as lutas sociais.** RELEM – Revista Eletrônica Mutações. Manaus, AM: Julho-Janeiro 2010.

SOUZA, S. A. de. **Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa: "amigos da escola" e outras formas de participação.** (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação – USP. São Paulo: 2008.

STOTZ, M. B. N. **Ritmo & Rebeldia em Jogo: Só na Luta da Capoeira se Dança?** (Dissertação de Mestrado). Centro de Desportos – UFSC. Florianópolis: 2010.

TAFFAREL, C. N. Z. **Capoeira e Projeto Histórico.** In: SILVA, A. M. e DAMIAMI, I.A. **Práticas Corporais.** Volume 1, Florianópolis: Editora Naemblu, 2005.

TAFFAREL, C.N.Z.; DANTAS JUNIOR, H. S. **Formação de Professores de Educação Física: A história como matriz científica.** Salvador, 2007. Disponível em: www.faced.ufba.br/rascunhodigital Acesso em: 20 de Abril de 2010.

TAFFAREL, C.N.Z.; SANTOS JUNIOR, C. L. **Modo de produção e educação: questões do modo de vida: uma contribuição de Leon Trotsky.** Revista Germinal, vol. 1, n° 01. Londrina-PR: 2009.

TAFFAREL, C. N. Z. e ESCOBAR, M. O. **Cultura Corporal e os Dualismos Necessários a Ordem do Capital.** Salvador, 2005. Disponível em: www.faced.ufba.br/rascunhodigital Acesso em: 31 de Julho de 2009.

TAFFAREL, C. N. Z. e ESCOBAR, M. O. **Mas Afinal, o que é Educação Física? Reafirmando o Marxismo Contra o Simplismo Intelectual.** Salvador, 2008. Disponível em: www.faced.ufba.br/rascunhodigital Acesso em: 20 de Outubro de 2009.

TAFFAREL, C. N. Z. **Propostas Pedagógicas em Educação Física: Debatendo a Contemporaneidade Epistemológica.** In: III Seminário Epistemologia e Teorias da Educação. (Anais) Centro de Educação Física e Desportos – UFSM, Santa Maria, RS, 2010.

TEIXEIRA, D. R. **A Necessidade Histórica Da Cultura Corporal**: possibilidades emancipatórias em áreas de reforma agrária - MST/Bahia. (Dissertação de Mestrado) Centro de Ciências da Educação – UFSC, 2009.

TEIXEIRA, D. R. e DIAS, F. B. M. **Marxismo e Cultura**: Contraponto às perspectivas pós-modernas. **Filosofia e Educação**. (Campinas – SP), vol. 2, nº 2, p. 120-140, 2010.

TRIVIÑOS. A. N. S. **Introdução à pesquisa e ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS. A. N. S. **Método Marxiano (explicação): Breve Apresentação do Método Dialético Materialista**. Porto Alegre: FACHED/UFRGS, 2006. 17f. (Texto digitado).

TROTSKY, L. **Questões do modo de vida**. A moral deles e a nossa. Trad. por Diego Siqueira e Daniel Oliveira. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

TUBINO, M. J. G.; LUSSAC, R. M. P. **Capoeira**: A história e trajetória de um patrimônio cultural do Brasil. *Revista da Educação Física/UEM*. V.20, n.1, Maringá: 2009.

UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

VARGAS, A. C. **A Saudade**. Rio de Janeiro: 1CD Estéreo 200?.

VASQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VASSALO, S. P. **Capoeiras e intelectuais: a construção coletiva da capoeira "autêntica"**. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 32, 2003, p. 106-124.

_____. **O Registro da Capoeira como Patrimônio Imaterial: Novos Desafios Simbólicos e Políticos**. *Educação Física em Revista*, Vol. 2, Nº 2, 2008.

VELOSO, M. **O Fetiche do Patrimônio**. *Revista Habitus*, v. 4, n.1, p. 437-454. Goiânia: 2006.

VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado Joga a Favor do Privado**. As políticas de esporte após a constituição federal de 1988. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação Física, Campinas: UNICAMP, 2005.

VIEIRA, L. R. **O jogo da capoeira: Cultura Popular no Brasil.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

WILLIAMSON, J. **Depois do Consenso de Washington:** Uma Agenda para Reforma Econômica na América Latina. Palestra apresentada na FAAP. São Paulo: 2003.

ANEXOS

ANEXO 1 – Textos Referenciais para os Encontros Pró-Capoeira

Anexo 1a – Capoeira, Identidades e Diversidade

Anexo 1b – Capoeira na Educação

Anexo 1c – Capoeira, Esporte e Lazer

Anexo 1d – Capoeira, Profissionalização, Organização Social e Internacionalização

Anexo 1e – Capoeira e Políticas de Fomento

Anexo 1f – Capoeira e Política de Desenvolvimento Sustentável

Anexo 1g – Esclarecimentos Sobre a Questão Previdenciária

CAPOEIRA, IDENTIDADES E DIVERSIDADE

A capoeira é uma das manifestações culturais resultantes da diáspora africana no Brasil. É um campo de múltiplas expressões, acumulando em seu histórico a aproximação com diversas culturas, o que favorece diferentes interpretações e percepções sobre sua prática. Esse campo nem sempre é harmonioso.

Alguns debates discorrem em torno dos aspectos contínuos da tradição e suas formas de ruptura. A transmissão de saberes baseados na oralidade, na hierarquia e no respeito aos mais velhos vem sendo transformada pelo uso de novas tecnologias e pela expansão em diferentes territórios socioculturais: regionais, étnico-raciais, sócio-econômicos, nacionais, religioso, geracionais e de gênero.

A maioria dos debates sobre a capoeira a relaciona à luta por libertação, remetendo à tradição, e à resistência da cultura negra. Há hoje um entendimento muito comum da capoeira como um poderoso instrumento de afirmação de identidades culturais afrodescendentes e de afirmação da auto-estima para milhares de praticantes em todo o mundo, especialmente para os jovens negros das periferias brasileiras.

A popularização da internet também tem criado um fenômeno interessante: capoeiras que aprendem utilizando este meio de comunicação, estudando jogos e repetindo movimentos. Com a expansão da capoeira em nível global, temos um número crescente de praticantes estrangeiros sendo formados professores, contramestres e mestres. Seus aprendizados ocorrem através dos inúmeros meios tecnológicos e informativos, bem como no contato direto com outros capoeiras e mestres brasileiros expoentes, que em busca de maior reconhecimento, divulgação de sua arte e melhores condições econômicas, vem realizando workshops e firmando residência no exterior.

Considera-se a figura do mestre como um dos principais defensores e propagadores do saber da capoeira. No entanto, ele encontra grandes dificuldades de se inscrever nos espaços formais de ensino, superior e médio, e de legitimar seus modos e lugares de transmissão de saber como prática educativa reconhecida.

Outra situação atual é o crescimento constante do número de crianças e mulheres na capoeira. Com a ascensão de mulheres à condição de mestras e professoras, alguns grupos de capoeira passam a ser orientados por suas práticas e elas assumem a figura de detentoras e disseminadoras do conhecimento. Isso tende a reformular alguns sentidos da tradição, imprimindo-lhe novas características.

A crescente utilização de elementos da capoeira na mídia, em filmes, novelas e materiais publicitários, também merece atenção. É importante refletir no modo como a capoeira vem sendo representada e se tais representações remetem a algum tipo de tradição.

Nesse sentido, é preciso considerar a diversidade cultural que compõe o universo da capoeira para construção das políticas de incentivo e salvaguarda.

Questões para o debate:

1. Como reforçar e ressaltar a importância histórica e cultural da capoeira como instrumento de resistência, em face da sua crescente apropriação pelos mais diversos estratos sociais?
2. Quais ações são necessárias para garantir a capoeira enquanto cultura afro-brasileira de resistência?
3. A institucionalização da capoeira – ensino em espaços formais e em academias, tentativas de regulamentação do trabalho, etc. – favorece sua compreensão enquanto prática cultural tradicional e de resistência?
4. Como as novas tecnologias podem ser incorporadas nos processos tradicionais de transmissão da capoeira.
5. Como podemos construir um plano de divulgação nacional e internacional que contemple a diversidade cultural da capoeira ?
6. De que modo as políticas de incentivo e salvaguarda podem contribuir para a aproximação entre os saberes populares e acadêmicos, contribuindo para o diálogo entre ambos?

CAPOEIRA NA EDUCAÇÃO

Os saberes que conformam as tradições da capoeira têm sido transmitidos por séculos na sociedade brasileira, através de meios próprios e eficazes, alternativos e diferentes dos recursos da educação formal - oficial do Estado. Nesse sentido, a incorporação da capoeira na educação formal é recente no país. E tem se desenvolvido de maneira diversificada e, muitas vezes, controversa.

A partir da década de 30, o processo de transmissão da capoeira passou por transformações que favoreceram sua aproximação com o poder público e com a sociedade civil. Aos poucos, a capoeira foi-se incorporando aos mecanismos formais de educação. Na década de 70, ampliou-se o número de docentes e instituições de ensino de capoeira. Em 2003, com a criação da lei 10.639, que inclui os temas da história e da cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio, aumentaram as possibilidades de inserção da prática e dos processos de ensino-aprendizagem da capoeira no contexto escolar. Essas mudanças contribuíram para a ampliação e para o reconhecimento da capoeira como instrumento cultural e pedagógico no processo educativo, dentro e fora da escola.

A capoeira na educação pode ser tratada sob as seguintes perspectivas: da pesquisa; da produção e disseminação do conhecimento; e da valorização do saber popular. Já existem experiências da capoeira no ensino fundamental e médio, oferecidas como: componente curricular obrigatório; componente curricular optativo, para o aluno; componente curricular multidisciplinar, dadas as interfaces e interseções da capoeira com a educação física, educação artística, geografia, história, literatura e música; ensino da história e da cultura afro-brasileira; atividade complementar optativa oferecida em centro de treinamento, aberto ao atendimento de alunos dos ensinos fundamental e médio, congregando determinado número de estabelecimentos de ensino.

No ensino superior, a capoeira, em alguns casos, é oferecida como disciplina obrigatória no curso de educação física e optativa para outros cursos; como curso de pós-graduação, de extensão e também como curso seqüencial.

A inclusão da capoeira no ensino formal como componente curricular é objeto de ampla discussão entre educadores, capoeiristas e legisladores, pois, parte da fundamentação e lógica da capoeira está calcada em: ofício de mestria não formal; manifestação como forma de expressão corporal específica; e um imaginário de símbolos, atributos e crenças. Esses fatores apontados aqui, com certeza, vão além do conceito de educação formal.

Constata-se ainda a expectativa de atribuir aos mestres e aos velhos mestres de capoeira, o reconhecimento formal de seus trabalhos e de seus notórios saberes para que possam atuar como docentes dessa arte-luta nas instituições públicas e privadas. Consideram-se ainda os diferentes tempos e espaços em que se realizam as transmissões dos saberes tradicionais nos ambientes formais e informais, estimulando assim, a aproximação dos conhecimentos tradicionais e acadêmicos.

O serviço público de ensino poderá atuar na formação e qualificação continuada dos profissionais que desenvolvam essa atividade na educação escolar. O ensino da capoeira, através do

poder público, conta com a possibilidade de fazer parte da proposta político-pedagógica da escola, atendendo às demandas da comunidade escolar.

O poder público tem a possibilidade de formular e implementar políticas públicas assegurando a todos o acesso à capoeira e também a outras manifestações da nossa cultura popular, nas esferas federal, estaduais, distrital e municipais em cumprimento ao dispositivo constitucional que determina a promoção do acesso à cultura, à educação, ao esporte e à ciência.

Questões para debate:

- 1- Como respeitar e valorizar as diferentes formas tradicionais de transmissão de saber na educação formal?
- 2 - Sob que perspectivas multidisciplinares a capoeira pode ser tratada na educação escolar e no ensino superior?
- 3 – Quais tipos de reconhecimento formal devem ser atribuídos aos mestres?
- 4 - O que é preciso para que o capoeira seja reconhecido como professor ou mestre no ambiente educacional?
- 5 - Como o serviço público de ensino poderá formar e qualificar os docentes de capoeira que desenvolvam essa atividade no âmbito escolar?
- 6 - Como deve ser a participação do docente de capoeira na formulação e implementação de políticas educacionais?
- 7 - Como a Lei 10.639/03 que institui o ensino da história e da cultura afro-brasileira poderá influenciar o ensino e a prática da capoeira?

CAPOEIRA, ESPORTE E LAZER

A expansão da prática da capoeira nos anos sessenta e setenta está associada à concepção da capoeira como prática esportiva. Essa noção se fortalece com a inserção da capoeira enquanto modalidade de competição regida, naquela época, pela Confederação Brasileira de Pugilismo (CBP). Neste cenário, tiveram início diversas tentativas no sentido de unificar a nomenclatura de golpes e os vários sistemas de gradações da capoeira.

A partir dos anos noventa, ampliou-se a discussão no universo cultural da capoeira, possibilitando avanços em sua concepção esportiva. Atualmente a capoeira vem sendo pensada para além do rendimento e da competição. Algumas iniciativas do Ministério do Esporte vêm contribuindo para isso: ações como o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC); o Pelc/Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) realizado em parceria com o Ministério da Justiça; e o Programa Segundo Tempo são exemplos de ações desenvolvidas em conjunto com governos estaduais e municipais que articulam o esporte, o lazer, a segurança, o trabalho e a educação.

Além disso, a capoeira-esporte pode ser tratada na perspectiva escolar, em instituições de ensino e em espaços não-formais; na perspectiva de esporte educacional pedagogicamente orientado; na perspectiva de lazer, praticada de modo assistemático e voluntário, visando contribuir para o bem-estar e a integração dos praticantes na vida em comunidade e na construção da cidadania.

No contexto destes programas, são realizadas diversas ações que integram a capoeira a outras práticas esportivas e de lazer, que proporcionam a inclusão social de crianças, jovens e adultos, idosos e portadores de necessidades, fortalecendo sua auto-estima e auto-imagem e resultando em melhoras na sua qualidade de vida. Também incentivam a autonomia, o protagonismo nas comunidades, a participação na família e a formação de coletivos. Além de promover o respeito à diversidade cultural de cada região e à transformação social.

O tema do esporte na capoeira tem gerado inúmeras reflexões sobre a compreensão desta prática como modalidade olímpica. Apesar de não ser unânime entre seus praticantes, há uma parcela significativa que vem desenvolvendo metas de trabalho para que a capoeira seja organizada a partir de campeonatos e adentre os jogos olímpicos internacionais. Uma das principais conquistas neste campo foi seu reconhecimento no Comitê Olímpico Brasileiro em 1995. Por outro lado, existem praticantes que apontam os riscos que esse caminho pode trazer para a capoeira como manifestação cultural.

O tema da esportivização da capoeira também suscita algumas reflexões sobre a profissionalização do praticante como atleta e lutador e sobre possíveis conflitos no campo da educação física e na atuação de seus conselhos (CONFED/CREF's).

Questões para o debate:

- 1- Quais seriam as estratégias para que os projetos de capoeira sob o enfoque esportivo e de lazer possam garantir seu aspecto cultural?
- 2- Como valorizar os saberes dos velhos mestres na prática esportiva e de lazer vinculada à capoeira?
- 3- Quais os saberes necessários para a atuação de professores e mestres no campo do esporte e do lazer?
- 4- Quais as conseqüências da inserção da capoeira como esporte olímpico?
- 5- Quais políticas públicas são necessárias para capoeira como esporte e lazer?
- 6- Como realizar um plano de divulgação nacional e internacional da capoeira como esporte e lazer mantendo seu aspecto de cultura tradicional?

CAPOEIRA, PROFISSIONALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E INTERNACIONALIZAÇÃO

A partir da década de 30 dá-se a legitimação, no Brasil, de duas tendências da capoeira – a Regional e a Angola –, tendo início o processo de profissionalização de seus praticantes. Este processo configurou um campo de tensões entre os capoeiras com formação na sabedoria popular e os profissionais com formação acadêmica, em torno de um mercado de trabalho em permanente expansão.

A inserção dos capoeiras no mercado de trabalho pode acontecer de diferentes maneiras e em diferentes lugares: nas escolas, nas academias, nas universidades, em projetos sociais, e em espaços de lazer e entretenimento.

O que implica em uma diversidade de perspectivas e interesses que podem ou não estar em conflito. Existem, entretanto, questões gerais que permeiam todo o campo, como os debates em torno da criação de legislação para a regulamentação da profissão dos capoeiras e a demanda por benefícios para os mestres de capoeira em situação de desamparo social.

Nesse processo a organização e a participação de todos os segmentos da capoeira são fundamentais para que o capoeira seja respeitado e valorizado como profissional. É importante também que as formas tradicionais de organização dos capoeiras sejam consideradas na formalização dos coletivos, como associações, cooperativas, entre outros.

A partir dos anos 70 a capoeira passou por um processo de internacionalização que proporcionou aos mestres a ampliação do seu campo de atuação profissional e a divulgação internacional da cultura brasileira e da língua portuguesa. O reconhecimento internacional trouxe novos desafios: dificuldades de adaptação, de aprendizado da língua e cultura local e de legalização de suas atividades nos países em que se estabeleceram ou para os quais se deslocaram.

A profissionalização e a internacionalização da capoeira são questões interligadas que demandam a necessidade de organização social e interlocução entre os grupos dos diversos segmentos e o Estado.

Questões para debate:

1. Por que é importante a regulamentação da profissão do capoeira?
2. Quais os critérios que podem balizar a regulamentação da profissão?
3. Como tem sido a participação dos capoeiras e como ampliar essa participação nas conferências e fóruns municipais, estaduais e federais de cultura?
4. É importante manter o tradicionalismo dos rituais das rodas de capoeira no exterior, ou é possível que haja uma flexibilização destas práticas?
5. Devemos candidatar a roda de capoeira a Patrimônio da Humanidade? Quais os benefícios que esse registro proporcionará?
6. Quais são os principais problemas enfrentados pelos capoeiras para entrar e se manter em outros países? Quais são as soluções possíveis para resolver estes problemas?
7. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos grupos de capoeira quando não estão formalizados?

CAPOEIRA E POLÍTICAS DE FOMENTO

Uma das atribuições do Ministério da Cultura é fomentar manifestações representativas da diversidade cultural brasileira, de forma a valorizá-las e proporcionar condições para a produção e reprodução por parte de seus praticantes. A capoeira é uma dessas expressões culturais da maior relevância, tanto em termos quantitativos de praticantes em várias localidades no território nacional e no exterior, quanto em termos de variações, tipos e estilos de prática. E, sobretudo, relevante pelo legado histórico desta prática no processo de intensa criatividade e dinâmica cultural. A capoeira remete à diáspora africana no novo mundo, à resistência cultural dos afrodescendentes no Brasil e à difusão da prática no mundo globalizado contemporâneo.

Nesse sentido, é necessária uma política de apoio e fomento que esteja voltada tanto para a dimensão patrimonial da capoeira (seu legado histórico como resistência cultural dos afrodescendentes e a sua importância como símbolo da identidade nacional); quanto para a dimensão da economia da cultura, da valorização profissional do capoeira e de sua prática no mercado.

A política de fomento voltada para a prática e os praticantes da capoeira é recente no país. Alguns editais como o Capoeira Viva, Pontos de Cultura e outros de apoio e fomento às culturas populares já foram experimentados. A intenção do Programa Pró Capoeira é aperfeiçoar os mecanismos e os instrumentos de salvaguarda, apoio e fomento da prática da capoeira, indo além da política de editais.

As ações podem ser dirigidas à construção de parcerias entre os setores público e privado no sentido de garantir recursos para projetos pontuais; ao estabelecimento de parcerias entre o MinC e o Congresso Nacional no sentido do encaminhamento de legislação voltada para os segmentos dos capoeiristas; às ações voltadas para a desburocratização dos processos administrativos e inclusão dos capoeiras como gestores de políticas de fomento.

De modo geral, a política de fomento à capoeira necessita de ações diferenciadas e o estabelecimento de estratégias plurais que atendam à diversidade das possibilidades de suas práticas, valorizem a capacidade criativa e proporcionem a ampla participação dos seus diferentes segmentos e o acesso democrático aos recursos.

Nesse sentido, é fundamental a mobilização permanente dos segmentos da capoeira em torno do que é prioritário para a salvaguarda, apoio e fomento de sua prática. É importante, ainda, o encaminhamento das questões nos fóruns, redes, grupos de discussão e outros lugares criados para o debate que orienta a estruturação de cada ação e da política como um todo.

Questões para debate:

- 1- Como os capoeiras podem participar da elaboração e gestão das políticas de fomento?
- 2- Como preservar a diversidade da capoeira por meio das políticas de fomento?
- 3- Quais as principais dificuldades encontradas pelos capoeiras para elaborar e executar projetos de apoio e fomento?
- 4- Quais são os impactos sociais esperados das políticas de fomento à capoeira?

Sustentabilidade social e cultural é importante para a produção e reprodução da capoeira, pois traz à tona aspectos relacionados à qualidade de vida de seus praticantes. Diz respeito ao combate às desigualdades sociais, ao direito à cidadania, à geração de emprego e renda, à democracia e à acessibilidade às matérias primas, saberes e fundamentos da capoeira.

Uma das recomendações de salvaguarda do dossiê que instruiu o registro da roda de capoeira e do ofício dos mestres como patrimônio cultural do Brasil é a proposta de um plano de manejo da biriba e de outros recursos relacionados à prática dessa expressão cultural. A preocupação com a sustentabilidade da biriba e seu manejo se dá por conta, principalmente, da internacionalização da capoeira, que aumentou a procura pelo berimbau. A demanda por esse instrumento gerou a necessidade da exploração sustentável das matérias-primas usadas em sua confecção.

Para confecção do berimbau são utilizadas madeiras da Mata Atlântica ameaçadas de extinção, tais como o pau d'arco. Espécies vegetais, como a cabaça, que também faz parte do berimbau, e o vime, o bambu, a palha e as sementes que são matéria prima dos caxixis, são outros recursos naturais que necessitam ser manejados de forma sustentável. É preciso pensar em formas de fabricação dos instrumentos que possibilitem a preservação da biodiversidade brasileira. Uma alternativa possível é ao parceria com órgãos públicos ligados à questão ambiental.

O conceito de desenvolvimento sustentável não se restringe ao aspecto ambiental. Abrange o campo da sustentabilidade econômica, social e cultural. Alcança também aspectos relacionados à economia da cultura, como a transformação da capoeira em um produto de consumo cultural capaz de gerar renda e crescimento econômico. Entretanto, existe o risco de o crescimento do mercado ligado à capoeira não proporcionar benefícios para os legítimos detentores dos saberes, além de descaracterizar as formas tradicionais.

Políticas de incentivo fiscal às exportações, auxílio à formação das mais variadas formas de associativismo empreendedor aparecem como alternativas para o desenvolvimento sustentável das ações e organizações dos capoeiras no Brasil e no mundo. Entre essas ações estão as ferramentas de comunicação utilizadas para divulgar a capoeira, como redes virtuais, revistas, CDs, livros, sites, documentários, publicações acadêmicas.

Absorvida pela mídia, a capoeira é um espetáculo que faz parte de filmes, peças de teatro, campanhas publicitárias, shows folclóricos e outras formas de exibição pública. Uma relação sustentável com estes canais midiáticos que respeite as formas de organização, usos e significados tradicionais da capoeira e a sua diversidade.

Outro aspecto relevante é a preocupação com a transmissão e adaptação da capoeira às várias culturas nas quais se insere. De um lado, as gerações mais antigas, detentoras do conhecimento tradicional, e de outro, as novas gerações, com a responsabilidade de traduzir e adaptar tais saberes. Sendo assim, a sustentabilidade da capoeira como produto cultural depende da criação de ambientes favoráveis à transmissão e adaptação criativa deste conhecimento, englobando tanto as gerações mais antigas quanto as mais novas.

Questões para debate:

1. Os capoeiras têm alguma dificuldade de acesso às matérias-primas para a confecção dos instrumentos de percussão e outros produtos ? O governo federal deve financiar um estudo específico sobre essa questão ? Isso é prioridade?
2. Qual a importância da venda de produtos e materiais de capoeira para o sustento dos mestres de capoeira e seus grupos?
3. Que medidas podem ser implementadas de forma a contribuir na extração sustentável dos insumos para a fabricação de instrumentos da capoeira?
4. Quais seriam as alternativas de relações comerciais que podem beneficiar o capoeira sem que ele perca a sua identidade?
5. Como fazer da capoeira um produto comercial sem que se perca a sua essência?

ESCLARECIMENTOS SOBRE A QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Grupo de Trabalho Pró-Capoeira

Durante o processo de registro da *roda de capoeira* e do *ofício dos mestres de capoeira* como patrimônio cultural do Brasil foram realizados, em Salvador, Recife e Rio de Janeiro, três encontros denominados “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”. Nesses encontros mestres, alunos e pesquisadores da área propuseram recomendações para a salvaguarda dos dois bens culturais. Dentre essas recomendações destacou-se a necessidade de criação de uma espécie de *aposentadoria especial* para os mestres de capoeira em idade avançada que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

No sentido de implementar a política de salvaguarda, apoio e fomento da capoeira o Ministro da Cultura instituiu o Grupo de Trabalho Pró-Capoeira-GTPC em julho de 2009, do qual fazem parte representantes Iphan, da Fundação Cultural Palmares e das Secretarias da Identidade e Diversidade, de Políticas Culturais e Cidadania Cultural do MinC . Uma das primeiras ações do grupo foi encaminhar consulta ao Ministério da Previdência Social e ao INSS sobre a possibilidade de atendimento à essa demanda.

Com base nesta consulta identificou-se que a implementação de um benefício previdenciário especial para qualquer categoria é inconstitucional, visto que não é possível a criação de aposentaria sem contribuição prévia, a não ser em casos já previstos na Constituição Federal. Sendo assim, a interlocução do GTPC com o Ministério da Previdência evoluiu no sentido de se proporcionar aos capoeiristas conhecimento sobre as alternativas para a garantia da seguridade social já existentes na política previdenciária brasileira. Essas possibilidades serão apresentadas e debatidas, e estão sintetizadas em texto complementar anexo, elaborado pelo Ministério da Previdência Social para os Encontros do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira - Pró-Capoeira.

Uma medida de curto prazo que está ao alcance do Ministério da Cultura é o edital Prêmio Viva Meu Mestre, voltado para mestres de capoeira em idade avançada, formados na tradição e cuja trajetória de vida tenha contribuído de maneira significativa para a transmissão e continuidade da capoeira no Brasil e no mundo. Este prêmio tem o valor de 15 mil reais e poderá contemplar um universo de 100 mestres numa primeira etapa.

O Grupo de Trabalho Pró-Capoeira continua estudando o assunto e buscando alternativas para a solução desta demanda. Vem trabalhando também nos encaminhamentos para implementar as recomendações de salvaguarda já levantadas. A participação e a contribuição dos capoeiristas nos Encontros do Pró-Capoeira é fundamental para a sistematização de outras questões e demandas importantes para a salvaguarda, o fortalecimento e o incentivo à prática da capoeira no Brasil.

ANEXO

ESCLARECIMENTOS SOBRE A QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA X MESTRES DE CAPOEIRA

Ministério da Previdência Social

A Constituição Federal – CF (art. 194) estabelece que Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à **saúde**, à **previdência** e à **assistência social**:

I – **Previdência – de caráter contributivo** - é financiado por meio de contribuições sociais do empregador incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício (exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários do trabalhador e dos demais segurados da previdência social);

II – **Assistência Social – caráter não contributivo** – dentre outras políticas, assegura benefício de prestação continuada (valor de 1 salário mínimo) aos portadores de deficiência e idosos a partir dos 65 anos de idade, sem meios para manutenção da própria sobrevivência, cuja renda per capita familiar seja inferior a 1/3 do salário mínimo; e

III – **Saúde – caráter não contributivo** – direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas públicas sociais e econômicas que visem à redução de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação

Define como sendo Previdência Social - o seguro social que substitui a renda do segurado contribuinte quando ele perde sua capacidade de trabalho por motivo de doença, acidente de trabalho, velhice.

Em decorrência da evolução histórica, no Brasil existem três grandes regimes previdenciários:

I – **Regime Geral de Previdência Social – RGPS**: repartição simples, destina-se aos trabalhadores urbano e rural do setor privado e funcionários públicos contratados com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; é obrigatório, público, tem benefício mínimo e máximo definidos – admite fundo de previdência complementar; é administrado pelo INSS;

II – **Regimes Próprios de Previdência Social destina aos:**

a) aos servidores públicos civis: repartição simples/capitalização em alguns Estados e Municípios; obrigatório, público, níveis federal, estadual e municipal – tem benefício definido e admite ingresso em Fundo de Previdência Complementar – administrado pelos respectivos governos; e

b) militares federais – obrigatório, público, nível federal – benefício corresponde à última remuneração – administrado pelo governo federal.

III – **Previdência Privada/Complementar**: regime de capitalização – optativa – administrada por fundo de pensão aberto (fiscalizado pelo Ministério da Fazenda) ou fechados (fiscalizado pelo Ministério da Previdência Social).

A previdência social, em conformidade com o estabelecido pelo art. 201 da CF (Regulamentado pela Lei nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, respectivamente, que aprovam os Planos de Custeio e de Benefícios), é organizada sob a forma de regime geral, de caráter e filiação obrigatórios, observado os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, para atender a:

- I – cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II – proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

OBS.: O seguro desemprego é administrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Os trabalhadores vinculados ao RGPS são classificados em 5 (cinco) categorias de segurados obrigatórios, a saber:

- I – **empregado**: aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural a empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração;
- II – **empregado doméstico**: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;
- III – **contribuinte individual**: aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego, ou, ainda, a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não;
- IV – **trabalhador avulso**: aquele que presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural; e
- V – **segurado especial**: a pessoa física (o produtor, seja proprietário, possuidor, usufrutuário, assentado, parceiro ou meeiro outorgado, comodatário ou arrendatário rurais, o seringueiro ou extrativista vegetal), residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de dezesseis anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

O RGPS também admite o segurado facultativo, que é o maior de 16 anos que não se enquadra como segurado obrigatório, por exemplo: o desempregado, a dona de casa e o estudante.

OUTROS CONCEITOS NO ÂMBITO DA PREVIDENCIA SOCIAL

Beneficiários são os segurados e seus dependentes.

Segurado é qualquer pessoa que exerça atividade remunerada e contribua para a Previdência Social ou aquele que contribui facultativamente para a Previdência Social.

Segurados obrigatórios são todos os trabalhadores urbanos e rurais que exercem atividades remuneradas, não sujeitas a regime próprio de previdência social (dos servidores públicos), a partir dos 16 anos de idade.

Dependentes preferenciais são o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido. Na falta destes, são aceitos como dependentes os pais ou irmãos, menores de 21 anos ou inválidos, que comprovarem a dependência econômica. A dependência econômica de cônjuges, companheiros e filhos é presumida. Nos demais casos, deve ser comprovada por documentos, como a declaração do Imposto de Renda.

Carência é o número de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício.

Contribuição é a parcela descontada do salário dos segurados que é recolhida pelos patrões juntamente com a contribuição patronal (parte da empresa). Quem trabalha como autônomo ou contribui como segurado facultativo deve fazer o recolhimento por conta própria.

Salário-de-contribuição, para os segurados empregado, inclusive o doméstico, e o trabalhador avulso é o valor de sua remuneração limitado ao teto de contribuição. Para o contribuinte individual, é o valor da remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria. Para o segurado facultativo, é o valor por ele declarado.

Benefício é uma importância em dinheiro que a Previdência Social paga aos seus segurados e dependentes para garantir a renda familiar, sob a forma de aposentadoria, auxílio, pensão, salário-maternidade ou salário-família.

Salário-de-Benefício é o valor básico utilizado para cálculo do valor dos benefícios de prestação continuada.

Inscrição na Previdência Social

A inscrição do trabalhador empregado acontece no momento da assinatura do contrato de trabalho, registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou na Carteira Profissional.

Para o empregado doméstico, a inscrição é formalizada pelo registro do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social e pelo cadastramento na Previdência Social.

O trabalhador avulso é inscrito pelo registro no sindicato de classe ou no órgão gestor de mão-de-obra.

Os demais podem fazer a inscrição em uma das unidades da Previdência Social: Central de atendimento 135, ou PREVNet (www.previdencia.gov.br) ou PREVMóvel e PREVBarco (unidades móveis), etc.

BENEFÍCIOS E CRITÉRIOS PARA ACESSO.

Para ter direito aos benefícios relacionados abaixo, é preciso estar inscrito na Previdência Social, manter em dia o pagamento das contribuições e cumprir a carência exigida, em conformidade com o benefício requerido.

I - AUXÍLIO-DOENÇA – é devido a todo segurado incapaz temporariamente para o seu trabalho, seja por doença ou por acidente de qualquer natureza. A carência exigida é de 12 contribuições mensais. Há tipos de doenças que independe de carência;

II - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ – é devida ao segurado que ficar incapaz de forma permanente. A carência exigida é de 12 contribuições mensais. Há tipos de doenças que independe de carência;

III - APOSENTADORIA POR IDADE – devida ao trabalhador urbano: homem, aos 65 anos de idade; e mulher, aos 60 anos de idade, reduzido à idade em 5 anos para os trabalhadores rurais. Carência exigida é de 180 (15 anos) contribuições mensais;

IV - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – se homem 35 anos de contribuição; se mulher 30 anos. Para professor o tempo é reduzido em 5 anos;

V - AUXÍLIO-ACIDENTE – indenização ao segurado empregado, trabalhador avulso e segurado especial que sofrem lesões que resultem seqüelas de acidente trabalho ou de qualquer natureza. Não é exigida carência;

VI - APOSENTADORIA ESPECIAL – é devida ao segurado empregado (exceto doméstico) e ao trabalhador avulso, que tenha trabalhado em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física durante 15, 20 ou 25 anos. Carência exigida é de 180 (15 anos) contribuições mensais;

VII - SALÁRIO-MATERNIDADE – é devido a toda segurada gestante por 120 dias. Não é exigida carência para empregada, doméstica e avulsa. Para a contribuinte individual, segurada especial e facultativa é exigida carência de 10 contribuições mensais;

VIII - SALÁRIO-FAMÍLIA – devido ao segurado empregado (exceto doméstico), trabalhador avulso, aposentado por invalidez, que tem filhos menores de 14 anos de idade e a remuneração do segurado deve ser igual ou inferior a R\$ 810,18 (valor atualizado anualmente);

IX - PENSÃO POR MORTE – devida ao cônjuge, companheira, filhos menores de 21 anos ou inválidos; o pensionista pode casar de novo sem que isso represente o fim do pagamento do benefício; pode ser acumulada com aposentadoria e outros rendimentos e não é exigida carência;

X - AUXÍLIO-RECLUSÃO – é devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão que não recebe remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, aposentadoria, e desde que seu último salário seja inferior R\$ 810,18; e

XI - ABONO ANUAL – devido ao segurado e ao dependente que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria, salário-maternidade, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

O art. 195, § 5º, a CF estabelece que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total, vedando tratamento diferenciado para concessão de aposentadorias aos beneficiários do RGPS (art. 201, § 1º).

Assim sendo, note-se que a legislação previdenciária permite a filiação do Mestre de Capoeira, em qualquer das categorias de segurado anteriormente indicadas, ou seja, empregado, contribuinte individual, facultativo.

Portanto, a pretensão de instituir-se uma aposentadoria especial vai de encontro às regras constitucionais estabelecidas para o Regime Geral de Previdência Social, na medida em que contraria os princípios de contributividade e tratamento diferenciado para concessão de benefícios definidos pelo art. 201.

Por outro lado, os Mestres de Capoeira que não contribuíram para a Previdência Social, mas preenchem os requisitos dispostos pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, aprovada pela Lei nº 8.742, de 1993, podem requerer o Benefício de Prestação Continuada – BPC, destinado ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos.

Anexo 2 – DOU nº 66 de 06 de Abril de 2011.



técnica da Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima - MCT no Rio de Janeiro.

Amparo Legal: Documento de projeto BRA/10/G32, firmado em 07/12/2010 entre o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE; e Decreto nº 5151/2004
Valor: R\$ 46.262,00
Data de assinatura: 15/03/2011
Signatários: Jorge Chediek, pelo PNUD, e Márcia dos Santos Pimenta, contratada.

CONTRATOS NO ÂMBITO DO PNUD PROJETO BRA/10/G32 contrato n.º: 2011/000114

Processo: 004 - CT 005/2011

Espécie: Contrato de consultoria na modalidade produto

Contratante: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/Projeto BRA/10/G32.

Contratado: JERÔNIMA DE SOUZA DAMASCENO

Objeto: Preparação e análise de documentos técnicos referentes ao Terceiro Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa e outros estudos relacionados à preparação de Terceira Comunicação Nacional do Brasil; levantamento das Comunicações Nacionais de países do Anexo I e dos países que pertencem ao grupo não-Anexo I; e atendimento às solicitações da equipe técnica da Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima - CGCM/MCT.

Amparo Legal: Documento de projeto BRA/10/G32, firmado em 07/12/2010 entre o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE; e Decreto nº 5151/2004

Valor: R\$ 95.275,00

Data de assinatura: 10/03/2011

Signatários: Jorge Chediek, pelo PNUD, e Jerônimo de Souza Damasceno, contratada.

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA COORDENAÇÃO-GERAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

AVISO DE ADIAMENTO

PREGÃO Nº 4/2011

Comunicamos o adiamento da licitação supra citada, publicada no D.O. de 30/03/2011, Entrega das Propostas: a partir de 30/03/2011, às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/04/2011, às 14h30 no site www.comprasnet.gov.br. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de guarda documental, compreendendo o armazenamento físico de processos ativos inativos, e o atendimento, por demanda, das rotinas de desarquivamento e disponibilização de processos para consulta.

JÚLIA CRISTINA S. C. MACENA

Pregoeira

(SIDEC - 05/04/2011) 340001-00001-2011NE80008

DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 749714/2010-MINC, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Cultura e a Associação Museu Afro Brasil. PROCESSO: 01400.016327/2010-33 OBJETO: O presente Termo Aditivo visa alterar a Cláusula 11ª. VIGÊNCIA: para 30/11/2011. DATA E ASSINATURA: Brasília-DF, 05/04/2011. Signatários: Concedente - MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA, CPF nº 792.377.707-15. Conveniente: LUIZ HENRIQUE MARCO NEVES, CPF nº 060.424.028-70.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2011

Nº Processo: 01416000314201073. Contratante: AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - CNPJ Contratado: 32374753000153. Contratado: KS TEL TELECOMUNICACOES LTDA -Objeto: Prestação de serviços especializados de telecomunicações e elétrica para execução de projeto executivo, fornecimento de material e instalação e certificação de rede corporativa (elétrica, dados e voz), além de serviços

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo nº 04/2011 ao Termo de Convênio FBN nº 001/2008. Processo 01430.000.897/2008-31. PARTÍCIPES: CONCE-DENTE - União Federal por intermédio da FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL(FBN), Entidade Vinculada ao Ministério da Cultura - CNPJ nº 40.176.679/0001-99 e CONVENIENTE - GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CNPJ nº 42.498.600/0001-71, por intermédio de sua SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a inserção da menção à Portaria Interministerial (MP/MF/CGU) nº 127, de 29/05/2008 no preâmbulo do Termo de Convênio FBN nº 001/2008, bem como, nos preâmbulos dos Termos Aditivos nº 01/2009, 02/2010 e 03/2010, conforme Recomendação da Nota de Auditoria nº 201000466/001 da Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro - CGU/RJ, de 03/03/2011. Data Assinatura: 22/03/2011. Signatário Concedente: GALENO DE AMORIM JUNIOR - CPF nº 032.217.218-70. Signatário Conveniente: SÉRGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO - CPF nº 744.636.597-87.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS DE RESCISÃO

Processo nº 01550.000298/2010-74. Concurso nº 2/2010. Objeto: Fica rescindido o Contrato nº 32/2010 firmado com a bolsista Juliana Silva Pavan. Data da rescisão: 01/03/2011. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2011. Carlos Renato Costa Marinho, Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento.

Processo nº 01550.000274/2010-15. Concurso nº 2/2010. Objeto: Fica rescindido o Contrato nº 56/2010 firmado com a bolsista Walter José Moreira Dias Júnior. Data da rescisão: 05/04/2011. Rio de Janeiro, 5 de abril de 2011. Assina: Carlos Renato Costa Marinho, Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 13/2011

Número do Contrato: 9/2010. Nº Processo: 01530000201/10-61. Contratante: FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES FUNARTE/CNPJ Contratado: 06210691000134. Contratado: URDI ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA. -Objeto: As partes resolvem prorrogar o prazo de vigência estabelecido no item 8.1 da cláusula oitava do contrato ora aditado, por um período de 3(três) meses. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 Vigência: 01/04/2011 a 30/06/2011. Data de Assinatura: 31/03/2011.

(SICON - 05/04/2011) 403201-40402-2011NE800018

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL CENTRO CULTURAL SÍTIO BURLE MARX

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 1/2011

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço continuado de vigilância e segurança armada e desarmada para a unidade do IPHAN - Sítio Roberto Burle Marx. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 06/04/2011 de 09h00 às 12h00 e de 13h às 15h00. ENDEREÇO: Estrada Roberto Burle Marx 2019 Bairro de Guaratiba - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 06/04/2011 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/04/2011 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br

CICERO RAMOS DE ARAUJO

Pregoeiro

(SIDEC - 05/04/2011) 343026-40401-2011NE800102

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

EDITAL DE PREMIAÇÃO Nº 1, DE 5 DE ABRIL DE 2011 PRÊMIO VIVA MEU MESTRE

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional divulga a lista de candidatos habilitados a concorrer ao "Prêmio Viva Meu Mestre - Edição 2010". A habilitação do candidato foi condicionada à verificação da documentação enviada em cumprimento do item 5.2 do referido edital. A etapa seguinte de avaliação está condicionada à reunião da Comissão de Seleção, conforme o item 7, e será realizada mediante liberação de recursos pelo Ministério da Cul-

4. Ailton Fúza da Conceição - Mestre Dedé - Salvador/BA
5. Alberto José de Freitas - Mestre Sombriinha - Guarujá/SP
6. Albino de Brito Veras - Mestre Albino - Teresina/PI
7. Alcides de Lima - Mestre Alcides - São Paulo/SP
8. Alexandre dos Santos Marques - Mestre Gege - Duque de Caxias/RJ
9. Alípio Souza Oliveira - Mestre Alípio - São Bernardo do Campo/SP
10. Almerindo Francisco dos Santos - Mestre Azambuja - Embu/SP
11. Almerito Almeida dos Santos - Mestre Kenira - Cotia/SP
12. Aloízio de Souza Piton - Mestre Piton - Curitiba/PR
13. Américo Araújo Brandão - Mestre Brandão - Salvador/BA
14. Amnias Ferreira - Mestre Amnias - São Paulo/SP
15. Antenor Neres - Mestre Runda - Santa Rita/MA
16. Antônio Batista Pinto Zulu - Mestre Zulu - Sobradinho/DF
17. Antônio Bezerra dos Santos - Mestre Bezerra - Belém/PA
18. Antônio Cardoso Andrade - Mestre Butt - Nova Iguaçu/RJ
19. Antônio Carlos Pereira dos Santos - Mestre Pimpão - Salvador/BA
20. Antônio Conceição Pereira - Mestre Bigode - Feira de Santana/BA
21. Antônio de Castro Muniz - Seo Antônio Viola - Santa Rita/MA
22. Antônio dos Santos - Mestre Carcará - Santo Amaro/BA
23. Antônio Ferreira da Silva - Mestre Butt - Nova Iguaçu/RJ
24. Antônio José da Conceição Ramos - Mestre Patinho - São Luís/MA
25. Antônio Oliveira Bemvindo - Mestre Touro - Rio de Janeiro/RJ
26. Antônio Rodrigues Santos - Mestre Sergipe - São José dos Pinhais/PR
27. Antônio Rosemberg Santos Coelho - Mestre Berg Yourubí - Rio de Janeiro/RJ
28. Artur Emídio de Oliveira - Mestre Artur Emídio - Rio de Janeiro/RJ
29. Bendito Pires Belfort - Seo Benedito de Anastácio - Itapeuru mirim/MA
30. Carlos Augusto Cruz Peixoto - Timbó - Campos/RJ
31. Celso Carvalho do Nascimento - Mestre Celso - Rio de Janeiro/RJ
32. Damioner Ribeiro de Mendonça - Mestre Mendonça - Niterói/RJ
33. Djalma Alves de Souza - Mestre Djalma - Teixeira de Freitas/BA
34. Domingos de Lau do Nascimento - Mestre Cavaco - São Paulo/SP
35. Domingos dos Santos Serejo - Seo Domingos de Zé de Honório - Bacabeira/BA
36. Edgar Francisco das Chagas - Mestre Chaguinha - Manaus/AM
37. Ediney de Sena - Adô - Santo Amaro/BA
38. Eduardo Wilson Nascimento - Canhoto - Rio de Janeiro/RJ
39. Edvaldo Borges da Cruz - Mestre Lua de Bobó - Salvador/BA
40. Eli Pimenta - Mestre Eli - São Paulo/SP
41. Eliséu Etelvino dos Santos - Eliséu Trovoada - Salvador/BA
42. Ercília de Assunção - Dona Ercília - Santa Rita/MA
43. Euzébio Ferreira dos Santos - Seo Zebão - Itapeuru mirim/MA
44. Evaldo Evangelista Matias - Mestre João D'Barro - Salvador/BA
45. Everaldo Bispo de Souza - Mestre Lobão - São José dos Campos/SP
46. Felipe Santiago - Mestre Felipe - Santo Amaro/BA
47. Fernando Campelo Cavalcanti de Albuquerque - Gato - Rio de Janeiro/RJ
48. Filomena Dutra dos Santos - Dona Lô - Anajatuba/MA -
49. Firmino Diniz - Mestre Diniz - São Luís/MA
50. Firmino Rosa Oliveira - Seo Firminho - Santa Rita/MA
51. Flávio Cardoso de Mendonça - Mestre Flávio Mendonça - Rio de Janeiro/RJ
52. Francisco Tomé dos Santos Filho - Mestre Bigo ou Francisco 45 - São Paulo/SP
53. Frederico Alexandre das Candeias - Mestre Lequid - Ubatuba/SP
54. Gil Clementino Cavalcanti de Albuquerque Filho - Mestre Gil Velho - Recife/PE
55. Gilson Fernandes - Mestre Lua Rasta - Salvador/BA
56. Itamar da Conceição Magalhães - Mestre Chita - São Gonçalo/RJ
57. Itamar da Silva Miranda - sem apelido - Rio de Janeiro/RJ
58. Izidório dos Santos - Seo Izidório - Cantanhede/MA
59. Jaime Martins dos Santos - Mestre Curio - Salvador/BA
60. Jair Correia da Silva - sem apelido - Caucaia/CE
61. Jelon Gomes Vieira Filho - Mestre Jelon Vieira - Salvador/BA
62. Joana Muniz Carvalho - Joana de Pitoca - Santa Rita/MA
63. João da Mata Frazão - Seu João de João Pedro - Anajatuba/MA
64. João Marcos Vieira da Gama - sem apelido - Rio de Janeiro/RJ
65. João Mendes Barbosa Filho - Mestre Jô - Juiz de Fora/MG
66. João Pereira dos Santos - Mestre João Pequeno de Pastinha - Salvador/BA
67. Joel de Souza Menezes - Mestre Joel - Guarulhos/SP
68. Jorge Roberto Siqueira Coutinho - Mestre Criolo - Rio de Janeiro/RJ
69. Jorge Satrio da Conceição - Mestre Jorge Satrio - Salvador/BA
70. José Andrade - Mestre Andrade - Santo André/SP



81. José Renato Vasconcelos de Carvalho - Mestre Zé Renato - Fortaleza/CE
82. José Ribamar de Carvalho Filho - Mestre Ribaldo Branco - São Luís/MA
83. José Serafim Ferreira Júnior - Geni - Salvador/BA
84. José Virgílio dos Santos - Mestre Virgílio de Ilhéus - Ilhéus/BA
85. José Walter Santa Rosa - Santa Rosa - Salvador/BA
86. Júlio Romão da Silva Filho - Mestre Romão - Ananindeua/PA
87. Julival do Espírito Santo - Mestre Gato - Presidente Figueiredo/AM
88. Juvêncio Pires - Seo Juvenal - Itapeturu mirim/MA
89. Lázaro Martins dos Santos - Mestre Lazinho - Cantanhede/MA
90. Leda Muniz Carvalho - Mãe Ledoca - Santa Rita/MA
91. Leilza Viana Launé - Dona Lalá - Santa Rita/MA
92. Liberino Brandão Azevedo - Mestre Liberino - Salvador/BA
93. Laurival Fernando Alves Leite - Mestre Pop - Florianópolis/SC
94. Luiz Alberto Siqueira Amarante - Mestre Mineiro - Nova Lima/MG
95. Luiz Américo da Silva - Mestre Mintirinha - Rio de Janeiro/RJ
96. Manuel Mercês Martins - Seo Manuel de Daniel - Itapeturu Mirim/MA
97. Manoel Missias Pereira - Seu Misse - Santo Antônio/BA
98. Manoel Pio de Sales - Mestre Sabú - Aparecida de Goiânia/GO
99. Manoel Silva - Mestre Boca Rica - Salvador/BA
100. Marcelino Neto de Azevedo - Sapão/Nezinho - Caiçó/RN
101. Marcelo Azevedo Guimarães - Mestre Peixinho - Rio de Janeiro/RJ
102. Márcio Fernando dos Santos Cunha - Mestre Pipoca - Rio de Janeiro/RJ
103. Marcondes Luiz Ferreira da Silva - Mestre Pirajá - Feira de Santana/BA
104. Marcos Aurélio Moreira - Mestre Marcos Coca Cola - Olin-da/PE
105. Maria da Natividade Launé - Dona Dada - Santa Rita/MA
106. Maria de Jesus Belfort - Dona Maria Grange - Itapeturu Mirim/MA
107. Maria do Rosário Frazão Sampaio - Dona Mocinha - Anajataba/MA
108. Maria dos Anjos Vianna Pereira - Dona Tatá Velha - Rosário/MA
109. Maria Inácia Fonseca - Dona Maria Preta - Anajataba/MA
110. Mário Alves dos Santos - Mestre Guerreiro - Dourados/MS
111. Mário dos Santos - Mestre Busca Pé - São Francisco do Conde/BA
112. Maximiana Carvalho - Dona Mássica - Santa Rita/MA
113. Milton de Sousa - Passo Preto - Goiânia/GO
114. Móisés Alves dos Santos - Mestre Sucuiba ou Mestre Moisés - Salvador/BA
115. Natalício Neves da Silva - Mestre Pelé da Bomba - Salvador/BA
116. Neilton Moreira Nascimento - Mestre China - Salvador/BA
117. Nestor Szezfredo dos Passos Neto - Mestre Nestor Capoeira - Rio de Janeiro/RJ
118. Norival Moreira de Oliveira - Mestre Nô - Salvador/BA
119. Olavo Paixão dos Santos - Mestre Olavo - Salvador/BA
120. Osvaldo da Conceição Santana - Mestre Baixinho - Salvador/BA
121. Paulo Ferreira - Paulo Brasa - Rio de Janeiro/RJ
122. Paulo Sérgio da Silva - Mestre Paulão da Muzenza - Rio de Janeiro/RJ
123. Pedro Alves da Silva - Mestre Pedrinho - São Gonçalo do Rio Preto/MG
124. Pedro Moraes Trindade - Mestre Moraes - Salvador/BA
125. Pedro Viana - Seo Pedro Queixinho - Rosário/MA
126. Raimunda Nonata Pinto Nascimento - Dona Raimundinha de Mário - Cantanhede/MA
127. Raimundo da Silva Frazão - Seo Raimundo de Henrique - Anajataba/MA
128. Raimundo Lopes - Seo Chico Sarapião - Cantanhede/MA
129. Raimundo Nonato Barbosa - Mestre Nonato - Feira de Santana/BA
130. Raimundo Santana de Sena - Mestre Petróleo - Camaçari/BA
131. Raimundo Silva Filho - Raimundo Filho - Duque de Caxias/RJ
132. Reinaldo Santana - Mestre Bigodinho - Salvador/BA
133. Reginaldo Consolatrix Maia - Mestre Reginaldo Velho - Timóteo/MG
134. Reginaldo da Silveira Costa - Mestre Squisito - Brasília/DF
135. Reginaldo Laurencio Bispo - Mestre Regis - Salvador/BA
136. Renildo Onofre dos Santos - Mestre Espanto - Guarulhos/SP
137. Roberto Alves Barbosa - Mestre Carangueijo - São Paulo/SP
138. Roberto Teles de Oliveira - Mestre Sombra - Guarujá/SP
139. Rogério Soares Peixoto - Mestre Rogério - Belo Horizonte/MG
140. Romualdo Rosário da Costa - Mestre Moa do Katendê - Salvador/BA
141. Roque Mendes dos Santos - Mestre Roque - São João de Meriti/RJ
142. Rudney Ribeiro Carias - Mestre Noventa - Belo Horizonte/MG
143. Salvador Francisco Rodrigues - Alfaiate - Santana/BA
144. Salvador Pereira de Souza - Mestre Orlando - Itaberaba/BA

152. Waldir José da Costa - Mestre Sorriso - Rio de Janeiro/RJ
- LISTA DE CANDIDATOS NÃO-HABILITADOS
1. Ananilson de Souza - Mestre Monsueto - Sombrio/SC
 2. André Luiz Gonçalves - Mestre Moreno - Caconde/SP
 3. Antônio Alves de Almeida - Mestre Gago - Feira de Santana/BA
 4. Antônio Carlos de Jesus Amorim - Mestre Roque Rio - Feira de Santana/BA
 5. Antônio Maria Cavaliere - Grão Mestre Toninho Cavaliere - Belo Horizonte/MG
 6. Benedito Felix dos Anjos - Mestre Amigo - Cruz das Almas/BA
 7. Derli da Silva Costa - Mestre Derli - Rio de Janeiro/RJ
 8. Djamir Pinatti - Mestre Pinatti - São Paulo/SP
 9. Eron Miguel Bezerra - Mestre Eron - Cuiabá/MT
 10. Fátima Aparecida Colombiano - Mestre Cigana - Angra dos Reis/RJ
 11. Gerson de Jesus Cruz - Mestre Keu - Feira de Santana/BA
 12. Hélio Tabosa de Moraes - Mestre Tabosa - Brasília/DF
 13. Isac Indício da Silva - Mestre Angolinha - Belfort Roxo/RJ
 14. Ivo Domingos de Arruda - Sombra - Cuiabá/MT
 15. Jean Batista Cleber Teixeira Santos - Churrasco - Caxias do Sul/RS
 16. João Jesus de Souza - Mestre João - Teixeira de Freitas/BA
 17. José Eduardo Correa - Mestre Baretta - Guaxupé/MG
 18. José Luiz Gonçalves Torres - Mestre Torres - Bicas/MG
 19. José Nunes Filho - Mestre Mais Velho - Itaboraí/RJ
 20. José Oliveira da Conceição - Mestre Oliveira - Camaçari/BA
 21. Luiz Carlos Pinto da Silva - Sorriso - Teresópolis/RJ
 22. Raimundo Dias - Salvador/BA
 23. Sérgio Rogério Cesário Costa - Zumbi - São Paulo/SP
 24. Sidecleysa Mota Costa - Paço do Lumiar/MA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Prorrogação de Ofício publicado no DOU de 05/04/2011, seção 3, página 13. Onde se lê: Convênio 748202/2010. Leia-se: Convênio 748242/2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

AVISO DE ALTERAÇÃO DE RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 1/2011

O Pregoeiro do MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, torna público aos interessados que o Resultado da Licitação Pregão Eletrônico nº. 001/2011, tendo como Objeto Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuado de manutenção preventiva e corretiva de 04 (quatro) elevadores marca Atlas Schindler, instalados no prédio sede do MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, com fornecimento de toda mão-de-obra, materiais de consumo, peças de reposição (genuínas), componentes, ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços, Processo Administrativo nº. 01468.000091/2010-39, teve como vencedora a empresa ELEVADORES IDEAL, CNPJ-MF nº. 34.059.055/0001-99, pelo valor total de R\$ 20.490,00 (vinte mil, quatrocentos e noventa reais),

JOSÉ PEREIRA IGNÁCIO

(SIDE - 05/04/2011) 343026-40401-2011NE800102

MUSEU RAYMUNDO OTTONI DE CASTRO MAYA

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 1/2011

Os Museus Castro Maya torna público o resultado do Pregão Eletrônico 01/2011, declarando como vencedora do certame a empresa Angel's Serviços Técnicos Ltda, CNPJ: 6856530/0001-10 com o valor anual de R\$ 310.800,00.

LUIZ OCTAVIO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO
Pregoeiro

(SIDE - 05/04/2011)

SECRETARIA DE CIDADANIA CULTURAL

EXTRATOS DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2011 ao Convênio Nº 00694/2005, subrogado pela UASG: 340001 - MINC-COORD-GERAL DE EXEC. ORÇ. E FINANC/FNC. Nº Processo:

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2011 ao Convênio Nº 00059/2006, subrogado pela UASG: 340001 - MINC-COORD-GERAL DE EXEC. ORÇ. E FINANC/FNC. Nº Processo: 01400007729200580. Convenientes: Concedente: MINC-COORD-GERAL DE EXEC. ORÇ. E FINANC/FNC. Unidade Gestora: 340001. Gestão: 00001. Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO. CNPJ nº 46.523.056/0001-21. Objeto: Prorrogar de ofício o convênio nº 059/2006 até 31/12/2011. Vigência: 09/07/2008 a 31/12/2011. Data de Assinatura: 31/03/2011. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA CULTURA - MING / VANDERLEI DOS SANTOS CATALÃO - Secretário de Cidadania Cultural.

(SICONV - 05/04/2011)

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO N º 2/2 0 11

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de consumo (Baterias), conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência anexo ao Edital. Total de Itens Licitados: 00007. Edital: 06/04/2011 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. ENDEREÇO: Av. Pedro Álvares Cabral nº 7115 Marambaia - BELEM - PA. Entrega das Propostas: a partir de 06/04/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/04/2011 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br

(SIDE - 05/04/2011)

PREGÃO N º 8/2 0 11

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de consumo (OXIGÊNIO, GLP, ACETILENO E CARBURETO), conforme especificações e quantidades constantes de Termo de Referência anexo ao Edital. Total de Itens Licitados: 00004. Edital: 06/04/2011 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. ENDEREÇO: Av. Pedro Álvares Cabral nº 7115 Marambaia - BELEM - PA. Entrega das Propostas: a partir de 06/04/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/04/2011 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br

MAURICIO AUGUSTO SILVEIRA
DE MEDEIROS
Ordenador de Despesas

(SIDE - 05/04/2011)

I COMANDO AÉREO REGIONAL BASE AÉREA DE BELÉM

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo: 67211.007859/2010-15. Pregão 012/2010. Objeto: Aquisição de Gás de Petróleo a Granel. Assinatura da Ata: 11/02/2011. Validade: 12 meses. Vigência: 11/02/2011 a 10/02/2012. Fornecedor: 1) BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA. CNPJ 46.395.687/0051-71. Itens conforme resultado por fornecedor anexado ao processo ou a ser consultado no sítio www.comprasnet.gov.br. Valor total registrado: R\$ 134.400,00.

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato N º 4/2011 publicado no D.O. de 05/04/2011, Seção 3, Pág. 14. Onde se lê: Vigência: 21/03/2011 a 21/04/2011 Leia-se: Vigência: 21/03/2011 a 21/04/2012

(SICON - 05/04/2011) 120087-00001-2011NE800024

II COMANDO AÉREO REGIONAL

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO N º 4/2 0 11

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada, publicada no D.O. de 04/04/2011, Entrega das Propostas: a partir de

Anexo 3 - DOU - Resultado provisório 1



FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Concessão de Subvenção Econômica Ref.0330/11; Data de Assinatura: 22/07/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e WEIRL-POOL S.A.; CNPJ nº 58.185.999/0001-46; Objeto: "Desenvolvimento de Novas Tecnologias em Congressos Interativos para reengenharia visando eficiência energética e racionalização do consumo de material"; Valor R\$ 2.000.000,00; Empenho: 2011NE02035; Programa de Trabalho: 14223; Natureza da Despesa: 33.60; Fonte: SUBVENÇÃO ECONÔMICA (0172024307); Contrapartida: R\$ 4.800.334,00; Prazo de Utilização dos Recursos do Projeto: 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data da assinatura do Contrato.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Termo Aditivo nº 01.07.0412.03; Data de Assinatura: 22/07/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Especiais - FUNCATE; CNPJ nº 51.619.104/0001-10; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 12/06/2012; Prazo de Prestação de Contas: 11/08/2012.

Espécie: Termo Aditivo nº 01.06.0663.04; Data de Assinatura: 22/07/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Fundação De Apoio A Pesquisas, Ao Ensino E A Cultura - FAPESP; CNPJ nº 15.515.690/0001-50; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 24/07/2012; Prazo de Prestação de Contas: 22/09/2012.

Espécie: Termo Aditivo nº 01.09.0278.01; Data de Assinatura: 22/07/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Fundação De Apoio Ao Desenvolvimento Da Computação Científica - FACC; CNPJ nº 06.220.438/0001-03; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 27/08/2012; Prazo de Prestação de Contas: 26/10/2012.

Espécie: Termo Aditivo nº 01.09.0412.01; Ref. nº 1064/08; Data de Assinatura: 22/07/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e OMNISYS ENGENHARIA LTDA.; CNPJ nº 01.773.463/0001-59; Objeto: alteração do contrato nº 01.09.0412.03, firmado em 22/09/2009; Objeto: Alterar a cláusula sexta (prazos).

Espécie: Termo Aditivo nº 01.09.0444.01; Ref. nº 1068/08; Data de Assinatura: 22/07/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e OMNISYS ENGENHARIA LTDA.; CNPJ nº 01.773.463/0001-59; Objeto: alteração do contrato nº 01.09.0444.03, firmado em 13/02/2009; Objeto: Alterar a cláusula sexta (prazos).

Espécie: Termo Aditivo nº 01.09.0025.01; Ref. nº 1136/08; Data de Assinatura: 22/07/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Fundação De Apoio À Universidade De São Paulo - FUSP; CNPJ nº 68.314.830/0001-27; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 22/06/2013; Prazo de Prestação de Contas: 21/08/2013.

Espécie: Termo Aditivo nº 01.07.0275.03; Data de Assinatura: 22/07/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Centro De Estudos De Faculdade De Engenharia Da Uerj - CEEFEN; CNPJ nº 04.670.764/0001-45; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 14/08/2012; Prazo de Prestação de Contas: 13/10/2012.

Espécie: Termo Aditivo nº 01.08.0576.01; Data de Assinatura: 22/07/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Fundação De Apoio À Universidade De São Paulo - FUSP; CNPJ nº 68.314.830/0001-27; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 22/06/2013; Prazo de Prestação de Contas: 21/08/2013.

Espécie: Termo Aditivo nº 01.08.0244.02; Data de Assinatura: 22/07/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Fundação De Desenvolvimento Da Pesquisa - FUNDIP; CNPJ nº 33.720.530/0001-41; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 27/02/2012; Prazo de Prestação de Contas: 27/04/2012.

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

Espécie: CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/CT-INFRA - PROINFRA - 01/2009; Ref. 0784/10; Data de Assinatura: 22/07/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CRPJ nº 33.749.086/0001-09 e Instituto De Pesquisas Jardim Botânico Do Rio De Janeiro - IBRJ; CNPJ nº 34.536.616/0001-20; Objeto: Modernização e adaptação de Rede Laboratorial de Jardim Botânico do Rio de Janeiro para conhecimento e conservação da diversidade biológica brasileira; Valor: R\$ 1.196.859,00 destinados ao acordo por meio de aporte direto; Nota de Crédito: 2011NCO00036; Fonte: Infraestrutura; Prazo de Vigência e Execução Física e Financeira do Projeto: até 20 (vinte) meses, a partir da data de assinatura do convênio; Prestação de Contas Final: até 60 dias contados da data do término da vigência.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2011

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação da prestação de serviços de consultoria técnica especializada visando o controle da qualidade (CQ) de produtos a serem desenvolvidos ao longo da fase 5 do projeto SOLUÇÃO INTEGRADA PARA MODERNIZAÇÃO DE PROCESSOS E DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA FINEP, garantindo denominada SOLUÇÃO INTEGRADA, objeto em Conformidade FINEP Nº 01/2010, lista de itens licitados: 06901 - Edital: 25/07/2011 de 10h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 - ENDEREÇO: Praça de Flamengo, 209 - 3ª andar Flamengo - RIO DE JANEIRO - RJ - Entrega das Propostas: a partir de 25/07/2011 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br - Abertura das Propostas: 11/08/2011 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br

SERGIO MENNA BARRETO DE CARVALHO
Presidente

(SISEC - 22/07/2011) 565061-36801-2011NE000001

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2011

Número do Contrato: 12/2010. Nº Processo: 012250001/36/2010. Contratante: MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA/CNPQ. Contratado: 04824261000187. Contrato: ALFAMA COMERCIO E SERVICOS LTDA. -Objeto: Prorrogação, por 12 (doze) meses, do prazo da vigência do contrato assinado entre o INPAMCT e a empresa ALFAMA COMERCIO E SERVIÇO LTDA. Fundamento Legal: Lei Nº 8.666/93 Vigência: 22/07/2011 a 22/07/2012. Data de Assinatura: 22/07/2011.

(SISEC - 22/07/2011)

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 102/2011

Nº Processo: 01225000102201152. Objeto: Pagamento da taxa de anuidade do ano de 2010 da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPIT, no valor de R\$3.066,00 (três mil reais). Total de Itens Licitados: 05001 - Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93. Justificativa: É inexistível a licitação quando houver inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade em 21/07/2011 - BENEDETA DA SILVA BARRIOS - Coordenadora de Administração - Ratificação em 21/07/2011 - NILSON GABAS JÚNIOR - Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi. Valor: R\$ 3.000,00 - Contrato: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA - Valor: R\$ 3.000,00

(SISEC - 22/07/2011) 246125-00001-2011NE00228

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 01205.00045/2011-10
O Messen Paraense Emílio Goeldi torna público o aviso de Registro de Preços, conforme Ata do Pregão Eletrônico nº004/2011, cujo objeto é fornecimento de papel A4 para o MCT/INPEP, a seguinte relação de insumos e de preço, anexo ao Processo nº01205.00045/2011-10 e disponibilizado na página: www.museu-goeldi.br/Item-01 - Empresa Registrada: Global Comercial Ltda. - EPP. Valor total registrado: R\$25.710,00 (vinte e cinco mil e setecentos e dez reais). Vigência: 20/07/2011 a 19/07/2012. Homologação: Nilson Gabas Júnior.

NILSON GABAS JÚNIOR
Diretor

Ministério da Cultura

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 75828/2011. Conveniente: Contratado: FUNDACAO NACIONAL DE ARTES, Unidade Gestora: 403201, Gestão: 40402. Conveniente: CAMPINA GRANDE PREFEITURA, CNPJ nº 08.993.917/0001-46. Realização da 36 Edição do Festival de Inverno de Campina Grande. Valor Total: R\$ 125.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 25.000,00. Crédito Orçamentário: PTRES: 6905, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404. Num Empenho: 2011NE000359. Vigência: 23/07/2011 a 30/09/2011. Data de Assinatura: 15/07/2011. Signatários: Contratante: ANTONIO CARLOS GRASSI, CPF nº 153.611.398-00. Conveniente: VENEZIANO VITAL DO REGO SEGUNDO NETO, CPF nº 713.463.764-68.

(SISEC/NV - 22/07/2011)

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

ESPÉCIE: Extrato do Termo de Cessão nº 061/2011; Processo: 01530.000788/2011-50; PARTES: Fundação Nacional de Artes - FUNARTE e Cia Mucedo Rodó de Teatro Físico e Dança, representada pela Cooperativa Paulista de Teatro; OBJETO: Cessão da Sala Realde

Gumiel, para a apresentação do espetáculo "Donzela Guerreira"; ARRECADADAÇÃO DE BILHETERIA FUNARTE; 10%; VIGÊNCIA: 15 a 24 de julho de 2011. LOCAL E DATA DE ASSINATURA: Rio de Janeiro, 15 de julho de 2011. ANTONIO CARLOS GRASSI, Presidente da FUNARTE, e Ney Luiz Piacentini, Cessionário.

ESPÉCIE: Extrato do Termo de Cessão nº 062/2011; Processo: 01530.000753/2011-51; PARTES: Fundação Nacional de Artes - FUNARTE e Lígia Losada Tourinho; OBJETO: Cessão do Teatro Caçula Becker, para a apresentação dos espetáculos "Encontros de Inovação - ato 1"; ARRECADADAÇÃO DE BILHETERIA FUNARTE; 10%; VIGÊNCIA: 19 a 21 de julho de 2011. LOCAL E DATA DE ASSINATURA: Rio de Janeiro, 15 de julho de 2011. Antônio Carlos Grassi, Presidente da FUNARTE, e Lígia Losada Tourinho, Cessionária.

ESPÉCIE: Extrato do Termo de Cessão nº 063/2011; Processo: 01530.000719/2011-86; PARTES: Fundação Nacional de Artes - FUNARTE e Irismar Lima do N. Jambreiro de Moraes; OBJETO: Cessão do Teatro Fênix Maxicos, para a apresentação do ato de lançamento do CD "O Que é Meu Tom" a cantora Nilza Carvalho; ARRECADADAÇÃO DE BILHETERIA FUNARTE; 10%; VIGÊNCIA: 22 de julho de 2011. LOCAL E DATA DE ASSINATURA: Brasília, 22 de julho de 2011. Antônio Carlos Grassi, Presidente da FUNARTE, e Irismar Lima do N. Jambreiro de Moraes, Cessionária.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

EDITAL Nº 1/2010
RESULTADO PROVISÓRIO DO PRÊMIO VIVA MEU MESTRE

Processo Nº 01450.012103/2010-67
A Comissão de Seleção, nomeada pela Portaria nº 231 publicada no D.O.U. dia 5 de julho de 2011, em conformidade com o rito realizado nos dias 5 e 6 de julho, lavrada em ata no dia 6 de julho de 2011, torna público o resultado preliminar do Edital Nº 1/2010, Prêmio Viva Meu Mestre - Edição 2010. Segundo o disposto no item 10.6 do edital, a Comissão decidiu pela não habilitação das candidaturas relacionadas à punção cartabene, pela não habilitação de três inscrições que não anexaram cartas de apoio, pela habilitação de duas candidaturas antes não consideradas por terem sido excluídas inicialmente e pela habilitação de duas candidaturas que haviam sido desabilitadas pela falta de assinatura em atas respectivas ficadas de inscrição. Em consequência, a Comissão homologou uma nova listagem de inscrições não habilitadas.

Candidaturas não-habilitadas (em ordem alfabética):
Adriana Maria Ribeiro (Doni Fide) - Santa Rita/MA; Annilson de Sousa (Mestre Mouninho) - Sorocaba/SP; André Luiz Gonçalves (Mestre Mouninho) - Cascavel/SP; Antenor Neres (Mestre Runda) - Santa Rita/MA; Antônio Alves de Almeida (Mestre Gago) - Feira de Santana/BA; Antônio Carlos de Jesus Amorim (Mestre Roque Rio) - Feira de Santana/BA; Antônio de Castro Muniz (Seo Antônio Viola) - Santa Rita/MA; Antônio Maria Cavaliere (Grão Mestre Toninho Cavaliere) - Belo Horizonte/MG; Benedito Felix dos Anjos (Mestre Amigo) - Cruz das Almas/BA; Benedito Pires Belfort (Seo Benedito de Anastácio) - Itapicuru Mirim/MA; Derli da Silva Costa (Mestre Derli) - Rio de Janeiro/RJ; Djaniir Pinheiro (Mestre Pinheiro) - São Paulo/SP; Domingos dos Santos Serejo (Seo Domingos da Zé de Honório) - Bacia/BA/MA; Edília de Assunção (Dona Edília) - Santa Rita/MA; Eron Miguel Bezerra (Mestre Eron) - Cuiabá/MT; Eudélio Pereira dos Santos (Seo Zelão) - Itapicuru Mirim/MA; Fátima Aparecida Colaboriano (Mestre Górges) - Araguaia dos Bois/RJ; Flávia Souza Dutra dos Santos (Dona Lú) - Anajáuba/MA; Flávia Rosa (Mestre Firmimino) - Santa Rita/MA; Gerson de Jesus Cruz (Mestre Keu) - Feira de Santana/BA; Isaac Inácio da Silva (Mestre Angolinha) Belfort Roxo/RJ; Itamar da Silva Miranda (sem apelido) - Rio de Janeiro/RJ; Ivo Domingos de Almeida (Mestre Sombra) - Cuiabá/MT; Isidoro dos Santos (Seo Izidoro) - Cantanhede/MA; Jean Batista Cleber Teixeira Santos (Mestre Churrasco) - Caxias do Sul/RS; Joana Muniz Carvalho (Joana de Pitoca) - Santa Rita/MA; João da Mata Frazão (Seo João de João Pedro) - Anajáuba/MA; João Jesus de Souza (Mestre João) - Teixeira de Freitas/BA; José Eduardo Correa (Mestre Bareaú) - Cascavel/MG; José Luiz Gonçalves (Mestre Torres) - Bicas/MG; José Oliveira da Conceição (Mestre Oliveira) - Camaçari/BA; José Porfírio Martins (Seo Zezinho) - Itapicuru Mirim/MA; Juvêncio Pires (Seo Juvenal) - Itapicuru Mirim/MA; Lázaro Martins dos Santos (Mestre Lázaro) - Cantanhede/MA; Leide Maria Carvalho (Mãe Ledoca) - Santa Rita/MA; Leide Viana Lauro (Dona Lú) - Santa Rita/MA; Luiz Carlos Pinto da Silva (Mestre Sorriso) - Teresopolis/RJ; Manuel Mercês Fonseca (Seo Manuel de Daniel) - Itapicuru Mirim/MA; Maria da Natividade Lauro (Dona Dada) - Santa Rita/MA; Maria de Jesus Belfort (Dona Maria Grande) - Itapicuru Mirim/MA; Miriam do Rosário (Dona Maria Grande) - Itapicuru Mirim/MA; Maria dos Anjos Viana Pereira (Dona Têia Velha) - Anajáuba/MA; Maria dos Anjos Viana Pereira (Dona Têia Velha) - Anajáuba/MA; Maximiana Carvalho (Dona Máscia) - Santa Rita/MA; Osvaldo da Conceição Santana (Mestre Batinha) - Salvador/BA; Pedro Viana (Seo Pedro Sarcófago) - Bostrom/MA; Raimunda Nonata Pinto Nascimento (Dona Raimundinha de Mário) - Cantanhede/MA; Raimundo da Silva Frazão (Seo Raimundo de Henrique) - Anajáuba/MA; Raimundo Dias (Mestre Raimundo Dias) - Salvador/BA; Raimundo Lopes (Seo Chico Sarcófago) - Cantanhede/MA; Sérgio Rogério Cezário Costa (Mestre Zamil) - São Paulo/SP; Sídeleyne Mota Costa (sem apelido) - Fogo do Luminar/MA; Vilmar da Cruz Brito (Mestre Vilmar) - Rio de Janeiro/RJ.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/diario>, pelo código 00052011072500011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 4 - DOU - Resultado provisório 2



As listas a seguir contêm o resultado preliminar da seleção do Edital 001/2010 - Prêmio Viva Meu Mestre, a saber: candidatos classificados até a 100ª posição (em ordem alfabética), candidatos classificados entre a 101ª e a 112ª posição (em ordem decrescente de classificação) e listagem dos candidatos não classificados. Serão preteridos os nomes classificados até o 100º lugar o que atendeu à convocação que será publicada após a homologação do resultado final de concurso no Diário Oficial da União. Conforme os termos do edital, caso alguma convocação não seja atendida, o IPHAN convocará, sucessivamente, os candidatos melhor classificados até completar-se o número total de prêmios disponíveis.

Candidatos classificados entre 1ª e a 100ª posição em ordem alfabética (nome, apelido, Estado):

Adalberto Conceição de Silva (Mestre Zumbi Bahia) MA; Ailton Fátima da Conceição (Mestre Dedé) BA; Alino de Brito Veras (Mestre Albino) PI; Alípio Souza Oliveira (Mestre Alípio) SP; Almerindo Francisco dos Santos (Mestre Azambuja) SP; Almerino Almeida dos Santos (Mestre Kenara) SP; Aloizio de Souza Pilon (Mestre Pilon) PR; Américo Araújo Brandão (Mestre Brandão) BA; Ananias Ferreira (Mestre Ananias) SP; Antônio Batista Pinto Zulu (Mestre Zulu) DF; Antônio Bezerra dos Santos (Mestre Bezerra) PA; Antônio Cardoso Andrade (Mestre Brasília) SP; Antônio Carlos Pereira dos Santos (Mestre Pinhão) BA; Antônio Conceição Pereira (Mestre Bigode) BA; Antônio dos Santos (Mestre Cuscuta) BA; Antônio José da Conceição Ramos (Mestre Patinho) MA; Antônio Oliveira Bemundo (Mestre Touro) RJ; Antônio Rodrigues Santos (Mestre Sergio) PR; Antônio Roseberg Santos Coelho (Mestre Berg Yuri) RJ; Artur Emílio de Oliveira (em memória) (Mestre Artur Emílio) RJ; Celso Carvalho do Nascimento (Mestre Celso) RJ; Damionar Ribeiro de Mendonça (Mestre Mendonça) RJ; Domingos de Lou do Nascimento (Mestre Cavaco) SP; Edgard Francisco das Chagas (Mestre Chaginha) AM; Edvaldo Borges da Cruz (Mestre Lua de Botão) BA; Elineu Bezinho dos Santos (Mestre Elineu Trovoador) BA; Evaraldo Bispo de Souza (Mestre Lobão) SP; Felipe Santiago (Mestre Felipe) BA; Fernando Campelo Cavalcanti de Albuquerque (Mestre Gato) RJ; Firmino Diniz (Mestre Diniz) MA; Flávia Cardoso de Mendonça (Mestre Flávia Mendonça) RJ; Francisco Tomé dos Santos Filho (Mestre Bigo ou Francisco 45) SP; Geraldo da Costa Filho (Mestre Gege) RJ; Gil Cleonilson Cavalcanti do Albuquerque Filho (Mestre Gil Velho) PE; Gilson Feresolde (Mestre Lina Rasta) BA; Hélio Tabosa de Moraes (Mestre Tabosa) DF; Iustina da Conceição Magalhães (Mestre Chita) RJ; Jaime Martins dos Santos (Mestre Curio) BA; Jair Correia da Silva (Mestre Jair) CE; Jaldo Mota da Silva (Mestre Joaquin) SP; Jelon Gomes Vieira Filho (Mestre Jelon Vieira) BA; João Marcos Vieira da Gama (em memória) RJ; João Mendes Barbosa Filho (Mestre João) MG; João Pereira dos Santos (Mestre João Pequeno de Pastinha) BA; José de Souza Menezes (Mestre João) SP; Jorge Roberto Siqueira Coutinho (Mestre Croto) RJ; Jorge Satrio da Conceição (Mestre Jorge Satrio) BA; José Andrade (Mestre Andrade) SP; José Antônio Pinheiro Silva (Mestre Pinheiro) MG; José Carlos Alberto Lima Fortes (Mestre Carlos Santana) (Mestre Santana) SP; José dos Santos Filho (Mestre Zumbi) SP; José Izidoro de Carvalho (Mestre Gaúcho) BA; José Luiz Oliveira Cruz (Mestre Bolt Seta) BA; José Nunes Filho (Mestre Meis Velho) RJ; José Renato Vasconcelos de Carvalho (Mestre Zé Renato) CE; José Serafim Ferreira Júnior (Mestre Genê) BA; José Virgílio dos Santos (Mestre Virgílio de Ilheus) BA; Júlio Romão da Silva Filho (Mestre Romão) PA; Julival do Espírito Santo (Mestre Gamy) AM; Laurindo Daria dos Santos (Mestre Onça Negra) GO; Liberato Brandão Azevedo (Mestre Liberato) BA; Lourival Fernando Alves Leite (Mestre Pop) SC; Luiz Antônio da Silva (Mestre Anturubá) RJ; Manoel Messias Ferreira (Mestre Seu Meis) BA; Marcelino Pio de Sales (Mestre São) GO; Manoel Silva (Mestre Boça Rica) BA; Marcelo Azevedo Guimarães (Mestre Petelin) (em memória) RJ; Marcelo Fernando dos Santos Cunha (Mestre Pipoca) RJ; Marcondes Luiz Ferreira da Silva (Mestre Pirajá) BA; Marcos Aurelio Moreira (Mestre Marcos Coco Cola) PE; Mário Alves dos Santos (Mestre Carretilho) MS; Mário dos Santos (Mestre Busca Pé) BA; Milton de Sousa (Passo Preto) GO; Natalício Neves da Silva (Mestre Felô da Bomba) BA; Nestor Sezeferdo dos Passos Neto (Mestre Nestor Capoeira) RJ; Norival Moreira de Oliveira (Mestre Nô) BA; Olavo Paixão dos Santos (Mestre Olavo) BA; Paulo Ferreira (Mestre Paulo Brasa) RJ; Pedro Moraes Trindade (Mestre Moraes) BA; Raimundo Nonato Barbosa (Mestre Nonato) BA; Raimundo Santana de Sons (Mestre Patrão) BA; Reginaldo Laurêncio Bispo (Mestre Regis) BA; Reinoldo Santana (Mestre Bigodinho) (em memória) BA; Roberto Alves Barbosa (Mestre Carangueijo) SP; Roberto Teles de Oliveira (Mestre Sombra) SP; Rogério Soares Pinheiro (Mestre Rogério) MG; Romaldo Rosário da Costa (Mestre Moa do Kestrel) BA; Roque Meades dos Santos (Mestre Roque) RJ; Salvador Francisco Rodrigues (Mestre Alfoite) BA; Salvador Pereira de Souza (Mestre Orlando) BA; Sérgio Augusto Sacramento (Mestre Gautincha) RJ; Síntia Souza Góes (Mestre Gato Góes) BA; Valdeonir Silva dos Santos (Mestre Valdeonir) SP; Vicente Braga Brasil (Mestre Pirita) MA; Virgílio Maximiano Ferreira (Mestre Virgílio da Fazenda Grande) BA; Vivaldo Rodrigues da Conceição (Mestre Boa Gente) BA; Walce Sousa (Mestre Deputado) GO; Waldir José da Costa (Mestre Sorriso) RJ.

Candidatos classificados entre 101ª a 111ª em ordem decrescente de classificação (classificação, nome, apelido, Estado):
101. Paulo Sérgio da Silva (Mestre Paulo da Muzonga) RJ;
102. Eduardo Wlson Nascimento (Mestre Canhoto) RJ; 103. Reginaldo da Silveira Costa (Mestre Squisito) DF; 104. Carlos Augusto Cruz Peixoto (Mestre Timbó) RJ; 105. Eli Pinocina (Mestre Eli) SP; 106. José Maria Carvalho de Costa (Mestre Onzudo) SP; 107. José Flávio de Oliveira (Mestre Sapão ou Natcho) RJ; 108. Marcelino Neto de Azevedo (Mestre Beirão) SP; 109. Moisés Alves dos Santos (Mestre Sacatuba ou Mestre Moisés) BA; 110. Alcides de Lima (Mestre Alcides) SP; 111. Luiz Antônio Siqueira (Mestre Mineiro) MG.

Candidatos habilitados e não classificados em ordem alfabética (nome, apelido, Estado):

Agacilson Benedito dos Santos (Mestre Bigatinho) RJ; Alberto José de Freitas (Mestre Sombrião) SP; Antônio Ferreira da Silva (Mestre Botó) RJ; Djalma Alves de Souza (Mestre Djalma) BA; Ediney de Sena (Mestre Adô) BA; Edvaldo Nêlson Moreira Nascimento (Mestre Chôpa) BA; Evangelista (Mestre João) BA; José Carlos Portes Pereira (Mestre Portas) SP; José Walter Saria Rosa (Mestre Santa Rosa) BA; Pedro Alves de Silva (Mestre Pedrinho) MG; Raimundo Silva Filho (Mestre Raimundo Filho) RJ; Reginaldo Casolatti Maia (Mestre Reginaldo Velho) MG; Reinaldo Cordeiro dos Santos (Mestre Espanto) SP; Rudney Ribeiro Carias (Mestre Novena) MG.

O prazo para recurso deste resultado preliminar é de 03 (três) dias úteis a partir da data desta publicação, conforme item 7.7 do edital. Após análise e julgamento dos recursos, a comissão de seleção publicará a homologação do resultado final do concurso no Diário Oficial da União.

À COMISSÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2011

Nº Processo: 01423000137201114. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-E ARTÍSTICO NACIONAL CNPI Contratado: 05897975000188. Contrato: FOCUSS ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS-LTDA. Objeto: Prestação de serviços contínuos de jardinagem, incluindo fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 09/06/2011 a 08/06/2012. Valor Total: R\$24.468,65. Fonte: 100000000 - 2011NE800280. Data de Assinatura: 09/06/2011.

(SIDEC - 22/07/2011) 343026-40401-2011NE800102

SUPERINTENDÊNCIA NO ACRE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2011

Nº Processo: 01423000142201129. Objeto: Contratação emergencial de serviço vigilância desarmada posto 12x36 Total de Itens Licitados: 00001 - Fundamento Legal: Artigo 24, inciso V, da Lei 8.666/93 - Justificativa: Proteção bens móveis e imóveis, bem como de pessoas Declaração de Dispensa em 2/07/2011 - LÍBIA LUÍZA DOS SANTOS DE ALMEIDA - Chefe da Divisão Administrativa - Ratificação em 21/07/2011 - DEYVESON ISRAEL ALVES GUSMÃO - Superintendente - Valor: R\$ 50.253,72 - Contratada: GOLD SERVICE VIGILANCIA E SEGURANÇITA. Valor: R\$ 50.253,72

(SIDEC - 22/07/2011) 343026-40401-2011NE800512

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2011

Nº Processo: 01423000137201117. Objeto: Cobertura de Taxas de Licenciamento Total de Itens Licitados: 00001 - Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93 - Justificativa: Regularização de veículo oficial/UNO Place HZV0303 - 2011 Declaração de Inexigibilidade em 22/07/2011 - LÍBIA LUÍZA DOS SANTOS DE ALMEIDA - Chefe da Divisão Administrativa - Ratificação em 22/07/2011 - DEYVESON ISRAEL ALVES GUSMÃO - Superintendente - Valor: R\$ 59,83 - Contratada: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO. Valor: R\$ 59,83

(SIDEC - 22/07/2011) 343026-40401-2011NE800512

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2011

Nº Processo: 01423000137201117. Objeto: Cobertura de taxas de licenciamento de veículo oficial Total de itens licitados: 00001 - Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93 - Justificativa: Regularização de Veículo oficial Declaração de Inexigibilidade em 22/07/2011 - LÍBIA LUÍZA DOS SANTOS DE ALMEIDA - Chefe da Divisão Administrativa - Ratificação em 22/07/2011 - DEYVESON ISRAEL ALVES GUSMÃO - Superintendente - Valor: R\$ 197,43 - Contratada: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO. Valor: R\$ 197,43

(SIDEC - 22/07/2011) 343026-40401-2011NE800612

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2011

Nº Processo: 01423000137201117. Objeto: Cobertura de taxa de seguro obrigatório Total de Itens Licitados: 00001 - Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93 - Justificativa: Regularização de veículo oficial Declaração de Inexigibilidade em 22/07/2011 - LÍBIA LUÍZA DOS SANTOS DE ALMEIDA - Chefe da Divisão Administrativa - Ratificação em 22/07/2011 - DEYVESON ISRAEL ALVES GUSMÃO - Superintendente - Valor: R\$ 100,78 - Contratada: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DSEGURO DPVAT S.A. - Valor: R\$ 100,78

(SIDEC - 22/07/2011) 343026-40401-2011NE800012

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2011

Nº Processo: 01423000137201117. Objeto: Cobertura de taxa de seguro obrigatório Total de Itens Licitados: 00001 - Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93 - Justificativa: Regularização de Veículo oficial Declaração de Inexigibilidade em 22/07/2011 - LÍBIA LUÍZA DOS SANTOS DE ALMEIDA - Chefe da Divisão Administrativa - Ratificação em 22/07/2011 - DEYVESON ISRAEL ALVES GUSMÃO - Superintendente - Valor: R\$ 156,02 - Contratada: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DSEGURO DPVAT S.A. - Valor: R\$ 156,02

(SIDEC - 22/07/2011) 343026-40401-2011NE800012

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 3/2011

Objeto: Pregão Eletrônico - Serviços de lavagem geral dos veículos oficiais e fornecimento de combustível para a sede do IPHAN/ES. Total de Itens Licitados: 00003 - Edital: 25/07/2011 de 09h00 às 20h00 e de 14h às 17h00. ENDEREÇO: Rua José Marcondes, 203 Cidade Alta / Centro - VITORIA - ES. Entrega das Propostas: a partir de 25/07/2011 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br - Abertura das Propostas: 04/08/2011 às 10h01 site www.comprasnet.gov.br

FERNANDA PARÍS CALDELLAS
Pregoeira

(SIDEC - 22/07/2011) 343026-40401-2011NE800102

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2011

Número do Contrato: 23/2009. Nº Processo: 01448006385200911. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-E ARTÍSTICO NACIONAL CNPI Contratado: 05889439000150. Contrato: INTERNACIONAL EMPREENHIDOR LTDA Objeto: Prorrogar o prazo de execução até o dia 29 de setembro de 2011 e prorrogar o prazo de vigência do Contrato até o dia 13 de novembro de 2011 Fundamento Legal: art. 57 da Lei 8.666/93. Vigência: 15/08/2011 a 13/11/2011. Data de Assinatura: 22/07/2011.

(SIDEC - 22/07/2011) 343026-40401-2011NE800102

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2011

Número do Contrato: 6/2010. Nº Processo: 0112100037201020. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-E ARTÍSTICO NACIONAL CNPI Contratado: 06254467000182. Contrato: FUTURA - SERVIÇOS PROFISSIONAIS - ADMINISTRATIVOS LTDA. Objeto: Supressão de 01 (um) posto de Recepcionista, em conformidade com o previsto no item 26 da Cláusula Segunda do Contrato nº 06/2010, passando o quantitativo do referido posto a ser de 01 (um) recepcionista, tendo em vista a acessibilidade, o valor mensal contratado da Cláusula Sexta do Contrato nº 06/2010, é reduzido em R\$ 1.386,78 (um mil trezentos e oitenta e seis reais e setenta e oito centavos, passando este a ser de R\$ 4.943,25 (quatro mil novecentos e quarenta e três reais e trinta e cinco centavos) Fundamento Legal: Artigo 55, II e Iº da Lei nº 8.666/93. Data de Assinatura: 18/07/2011.

(SIDEC - 22/07/2011) 343026-40401-2011NE800102

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2011

Número do Contrato: 3/2011. Nº Processo: 01512003158201012. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-E ARTÍSTICO NACIONAL CNPI Contratado: 09259237000180. Contrato: TERRA E MAR PRESTACAO DE SERVIÇOS-LTDA. Objeto: Aditar os serviços a serem prestados pela empresa Terra e Mar Prestação de Serviços Ltda. - CNPJ 02505217000180 - no âmbito da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 Valor Total: R\$253.368,34. Fonte: 100000000 - 2011NE800045. Data de Assinatura: 21/07/2011.

(SIDEC - 22/07/2011) 343026-40401-2011NE800022

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2011

Número do Contrato: 17/2010. Nº Processo: 01590001267201020. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-E ARTÍSTICO NACIONAL CNPI Contratado: 09425761000160. Contrato: GORTEC ENGENHARIA E ARQUITETURA - LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato firmado entre as partes em 27/10/2010, com todos as disposições contidas no Art.57, inciso V da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993e alterações posteriores. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 Vigência: 22/07/2011 a 19/09/2011. Data de Assinatura: 22/07/2011.

(SIDEC - 22/07/2011) 343026-40401-2011NE800102

Anexo 5 – Manifesto da Bahia

MANIFESTO DA BAHIA

Nós, mestres, contra-mestres, professores, alunos e pesquisadores da Capoeira da Bahia, reunidos no último dia 22 de setembro de 2010, no Forte da Capoeira na cidade de Salvador, em assembléia amplamente convocada para avaliar questões referentes ao PRÓ-CAPOEIRA, decidimos manifestar publicamente nossa posição, nesse momento que julgamos fundamental para o destino das políticas públicas sobre capoeira no Brasil, a partir dos seguintes pontos:

1. Não temos acordo com a **FORMA DE DEFINIÇÃO DOS PARTICIPANTES** do Encontro Regional Nordeste, realizado em Recife nos dias 8, 9 e 10 de setembro, pois em **NENHUM MOMENTO** foram explicitados claramente os critérios de seleção dos consultores responsáveis pela articulação em cada região, nem muito menos os critérios de seleção adotados para a definição dos representantes de cada estado para participarem dos Grupos de Trabalho do referido encontro

2. Não temos acordo com a **FORMA DE DISCUSSÃO** estabelecida no encontro de Recife, onde as propostas discutidas em cada GT **NÃO PASSARAM PELA APROVAÇÃO DA PLENÁRIA FINAL**, causando muito desconforto entre os participantes, que não se sentiram contemplados com muitas das propostas apresentadas pelos GTs.

3. Manifestamo-nos firmemente **CONTRA** algumas propostas apresentadas pelos Grupos de Trabalho, que não refletem o pensamento da comunidade da capoeira como um todo, mas **APENAS UMA PARCELA** dessa comunidade, no que diz respeito a:

- **Formalização de um modelo oficial da capoeira como ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO**, visando a sua inclusão nas Olimpíadas. Vale observar que não nos opomos a quem queira conduzir a capoeira como esporte, nosso posicionamento é contrário a formalização legal da capoeira como esporte olímpico que naturalmente negaria a diversidade de suas práticas;
 - **Regulamentação da profissão a partir da LÓGICA DO MERCADO**, engessando a capoeira num modelo pré-estabelecido e submetendo toda a comunidade de mestres e professores a um Conselho Federal que será o responsável por determinar quem pode e quem não pode exercer essas funções;
 - **Submeter a formação do capoeirista ao ensino universitário como obrigatoriedade, QUEBRANDO ASSIM AS FORMAS TRADICIONAIS** de transmissão desses saberes, onde o mestre tem papel central.

Diante do exposto, **EXIGIMOS** que o processo de discussão encaminhado pelo PRÓ-CAPOEIRA, seja mais **DEMOCRÁTICO**, possibilitando que a **DIVERSIDADE** de opiniões e visões sobre capoeira possam se fazer representar.

Exigimos também que os **CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DOS REPRESENTANTES** dos estados possam ser explícitos, e que possam garantir que as discussões nos GTs e plenárias sejam qualificadas com a presença de mestres, professores e pesquisadores que possam contribuir de forma efetiva na elaboração das propostas, tanto nos **ENCONTROS REGIONAIS**, como na **PLENÁRIA FINAL**, marcada para a Bahia no próximo ano.

Salvador, 22 de setembro de 2010.